

Universidade Católica de Santos

Mestrado em Educação

**Asilo de Órfãos de Santos:
assistência à infância desvalida
1889 – 1914**

MARINA TUCUNDUVA BITTENCOURT PORTO VIEIRA

**Santos
2006**

Universidade Católica de Santos

Mestrado em Educação

Asilo de Órfãos de Santos: assistência à infância desvalida 1889 – 1914

MARINA TUCUNDUVA BITTENCOURT PORTO VIEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Aparecida Franco Pereira.

**Santos
2006**

Dados Internacionais de Catalogação
Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos
SIBIU

V657a VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto
Asilo de Órfãos de Santos: assistência à infância desvalida/ Nome Marina
Tucunduva Bittencourt Porto Vieira - Santos: [s.n.] 2006.

222 f. ; 30 cm. (Dissertação de Mestrado - Universidade Católica de
Santos, Programa de Educação)

I. Sobrenome, Nome. II. Título.

CDU 37.01(043.3)

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. *Asilo de Órfãos de Santos: assistência à infância desvalida (1889-1914)*. [s.n.], 2006, 200 p. (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Santos.

RESUMO

Esta pesquisa analisou as práticas de assistência à infância no Asilo de Órfãos de Santos, no período que vai de sua fundação, 1889 a 1914. Esta instituição ainda hoje existe, com o nome de Associação Casa da Criança de Santos. Foram objetivos do trabalho: entender a fundação deste abrigo, conhecer a população atendida, as práticas assistenciais e educativas presentes, conduzidas pelas Irmãs da Congregação do Puríssimo Coração de Maria, o destino dos internos e a concepção de infância que permeou o atendimento. Foi feita uma pesquisa histórica, a partir dos documentos da instituição: Livros de Matrícula dos internos, Livros de Atas das reuniões de Diretoria, Estatutos e Regimento Interno. Um Livro de Crônicas das Irmãs também foi analisado. Concluiu-se que a população atendida foi a pobre, com a presença de um grande contingente de imigrantes. O Asilo de Órfãos ajudou a disciplinar os espaços públicos da cidade, em seu processo de urbanização, cumprindo um papel civilizatório. A educação das crianças se caracterizou por um preparo para sua inserção social em um mundo moderno. Tendo sido criada em um momento em que epidemias grassavam na cidade, ceifando muitas vidas, evoluiu de um modelo predominantemente caritativo para um modelo de assistência científica, com a inclusão de princípios médico-higienistas.

Palavras-chave: educação, assistência à infância, criança desvalida, Primeira República, Santos.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. *Asilo de Órfãos de Santos: assistência à infância desvalida (1889-1914)*. [s.n.], 2006, 200 p. (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Santos.

ABSTRACT

This research project has analyzed child welfare procedures at the *Asilo de Órfãos de Santos* (the Santos Orphanage) during a period that extends from its foundation, in 1889, to 1914. This institution continues to exist today under the name *Associação Casa da Criança de Santos* (the Santos Children's Home Association). The aims of the paper have been: to comprehend the establishment of the shelter, directed by the *Irmãs da Congregação do Puríssimo Coração de Maria* (the Sisters of the Congregation Purest Heart of Mary), to get to know the population ministered to, the welfare and educational procedures, the whereabouts of the inmates and the concept of childhood which permeated the service. A historical survey has been carried out based on institutional documents: inmate registry logs, logs of the board meeting minutes, by-laws and internal regulations. A book of chronicles by the nuns has also been analyzed. It has been concluded that the population ministered to came from among the poor, with the presence of a great contingency of immigrants. The *Asilo de Órfãos* helped to discipline public areas in the city during the urbanization process, thus carrying out a civilizing role. The children's education was characterized by preparation for their social inclusion in the modern world. Having been created at a time when epidemics raged in the city reaping many lives, it evolved from a predominantly charitable model into scientific welfare aid through the inclusion of medical-hygienist principles.

Key words: education, child welfare work, depreciated children, First Republic, Santos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1. CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES.....	17
CAPÍTULO 2. A ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA DESVALIDA NO CONTEXTO DA CIDADE DE SANTOS	29
CAPÍTULO 3. ASPECTOS ASSISTENCIAIS DO ASILO DE ÓRFÃOS	60
CAPÍTULO 4. ASPECTOS EDUCACIONAIS DO ASILO DE ÓRFÃOS	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
FONTES E BIBLIOGRAFIA	170
ANEXOS:	
1. Estatutos de 1889.....	179
2. Estatutos de 1914.....	188
3. Contrato com as Irmãs (1909).....	198
4. Regimento Interno de 1909.....	200
APÊNDICE. Relação das datas das atas pesquisadas.....	215

ILUSTRAÇÕES: QUADROS

Quadro 1.	Relação da Diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida (1889-1914)	39
Quadro 2.	Relação das crianças que entraram antes da inauguração do prédio da Xavier da Silveira nº 124	66
Quadro 3.	Crianças matriculadas após a transferência para a rua Xavier da Silveira nº 124, durante a presidência de Carvalho de Mendonça	70
Quadro 4.	Crianças matriculadas durante a gestão de João Freire Júnior (1891-1892)	71
Quadro 5.	Crianças matriculadas durante duas gestões, a de Francisco Alves da Silva e do Major Joaquim Fernandes Pacheco (1892-1894)	72
Quadro 6.	Crianças matriculadas durante a gestão de C. Alberto Carneiro da Costa (1894-1895)	73
Quadro 7.	Crianças matriculadas durante a gestão de João Freire Júnior (1895-1898)	74
Quadro 8.	Crianças matriculadas durante a gestão de Francisco Malta Cardoso (1898-1899)	75
Quadro 9.	Crianças matriculadas durante a gestão de Narciso de Andrade (1899-1901)	79
Quadro 10.	Crianças matriculadas durante a gestão de João Freire Júnior (1901-1905)	81
Quadro 11.	Crianças matriculadas durante a gestão de Antonio Candido Gomes (1905-1906)	83
Quadro 12.	Crianças matriculadas durante a gestão de Francisco Corrêa de Almeida de Moraes (1906-1909)	86
Quadro 13.	Crianças matriculadas durante a gestão de Ulrico Mursa (1909-1910)	91
Quadro 14.	Crianças matriculadas durante a gestão de Víctor de Lamare (1910-1914)	93
Quadro 15.	Capelães (e professores de Religião) no Asilo de Órfãos (1889-1913)	111
Quadro 16.	Crianças matriculadas na Escola do Asilo de Órfãos em 1904	119
Quadro 17.	Internos transferidos para o Instituto Dona Escolástica Rosa em 01/01/1908	122
Quadro 18.	Internos matriculados no Instituto Dona Escolástica Rosa em 1910	124
Quadro 19.	Internos que entraram no Asilo de Órfãos até 1913 e que foram matriculadas no Instituto Dona Escolástica Rosa entre 1912 e 1924	124
Quadro 20.	Grade curricular introduzida na escola do Asilo de Órfãos a vigorar a partir de 1910	128
Quadro 21.	Classificação dos alunos, quanto ao conhecimento, para introdução do ensino seriado	136
Quadro 22.	Número de crianças retiradas por familiares (1889-1914)	147
Quadro 23.	Relação das moças internas no período estudado e que se casaram	162

ILUSTRAÇÕES: FIGURAS E TABELAS

Figura 1.	Fachada externa do Pavilhão Principal (1902)	49
Figura 2.	Fachada externa atual do Pavilhão Principal (2006)	50
Figura 3.	Planta baixa do andar térreo do Pavilhão Principal	51
Figura 4.	Quadro que se encontra na sala de recepção	52
Figura 5.	Detalhe do Salão Nobre do Asilo de Órfãos	53
Figura 6.	Planta Baixa do andar superior do Pavilhão Principal	54
Figura 7.	Capela do Asilo de Órfãos	55
Figura 8.	Prédio da escola, antigo Pavilhão Sanatório	56
Figura 9.	Pavilhão Rotary Club	57
Figura 10.	Planta Baixa do terreno, com os prédios que o ocupam	59
Figura 11.	Óbitos em Santos em 1899	78
Figura 12.	Crianças internadas em 1899	78
Figura 13.	Condição das crianças admitidas quanto à orfandade	96
Figura 14.	Identidade dos progenitores das crianças	97
Figura 15.	Sexo das crianças	98
Figura 16.	Naturalidade das crianças	101
Figura 17.	Composição racial da população do Asilo de Órfãos	102
Figura 18.	Foto das Irmãs com as crianças (1902)	113
Figura 19.	Destino dos internos	165
Tabela 1.	Óbitos na cidade de Santos, por nacionalidade, no ano de 1899	77
Tabela 2.	Número de crianças admitidas que nasceram fora do Brasil (1889-1913)	102

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como foco o Asilo de Órfãos, fundado em 1889. Esta instituição, cujo nome, a partir de 1956, passou a ser Associação Casa da Criança de Santos, ainda hoje desempenha papel relevante junto à população carente. Conhecê-la é uma forma de entender os motivos pelos quais ela permanece, quando outras não sobreviveram.

O estudo de uma fase da história de uma instituição permite conhecer as práticas assistenciais características de uma determinada época. Permite traçar os caminhos percorridos pelo atendimento aos pobres.

A Associação Protetora da Infância Desvalida, responsável pelo Asilo de Órfãos, foi dirigida por personagens ilustres na história da cidade. Um estudo como este traz esclarecimentos sobre tais pessoas e sua relação com a cidade.

Sendo psicóloga, ao ingressar no Mestrado, trouxe questionamentos sobre as crianças: quem seriam na verdade, o que pensariam no seu íntimo, quais suas reais capacidades, qual a melhor maneira de lidar com elas. A Psicologia, minha formação inicial, fornece algumas respostas. Mas seriam elas confiáveis? Vim com o firme propósito de me aprofundar no tema da infância.

Pesquisando as obras existentes sobre este assunto, conheci o livro de Kishimoto (1988) sobre as pré-escolas de São Paulo (1877 a 1941). A leitura, curiosa e por isso mesmo apressada, me suscitou o desejo de conhecer mais de perto alguma instituição do passado, destinada às crianças. Ter contato com seu cotidiano, me aproximar destes meninos e meninas que viveram uma infância diferente da minha e das crianças de hoje. Poder entender estas diferenças.

Pesquisando a bibliografia existente, comecei a rever meu entendimento sobre infância. Tomei contato com as diversas formas de explicá-la. Entrei em contato com conceitos como os de filantropia, assistência científica. Conheci as concepções médico-higienistas presentes na virada do século XIX para o XX, na chamada modernidade brasileira (1870-1939). Fui me aprofundando no tema e concluí que o entendimento da infância neste período, no Brasil, seria possível através do estudo de instituições singulares, datadas e localizadas. Através do tratamento dispensado às crianças, pode-se concluir sobre a concepção de infância vigente.

Através dos resultados da pesquisa histórica de uma instituição da época, poderemos confirmar, ou não, o que já foi dito sobre a concepção de infância e poderemos confirmar quão histórico é este conceito.

A revelação do passado é sempre importante para dar subsídios às reflexões atuais, quando ainda são discutidos os rumos de políticas públicas de assistência e educação da infância. Esta dissertação tem intenção de colocar-se nesse âmbito, contribuindo, ainda que minimamente para a história da educação brasileira.

Com esta pesquisa pretendi entender o sentido da fundação do Asilo de Órfãos na cidade, naquela ocasião, conhecer qual a população que foi atendida, quais as práticas assistenciais e educativas presentes na instituição, que destino tiveram os internos e, assim, entender quais concepções de infância as embasavam.

Para tal, parte-se das hipóteses de que:

- ✓ Em virtude da grande quantidade de órfãos e da pobreza reinante em determinados estratos sociais na cidade, o Asilo de Órfãos representou um esforço no sentido de ajudar a organizar a cidade. Nesta época, a falta de saneamento básico, aliada ao crescimento populacional, deu margem a muitas epidemias. Pelo porto ingressavam levas de imigrantes e era embarcado o café, que trazia enormes divisas para o país. O contraste entre a riqueza que entrava e a pobreza em que vivia grande parte da população era acentuado.

- ✓ Sendo administrado pela Associação Protetora da Infância Desvalida, deve ter atendido principalmente a população pobre, considerando a forma como eram empregados, na época, os termos “órfão” e “desvalido”. Bastos (2005, p.101) destaca que:

Órfão passou a designar, ao que parece, não só os menores que perdiam os pais por falecimento, mas também pelo fato de pertencerem a famílias de baixo extrato social, ou seja, desvalidas. A concepção de pobreza, portanto, passa a ser vinculada à marginalidade, muito mais do que ao fator da desigualdade social e injustiça, cometidas contra as camadas menos favorecidas da população.

Schueler (2001, p. 162) afirma que:

ser um desvalido correspondia a viver num estado de pobreza e de ausência de valor. Desvalido, assim como pobre, era todo aquele que, com poucas posses ou sem o necessário para viver, não dispunha da proteção de alguém que lhe garantisse um valimento. A noção de infância desvalida, portanto, remetia aos meninos e meninas despossuídos, ou seja, àqueles provenientes dos segmentos mais pobres da cidade.

- ✓ Sua fundação e seus objetivos devem ter feito parte do esforço civilizatório. A cidade era porta de entrada para a cultura européia, em razão do desenvolvimento trazido pela exportação do café. Ser civilizado implicava em ser regulado por certos princípios, necessários para a inserção no novo mundo do trabalho.
- ✓ O tipo de cuidados dispensados deve ter se alterado ao longo do período, passando, de um atendimento emergencial, desencadeado por um fator externo, neste caso uma epidemia, para uma organização racional do atendimento, com a inclusão de normas científicas e jurídicas.

O contato com documentos, onde apareciam cenas de um passado em que alguns protagonistas foram pessoas cujos nomes hoje denominam logradouros públicos da cidade, levou a escolher o ano de 1889, ano da fundação do Asilo de Órfãos, como recorte inicial do estudo.

Como marco final foi escolhido o ano de 1914. Através da leitura das atas perceberam-se mudanças internas que aconteceram, principalmente a partir de 1906, produzidas pela maior racionalização dos serviços e pelo fortalecimento de medidas higiênicas, formalizadas pela aprovação de um novo Regimento Interno, em 1909. O que definiu a marco final foi a

consideração de que a aprovação dos novos Estatutos da Associação significou o final de um período e início de um outro naquela instituição.

As pesquisas na área da infância tomaram vulto principalmente após a publicação da obra de Phillipe Ariès, na qual ele relata que o surgimento do sentimento de infância ocorreu apenas na modernidade. Atualmente, vários pesquisadores têm ido em busca da criança do passado, visando conhecer quais fatores determinaram ou influenciaram a concepção de infância nas diferentes épocas e lugares, assim como o tratamento dado a elas, em decorrência desta.

Para o mapeamento da realidade brasileira, foram fundamentais alguns teóricos nesta área. Kuhlmann Júnior nos apresentou com seus trabalhos, inicialmente sobre as instituições pré-escolares no Brasil, na virada do século XIX e início do século XX. Marcílio, tratando da assistência à criança abandonada no Brasil, dá uma visão histórica da assistência à infância. Gondra, trazendo a público as idéias higienistas presentes nos discursos médicos da época, nos fez atentar para estes aspectos nas instituições. Faria Filho e Veiga nos levaram às considerações sobre o esforço civilizatório. No rastro destes autores, vai se construindo um campo de conhecimentos, a partir de pesquisas, sobre a infância ou infâncias, no início da Primeira República.

Pesquisas sobre instituições, que serviram de abrigo à crianças, órfãs ou não, desse período, foram realizadas. Schueler (2000 e 2001) estudou o Asilo Agrícola de Santa Isabel e as escolas São Sebastião e São José, no Rio de Janeiro. Ainda no Rio, em Petrópolis, Parisi Neto (2003) estudou a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Negrão (2002) pesquisou o Asilo de Órfãos de Campinas, Estado de São Paulo, que também se destinava ao atendimento de crianças cujos pais faleceram vitimados pela febre amarela. Rocha (2005) estudou a educação no asilo da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo.

Silva (1992) estudou o Asilo de Órfãos de Santos. Revelou contacto com a documentação porém não esgotou o assunto. Arrolou toda a documentação disponível e analisou o Regimento Interno de 1909. Por ocasião do cinquentenário da Associação, Cyro Lacerda fez uma pequena publicação, *Meio século de benemerência*, onde levantou fundamentalmente toda as diretorias compreendidas nos primeiros 50 anos. Outros pequenos estudos já haviam sido feitos, porém com dificuldade de acesso ao acervo, como os de Pereira (1996), sobre a realidade educacional santista, e trabalhos de alunos do curso de História da Universidade Católica de Santos (FLÓRIDO et. al.,1990 e MORAIS et al. 1997).

Concomitantemente à pesquisa bibliográfica, procedeu-se a avaliação do o acervo de documentos produzidos pela Associação Protetora da Infância Desvalida, responsável pelo Asilo de Órfãos. A partir do arrolamento preliminar feito por Silva (1992), procedeu-se à conferência do que havia. Foram encontrados os Livros de Atas, os Livros de Matrículas, Regimentos Internos e Estatutos. Havia, também, muitas plantas de construções que, durante a pesquisa foram retiradas do acervo. Outros documentos apontados por essa pesquisadora, infelizmente não foram encontrados, como os Livros de Registro de Ocorrências Diárias e os Relatórios do Presidente da Associação Protetora da Infância Desvalida.

Não foram localizados, na instituição, fotos e outros materiais que pudessem ser contrapostos aos documentos. Alguns manuscritos produzidos pelas Irmãs da Congregação do Puríssimo Coração de Maria, que trabalharam lá, foram obtidos de outra pesquisadora. Completando as fontes, existem alguns jornais e periódicos da época.

A pesquisa documental é de grande valia, mas deve ser vista com cuidado. Os documentos são produzidos com a intenção de deixar registrado aquilo que interessa às pessoas, à instituição e à época: é uma fonte parcial. Não temos, pela documentação, como conhecer a visão dos outros protagonistas desta história, como as crianças.

Segundo Kuhlmann Jr. e Rocha (2005, p.16): *As práticas educativas na história das instituições para crianças pobres são quase uma incógnita [...]. As evidências dessas práticas são sugeridas, boa parte das vezes, nas entrelinhas dos textos.*

A tarefa a ser empreendida seria saber acerca do que se passou tentando juntar fragmentos trazidos pelos manuscritos e pelos impressos da instituição.

A pesquisa começou pelo exame dos **Livros de Matrículas**. Foram construídas tabelas, para as quais foram transcritos os dados obtidos nos mesmos.

Depois se passou à leitura das atas, anotando-se o que dizia respeito ao problema de pesquisa. Os **Livros de Atas** contêm o registro de reuniões da Diretoria, do Conselho Geral e Assembléia Geral.

O primeiro livro de atas da Associação registra as treze reuniões da Comissão de Instalação da Associação Protetora da Infância Desvalida. O segundo livro foi aberto com a ata da Sessão de Instalação, em 13 de maio de 1889 e tem registros até 15 de maio de 1892. Não foram encontradas as atas das reuniões realizadas no período compreendido desta data até sete de maio de 1899.

Todas as atas foram manuscritas, o que dificultou algumas vezes o entendimento, principalmente de nomes. A tarefa de redigi-las, de acordo com os Estatutos, era incumbência do segundo secretário. A caligrafia e a forma de organização do relator por vezes tornava a leitura fácil, mas em outras tornava difícil a decodificação.

Através da leitura das atas pôde-se entender a existência de um segundo livro de matrículas referente ao período. Passaram, então, a ser feitos os dois trabalhos, concomitantemente, pesquisar nas atas e transcrever os dados do segundo livro de matrículas. Os dois documentos se completavam.

O primeiro Livro de Matrículas tem 500 páginas, uma destinada a cada interno, e índice alfabético. Nele estão registradas as primeiras crianças internadas. Apesar de terem recebido crianças desde março de 1889, o registro começou a ser feito só em primeiro de setembro do mesmo ano, após a aprovação do primeiro Regimento Interno. Nesta ocasião foram matriculadas trinta e duas crianças que se achavam lá. Isto significa que as que estiveram e saíram, ou morreram antes desta data, não foram registradas. O fato de a matrícula ser feita *a posteriori* também levou à perda da indicação de alguns dados. Este livro aparentemente não foi usado sistematicamente, especialmente até 1899, pois a seqüência das matrículas nem sempre corresponde à da data de admissão.

O segundo Livro de Matrículas também contém páginas numeradas de 1 a 500 e índice alfabético. Foi examinado até a data da aprovação dos novos Estatutos, sete de maio de 1914. Neste segundo livro constam os nomes e dados de 133 internos que já haviam sido matriculados no primeiro livro. A partir da abertura deste novo livro, em maio de 1909, o primeiro livro deixou de ser usado. Quem só examina o primeiro livro pode ter a impressão de que a Diretoria da Associação foi omissa com relação aos registros das últimas páginas deste, pois estão praticamente em branco. Ao consultar o segundo livro pode-se constatar que, o que falta no anterior, está neste novo livro.

Nas páginas destes livros, além do nome da criança e de seus pais, havia espaço para o registro de outros dados pessoais, tais como sexo, idade, cor, procedência, filiação, embora nem sempre utilizado. O mesmo ocorreu com relação ao espaço destinado às observações. Quando usado, relata eventos considerados relevantes na vida da criança, tais como a existência de irmãos, falecimento de progenitor posterior à matrícula, destino da criança, nome do tutor em casos de tutela, data da retirada do interno.

A idade nem sempre está registrada de forma precisa, principalmente no período inicial, quando aparece designada *aproximadamente* tantos anos. A cor pode ser facilmente entendida, quando aparece *branca, preta*, ou não, quando os termos usados foram *morena, parda, semi-branca, acabocada*. Crianças registradas em determinado lugar como brancas, aparecem em outro como pardas e vice-versa. O nome aparece escrito de forma diferente em um lugar e em outro. A impressão que se tem é que não se deu o devido valor aos registros, em especial no primeiro livro.

Veiga e Farias Filho (1999, p. 58) comentam que, fazendo pesquisa em uma instituição, ao analisarem as fichas de dados dos internos, constataram que nenhuma estava *preenchida adequadamente* – *aparecem de forma muito generalizada, demonstrando terem sido obtidos apenas por uma impressão superficial*. As hipóteses que levantaram é de que não haviam sido preenchidas por especialistas ou que não se havia tido empenho em aprofundar o conhecimento sobre os internos.

Foram trabalhados os dados de **seiscentos e quarenta e sete crianças**, quatrocentas e noventa e oito crianças do primeiro livro e cento e quarenta e nove do segundo livro. Do segundo livro foram considerados apenas os internos que não haviam aparecido no primeiro livro.

Além dos livros de atas e dos de matrícula referentes ao período, também foi examinado o **Regimento Interno** de 1909. Em 1889 foi redigido e aprovado o primeiro Regimento Interno dos orfanatos, tendo sido reformulado menos de um ano depois. Apesar de se ter buscado, das mais variadas formas, não foram localizados outros regimentos.

Foram examinados também dois **Estatutos da Associação Protetora da Infância Desvalida**, datados do ano da fundação da instituição, 1889 e de 1914.

Outra fonte utilizada foi um **Contrato da Associação com as Irmãs**, a quem, em 1890, havia sido entregue a direção do Asilo de Órfãos. Celebrado em 1909, substituiu o acordo inicial, feito por carta, e estava registrado em um dos Livros de Atas.

Outra fonte foi o **Livro de Crônicas** da Congregação do Puríssimo Coração de Maria. Nele são descritos acontecimentos considerados significativos para a comunidade a qual se referem. Mudanças na comunidade, tais como novas Irmãs que chegam, Irmãs que a deixam, viagens, visitas importantes recebidas pelas Irmãs e outros fatos. Estes registros não são narrativas impessoais, registram alegrias, preocupações, tristezas. O acesso ao Livro de Crônicas

permitiu, muitas vezes, o cruzamento com as informações fornecidas pelos documentos oficiais da Instituição.

As Crônicas, manuscritas, obedecem a uma ordem cronológica (a partir de 1897). Além delas, foram encontradas anotações, feitas *a posteriori*, pelas religiosas, abrangendo desde a época da chegada das Irmãs (1890).

O exame de **periódicos** ajudou a complementar o trabalho. Apesar das dificuldades em obter jornais da época, principalmente do século XIX, alguns exemplares foram consultados e suas informações incluídas neste estudo. O acesso a almanaques, especialmente anuários comerciais, também foi de grande valia.

A coleta e a análise da documentação trouxeram informações que enriqueceram o conhecimento sobre o Asilo de Órfãos e possibilitaram a redação deste trabalho em quatro capítulos. O primeiro capítulo traz a discussão do conceito de “infância”; são analisadas as concepções naturalista e sócio-histórica e as consequências das mesmas nas práticas educativas.

O estudo do Asilo de Órfãos no contexto de Santos, no período em que foi criado, aponta momentos de aproximação entre vida da cidade e a instituição, ao longo da história, e é objeto do segundo capítulo.

Os processos de admissão e saída dos internos e seu perfil quanto ao sexo, idade, nacionalidade, entre outras características são abordados no terceiro capítulo,

O quarto capítulo apresenta as práticas educativas do Asilo de Órfãos durante o período, os cuidados com a saúde e o destino que tomaram os internos.

CAPÍTULO 1. CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES

A infância é entendida de diferentes maneiras. Para alguns é o período de tempo em que ainda não se tem responsabilidade, para outros o que a delimita é a idade cronológica, para outros a fase em que ainda se brinca. Quinteiro (2002, p. 40) destaca a dificuldade da conceituação de infância.¹

O termo “infância” é muitas vezes empregado sem que haja clareza quanto à sua conceituação. É o caso também de seus correlatos: infantil, infante, infantilidade. Assim, costuma-se dizer: “é preciso se preocupar com o futuro da infância, este menino é muito infantil” e assim por diante. Mesmo a Psicologia usa o termo como se houvesse consenso quanto ao seu significado: fases do desenvolvimento infantil, primeira infância, infância normal etc.

Ademais, este é um termo usado sem que haja muita reflexão sobre os seus pressupostos, assim como das implicações da concepção assumida. Pensar que existe infância seria assumir que existe um período em que não há mais a infância. O que distinguiria a infância da não infância? Se há infância, como devemos nos comportar com relação a ela?

Monarcha (1983, p.2) acrescenta que em cada época se tem a pretensão de defini-la de forma estável e concreta, gerando assim normas do que se esperar e de como se cuidar.

O conceito de infância está diretamente vinculado à concepção que se tem de homem. Existem duas possibilidades no entendimento do Homem: *naturalista* (essencialista) e *culturalista* (sócio-histórica).

Ao pensar sobre a questão da identidade do homem, os filósofos clássicos do ocidente propuseram que o homem já nascia com certas potencialidades “humanas”, que seriam

¹ “O pesquisador [na tentativa de definir este conceito] encontra um campo restrito a categorias tais como: idade dos sujeitos, o tempo de duração da infância, o espaço destinado à infância, a organização institucional organizacional para a infância, a legitimidade da escola no processo de socialização das crianças, o próprio processo de socialização”.

desenvolvidas durante sua história de vida. Platão, por exemplo, acreditava que a alma havia habitado o “mundo das idéias” e estava aprisionada ao corpo neste mundo. Aqui ela teria lembranças desse mundo. Aristóteles, por outro lado, não acreditava na existência deste mundo. Acreditava que o homem nascia com certas qualidades inatas e que as ia desenvolvendo durante a vida. As “idéias” estariam nas coisas, seriam a sua “essência”. Haveria uma essência de homem.

Esta concepção de homem em que se acredita em natureza humana, é chamada “naturalista”. Natural deriva de *natus* que significa nascido. O homem, na concepção naturalista, é entendido como um ser com características próprias, pré-determinadas. Haveria uma natureza humana, responsável pelas características apresentadas por todos os seres humanos. O homem nasceria com tais ou quais características. Esta é uma concepção determinista. O que o homem será, já é pré-determinado.

Até o começo do século XX, quase tudo o que foi pensado, baseou-se nesta concepção naturalista de homem.

Outra forma, mais atual, de conceber o ser humano, o vê como agente de sua própria construção. Acredita que um ser não nasce com certos atributos, mas através de sua história se constrói, na interação com a sociedade e a cultura. O homem nasceria com uma essência humana, mas só se tornaria homem no decorrer de sua história.

Não existiria uma natureza, mas uma condição humana. O homem tem possibilidades de se humanizar. Deve adquirir modos de comportamento que não são dados por instintos, mas são aprendidos graças à mediação de outros seres humanos. O homem se cria como ser humano enquanto se beneficia da influência dos outros homens. Sem isto, ele não se torna homem. Esta condição humana, entretanto, se refere a algo próprio da espécie humana, não restrita ao indivíduo. Segundo Severino (1992, p.150):

De fato, para a maioria das formas de expressão da filosofia contemporânea, a verdadeira ‘essência’ do homem não se constitui mais sob a forma de uma entidade metafísica nem sob a forma de uma pura realidade físico-biológica.

O que difere o homem dos outros seres da natureza é a intencionalidade. Ao agir, ele sabe quais as conseqüências. Ele age porque tem um objetivo. Não age ao acaso.

Ao intervir na natureza para garantir sua sobrevivência, o homem irá se construindo. A partir das conseqüências de suas ações, o sujeito se modifica. Mas o que dirige suas ações é o conhecimento acumulado pela humanidade ao longo da história, do qual ele se apropriou.

O homem precisou produzir, aos poucos, no curso da história, meios cada vez mais elaborados de garantir sua sobrevivência. Enquanto os animais têm sua sobrevivência garantida pelos instintos, o ser humano é um ser inacabado, sem comportamentos pré-determinados que garantam sua existência e sua sobrevivência. Ele consegue construir abrigos cada vez mais confortáveis ou funcionais, alterar a produção agrícola para ter certos alimentos durante o ano todo, diminuir as distâncias através de veículos. Ele não se sujeita mais aos caprichos da natureza. Charlot (1983, p. 269) destaca que [...] *a produção dos meios de existência pela transformação do mundo seria o traço específico da condição humana*. O homem, na sua evolução, transforma a natureza e isto acarreta novas necessidades e novas forças sociais. O diferencial do homem é que ele modifica a natureza.

O que passou a diferenciar o sujeito humano dos demais seres da natureza foi sua capacidade de usar os conhecimentos provindos de suas ações para modificar o meio ambiente. Estes novos conhecimentos passaram a fazer parte de uma “cultura” humana que foi transmitida de geração a geração, acrescida de novos conhecimentos, até hoje. Dito de outra forma, o homem construiu sua história através dos tempos por meio das suas ações transformadoras do ambiente com aquisições sucessivas de conhecimentos.

O ser humano, tendo aprendido a linguagem e o uso de instrumentos, foi ampliando a possibilidade de suas ações. A linguagem permitiu que ele criasse formas de pensar sem a presença do objeto. Os instrumentos permitiram que ele fosse fazendo coisas que manualmente não conseguiria fazer.

Através de suas intervenções sobre a natureza, o homem foi construindo cultura e a compartilhando, principalmente através da linguagem. A inserção na cultura é que permite a cada geração progredir no sentido de sua humanidade. A mediação por outrem é, portanto, constitutiva do homem e específica da condição humana.

Temos, portanto, duas formas de conceber o ser humano. A primeira como tendo uma natureza humana, herdada, transmitida de geração a geração, que pré-determina seu diferencial

com relação aos demais seres da natureza. A segunda como um ser sócio-histórico, que se constrói enquanto homem através da inserção na cultura da humanidade.

Se admitirmos a existência de uma natureza humana, assumiremos a concepção de infância como um período natural na vida do ser humano, universal, portanto. Todos os seres passariam pela infância. Consistiria em uma etapa na história de desenvolvimento do ser humano. Seria o começo de uma seqüência previamente determinada de características que se estenderia ao longo do desenvolvimento humano. Nesta ótica, todas as crianças, em todos os tempos e lugares, teriam características e necessidades semelhantes, por serem estas próprias da natureza infantil.

A concepção naturalista de infância está vinculada ao desenvolvimento biológico. O ser humano nasce, realmente incapaz de satisfazer sozinho suas necessidades e sobreviver. Esta concepção mantém a confusão entre as noções de natureza humana e de natureza no sentido biológico do termo. Pressupõe que o desenvolvimento do homem se dá de uma mesma forma predeterminada que o desenvolvimento biológico. Os cuidados físicos demandados pelas crianças pequenas tendem a fazer supor que a incapacidade vai além do físico. Leva os adultos a superprotegerem as crianças, considerando-as incapazes de cuidarem de si mesmas em outros aspectos.

Considerá-la uma característica “natural” do ser humano, acarreta a necessidade de parâmetros para julgar se uma determinada pessoa se encontra ou não na infância. Na concepção naturalista de infância são estabelecidas diferenças “naturais” entre adultos e crianças. Existem modos “adultos” de ser, de pensar, de agir e modos infantis. As crianças teriam necessidades e limitações decorrentes de sua própria condição infantil.

Se adotarmos uma concepção naturalista, teremos na oposição adulto/criança, diversas conseqüências: 1- A criança é um ser que não tem ainda todas as características do adulto, mas tende a tê-las, as possui em potencial; 2- Ao adulto cabe contribuir para o desabrochar do adulto que há potencialmente em cada criança; 3- Como ser mais vivido e experiente cabe ao adulto cuidar da criança, protegê-la, corrigi-la; 4- Como ser mais experiente tem autoridade sobre a criança, sabe mais do que ela o que é bom para ela.

Ao ver a criança como um ser com potencialidades, o adulto passa a ver a criança como um ser incompleto, um ser com menos condições de decidir, saber o que é melhor para si. Um ser limitado, necessitado de alguém que cuide dela.

Cabe a ele, nesta forma de conceber a criança, planejar estratégias para desenvolver este potencial. Seu papel é decidir o que é desejável para aquela criança, qual deve ser o objetivo da educação a ser dada. Cabe a ele escolher a melhor forma de educar. Acredita que está nele a responsabilidade pelo desenvolvimento ou não das capacidades da criança.

Ao se ver como mais experiente, acha-se na obrigação de cuidar deste ser incauto, mais vulnerável. A responsabilidade pelos atos das crianças passa a ser dos adultos que cuidam dela.

Ao saber melhor o que é certo ou errado, o que é melhor para a criança, o adulto se atribui o papel de puni-las por aquilo que consideram errado e premiá-las pelo que consideram desejável.

Muitos psicólogos ainda estão presos a esta forma de ver a infância. Muitos teóricos desta ciência estabeleceram periodizações que descrevem o que é esperado da criança em determinada fase do desenvolvimento. Wartofsky (1999, p. 90) critica a Psicologia por esta forma de agir². Atualmente, a psicologia sócio-histórica, baseada nas proposições de Vygotsky, vem trazendo novos modos de entender a infância.

Charlot (1979), analisando a Pedagogia Tradicional e a Escola Nova, destaca que a infância ainda vem sendo entendida, no pensamento pedagógico, como potencialidade, ou seja, como um período natural do desenvolvimento humano. As práticas pedagógicas em geral se preocupam com o desenvolvimento de “potencialidades”, com o fornecimento de situações nas quais a criança possa “construir seu conhecimento”. Pressupõem certos atributos inerentes ao ser humano que precisam ser “despertados” mediante certas práticas pedagógicas.

Muitos filósofos abandonaram esta visão naturalista do homem e passaram a acreditar que o Homem é construído e se constrói na interação com sua cultura. Kohan (1999, p. 62), por exemplo, afirma: *Não há crianças por natureza. Tampouco há adultos por natureza.*

Se assumirmos um ponto de vista de que o homem se constrói ao longo de sua existência, na interação com os outros homens, acreditaremos que a infância variará ao longo do tempo e de

² “A Psicologia atual é essencialmente não-histórica na medida em que o objeto da Psicologia infantil não considera no desenvolvimento da criança a historicidade dela – não considera que ela faz, se re-faz e se transforma no curso da história .”

acordo com as diferentes culturas. Teremos uma concepção sócio-histórica de infância. A concepção de infância estaria relacionada ao momento histórico e à cultura. Não haveria uma única concepção de infância vigente em qualquer época e lugar.

Philippe Ariès, em sua obra *História Social da Criança e da Família* (1981), descreveu práticas ocorridas na França, na Alta Idade Média, e concluiu que o sentimento de infância só surgiu na modernidade.

Kramer (1995) discorda de Ariès quanto a esta distinção ter se dado apenas com base na valorização do sentimento da infância. Para ela, a modernidade se caracterizou por mudanças nos costumes, modos de vida e no cotidiano, em oposição à tradição. Entre estas mudanças, acha-se o tratamento dado à infância. Para a autora esta mesma mudança passou a se constituir em uma tradição.

Wartofsky (1999, p. 97) também concorda que “não havia a coisa chamada “criança” até ela ser culturalmente “inventada”. Havia, é claro, a progênie de pais humanos no sentido biológico do termo e continua a haver. Kramer (1995) relata que a idéia de infância não existiu sempre e de uma mesma maneira. Ela apareceu com a sociedade capitalista, quando mudou o papel social e a inserção da criança na sociedade. Assim, para esta autora, o conceito de infância é determinado historicamente de acordo com as modificações sofridas pela sociedade. Isto implica que a concepção de infância como uma categoria única e permanente não é possível. Está sempre relacionada ao momento, local e atores sociais.

A obra de Ariès obra foi ponto de partida para muitos estudos sobre a infância. Hoje a tendência é atribuir o surgimento de uma concepção de infância, acentuadamente à modernidade, em função das mudanças sociais ocorridas neste período.

Segundo Elias (1990) os costumes mudaram muito neste período. Se antes adultos e crianças eram bastante semelhantes, o processo civilizador as tornou bastante diferentes. Através de mudanças nos costumes, os adultos foram reprimindo seus impulsos, se diferenciando da criança. Assim, não foi o sentimento de infância que surgiu, em função do menor índice de mortalidade, mas houve mudanças nos costumes, que fizeram do adulto um ser mais “contido”³, destoando das crianças, ainda não civilizadas.

³ Quer dizer, que contém mais seus impulsos.

O adulto moderno de classe média torna-se um 'leitor' no sentido mais amplo do termo: ele lê tanto situações sociais quanto seu próprio estado interior com novo esmero, o que demanda dobrado auto-desligamento e domínio de si mesmo. E, conforme isso acontece, a criança relativamente subsocializada, instintivamente imoderada, é isolada e vista cada vez mais como uma pessoa cuja característica mais notável é não ser um adulto (KENNEDY, 1999, p.137).

Estudar a concepção de infância implica, portanto, estudar a relação estabelecida entre adultos e crianças, vinculando-a a determinada época e lugar, como forma de entender a sociedade. A forma como é entendida a infância se reflete nestes relacionamentos e nos possibilita conhecer melhor a cultura vigente.

A criança, ao nascer, é incapaz de sozinha satisfazer suas necessidades biológicas, mas a intervenção do adulto que cuida dela envolve relações afetivas que provocam respostas sociais de ambas as partes.

A forma como a infância é entendida pelos adultos, contribui para a produção da infância. As concepções do adulto se refletem na arquitetura escolar, nos métodos de ensino, nos brinquedos e demais fatores componentes do meio em que a criança vive. A própria cultura infantil, ou seja, a forma como as crianças vêem e entendem as crianças, contribuem para a forma como a infância aparece. Por outro lado, a criança não é um ser passivo. Ela interage com estes fatores e reage a eles, os interpretando a sua maneira.

Resta enfatizar que, embora a concepção de infância do adulto exerça grande influência na produção da infância de determinada época e lugar, a criança não é um receptáculo passivo. Ela se constrói nesta cultura, mas a ação construtora de sua história é dela, ela interpreta esta realidade, incorpora ou ignora determinados aspectos, a re-inventa.

Como nos lembra Lopes (2005, p. 27) *o tornar-se criança em um determinado grupo social faz parte do processo de endoculturação*. Por endoculturação ele entende o processo de humanização dos sujeitos dentro dos grupos sociais em que estão inseridos.

Em uma mesma época, contextos diferentes produzem infâncias diferentes. Arranjos sociais e culturais diversos produzem cada qual a sua infância, acrescida da forma como as crianças se apropriam dessas dimensões. Assim, a infância, na cidade de Santos, em determinado espaço e época terá sua especificidade. As diferentes crianças, neste mesmo espaço e época terão

infâncias semelhantes, mas não iguais. Cada qual se apropriará de forma diferente destas dimensões. (LOPES, 2005, p. 32)

O próprio termo infância não é universal dentro de certa época. Em um mesmo período temos várias infâncias, a infância pobre, a das elites, a residente na idade, a que vive no campo e assim por diante, conforme enfatiza Barbosa (2000, p. 102). Há variação inclusive quanto ao sexo. A infância dos meninos tende a ser notadamente diferente da das meninas, na maioria das sociedades e épocas.

Para conhecermos qual concepção de infância está ou esteve presente, precisamos estudar aspectos desta realidade que nos digam isto. Wartofsky (1999, p.103) diz que: *Estudar o que é infância, concretamente, é na verdade estudar a acomodação e construção objetiva do mundo da criança pela cultura*. Inclui estudar as estruturas sociais da vida infantil, aqueles modos de interação entre a criança e outras pessoas que são, ou não, permitidos. Conhecer o que é premiado, o que é punido, os discursos sobre a infância, as representações pictóricas, enfim, entender o que envolve ou é envolvido na vida das crianças e de que forma.

Segundo Wartofsky (1999, p. 95):

[...] é necessária uma concepção radicalmente cultural da categoria *infância*, uma concepção que reconheça a historicidade do sujeito, e portanto também o grau em que as próprias caracterizações biogenéticas espelham diferentes normas culturais e históricas.

Os estudos de Antropologia Cultural vêm corroborando esta visão de infância. Assim também os estudos conduzidos sobre a história da infância ⁴.

Se acreditarmos que há uma condição humana, não uma natureza humana, o papel dos adultos será: 1-transmitir às crianças os conhecimentos adquiridos pela humanidade ao longo de sua existência; 2- propiciar às crianças condições de assumirem a direção de suas vidas; 3- ensiná-las a viver em sociedade; 4- ajudá-las a se apropriarem dos instrumentos que poderão contribuir para sua humanização.

⁴ Segundo Kennedy (1999, p. 131), a antropologia cultural divulgou amplamente documentação sobre variações nos significados culturais da infância, no início do século XX.

A concepção sócio-histórica de infância acredita que, se a criança depende da apropriação da cultura acumulada pela humanidade, ao longo de sua história, para se tornar um agente no desenvolvimento do homem, deve ter acesso a ela. A criança deve poder compartilhar da cultura em que está inserida. Não existe uma cultura “infantil” e uma cultura “adulta”.

Se acreditarmos que cabe a todos se construírem enquanto seres humanos, a criança deverá ter oportunidades de decidir, arcar com suas escolhas, refletir sobre elas. Isto significa, assumir a direção de suas próprias vidas.

A vida em sociedade é que possibilita aos homens compartilharem conhecimentos, dividirem responsabilidades. Aprender a viver em sociedade é apreender os valores desta sociedade. O homem não se faz sozinho, ele necessita dos outros homens na construção de sua história.

Para que possa se apropriar da cultura, a criança precisa adquirir alguns instrumentos. Precisa dominar a linguagem, desenvolver formas superiores de pensamento, ser capaz de ler com eficiência. Algumas práticas de nossa sociedade impedem que isto aconteça. A memorização descontextualizada, a linguagem empobrecida, e outros hábitos no trato com a criança, impedem que a mesma faça sua imersão cultural.

Como última ponderação, não podemos nos esquecer que infância e criança são termos com significados diferentes. O termo infância se refere a uma categoria. Engloba todas as crianças pertencentes àquela categoria. O termo criança se refere a um ser único.⁵ Dentro da categoria infância existem várias re-significações, dado que existem diferentes crianças, com suas características particulares.

Considerando o que foi apresentado com relação à concepção sócio-histórica de infância, cabe entendê-la não como tendo a mesma feição em várias épocas e lugares, pois estará estreitamente vinculada a uma época e um território determinados.

Reforçando isto, Kuhlman e Fernandes (2004, p. 17) destacam que deve haver cuidado na transposição imediata das proposições de Áries com respeito à infância, pois as realidades são diferentes nos diferentes países. Isto reforça a importância de se estudar a história da criança no Brasil.

⁵ “O vocábulo ‘infância’ evoca um período da vida humana [...]. O vocábulo ‘criança’, por sua vez, indica uma realidade psicobiológica referenciada ao indivíduo”.(KUHLMANN JR. e FERNANDES, 2004, p.16)

Considero a infância construção sócio-histórica e procurei entender como era concebida a infância no Asilo de Órfãos, no período entre sua criação, no ano de 1889, e o ano de 1914. Tentarei fazê-lo através das formas como foram selecionadas, tratadas e educadas as crianças e o destino dado a elas.

O Asilo de Órfãos foi criado em um momento em que o Brasil estava saindo de um regime escravocrata e no despontar de um regime republicano. Idéias liberais circulavam entre as elites intelectuais. A aspiração pela introdução da modernidade em nosso país, levava a tentativa de reproduzir aqui modelos vigentes em outros países, especialmente na Europa e nos Estados Unidos.

No início do século XIX a criação creches, na França, teve forte repercussão em vários países ocidentais. *As creches foram colocadas como critério de civilização e de urbanidade de um povo.* (BARBOSA, 1976, p. 105) As instituições para abrigo de menores desvalidos eram consideradas uma expressão da modernidade. No patamar de uma época em que almejava atingir o nível dos países modelo, era preciso romper com a velha ordem, ou seja, superar a fase do império e da escravidão e ingressar na ordem burguesa que se estabelecia.

O discurso modernista esteve presente nas ações sociais.

Entre o século XIX e início do século XX, diferentes saberes se estabeleceram para *produzir a identidade do brasileiro*, oriundos dos campos antropológico, médico, jurídico, pedagógico e psicológico. Neste esforço de compreender a nação, destacou-se a importância da infância como componente do ideal de nação civilizada, ao mesmo tempo em que, a partir dos diferentes campos científicos, buscou-se constituir também uma identidade para a criança brasileira (VEIGA, 2000, p. 137).

A constituição da infância, como fator de construção social, da criação de uma nova geração de brasileiros, civilizados, levou à monumentalização da infância.

No âmbito dessa sociedade imaginada, em que a dimensão de controle social era significativa e o acento autoritário evidente, a modelação da infância situava-se como um elemento de importância essencial. Cabe destacar ainda que, nesse projeto, a criança somente adquiria importância como futuro adulto, e o indivíduo apenas encontraria lugar como membro da coletividade social (MAGALDI, 2002, p.75).

No Brasil, o atendimento às crianças desvalidas, atravessou várias fases. Para Marcilio (1998, p. 134) do período colonial até meados do século XIX, o assistencialismo caracterizou-se por uma fase caritativa. Predominou o *sentimento da fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais*. Os mais ricos e poderosos procuravam minorar o sofrimento dos mais desvalidos, através de esmolas ou boas ações, esperando com isso a salvação da alma, o reconhecimento da sociedade e serem considerados de beneméritos. Seguiu-se outra fase, a que esta autora chamou (p.207) filantrópica que durou até meados do século XX. Segundo ela, *a filantropia tinha por escopo preparar o homem higiênico (capaz de viver bem nas grandes cidades, em boa forma e com boa saúde), formar o bom trabalhador, estruturar o cidadão normatizado e disciplinado*. A passagem da fase caritativa para a fase filantrópica, segundo ela, foi gradual. Marcilio (1997, p. 75) destaca que *a caridade, confrontada com uma nova realidade econômica e social, foi absorvendo objetivos e táticas da filantropia[...]; a filantropia, por sua vez, não abandonou inteiramente os preceitos religiosos*.

Kuhlmann Jr. (1998, p. 64), propõe que as mudanças no atendimento, na época, se deram pela valorização da infância e de tendências de mitificação da ciência. A assistência científica não era neutra. Subjacente a ela, estariam práticas discriminatórias e interesses escusos. Para este autor os eixos da assistência científica eram

a desobrigação do Estado, paralelamente ao fortalecimento das entidades privadas [...] a proposição de um método para arbitrar quais seriam os contemplados com o atendimento [...] e a caracterização preconceituosa da população pobre, atribuindo um papel educativo à assistência, a fim de evitar as lutas de classe.(KUHLMANN JR., 1991, p. 24, grifo do autor)

Veiga (2004) aponta que foi na modernidade que passaram a se difundidas e universalizadas formas específicas de tratamento da criança, distinguindo-a do mundo adulto. Acrescenta, baseada em Hobsbawn e Ranger (1997) que *as relações entre infância e modernidade se estabeleceram no esforço da produção de uma tradição, o ser criança civilizada*.

Segundo esta autora, as elites brasileiras adotaram estes novos costumes e apostaram na associação entre civilização e progresso. Criar crianças “civilizadas” seria possibilitar o progresso.

Fundamentais para o ser criança civilizada, seriam a produção de lugares específicos para a infância, o estabelecimento de novas relações de autoridade e a elaboração de novas formas de comportamento.

Em decorrência, no final do século XIX e início do século XX, houve a aceleração da institucionalização e a criação de equipamentos, destinados às crianças órfãs e desamparadas no Brasil. (MARCILIO, 1998, p. 206)

Por conta desta nova forma de pensar, foram criados espaços para abrigar diferentes tipos de crianças, tais como asilos para órfãos, abrigos para menores infratores, creches para filhos de mães trabalhadoras.

As orientações nestes locais absorveram as teses higienistas que preconizavam, além da educação intelectual, a educação moral e a física. Como formas de “civilizar”, as rotinas se tornaram mais rígidas e a educação de meninos e meninas incluiu a preparação para o exercício de papéis bem definidos: a mulher para ser esposa, mãe e dona de casa e o homem para sustentar a família. Houve a inclusão do culto aos valores cívicos.

Esta forma de olhar a infância deixa transparecer a existência de uma visão naturalista de infância, a criança como moldável, incapaz, vulnerável. Esta concepção deu margem ao surgimento de práticas compatíveis com ela. O adulto decidia o que era melhor, acreditava que elas se sujeitariam, apostava em que a educação da infância garantiria um futuro melhor para o país.

CAPÍTULO 2. A ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA DESVALIDA NO CONTEXTO DA CIDADE DE SANTOS

Em 1889 houve grande epidemia de febre amarela na cidade de Santos. No jornal “A Província de São Paulo”, o assunto foi manchete do jornal por várias semanas. Artigo publicado na primeira página, em 8 de abril de 1889, escrito por Vicente de Carvalho, poeta santista, com título “A Febre Amarela em Santos”, diz:

É pavoroso o estado sanitário de Santos.

A febre amarela, o terrível *typho icteróide*, ganha proporções assustadoras; outras febres secundam a epidemia em sua obra de destruição.

Calcula-se em 1.400, dez por cento da população, o número de pessoas atualmente enfermas na cidade.

Esse cálculo consta de um documento oficial.[...]

As classes preferidas do terrível mal são exatamente as classes desprovidas de recursos; é principalmente nos casebres sem ar e sem sol, onde se aglomeram dezenas de indivíduos próximos da miséria, que a epidemia vai fazer sua colheita de vidas.[...]

A cidade chegou a uma situação caótica. Sem local suficiente para abrigar a grande quantidade de doentes, com um número insuficiente de médicos⁶, sem dinheiro para arcar com as despesas. Em 15 de março, houve um apelo de um médico, o Dr. L. P. Barreto, feito através deste mesmo jornal, para que colegas de São Paulo fossem a Santos ajudar. Doações em dinheiro, alimentos e utensílios, foram feitas para a cidade, vindas de particulares e casas comerciais da Capital e Interior, com o intuito de ajudar a população a superar o problema. Em um dos números deste mesmo jornal, datado de 20 de março, Júlio Conceição, então Presidente da Câmara

⁶ Segundo o jornal, a proporção era de 90 doentes por médico (edição de 10 de março de 1889).

Municipal de Santos, pede que deixem de enviar camas e galinhas, pois já existem em demasia, e que mandem colchões. Isto dá uma idéia da situação em que a cidade se encontrava.

Grave crise social, econômica e política, se estabeleceu. Para entendermos o impacto desta epidemia sobre a cidade, precisamos voltar no tempo.

Até a segunda metade do século XVIII, Santos poderia ser caracterizada como uma vila pacata e tranqüila. Estendia-se do bairro do Valongo ao bairro dos Quartéis, mais antigo, junto ao Outeiro de Santa Catarina. Os moradores do bairro do Valongo eram pessoas mais abonadas, viviam do comércio e eram geralmente de origem portuguesa. Junto ao Outeiro viviam as pessoas de condições mais modestas, pescadores, extratores de lenha, caboclos e mulatos. Os arredores da vila eram destinados à ocupação agrícola (ANDRADE, 1989).

Ao final do século XVIII, com o aumento da produção de açúcar no interior de São Paulo e sua exportação através do porto de Santos, começou o processo de transformação urbana. Em 1798 já se firmara como o principal porto de embarque do açúcar da Capitania. Na década de 1830, a cidade *deixou de ser uma sucursal do Rio de Janeiro e os comerciantes de Santos adquiriram importância muito grande. [...] Santos, o porto do açúcar, era uma cidade* (ANDRADE, 1989, p. 55 e 59).

As maiores transformações, porém, vieram após o aumento da produção cafeeira, no interior de São Paulo e com a exportação do produto por seu porto. Na ocasião, Santos era o principal escoadouro do café. Este produto chegava à cidade, a princípio, trazido por tropas de muares como o era anteriormente o açúcar.

Em 1867 foi inaugurada a primeira estrada de ferro paulista, a São Paulo Railway. Ligava Santos ao interior paulista e foi fruto da idéia de pessoas ligadas a atividades econômicas na cidade. Tinha por objetivos trazer o café e levar produtos e trabalhadores para São Paulo e o interior. Com a implantação da ferrovia, intensificou-se o processo de exportação. A chegada, de início, de milhares e depois milhões de sacas de café, provocou grande impacto na cidade. Trouxe uma nova velocidade que permitiu a agilização no comércio do café e *criou novas possibilidades de emprego para a população da cidade, funcionando como elemento de atração de mão de obra.* (LANNA, 1996, p. 55). O trânsito de pessoas entre Santos e o restante da província também cresceu. Em 1870 a cidade se firmara comercialmente como a grande praça cafeeira paulista. Prova disto é que neste ano, no dia 22 de dezembro, foi fundada a Associação Comercial de Santos, a mais antiga associação de classe do Estado de São Paulo, uma das

primeiras do Brasil. Teria a função de auxiliar o governo a resolver problemas relacionados a interesses econômico-sociais. Até hoje está em atividade.

A ferrovia trouxe consigo, também, a demanda por condições melhores de atendimento aos navios. O processo de embarque do café e desembarque de mercadorias que inicialmente era feito através de pontes⁷, passou a ser deficitário. Os trapiches, locais para armazenamento também. Não davam conta do aumento do movimento de mercadorias. Em 1870 existiam nove pontes e trapiches e os “pontões”⁸ passaram a ser alugados às agências de vapores para trazer as mercadorias dos navios que não haviam conseguido vaga nas pontes.

Entre a constatação da necessidade de adequação do porto e a efetiva solução do problema, decorreram muitos anos. O decreto imperial n.º 9979, que autorizou a lavratura do contrato para a construção do cais, data de 12 de julho de 1888. Este foi firmado com os senhores José Pinto de Oliveira, Candido Gaffrè, Eduardo Pelassin Guinle, João Gomes Ribeiro Barros e Braga que organizaram a firma Gaffrè, Guinle & Cia. Ltda. Questões jurídicas, falta de mão de obra, entre outros fatores, atrasaram sua inauguração. Apenas em 2 de fevereiro de 1892 atracou o primeiro navio no novo cais, o navio inglês “Nasmith”. Em 15 de julho deste mesmo ano, o Decreto n.º 942 decidiu pelo prolongamento do cais até os Outerinhos. A Sociedade Companhia Docas de Santos, à qual pertenciam os Srs Gaffrè e Guinle, ficou encarregada da obra. Em 1909, toda a obra inicialmente prevista estava concluída, com 4.720 m de cais (LOPES, 1974, p. 48-54).

Lanna (1996, p. 54) destaca que:

[...] [o porto] de Santos se tinha, de fato, transformado em monopolizador de toda a atividade do planalto e, a partir de meados do século XIX, principalmente da atividade cafeeira. A vitalidade santista estava intimamente associada à ferrovia e ao porto que permitiram a consolidação e transformação de suas funções portuária e comercial.

Neste período o porto de Santos trazia divisas ao país, através da exportação do café. A cidade era atraente pelas oportunidades de trabalho proporcionadas pelo aumento do comércio, ampliação do porto, processo de urbanização. Tornou-se, assim, porta de entrada de imigrantes,

⁷ Como não havia um cais natural, as pontes ligavam a costa ao local onde havia profundidade suficiente para a atracação dos navios.

⁸ Pontões era o nome dado às embarcações que levavam e traziam mercadorias aos navios ancorados ao largo.

tanto estrangeiros como vindos de outras regiões do Brasil. Pela mesma razão, foi se tornando tumultuada e desorganizada.

Vinham europeus com destino à lavoura cafeeira paulista. Alguns destes imigrantes deixavam ou fugiam das fazendas de café e retornavam a Santos. De outras regiões do Brasil chegavam pessoas, vindas em busca de trabalho, por conta própria ou arregimentados em suas regiões de origem. Havia oportunidades de trabalho na ampliação do cais, na construção civil, no comércio em desenvolvimento. Em 1913, a população residente em Santos chegou a ser composta por 44,7% por estrangeiros, sendo 25% de portugueses, 9% de espanhóis e 3% de italianos. (LANNA, 1996, p. 167)

Com a chegada de forasteiros, houve carência de moradias. Casas, onde antes morava uma família, foram subdivididas e passaram a abrigar várias outras. Improvisavam-se dependências também nos quintais das casas, os cortiços, cubículos feitos de tábuas, baixos, cobertos de zinco, construídos diretamente sobre o solo úmido. A inexistência de banheiros ou mesmo latrinas era comum. Os dejetos eram jogados nestes mesmos quintais ou em terrenos baldios. Não possuíam água corrente. Muitas vezes serviam apenas como local de dormida e de guarda dos poucos pertences das famílias que os habitavam. A procura por melhores condições de vida acabou levando muitos forasteiros a enfrentarem dificuldades de toda ordem. Moravam de forma precária, quer sob o ponto de vista do conforto como da higiene. Havia trabalho, mas mesmo este não era garantido, nem suas condições as almejadas. Para conseguirem sobreviver, enfrentavam muitas vezes duras jornadas diárias.

Com a multiplicação dos estabelecimentos comerciais, estes também passaram a abrigar, como moradores, seus empregados e proprietários. Até cocheiras serviram de abrigo a pessoas. Este aumento populacional gerou excessiva concentração de habitantes. Em 1889 a cidade possuía 15.600 habitantes e apenas 2.000 casas. Em 1901, havia 45.000 habitantes, alojados em perto de 5.000 moradias. (ANDRADE, 1989, p. 92)

Com o desenvolvimento, implementou-se, gradualmente, a ordem social burguesa, a ordem econômica capitalista. Grandes e pequenos estabelecimentos de comércio surgiram. Casas comissárias e corretores de café se estabeleceram. Firms exportadoras, a princípio estrangeiras e, posteriormente, também brasileiras, se instalaram. Bancos foram inaugurados. Houve a implantação de serviços públicos e aumento do controle alfandegário. Com o progresso também foram instaladas representações de Consulados e, próximos às praias, hotéis e restaurantes.

Ao lado do grande comércio, havia estabelecimentos ligados ao comércio de secos e molhados, armarinhos e tecidos e também, circulando pela cidade, quitadeiras, catadoras de café, lavadeiras, carroceiros, barbeiros etc. No embarque do café e no desembarque de mercadorias várias, eram tantas outras pessoas. A construção e, posteriormente, a ampliação do cais também colocaram em circulação outras tantas. A re-urbanização também utilizou a mão de obra de quem se apresentou. Para alimentar toda esta população, onde havia a presença maciça de uma população masculina, foram abertas muitas *casas de pasto*⁹ (LANNA, 1996, p. 241). As ruas serviam como centro de convivência da população. A permanência no interior das residências era mínima.

Se, por um lado, a cidade progredia, por outro, as epidemias constituíam uma triste realidade. Desde meados do século XIX, várias moléstias devastaram com frequência a cidade, matando grande parte de sua população fixa e flutuante. A primeira epidemia foi de febre amarela, em 1844. Na década de 1850 ela reapareceu quatro vezes. Em 1873 morreram, em 55 dias, 86 pessoas. Epidemias de coqueluche e a varíola também vitimaram muitos habitantes. Outras doenças que grassaram na cidade foram o impaludismo, o sarampão, a tuberculose e, ao final do século XIX, a peste bubônica.

Como causas destas epidemias havia fatores de ordem natural. Os verões quentes, com chuvas frequentes, propiciavam a proliferação de mosquitos, uma vez que a planície era sulcada por uma rica e caótica rede de drenagem superficial que, com as chuvas, acabavam por formar extensos manguezais, brejos de água doce. Com as marés, a água do mar penetrava pelos córregos, muitas vezes carregando areia, assoreando-os e dificultando o escoamento desta água parada. As pontes usadas como atracadouros também dificultavam o livre movimento das águas, agravando as condições higiênicas (LOPES, 1974, p. 61).

A falta de infra-estrutura da cidade, que não possuía sistema de coleta de lixo e de esgotos também contribuiu para a propagação das doenças. Com o adensamento populacional a situação piorou. O transporte urbano, por utilizar animais de tração, mantinha cocheiras com alfafa para alimentação dos mesmos, no que acabou atraindo os ratos, trazidos pelos navios. Com os roedores, veio a peste bubônica.

⁹ Estabelecimentos que, geralmente ligados aos cortiços, forneciam alimentação à população trabalhadora.

Da mesma forma que chegava um grande contingente de pessoas, outro morria devido a estas epidemias. Houve casos de navios estrangeiros que não conseguiram deixar o porto por falta de tripulantes, pois estes eram muito mais susceptíveis às epidemias que os brasileiros.

O cemitério ficava próximo ao cais e, devido a isso, o terreno era encharcado. Acabou por ficar saturado e, quando havia inundações, os corpos chegavam a boiar.

Em 1889, a situação, no que se relacionava às epidemias, piorou. Cinco moléstias atingiam os moradores: a febre amarela, o impaludismo, a peste bubônica, a varíola e a tuberculose. Andrade (1989, p.86) relata que *a epidemia de 89 foi tão virulenta que despertou várias atitudes em solidariedade, que concorreram com auxílios de toda espécie.*

Na ocasião, a cidade estava em ebulição, fervendo com o progresso que chegou, mas também com as mazelas que vieram junto, como os cortiços e as epidemias. As pessoas doentes, acomodadas sem o mínimo conforto, junto a pessoas sãs. Os quintais alagados, propiciando a proliferação dos mosquitos. As valas expostas ao sol do verão, repletas de vegetais e de animais em decomposição, recebiam materiais fecais e águas servidas, facilitando a disseminação da doença.

Até o início do século XX, pouco se conhecia sobre a forma de transmissão das doenças em geral, inclusive da febre amarela. Medidas que contribuiriam para o seu controle não eram tomadas. O número crescente de navios e a ineficaz inspeção sanitária dos mesmos era também um fator transmissor. Muitos navios traziam doentes que, em terra, acabavam servindo como disseminadores das doenças. A situação chegou a tal ponto neste ano que, por um certo período, foi proibida a atracação de navios.

Muitas pessoas pobres, entre elas imigrantes, acabaram vítimas desta moléstia. Crianças, cujos pais estavam internados ou haviam falecido, ficaram entregues a sua própria sorte. Mães, cujos maridos haviam morrido, deixando-as com vários filhos, não tinham como sustentá-los. Pais trabalhadores, tendo morrido a esposa, viram-se sem saber o que fazer para cuidar dos filhos e continuarem a manter a casa.

Lanna (1996, p. 235) cita que muitos pais entregavam seus filhos para outras pessoas criarem. Segunda a autora, havia na época uma liberdade moral muito grande, criticada pela moral burguesa. Muitas das meninas foram defloradas pelos seus guardiões.

Com a morte dos pais, muitas crianças, principalmente aquelas vindas da Europa, ou filhas de imigrantes, nascidas aqui, viram-se sozinhas. Avós e parentes haviam ficado no local de

origem. *As graves pandemias que chegaram ao Brasil (da febre amarela, em 1849 e, em seguida, a da cólera, em 1855) devastaram as cidades litorâneas e produziram o aumento de órfãos e de abandonados.* (MARCÍLIO, 1998, p.202)

Formado em 1882 pela Faculdade de Direito do Recife¹⁰, em 18 de março de 1889, o Dr. José Xavier Carvalho de Mendonça exercia a função de Juiz de Órfãos, ano em que passou a advogar em Santos.

Como forma de dar apoio à população, a família imperial enviou a Santos o Conde D'Eu. José Xavier Carvalho de Mendonça, em presença do representante real, comentava com Aureliano Coutinho Nogueira da Gama, guarda-mor da Alfândega, o caso do falecimento de um escriturário da Companhia Docas e de sua esposa, que haviam deixado seis filhos órfãos. Era sua obrigação, como Juiz, resolver o que fazer com os órfãos.

Pesava também o fato de que crianças perambulando pelas ruas, abandonadas, ser um fator considerado de risco e desperdício no que poderiam contribuir para o fortalecimento de uma nação.

[...] nas províncias, multiplicou-se a intervenção do poder regional, para se criarem instituições de assistência aos pequenos abandonados, dar-lhes um esboço de racionalidade interna (dos espaços físicos, das normas, da disciplina e dos programas) e introduzir o ensino profissionalizante, preparando os educandos para uma atuação ordeira e produtiva na sociedade. (MARCÍLIO, 1998, p. 202)

Dentro da nova mentalidade modernista de higienizar e preparar mão de obra para o trabalho, a intervenção junto às crianças órfãs se mostrava necessária. A criação de Asilos foi a solução encontrada na época.

Nogueira da Gama lembrou a possibilidade da criação de um asilo para acolher os órfãos, segundo ele *as verdadeiras vítimas da epidemia*. Segundo Carvalho de Mendonça¹¹, *Sua Alteza*,

¹⁰ Como tinha militância política, foi nomeado para fazer parte do Primeiro Conselho de Intendência da cidade de Santos após a Proclamação da República, pelo então Presidente do Estado de São Paulo, Dr. Prudente de Moraes. Permaneceu no Conselho de Intendência de 19 de fevereiro de 1890 a 18 de fevereiro de 1891. Abandonando a política passou a dedicar-se a sua profissão. Foi advogado e, mais tarde, diretor da Companhia Docas de Santos e consultor jurídico do Banco do Brasil. Em 1891 doutorou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo sido professor deste tradicional estabelecimento de ensino.

¹¹ Discurso de instalação da Associação Protetora da Infância Desvalida, transcrito para o Primeiro Livro de Atas.

o Sr. Conde D'Eu, que já por ocasião de sua visita à Santa Casa de Misericórdia havia lamentado a falta de um abrigo para os órfãos, animou, com palavras lisonjeiras, a fundação do asilo e abriu a subscrição iniciada em benefício dos órfãos desamparados. Cabe lembrar que, segundo Schueler (2001, p. 162), a Associação Protetora da Infância Desvalida, com sede no Rio de Janeiro, era protegida pela Princesa Isabel e pelo Conde.

Resolveram, então, instalar um Asilo Provisório de Órfãos, em uma casa alugada, na Rua Xavier da Silveira número quatro, para acolher aquelas seis crianças e outras cujos pais viessem a falecer.

Para discutir a forma de manter e administrar o Asilo, Carvalho de Mendonça e Nogueira da Gama convocaram a população em geral para uma reunião, a ser realizada no dia 21 de abril, segunda-feira, ao meio dia. A convocação foi feita através de cartazes, distribuídos pela cidade.

Os cartazes diziam:

Azylo de orphãos

Não sendo publicado o “Diario de Santos” no Domingo, por causa das festas da Semana Santa, pelo prezente boletim communicamos que amanhã ao meio dia terá logar no salão do Jury, a reunião para se resolver sobre a effetividade do Asylo de Órphãos.

Para esta reunião não há convites especiaes.

Pedimos o comparecimento de todas aquellas pessoas às quaes interessa a fundação definitiva de uma associação protectora da infância desvalida.¹²

Ao público que compareceu à reunião¹³ foi explicado que esta se devia aos apelos dos iniciadores do Asilo Provisório de Órfãos, Aureliano Coutinho Nogueira da Gama e José Xavier Carvalho de Mendonça. Este último propunha que se formasse uma sociedade que tivesse a seu cargo o asilo e que se chamasse Associação Protetora da Infância Desvalida.

A idéia da criação de um abrigo em Santos, para os filhos de pais falecidos em decorrência da epidemia, surgiu com a aprovação dos santistas. Mostra disso foi que, no dia 14 de abril, antes mesmo de se decidir pela instalação de uma Associação responsável pela manutenção do orfanato, o dinheiro arrecadado durante a inauguração do ramal da Barra da Empresa de Bondes da Vila Matias foi inteiramente destinado a esta empreitada. O convite enviado ao Dr.

¹² Um exemplar deste cartaz encontra-se afixado no Livro de Atas da Comissão de Instalação.

¹³ O salão do Júri ficava, na época, na Casa de Cadeia e Câmara, local conhecido hoje como Cadeia Velha.

Sóter de Araújo dizia [...] *Comunico que a renda do dia reverterá em benefício do Asilo de Órfãos desta cidade* [...].

As passagens não tiveram nesse dia preço taxado. Cada qual pagava conforme a sua generosidade. E a comissão arrecadadora da renda compunha-se do tenente-coronel Francisco Martins dos Santos, comandante José Maria de Albuquerque Blöem, Ernesto Candido Gomes e comendador Saturnino Gomes (COSTA E SILVA SOBRINHO, 1953. p. 138).

Mas o acolhimento da idéia não foi só da população regional. Doações para esta empreitada vieram em grande monta de várias regiões do país. Trechos do artigo publicado no jornal “A Província de São Paulo” , em 27 de julho de 1889, intitulado “Caridade Pública”, merecem ser transcritos:

A exemplo de alguns jornais europeus, abrimos hoje em nossas colunas espaço para a expansão da caridade pública que acode sempre a minorar os sofrimentos dos desfavorecidos da sorte, dos quais só encontram abrigo nos corações magnânimos, sacrários abertos a todos os sentimentos generosos. [...] Receberemos todas as ofertas que o público nos queira encarregar de dirigir ao seu destino e reclamamos desde já a sua generosidade para duas instituições dignas de apoio. O Asilo de Órfãos de Santos e de Campinas, destinados a acolher as pobres crianças que a peste deixou ao desamparo, sem as ternuras da mãe e proteção do pai.

Não estamos, é certo, em um país em que reine a miséria, em que se morra de fome, mas não se trata somente de assegurar a essas pobres crianças a subsistência material; **o fim das beneméritas instituições é mais elevado – trata-se de fazer desses entes desprotegidos futuros cidadãos úteis à pátria e mães de família dignas desse nome sagrado, mães que compreendam os seus deveres de educadoras da infância a quem incumbe a difícil mas consoladora tarefa de regenerar a sociedade pelo exemplo de constantes virtudes.** [...] ¹⁴

Todos aqueles que compareceram à reunião no salão do Júri, sessenta e um cavalheiros, puderam opinar e votar, e foram considerados sócio-instaladores¹⁵.

¹⁴ Grifo meu.

¹⁵ Foram eles: Affonso Francisco Veridiano, Affonso Teixeira de Carvalho, Alberto Valladão, Américo Martins dos Santos, Antonio Ludgero dos Santos, Aprígio Carlos Macedo, Ascendino da Natividade, Moutinho, Augusto de Carvalho, Aureliano de Souza Nogueira da Gama, Benedicto de Figueiredo Ramos, Benedicto José de Sousa Junior, Bernardino Clementino Nébias, Bernardino de Sant’Anna Leite, Carlos B. Nogueira da Gama, Carlos Martins dos Santos, Carlos

Foi escolhida, nesta ocasião, a Comissão Instaladora responsável pela elaboração dos Estatutos, pela arrecadação de donativos e escolha de um imóvel que pudesse abrigar convenientemente o asilo.

Como forma de viabilizar a criação da Associação Protetora da Infância Desvalida de Santos, Carvalho de Mendonça sugeriu que se formasse uma comissão de vinte membros, para organizar os estatutos e colocar em execução a idéia. Dr. João Carvalhal, também um homem público da cidade, contrapondo-se a Carvalho de Mendonça, propôs que a comissão tivesse cinco membros e que fosse dirigida por Carvalho de Mendonça e por Nogueira da Gama. Após discussões, foi aprovada por unanimidade a escolha de uma comissão de cinco membros, sob a direção de Carvalho de Mendonça.

Foram eleitos para esta comissão: Júlio Conceição, Coronel Proost de Souza, Dr. João Carvalhal, Ernesto Candido Gomes e seu irmão Comendador Saturnino Candido Gomes, todos pertencentes à elite santista. Ernesto Candido Gomes, entretanto, pediu dispensa do cargo, alegando que, sendo ele e seu irmão gerentes de uma mesma casa comercial, não disporia de tempo. Em seu lugar foi escolhido Dr. João Nepomuceno Freire Junior.

As reuniões da Comissão de Instalação, da Diretoria, do Conselho Geral e da Assembléia Geral foram relatadas em Atas, registradas pelo Primeiro Secretário em livros destinados a elas e assinadas pelo Presidente da Associação.

Eleita a Comissão de Instalação, foram nomeadas duas sub-comissões. A Comissão encarregada da confecção dos Estatutos conseguiu apresentar para análise uma proposta, em reunião da Assembléia Geral, no dia 5 de maio. Todas as pessoas presentes puderam opinar e a

Xavier de Moraes, Constantino Mesquita, Custodio da Costa Pinho, Emilio Sayão Carvalho, Ernesto Bormann, Ernesto Candido Gomes, Ernesto Hess, Francisco Martins dos Santos, Francisco Martins dos Santos Filho, Francisco de Paula Coelho, Francisco P. Machado Reis, Graciliano da Costa Pinheiro, Guilherme Aralhe, Henrique Pedro de Oliveira, João Baptista Bueno, João Bernardino de Lima Junior, João Francisco do Sacramento Macuco, Dr. João Galeão Carvalhal, João Guerra, João Manoel Alfaya Rodrigues Junior, João Michelena, Dr. João Nepomuceno Freire Junior, João da Silva Oliveira Pinto, Joaquim Benedicto B. Junior, Dr. Joaquim da Motta e Silva, Joaquim Xavier Pinheiro, José Augusto Pereira, José Bernardes de Oliveira, Dr. José Emilio R. Campos, José Feliciano da Silva Anjos, José Francisco de Moraes, José Gomes, José M. de Albuquerque Blöem, José Proost de Sousa, José Theodoro dos Santos Pereira, Dr. José Xavier Carvalho de Mendonça, Julio Conceição, Julio Teixeira, Manoel Augusto de Oliveira Alfaya, Manoel Azurem Costa, Manoel Lopes Leal, Mathias Costa, Narciso de Andrade, Raymundo Gonçalves Corvelo, Saturnino Candido Gomes e Zeferino Barbosa.

Comissão se encarregou das alterações. Os itens dos Estatutos foram discutidos e aprovados no mesmo dia, com as alterações propostas.

Atendendo os Estatutos, ainda neste dia foram eleitos os treze membros do Conselho Geral e a primeira Comissão Fiscal. Para o Conselho: Aureliano de Souza Nogueira da Gama, Dr. José Xavier Carvalho de Mendonça, Francisco Martins dos Santos Junior, Dr. João Nepomuceno Freire Junior, Coronel José Proost de Souza, Júlio Conceição, Comandante José Maria de Albuquerque Blöem, Narciso de Andrade, Major Joaquim Xavier Pinheiro, Raymundo Gonçalves Corvelo, Affonso Francisco Veridiano, Comendador Saturnino Candido Gomes e Francisco Portuense Machado Reis. Para a Comissão Fiscal: Dr. João Galeão Carvalhal, José Feliciano da Silveira Anjos e, como relator, João Guerra. Ficaram como suplentes Manuel Augusto Alfaya, Ernesto Candido Gomes e Américo Martins dos Santos.

No dia seguinte, seis de maio, foi eleita a primeira Diretoria da Associação: Presidente, Dr. José Xavier Carvalho de Mendonça; Vice-presidente, Nogueira da Gama; Primeiro Secretário, Francisco Martins dos Santos Junior; Segundo Secretário, Francisco P. Machado Reis; Tesoureiro, Coronel Proost de Souza. Nogueira da Gama e Machado Reis, alegando ter muitos afazeres, renunciaram aos cargos. A partir de setembro, o Comendador Saturnino Gomes e o Dr. João Nepomuceno Freire Junior os substituíram.

Quadro 1.
Relação da Diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida (1889-1914)

	PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	1º SECRETÁRIO	2º SECRETÁRIO	TESOUREIRO
1ª DIRETORIA (1889-1890)	Dr. José Xavier Carvalho de Mendonça	Comendador Saturnino Gomes (substituiu Nogueira da Gama)	Francisco Martins dos Santos Junior	Dr. João N. Freire Junior (substituiu Francisco Machado Reis)	Coronel José Proost de Souza
2ª DIRETORIA (1890-1891)	Dr. José Xavier Carvalho de Mendonça	Ernesto Candido Gomes	Dr. João N. Freire Junior	Arthur Torres	Bernardo Mursa
3ª DIRETORIA (1891-1892)	Dr. João N. Freire Junior	Ricardo Pinto de Oliveira	Arthur Torres	Joaquim Ayres	Luis Antonio da Silva
4ª DIRETORIA (1892-1893)	Francisco Alves da Silva	Américo Martins dos Santos	Domiciano S. Monteiro	Antonio Costallat	José da Costa Silveira
5ª DIRETORIA (1893-1894)	Major Joaquim Fernandes Pacheco	Dr C.Alberto Carneiro da Costa	Carlos Joaquim Dias	Gil Rodrigues	José Adelino da Veiga Machado
6ª DIRETORIA (1894-1895)	Dr C.Alberto Carneiro da Costa	Ernesto Bormann	José Adelino da Veiga Machado	Gil Rodrigues	José Paulo de Azevedo Sodré

7ª DIRETORIA (1895-1896)	Dr. João N. Freire Junior	Ernesto Bormann	Dr Francisco Xavier Guedes Pereira	Arthur Thomaz Coelho	José Paulo de Azevedo Sodré
8ª DIRETORIA (1896-1897)	Dr. João N. Freire Junior	Ernesto Bormann	Dr Francisco Xavier Guedes Pereira	Arthur Thomaz Coelho	José Paulo de Azevedo Sodré
9ª DIRETORIA (1897-1898)	Dr. João N. Freire Junior	Ernesto Bormann	Dr Francisco Xavier Guedes Pereira	Arthur Thomaz Coelho	José Paulo de Azevedo Sodré
10ª DIRETORIA (1898-1899)	Dr Francisco Malta Cardoso	Fritz Christ	Dr. Manoel Galeão Carvalho	Affonso Francisco Veridiano	Joaquim Fernandes Pacheco
11ª DIRETORIA (1899-1900)	Coronel Narciso de Andrade	Fritz Christ	Francisco Malta Cardoso	Dr. Manoel Galeão Carvalho	Coronel José Proost de Souza
12ª DIRETORIA (1900-1901)	Coronel Narciso de Andrade	Coronel Francisco de Almeida Moraes	Francisco Malta Cardoso	Dr. Manoel Galeão Carvalho	Coronel Antonio Candido Gomes
13ª DIRETORIA (1901-1902)	Dr. João N. Freire Junior	Coronel Narciso de Andrade	Dr. Manoel Galeão Carvalho	Arthur Thomaz Coelho	Henrique Porchat de Assis
14ª DIRETORIA (1902-1903)	Dr. João N. Freire Junior	Coronel Narciso de Andrade	Dr. Manoel Galeão Carvalho	Henrique Porchat de Assis	Arthur Thomaz Coelho
15ª DIRETORIA (1903-1904)	Dr. João N. Freire Junior	Coronel Narciso de Andrade	Dr. Manoel Galeão Carvalho	Joaquim Fernandes Pacheco	Arthur Thomaz Coelho
16ª DIRETORIA (1904-1905)	Dr. João N. Freire Junior	Coronel Antonio Candido Gomes	Dr. Manoel Galeão Carvalho	Joaquim Fernandes Pacheco	Arthur Thomaz Coelho
17ª DIRETORIA (1905-1906)	Coronel Antonio Candido Gomes	Joaquim Fernandes Pacheco	Dr. Manoel Galeão Carvalho	Dr. Joaquim dos Santos Silva	Carlos Weber
18ª DIRETORIA (1906-1907)	Coronel Francisco de Almeida Moraes	Joaquim Fernandes Pacheco	Dr. Manoel Galeão Carvalho	Fernando Monteiro da Silva	Carlos Weber
19ª DIRETORIA (1907-1908)	Coronel Francisco de Almeida Moraes	Joaquim Fernandes Pacheco	Dr. Manoel Galeão Carvalho	Fernando Monteiro da Silva	Carlos Weber
20ª DIRETORIA (1908-1909)	Coronel Francisco de Almeida Moraes	Dr. Ulrico Mursa	Dr. Victor de Lamare	Nicanor Leite Amaral	Carlos Weber
21ª DIRETORIA (1909-1910)	Dr. Ulrico Mursa	Carlos Weber	Dr. Victor de Lamare	Arlindo Aguiar Junior	Nicanor Leite Amaral
22ª DIRETORIA (1910-1911)	Dr. Victor de Lamare	Com. João M. Alfaya Rodrigues	Arlindo Aguiar Junior	Álvaro Bittencourt	Guilherme Santos
23ª DIRETORIA (1911-1912)	Dr. Victor de Lamare	Com. João M. Alfaya Rodrigues	Arlindo Aguiar Junior	Álvaro Bittencourt	Guilherme Santos
24ª DIRETORIA (1912-1913)	Dr. Victor de Lamare	Com. João M. Alfaya Rodrigues	Arlindo Aguiar Junior	Álvaro Bittencourt	Eduardo Machado

25ª DIRETORIA (1913-1914)	Dr. Victor de Lamare	Com. João M. Alfaya Rodrigues	Arlindo Aguiar Junior	Álvaro Bittencourt	Eduardo Machado
26ª DIRETORIA (1914-1915)	Dr. Victor de Lamare	Com. João M. Alfaya Rodrigues	Augusto Marinangeli	João Salermo	Arlindo Aguiar Junior

Fonte: Livros de Atas da Associação Protetora da Infância Desvalida de Santos
Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

Em reunião do dia oito de maio foram eleitas as Protetoras, senhoras responsáveis por angariar fundos e supervisionar o orfanato¹⁶, e também foi escolhido o local da cerimônia de Instalação oficial da Associação.

Cabe chamar a atenção do esforço da Comissão de Instalação e das demais pessoas envolvidas. Em menos de um mês fizeram treze reuniões e tomaram decisões fundamentais para a constituição da Associação Protetora da Infância Desvalida.

A solenidade de Instalação oficial da Associação Protetora da Infância Desvalida foi planejada cuidadosamente e se deu no dia 13 de maio de 1889, às 13 horas, no teatro Guarani, em Santos, com a presença das crianças asiladas e dos membros do Conselho Geral com seus familiares. Convites haviam sido encaminhados às autoridades, imprensa, corpo consular, sócios e Protetoras. Pela imprensa e por folhetos foram chamados os demais habitantes da cidade. Contou com a presença maciça da população esperada, ou seja, as elites. Teve a visibilidade com a qual se contava.

Discursaram, pela Associação¹⁷, primeiro Carvalho de Mendonça. Depois, o Dr. Martim Francisco Filho, orador oficial, seguido pelo Barão de São Domingos (Domingos Monteiro Peixoto). Além deles, fizeram uso da palavra o Dr. João Carvalhal, o Dr. Izidoro de Campos e Zenóbio de Figueiredo. Feito o convite aos presentes que quisessem fazer uso da palavra, apresentou-se Leopoldo de Freitas, do Rio Grande do Sul.

O Presidente começou seu discurso agradecendo a *boa vontade e presteza com que os habitantes da cidade acolheram a idéia e da coadjuvação que lhe deram*. Destacou a *nunca desmentida caridade do povo santista*. Esclareceu qual a finalidade da reunião e o motivo de ter aceitado, o que ele chamou de *honrosa incumbência* de presidir a Associação. Fez uma breve

¹⁶ Eram doze Protetoras, cada uma responsável por um mês.

¹⁷ Os discursos proferidos por ocasião da instalação oficial foram divulgados pela imprensa escrita e o de Carvalho de Mendonça abre o Primeiro Livro de Atas da Associação.

descrição dos horrores da epidemia e mencionou a existência de *tantos órfãos em abandono*. Atribuiu a ela o motivo da criação de uma entidade para servir de *amparo para as pobres criancinhas desvalidas e abandonadas*. Destacou que a idéia da criação de um Asilo para os órfãos, que tiveram a *desgraça de perder um pai ou mãe carinhosa*, partiu de Nogueira da Gama e que a participação da cidade viabilizou a consecução da mesma. Destacou que se tratava de uma *iniciativa particular deste país, onde o Governo nada provê*. Fez votos de que em breve esta instituição honrasse a cidade e de que os órfãos pudessem *encontrar nas senhoras e cavalheiros desta terra outras mães e pais providentes do seu bem estar*.

Aproveitando o ensejo, o Dr. João Carvalhal fez referências à data escolhida, quando se comemorava um ano da abolição da escravatura.

Leopoldo de Freitas, em passagem pela cidade, reforçou a idéia da abolição e destacou que Santos *foi quem deu o exemplo de saneamento a todo o país*.

Também por jornal foi divulgado o relatório apresentado ao Conselho Geral da Associação Protetora da Infância Desvalida, na sessão de 14 de maio, por Carvalho de Mendonça. Neste consta que até a data o Asilo de Órfãos havia recebido 17:233\$270¹⁸.

No mesmo dia da instalação oficial, às 18 horas, foi feita a primeira reunião de Diretoria, em dependência do Asilo Provisório. Nesta data foram apresentadas aos presentes aproximadamente oitenta novas propostas para sócio-contribuintes, todas aceitas. Nelas constavam os nomes de pessoas que se tornaram referência na região, como Joaquim Fernandes Pacheco, Joaquim Silvério dos Reis Montenegro, José Emmerich, Manoel Teixeira da Silva, Valentiano A. Teixeira Leomil, Bento Céspedes Barbosa, André Miller, Antonio Moreira de Sampaio, Dr. Domingos Sérgio de Saboya, José Caballero e José Paulo de Azevedo Sodré Junior.

A Associação era composta por sócios e benfeitores. O Conselho Geral era constituído por treze membros escolhidos entre os sócios e mais dois, um indicado pela Câmara Municipal de Santos e outro pelo Juiz de Órfãos.

A condução da Associação era confiada ao Presidente, assessorado pelos outros membros da Diretoria. Esta Diretoria reunia-se periodicamente, a critério do Presidente, para discutir questões relativas à manutenção financeira da Instituição, questões de ordem administrativa, tais

¹⁸ Cópia deste relatório acha-se afixada no Livro de Atas da Comissão de Instalação.

como admissão e saída de abrigados, admissão, saída e remuneração de funcionários, questões relativas aos prédios e equipamentos e questões de ordem mais trivial, como fornecimento de alimentos, vestuários para os internos.

Uma preocupação especial havia com relação à adesão de novos sócios, na ocasião facilmente conseguida, pois dava prestígio pertencer à Associação. A entrada de novos sócios garantia, através do pagamento de mensalidades, condições para a manutenção do orfanato.

Além do dinheiro arrecadado desta forma, vários tipos de contribuições foram recebidos da população santista. A Farmácia Toledo, do Sr. Joaquim José de Toledo, forneceu medicamentos gratuitamente, atendendo a mais de duzentas receitas médicas, assim como a Farmácia Popular, do Sr. Ascendino Moutinho e a de Nossa Senhora do Carmo.

A padaria Ítalo-Brasileira, do Sr. João Votta, forneceu gratuitamente durante mais de dois meses, pão, biscoitos, bolachas.

Médicos também prestaram gratuitamente seus serviços. A princípio o Dr. Pereira de Barros, até sair da cidade. Foi substituído pelo Dr. Ildefonso Archer de Castilho, que fez visitas médicas diárias até retornar a São Paulo. Foi quando o Dr. Ernesto de La Cerda passou a atender as crianças do Asilo. O Dr. Sóter de Araújo tratou de um órfão portador de paralisia. O Dr. Giovanni Eboli prestou serviços a crianças com moléstias nos olhos. Além destes, prestaram serviços o Dr. Silvério Fontes e o Dr. Motta e Silva.

Donativos também foram recebidos da maçonaria. No dia catorze de maio, ofício de Julio Conceição, Presidente da Câmara Municipal, comunicava o recebimento de donativo em dinheiro, enviado pela loja Grande Oriente do Brasil, do Rio de Janeiro. No dia 23 de maio, outra doação foi recebida. Desta vez da loja maçônica Estrella do Oeste, de Ribeirão Preto, por intermédio de Julio Conceição, dinheiro proveniente da venda do Jornal Polyanthéa Ribeirão Pretense.

Donativos também vieram de pessoas de outras regiões, como da parte de Dona Veridiana Prado. O gerente e a diretoria do London & Brasília Bank fizeram uma subscrição em Itanhaém. O comandante do Vapor Nacional, no Rio de Janeiro, também conseguiu arrecadar dinheiro a bordo, para o asilo. Foram enviadas importâncias, arrecadadas em São José do Rio Pardo, Cuiabá, Rio Claro e São Carlos do Pinhal. Uma doação foi feita pela Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa do Rio de Janeiro e outra pelas repartições da Estrada de Ferro São Paulo ao Rio de Janeiro.

Várias firmas comerciais também fizeram contribuições: Prates & Filho, Nielsen & Cia., Domingos Loureiro da Cruz, A Promelle & Cia., John Bradshar, Hard Rand & Cia., Holworthy, Ellis & Cia., Edward Johnston & Cia., Zerrenner Bulow & Cia., Theodore Wille & Cia. entre outras, nacionais e estrangeiras.

Concomitantemente aos esforços para resolver o problema de orfandade, criado pelas epidemias, medidas enérgicas foram tomadas para sanear a cidade. Após sucessivas tentativas infrutíferas de resolver os problemas decorrentes da insalubridade, deu-se a intervenção sanitária.

Apenas com a intervenção do governo do Estado foi possível superar esta fase, pois a cidade não dispunha dos recursos necessários (LOPES, 1974, p.82-87). Esta intervenção ocorreu pela pressão dos órgãos representativos do grupo cafeeiro e pela opinião pública. Em 15 de março de 1890, um ofício em nome da Associação Comercial de Santos foi enviado ao Presidente da Província pedindo enérgicas e prontas providências para o saneamento da cidade. O Governo Provincial constituiu uma Comissão de Vigilância Sanitária.

Isto se deu somente quando as epidemias começaram a invadir a capital e o interior e a ameaçar a exportação do café. Esta Comissão, em ofício ao Presidente da Província, relatava as principais causas das epidemias. Denunciava o grande número de cortiços, a falta de um sistema de esgotos, a existência de um cemitério (Paquetá) saturado e úmido, a existência de valas descobertas, cortando toda a cidade, cheias de lixo de toda espécie, que desaguavam nas praias. Destacava também a existência de pântanos e poças de água. A Comissão Sanitária, em conjunto com as comissões municipais, atuaram no sentido de controle das doenças.

Lanna (1996, p. 61) destaca que

[...] não se pode desvincular a tão reivindicada reforma do porto da situação geral do estado de São Paulo. Tanto nas reformas do porto quanto nas intervenções sanitárias, mais do que a situação mesmo da cidade de Santos, estava em jogo sua posição estratégica na relação com o planalto.

O serviço de abastecimento de água, a construção de canais, rede de esgotos, a canalização de córregos e a construção e ampliação do cais, conseguiram fazer com que a cidade superasse esta fase.

Ainda segundo Lanna (1996, p.150),

A partir de 1913, a cidade higienizada não dizima de forma indistinta sua população. Os cortiços de madeira dos quintais do centro tinham sido banidos, a cidade expandida [...] dividia-se no centro antigo, essencialmente comercial e remodelado com apuro e na área “suburbana”, das praias¹⁹, com casas elegantes e belas avenidas.

As idéias modernistas trazidas da Europa pelas elites eram encaradas por estas como necessárias para a aceitação, pelos países estrangeiros, de que o país era civilizado e, portanto, poderia com eles manter relações comerciais e políticas.

No século XIX as principais nações européias se auto-referem como civilizadas e se reconhecem universalizadas na modernidade. No Brasil as elites comungam das mesmas idéias e apostaram na associação entre civilização e progresso (VEIGA, 2004, p.36).

Andrade (1989, p.11) destaca que para a elite santista *ser moderno era crer numa aspiração provocada pela crença de que uma atuação mais progressista resolveria graves problemas na vida da cidade.*

Assim, diante da situação criada pela epidemia e a procura de formas “modernas” de ser, a criação de um Asilo, em Santos, parece ter sua explicação. Diante problema social criado pela epidemia, o grande contingente de crianças órfãs, uma solução “moderna” se fez presente. As crianças foram “retiradas” das ruas e recolhidas a um lugar abrigado. Civilizar estas crianças seria uma forma de caminhar na direção do progresso e de participar do mundo moderno. Contribuir para resolver os problemas desencadeados pelas epidemias, colaborando com a manutenção e a administração do Asilo de Órfãos, era ser progressista.

Embora, no dia seguinte à instalação oficial, a Associação tivesse recebido em doação de José do Sacramento Macuco, um terreno situado na Rua Conselheiro Nébias, com fundos para a Rua da Constituição, havia urgência da transferência das crianças para um local mais apropriado.

A comissão, encarregada de encontrar novo local para o Asilo, começou a procurar um prédio pronto. Após tentativas frustradas, acabou optando por alugar uma residência situada na mesma rua do Asilo Provisório, rua Xavier Silveira, no número 124²⁰. Este *palacete*, como a ele se referem, era propriedade da Viscondessa do Embaré e de seu filho, o Sr. Eduardo Ferreira.

¹⁹ As praias a que a autora se refere era a região conhecida na época como Barra.

²⁰ Salas deste palacete haviam sido cedidas anteriormente, em 1 de outubro de 1885, pelo Visconde do Embaré, para a instalação do “Externato Julio Ribeiro”. (COSTA E SILVA SOBRINHO, 1953, p. 261)

Contatados, com a intenção de fechar o negócio com relação ao imóvel, seus proprietários surpreendentemente resolveram doá-lo para a Associação.

Assim que foi assinada a escritura, no dia 29 de julho, as obras para adaptação da casa às necessidades dos orfanatos foram iniciadas. Em meados de junho de 1889 as crianças foram transferidas para este imóvel.

A inauguração do prédio que abrigaria dois orfanatos, um masculino e outro feminino, deu início a uma nova fase da instituição. A data escolhida para este evento, à semelhança do que ocorreu quando da instalação oficial da Associação, também é significativo, sete de setembro, dia da Independência do Brasil.

A cerimônia, realizada *sem pompa alguma*, como consta do livro de atas, iniciou-se às nove horas da manhã. Compareceram muitas famílias, membros do Conselho, representantes da imprensa. O Cônego Luiz Alves da Silva benzeu o estabelecimento, batizou Fláminia, uma das internas, de poucos meses, e, finalizando, celebrou uma Missa. O prédio ficou exposto ao público naquele dia e no seguinte.

Durante o período em que o Asilo de Órfãos permaneceu neste novo endereço, a demanda por vagas foi aumentando. Em 1890, para ampliação das instalações, foi comprado um terreno, com fundos para o prédio ocupado²¹. Este terreno foi mais tarde vendido ao Moinho Santista.

Posteriormente, dada a impossibilidade de construir o novo prédio, para o orfanato masculino²², resolveram aumentar mais uma vez o atual, com vistas a poder admitir maior número de asilados. Foi alugada uma casa vizinha para ampliação do asilo²³. Foram abertas as comunicações necessárias entre os dois prédios. Esta casa era também de propriedade de Eduardo Ferreira.

Ao *palacete* haviam sido anexados um terreno e uma casa vizinha, visando abrigar o número crescente de crianças que se apresentavam. João Nepomuceno Freire Junior relata que na época eram 94 educandos abrigados na rua Xavier da Silveira, *não comportando mais devido a serem os prédios muito pequenos, tendo a Associação, [providenciado] com urgência, a*

²¹ Ata de 20/01/1890.

²² Ata de 30/11/1891.

²³ Ata de 15/03/1892.

*edificação do novo prédio no terreno da avenida Taylor*²⁴. Antonio Iglesias Taylor, português da cidade do Porto²⁵, residente em Santos, havia doado à Associação Protetora da Infância Desvalida um terreno, medindo 112m por 100m, nesta avenida, no bairro do Macuco. Da doação faziam parte a área para a construção do prédio e mais uma área de terrenos necessários para a abertura de uma via pública que, aberta, recebeu seu nome. Havia, portanto, espaço para se construir um prédio maior.

O local também se mostrava impróprio para a permanência do Asilo. A região estava se tornando apenas zona comercial. O prolongamento do cais alterou a vizinhança. Bares, casas de prostituição, hotéis foram tomando o lugar antes ocupado pelos antigos moradores. A rua abrigava também estabelecimentos comerciais, armazéns de secos e molhados, clubes. Os cortiços tinham uma forte presença ainda. O movimento de trabalhadores, mercadorias, navios passou a dominar a área.

Em 1893, a Revolta da Armada²⁶ mostrou a vulnerabilidade do local. O prédio que abrigava o Asilo ficava junto ao cais, próximo ao quartel²⁷. Como os navios estavam disparando contra a cidade, no dia vinte de setembro, por medida de segurança, os internos foram transferidos temporariamente para o Mosteiro de São Bento, onde passaram dois meses (COSTA E SILVA SOBRINHO, 1953, p.169).

Entre 1894 e 1895, a febre amarela atacou uma asilada e uma noviça que foram removidas para o Hospital do Isolamento. Felizmente estas se restabeleceram. As condições higiênicas do centro da cidade ainda eram péssimas.

Lanna (1996, p. 62) menciona que, em 1897 *o inspetor sanitário, Dr. Olinto Rodrigues Dantas, descrevendo a rua Xavier da Silveira*²⁸ *próxima ao cais, informa sobre a existência,*

²⁴ Ibidem.

²⁵ Era filho de um irlandês, John Taylor, e de uma espanhola, Joaquina Iglesias da Silva Taylor, natural da Galícia.

²⁶ A Revolta da Armada se deu em razão do descontentamento da armada com os atos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Em seis de fevereiro de 1893 foi deflagrada no Rio Grande do Sul uma guerra civil. Em inteligência com este movimento, em seis de setembro do mesmo ano irrompeu no Rio de Janeiro a Revolta da Armada, sob chefia do contra-almirante Custódio de Melo. No dia treze, ao raiar da manhã, os canhões dos navios rebeldes lançaram seus projéteis à esmo contra a cidade. Nos dias 19 à noite e vinte pela madrugada, dois destes navios fundearam à entrada do canal de Santos. Pela manhã foi disparado um tiro contra a fortaleza da Barra. Houve troca de tiros. Uma das granadas do navio caiu na praia, perto do segundo Regimento de Artilharia.

²⁷ A rua Xavier da Silveira era chamada Rua dos Quartéis, porque na primeira esquina ficava o quartel.

²⁸ Rua onde ficava o Asilo.

ainda, de casas antigas, baixas, escuras, mal ventiladas, quase todas ocupadas por botequins e vendas.

Costa e Silva Sobrinho (1953, p. 401) relata que, em 1889, *O cais, por carência de armazéns, vivia abarrotado de mercadorias, cujos fardos invadiam a rua Xavier da Silveira e ali ficavam ao sol e ao relento [...].*

A transferência da instituição para um local afastado do centro comercial acompanharia o franco processo de reurbanização, propiciado pela modernização da cidade. A intervenção urbana tinha o propósito de consolidar poderes e instituir a sociedade burguesa. Uma de suas características era a separação do espaço da cidade segundo as classes sociais. O Macuco, por ser um bairro que passou a ser ocupado pela classe operária, era um destino conveniente. O Asilo abrigava uma população de certa forma “excluída”, proveniente de classes sociais desfavorecidas. *A materialização de visões de civilização, modernidade e progresso eram recursos legitimadores das intervenções.* (LANNA, 1996, p. 85)

Contribuíram, portanto, para a transferência, o aumento do número de crianças abrigadas no Asilo e as condições do local onde originalmente se instalara.

O assentamento da primeira pedra, no terreno da rua Taylor, atual avenida Rodrigues Alves, foi feito no dia oito de dezembro de 1895, com toda solenidade²⁹. O edifício foi construído no prazo de 15 meses, por um custo de 235:000\$00, sendo as obras conduzidas sob a fiscalização do engenheiro Dr. Joaquim G. dos Santos Silva. O início da construção se deu durante a presidência de João Nepomuceno Freire Junior. Na ocasião já eram 103 os educandos.

O terreno onde foi construído o prédio para abrigar o Asilo de Órfãos, tem formato regular, com frente para a rua Taylor, fundos para a rua Borges, lateral esquerda para a rua Senador Dantas e lateral direita para a rua João Alfredo.

Em 13 de maio de 1898 as crianças já ocupavam o novo prédio, planejado especialmente para a destinação a que se pretendia, um asilo. Sua edificação foi conseguida graças ao Dr. João Nepomuceno Freire Junior que custeou as despesas de construção até que a Associação tivesse condições de ressarcir-lo.

²⁹ Ibidem.

Aparentemente, o projeto original é composto de uma edificação, com quatro acréscimos ao longo do tempo. Um jardim, com alamedas sinuosas, integra e serve de passagem para as edificações.

O edifício principal, o primeiro a ser construído, possui planta em forma de H e dois pavimentos. A parte da frente é menos recuada que a dos fundos. Encaixado neste “H” temos, dando para os fundos, um pavilhão retangular onde fica a cozinha. Em linhas gerais, suas dependências possuem pisos e forros em madeira, paredes em sólida alvenaria revestidas por argamassa e pintura, com diversos ornamentos em gesso. Altos pés-direitos e amplas janelas caracterizam as normas higienistas da época.

Figura 1.
Fachada externa do Pavilhão Principal
(1902)

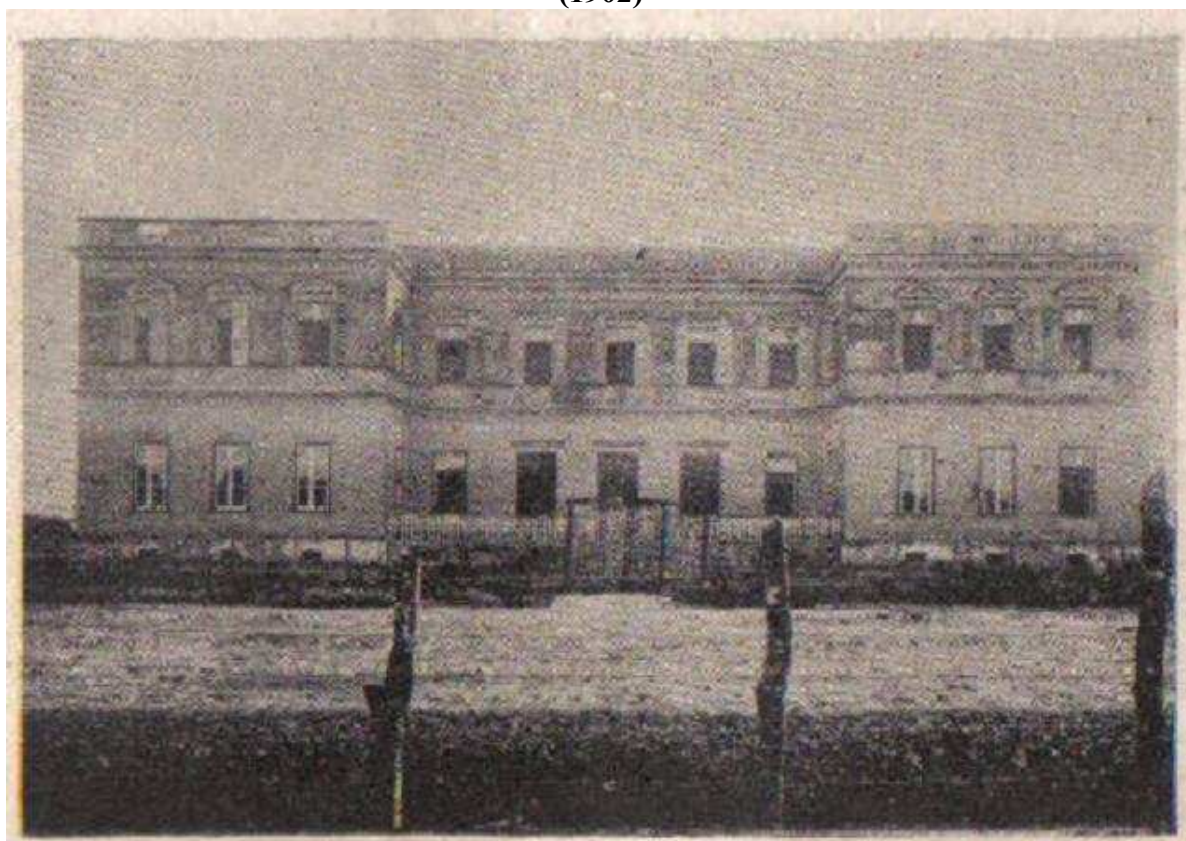
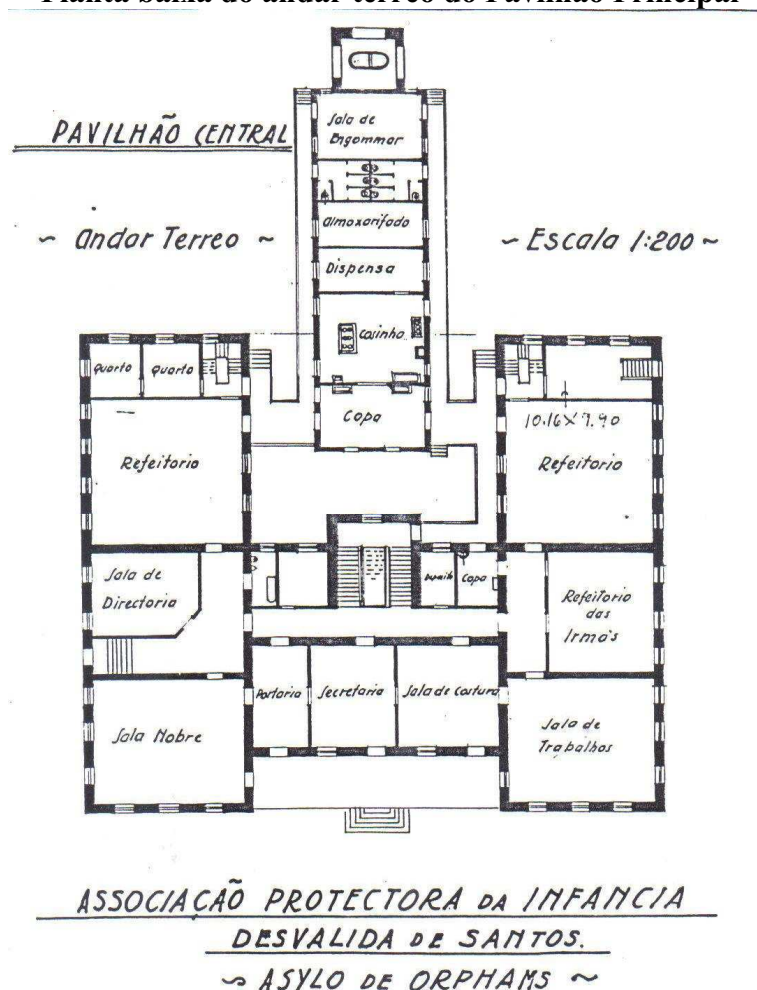


Figura 2.
Fachada externa atual do Pavilhão Principal (2006)



Figura 3.
Planta baixa do andar térreo do Pavilhão Principal



Fonte: Material disponível na Casa da Criança de Santos [s.n.]

O pavimento térreo possuía as seguintes dependências: portaria, secretaria, sala da diretoria, salão nobre, sala de costura, sala de trabalhos e refeitórios. Atualmente mantêm as funções originais a sala da diretoria e o salão nobre. A secretaria funciona na antiga sala de costura e este espaço é destinado à portaria. A antiga sala de portaria é hoje uma sala de reuniões. O antigo refeitório das Irmãs é hoje ocupado por uma sala de computação onde são ministradas aulas para as crianças e para a comunidade. Não foi possível conhecer o destino atual da sala de

trabalhos, pois sua porta é mantida fechada. O refeitório à direita foi reformado e hoje é um anfiteatro destinado a palestras e apresentação de espetáculos.

Alguns destes espaços guardam a memória do Asilo de Órfãos.

Na recepção foi colocado um quadro antigo que tem grande valor simbólico. Representa duas crianças, andando sozinhas por um caminho, com um anjo da guarda as protegendo. Os aspectos de fragilidade do menino e da menina e do perigo que correm são realçados pela forma com que se abraçam. O perigo é representado pela ponte, semidestruída, sobre um precipício. A proteção pela presença do anjo da guarda.

Este quadro transmite a forma como a instituição tentava se apresentar aos visitantes. Os menores abrigados estavam a salvo ali. A Associação Protetora da Infância Desvalida os protegia.

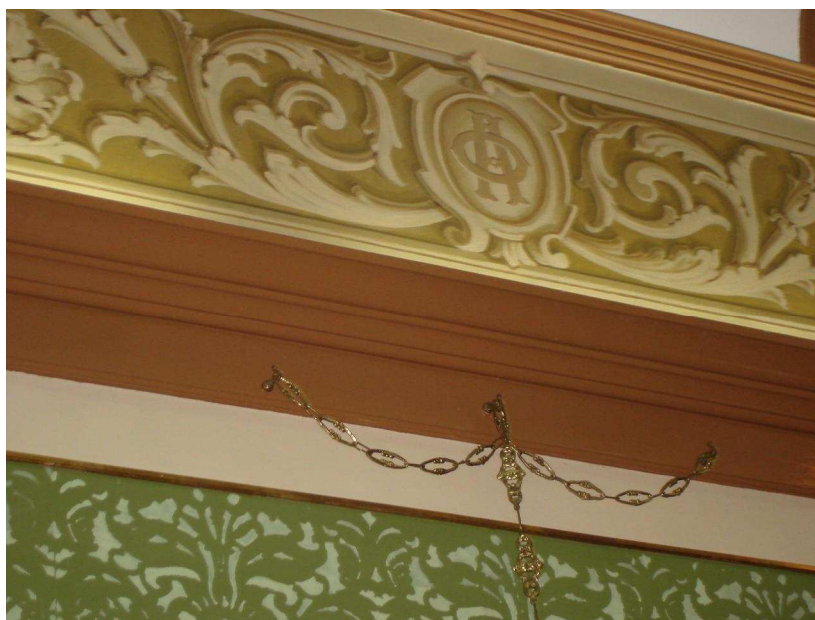
Figura 4.
Quadro que se encontra na sala de recepção (2006)



O Salão Nobre, imponente, tem quadros, pintados a óleo, de figuras que tiveram destaque na história da Associação, e que devem servir de modelo aos asilados e a quem trabalha na instituição. As cortinas são pesadas, verdes e as paredes são revestidas de papel de parede, também neste tom. Ao centro deste salão fica uma mesa retangular, que ocupa quase todo o comprimento do mesmo, cercada por cadeiras. Próximo ao teto, nas paredes, existem ornamentos e as iniciais A.O., representando Asilo de Órfãos.

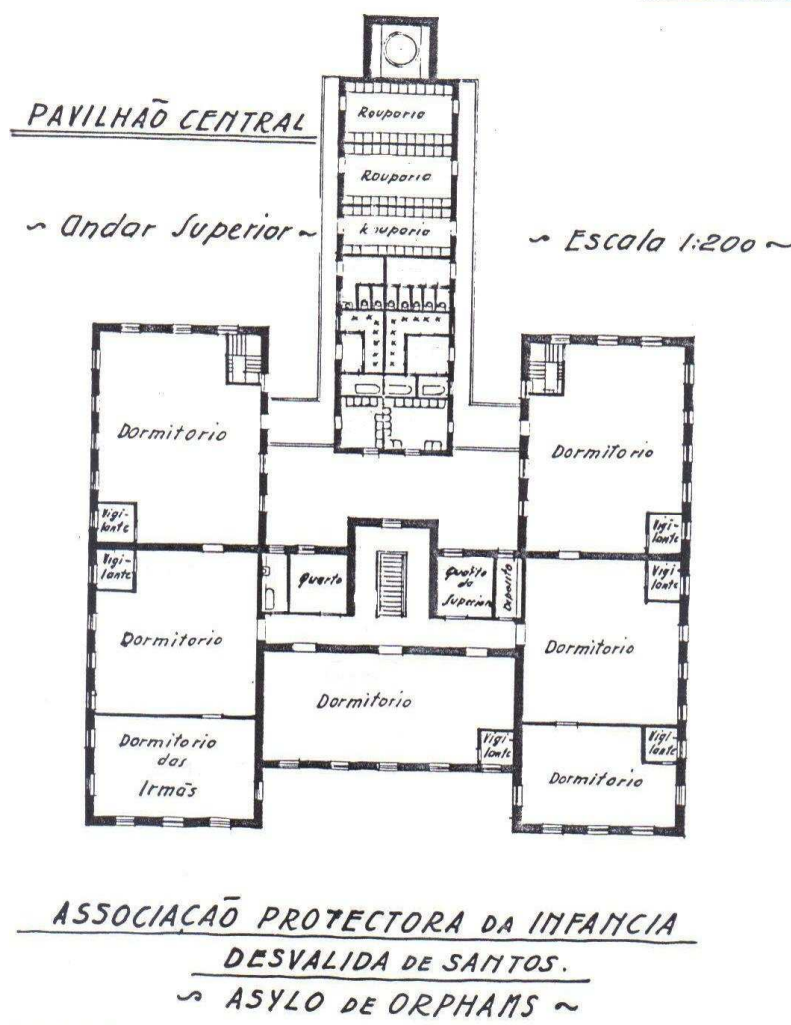
Figura 5.

Detalhe do Salão Nobre do Asilo de Órfãos (2006)



No pavimento superior ficavam amplos dormitórios destinados aos internos e às Irmãs. Durante algum tempo, um destes espaços foi ocupado pela capela, transferida depois para o andar térreo. Os espaços ocupados pela capela não são conhecidos. Estes dormitórios foram posteriormente subdivididos. Atualmente as alas à esquerda e à frente deste pavimento são ocupadas pela Escola de Educação Infantil 13 de Maio, que funciona em regime de semi-internato, e a ala à direita pelo internato.

Figura 6.
Planta Baixa do andar superior do Pavilhão Principal



Fonte: Material disponível na Casa da Criança de Santos [s.n.]

À esquerda do prédio, no mesmo terreno, fica a capela, construída em 1910, com dinheiro doado, para este fim, pelo Sr. Antonio Pereira de Carvalho e sua esposa, Dona Constância Barreiros Carvalho. As obras foram iniciadas no dia primeiro de setembro deste ano e, para sua conclusão foi necessário que a Associação complementasse a importância doada. A bênção do altar se deu no dia oito de abril de 1911. O celebrante foi o Cônego Dr. Martins Ladeira. Participaram da cerimônia Dona Constância, que foi a madrinha, várias famílias e diretores. Uma imagem de São José foi comprada para a Capela pela Irmã Superiora, Madre Clementina, a pedido de Dona Castorina do Amaral, que a doou ao Asilo de Órfãos.

Figura 7.
Capela do Asilo de Órfãos



Neste terreno, mais para o fundo, também à esquerda fica um pavilhão, cuja construção terminou em 1928. Neste ano a cidade passou por outra catástrofe. A queda de barreira do Monte Serrat sobre a Santa Casa, que na época ocupava o sopé deste morro, destruiu parte dela. Com medo de novo deslizamento, a ala pediátrica do hospital foi transferida provisoriamente para este mesmo pavilhão, recém-construído. O prédio que abrigou a enfermaria, conhecido como Pavilhão Sanatório, é hoje ocupado pelas salas de aula das crianças maiores da Escola de Educação Infantil 13 de Maio, mantida pela Casa da Criança, em convênio com a SEDUC (Secretaria de Educação do Município de Santos). No prédio principal estão o berçário e as salas de aulas das crianças menores.

Figura 8.
Prédio da escola, antigo Pavilhão Sanatório



Do lado direito, na mesma altura deste prédio, fica o Pavilhão Escolar, construído em 1924. Possuía uma ampla sala destinada ao Jardim da Infância, sete salas de aula, sala para música, biblioteca e gabinetes sanitários. Este prédio abrigou a escola do Asilo de Órfãos, até ser cedido para o Sesi, por empréstimo, estando hoje desativado. Defronte a ele, dando para a avenida, fica uma área destinada ao recreio dos alunos. Este espaço, hoje, está sendo usado como estacionamento.

Do lado esquerdo, na direção do pavilhão conhecido como Sanatório, fica um outro prédio, com formato de “U”, chamado Pavilhão Rotary Club. Durante a Revolução Constitucionalista do Estado de São Paulo (1932), a sala de costura do Asilo de Órfãos foi colocada à disposição da Cruz Vermelha Brasileira de Santos, que a usou para a confecção de peças de roupas. Atendendo ao pedido do presidente desta entidade, passou a fornecer refeições aos moradores necessitados do bairro do Macuco. Finalmente, o Rotary Club de Santos resolveu erguer um pavilhão para abrigar os órfãos, filhos de soldados santistas falecidos em batalha. Em 18 de setembro de 1932 foi lançada a pedra fundamental e, no dia onze de junho do ano seguinte, foi inaugurado e entregue solenemente ao Asilo de Órfãos. A diretoria da Associação Protetora

da Infância Desvalida resolveu batizá-lo com o nome pelo qual é conhecido. Hoje ele abriga a Creche Casa da Criança, mantida pela Prefeitura Municipal de Santos.

Figura 9.
Pavilhão Rotary Club



A descrição destes pavilhões teve como objetivo mostrar que esta instituição vem desempenhando uma função social importante em Santos. Sua história está ligada à da cidade.

Na cidade de Santos, a partir do final do século XIX e início do XX, foram instauradas novas formas de morar. A separação do local de trabalho do local de moradia para empregadores e empregados, instaurou uma nova ordem urbana. Novos bairros foram criados para abrigar as residências, desde bairros destinados às elites até os destinados à população trabalhadora. As ruas deveriam se tornar lugar apenas de passagem, de tráfego disciplinado de pessoas e mercadorias. A casa passou a abrigar um lar. Como habitação de uma única família, era sinônimo de civilização.

A “promiscuidade”, a coexistência de espaços públicos e privados compartilhados pelos moradores, a inexistência de separação de funções dentro

dos cômodos e no espaço global da moradia seriam empecilhos ao desenvolvimento de um espírito familiar, aos avanços da privacidade, ambos considerados fundamentais para a formação de um bom trabalhador.(LANNA, 1996, p. 114)

O processo de modernização separou, de forma definitiva, as classes abastadas das classes populares, a zona comercial da zona urbana. A intervenção urbana se fez na forma de morar e também na expansão da cidade, através da demolição de velhas construções, na abertura de grandes avenidas, na construção de monumentos e em outros planos.

As elites também alteraram seu modo de morar. Passaram a ocupar casas de luxo, mansões, mais bem equipadas para os novos padrões e conforto e bem viver, geralmente na região conhecida na época como Barra, atualmente região das praias.

No processo de adaptação da cidade aos novos tempos, foram feitas demolições, avenidas foram abertas, monumentos foram construídos. A energia elétrica chegou às residências e às ruas a partir de 1903. No Asilo de Órfãos foram instaladas as primeiras lâmpadas elétricas no dia 12 de setembro de 1908.

Como parte do processo de saneamento da cidade, foram projetados canais, pelo Dr. Saturnino de Brito. Em 1907 foi inaugurado o primeiro canal, cuja construção havia sido iniciada em 1905. A Associação Protetora da Infância Desvalida pode contribuir para o saneamento cedendo parte de um terreno de sua propriedade, localizado na avenida Ana Costa, para a construção dos canais um e dois.

Atendendo às novas necessidades da cidade, foi inaugurado o bonde elétrico, em 28 de abril de 1909. Este bonde, que facilitou a circulação das crianças pela cidade, foi, inúmeras vezes, cedido gratuitamente.

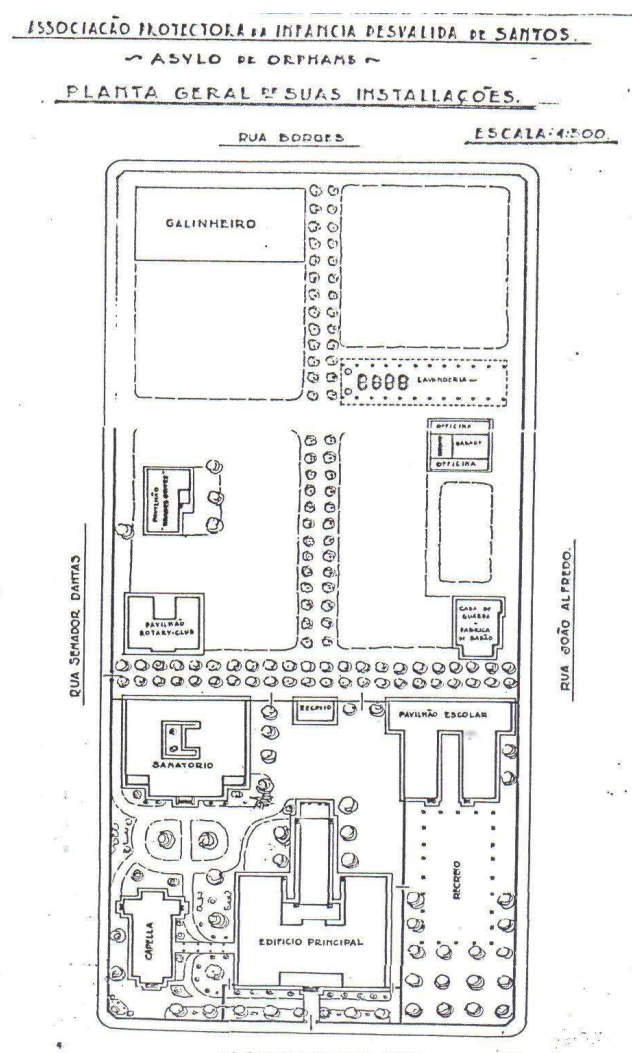
Ao longo do tempo, acompanhando o progresso e as necessidades da cidade, a instituição esteve sempre disponível, cedendo suas instalações.

Em 1918, nos meses de outubro e novembro, grassou a epidemia de gripe espanhola. O foco da mesma era próximo ao Asilo de Órfãos. As crianças se contaminaram, mas todas foram curadas, nenhuma faleceu. Nesta ocasião, a Associação Comercial de Santos havia feito uma subscrição para socorrer os necessitados e enviou uma parte substancial deste dinheiro à Associação. A diretoria usou este dinheiro para instalar uma enfermaria, com a intenção de prestar atendimento às crianças vitimadas. Foram atendidas muitas crianças, muitas sem ter quem cuidasse delas. Algumas faleceram e, das que se restabeleceram, algumas ficaram internadas na

instituição. A pedido da Prefeitura Municipal, foram preparadas, na cozinha do asilo, refeições que foram distribuídas à população carente.

No início de 1956, por força de lei, passou a assim se chamar Associação Casa da Criança de Santos. Um convênio com a Prefeitura Municipal de Santos, além das doações, contribui para sua manutenção. Atualmente funciona em regime de internato e semi-internato. Moram aproximadamente trinta crianças. Muitas outras crianças chegam pela manhã e saem ao final da tarde.

Figura 10.
Planta Baixa do terreno, com os prédios que o ocupam



Fonte: Material disponível na Casa da Criança de Santos [s.n.]

CAPÍTULO 3. ASPECTOS ASSISTENCIAIS DO ASILO DE ÓRFÃOS

Alguns trechos dos discursos proferidos por ocasião da Instalação oficial da Associação Protetora da Infância Desvalida, em 13 de maio de 1889, são interessantes. Ao se referir à finalidade do Asilo de Órfãos, Carvalho de Mendonça, Fundador e Presidente da Associação, usou termos tais como *amparo para as pobres criancinhas desvalidas e abandonadas; tantos órfãos em abandono; desgraça de perder um pai ou uma mãe carinhosa; encontrar nas Senhoras e Cavalheiros desta terra outras tantas mães e pais providentes do seu bem estar.*

Estas palavras parecem expressar o desejo de acolher crianças desvalidas, órfãs de pai ou de mãe, e lhes dar o mesmo carinho e amparo que presumivelmente teriam em seu lar. Ou que se esperaria que tivessem, considerando as idéias que circulavam na época com relação à família. Resta saber se elas foram realmente expressão do que ocorreu no Asilo de Órfãos. Se esta proposta se manteve, quais foram “acolhidas”, o tratamento que lhes foi dispensado e o destino que tiveram.

Com relação à admissão de internos, não havia, no período anterior à instalação definitiva da Associação Protetora da Infância Desvalida, uma forma que a regulasse. Não existem evidências de uma sistemática regular. Pelos motivos de internação, registrados no Livro de Matrículas, tais como *pais falecidos de febre amarela, mãe faleceu de febre amarela, mãe viúva, pai cego e indigente*, ao se tomar conhecimento de um caso de criança em necessidade, entrava-se em contato com algum sócio que providenciava a internação.

Os Estatutos, aprovados em maio de 1889, estabeleceram que as *condições de admissão e saída dos educandos* seriam reguladas pelo Regimento Interno. Explicitam que a instituição atenderia crianças desvalidas, independentemente do sexo, sem distinção de nacionalidade, que tivessem perdido pai e mãe ou pai somente e também crianças que, sendo de paternidade incógnita, ou tendo sido abandonadas por seus pais, perdessem sua mãe ou a tivessem em indigência.

A falta de moralidade da mãe foi motivo para a internação de menores ao longo do período, mas só foi prevista e incluída nos novos Estatutos de 1914.

Estava também prevista, desde o início, a internação de crianças pobres, cujos pais estivessem cumprindo pena por um tempo que os impossibilitasse de dar educação. Com base nisso, foram igualmente matriculadas crianças cujos pais eram alienados e estavam recolhidos em hospícios, ou internados em hospitais.

Os filhos cujos pais estivessem física ou moralmente impossibilitados de ganhar o sustento necessário para a vida e a mãe não existisse, ou, se existisse, fosse indigente, também poderiam ser admitidos. Foram internados filhos de pais alcoólatras, paralíticos, cegos.

Com relação à idade, quer para admissão, quer para a saída, esta não foi prevista na época da instalação. Somente após o falecimento de uma criança de poucos meses, ainda durante a permanência no Asilo Provisório, a Diretoria deliberou não aceitar menores de dois anos de idade. A idade máxima para admissão e permanência originalmente definida não é conhecida, mas a muitas crianças foi recusada a admissão, alegando-se ter idade superior à permitida. Também muitas crianças foram retiradas pela família, com cerca de treze, catorze anos, sugerindo não ser desejável sua permanência além dessa idade. Outras tantas, especialmente meninos, foram entregues à tutela. Entretanto, houve bastante tolerância, especialmente em casos em que se tratava do sexo feminino e cuja família não existia ou não era conhecida.

O Regimento Interno de 1909 tentou racionalizar o processo de admissão e permanência. Foi mantida a deliberação de só aceitar maiores de dois anos. Não seriam admitidos meninos maiores que 12 anos e meninas maiores de 14 anos. Os meninos permaneceriam, recebendo educação, até os 14 anos e as meninas, até os 18.

Este documento enfatizou a necessidade de cumprimento das condições de idade, o que evidencia que anteriormente não se cumpria o que havia sido estipulado. Porém, durante todo o período estudado, estas normas foram desrespeitadas, mesmo após 1909. Foram matriculadas crianças de poucos dias, até meninas com 18 anos. Houve vezes em que a idade foi usada como justificativa para não admitir, mas outra criança era apresentada, com a mesma idade, e era aceita. Em geral o que influía na decisão eram fatores tais como miserabilidade, abandono, moralidade, ou seja, risco, e disponibilidade de vagas.

Inicialmente não havia restrições com relação à procedência das crianças,. Foram aceitas crianças estrangeiras e brasileiras, sem distinção, provindas das mais variadas regiões. A partir de

1914, entretanto, o atendimento foi restringido às crianças residentes na cidade de Santos, alegando-se a existência, em São Vicente, de uma instituição com finalidade semelhante. O crescente aumento da demanda talvez tenha contribuído para esta decisão. Com respeito à religião, também nesta data, foi estabelecido que não haveria distinção de credo, algo não previsto anteriormente, embora o ensino religioso tenha sido ministrado por padres, no Asilo de Órfãos, desde 1890.

Na fase inicial, as crianças eram encaminhadas e aceitas sem muitas formalidades, mas, gradualmente, estabeleceu-se uma rotina que incluía a avaliação dos pedidos por uma Comissão de Sindicância, composta por três membros, eleita anualmente. Esta teve como primeira tarefa verificar se as crianças que já estavam internadas se enquadravam nas condições acima descritas e, portanto, poderiam ser matriculadas.

O resultado da avaliação preliminar destas crianças não foi divulgado, mas foram todas matriculadas. O exame dos dados das crianças, embora estes estejam incompletos, mostra que muitas das crianças atendiam ao estabelecido pelos Estatutos.

Fizeram parte das primeiras Comissões de Sindicância pessoas de prestígio na cidade, tais como o Major Pinheiro, Affonso Veridiano, Júlio Conceição, João B. de Lima Junior, Raymundo Gonçalves Corvelo, Narciso de Andrade e Costa Silveira.

O pedido de admissão das crianças passou, gradualmente, a ser formalizado através de ofícios de autoridades, como o Juiz de Órfãos, um Cônsul, o Delegado de Polícia, o Provedor da Santa Casa de Misericórdia, ou o Intendente Municipal; ou de um requerimento, escrito por um dos pais ou por alguém que conhecia a família.

Muitas crianças encaminhadas pelo Juiz de Órfãos demandavam internação imediata. Em 1900 o Juiz de Direito e de Órfãos da 1ª Vara pediu urgência no recolhimento da menor órfã Dyonisia de cinco anos de idade. Atendendo os termos do ofício, o Presidente informou à Diretoria que prescindira do parecer da Comissão de Sindicância e aquela menor fora recolhida e matriculada. Eram casos de risco.

Freqüentemente, os pedidos feitos pelos Juizes de Órfãos dispensavam a avaliação pela Comissão de Sindicância e eram os mais acatados. Tratavam, em geral, de casos decorrentes da morte dos progenitores, do abandono pelos pais³⁰, da reclusão dos pais por demência ou

³⁰ Ata de 20/04/1907.

alienação, ou por estar a criança sendo criado por pai alcoólatra³¹, por pais alcoólatras³² e também situações em que a mãe era considerada moralmente incapaz de criar os filhos, em especial as filhas.

Muitos foram os casos de internação de filhos cujas mães eram meretrizes, mediante a intervenção do Juiz de Órfãos ou do Delegado de Polícia, considerando o ambiente em que os menores eram criados. O pai de uma menina de 16 meses, cuja mãe faleceu, entregou-a a uma meretriz. O Juiz de Órfãos da 2ª Vara pediu que a mesma fosse recolhida provisoriamente ao Asilo. Outra menina foi encontrada pelo Inspetor Sanitário entregue aos cuidados de pessoa de vida desregrada. Uma menina, natural de Portugal, com sete anos, foi internada *por não se achar a [mãe] em condições de moralidade para tê-la em sua companhia*. Inúmeras vezes retiraram-se menores de junto das mães consideradas *sem condições morais*. Houve uma ocasião em que cinco crianças foram recebidas de uma só vez por estarem vivendo em prostíbulos³³.

Os cônsules costumavam intervir quando do encaminhamento de crianças cujos pais, ou pelo menos um deles, era estrangeiro e havia falecido. Encaminhava também filhos de estrangeiros em situação de miserabilidade.

Em 1904, o Cônsul Imperial Alemão pediu o recolhimento provisório de um menino de 10 meses, idade que fugia à estipulada pelo asilo. Justificava da seguinte forma *admissão provisória e por muito pouco tempo, visto ser a idade do menor inferior à determinada pelos estatutos*³⁴. Este mesmo cônsul pediu, em 1911, a internação provisória de seis menores de uma família alemã até que o governo alemão deliberasse a sua repatriação³⁵.

O Delegado de Polícia chegou a encaminhar algumas crianças que “vagavam” pelas ruas. O Provedor da Santa Casa de Misericórdia ou seu secretário foram responsáveis pelo encaminhamento de crianças cuja mãe ou pai se encontrava internado e daquelas cujo progenitor

³¹ [menina] *prestes a cair num abismo* devido ao estado de embriaguez constante de seu pai. Ata de 22/10/1906. Pai pobre e doente, vício da embriaguez. Ata de 10/01/1911.

³² Ata de 26/02/1913.

³³ Atas de 30/03/1901, 23/06/1901, 10/11/1910, 27/06/1911, 28/12/1911, 17/01/1912, 21/03/1912, 18/04/1912, 10/06/1912.

³⁴ Ata de 12/04/1904.

³⁵ Ata de 18/09/1911.

morreu, sem que se soubesse da existência do outro. Os poucos pedidos do Intendente Municipal sugerem o uso de sua influência para conseguir vaga, quando esta estava difícil.

Havia dois tipos de internação, a provisória, quando era temporária, e a definitiva. Nos casos de admissão provisória, a criança não chegava a ser matriculada. Seus dados não eram registrados no livro apropriado. Este tipo de internação não havia sido previsto pelos Estatutos. A intenção original, pelo que se depreende dos documentos produzidos, era educar, na impossibilidade de os pais o fazerem.

A admissão provisória era comum quando a mãe, o pai, ou os dois progenitores estavam internados na Santa Casa Misericórdia de Santos³⁶ ou em outro hospital. Também ocorreu quando menores, encaminhados pelo consulado, aguardavam repatriação.

Esta acabou gerando, por vezes, problemas. Muitos que foram admitidos de forma provisória acabaram permanecendo no Asilo, quer por morte do responsável, quer por abandono, sem constar dos Livros de Matrículas³⁷. Nestes casos, a criança foi matriculada muito tempo após sua internação. Também aconteceu de crianças, matriculadas definitivamente, por se acreditar que não tinham ninguém, ficarem temporariamente.

Os pedidos recebidos, especialmente de particulares, eram avaliados pela Comissão de Sindicância. Esta conferia os motivos alegados no requerimento, avaliava a disponibilidade de vagas e estudava o pedido à luz do Regimento Interno e dos Estatutos. Verificava se a criança havia realmente ficado órfã, se era de uma família pobre, se a idade era compatível. São desconhecidos detalhes sobre a forma como as informações referentes à família eram obtidas. O relator, em reunião de Diretoria, apresentava a análise feita e a decisão tomada. Esta era ratificada, ou não, pelos presentes.

Como exemplo, em 1904, Flora Crespi solicitou que seus filhos fossem admitidos. A Comissão de Sindicância opinou pelo indeferimento, pois ela, embora viúva, dispunha de recursos suficiente.

O peso dos julgamentos destas comissões variou durante todo o período abrangido por esta pesquisa, dependendo do presidente em exercício e das condições financeiras e físicas da instituição. Quando o “dinheiro” se mostrava insuficiente, quer porque os donativos diminuam

³⁶ Atas de 09/08/1905, 07/10/1905, 01/04/1906, 40/04/1907, 03/01/1908, 12/07/1908, 10/08/1909, 03/12/1909, 24/04/1902, 28/04/1911, 10/11/1910 e 31/07/1912.

³⁷ Na Ata de 10/12/1909 consta que foram matriculados definitivamente, por estarem há mais de três anos internados provisoriamente, oito crianças, órfãs de pai e mãe.

ou as verbas prometidas não chegavam, as recusas aumentavam, apesar da aprovação da Comissão de Sindicância. Outros presidentes consideraram mais relevante atender aos propósitos da instituição e permitiram a admissão, com o sacrifício do pagamento das contas. Situações de “lotação” da instituição também foram motivo de recusas. Nestes casos, os pedidos feitos pela mãe ou pelo pai, mesmo com a justificativa de viuvez e falta de recursos, eram os menos prováveis de atendimento, o mesmo acontecendo quando as vagas eram restringidas. Os pedidos dos juízes tinham prioridade.

O número máximo de internos chegou a ser fixado várias vezes, mas nunca foi muito respeitado. Em 1909 o Regimento Interno estabeleceu que este seria fixado anualmente, pela Diretoria, visando maior controle sobre a proporção “condições financeiras e materiais / número de vagas”.

Aprovada a admissão, a matrícula da criança se efetivava mediante inscrição de seus dados em livro próprio. Estes livros, entretanto, não foram mantidos atualizados de início. Muitas crianças entraram, sem que se fizesse o registro, e outras tantas saíram, sem que fosse dada baixa. Visando aumentar o controle sobre os processos de entrada e saída dos menores, a partir de 1914 passou a ser exigida a apresentação de uma ordem escrita à responsável pela administração do asilo, para o recebimento do menor.

Muitas vezes, crianças foram admitidas pelo Presidente sem consulta à Comissão de Sindicância³⁸ e submeteu sua decisão, posteriormente, à Diretoria, situação prevista nos Estatutos. Foi o caso, por exemplo, de duas meninas órfãs de mãe, cujo pai falecera no Hospital de Isolamento e que ficaram provisoriamente na Santa Casa de Misericórdia³⁹.

Ao longo do período analisado, a apresentação apenas do pedido passou a não ser mais suficiente. Deveriam acompanhá-lo um Atestado de Pobreza, se fosse o caso, ou uma declaração, de alguém idôneo, Atestados de Vacina e de que a criança não era portadora de moléstia contagiosa, Atestado de Óbito do pai ou da mãe, assim como documentos pessoais da criança.

Gradualmente foram incorporadas novas exigências. Passaram a ser obrigatórios, Certidão de Nascimento, Certidão de Óbito dos pais, quando órfão, Atestado de Pobreza dos pais, Atestado de Vacina e *atestado de que não sofre de moléstia contagiosa, nem é aleijado ou idiota*.

³⁸ Atas de 15/01/1890, 15/02/1892 e 15/03/1892.

³⁹ Atas de 23/03/1900 e 29/04/1900.

No final do período analisado, houve a incorporação de novas atribuições pelos Juizes de Órfãos e a adequação da instituição a elas. Decidiu-se que, quando houvesse a necessidade de o Asilo assumir a tutela de alguma criança, atendendo à legislação vigente, a admissão seria submetida ao Juiz de Órfãos.

Por ocasião da instalação definitiva, já moravam no Asilo Provisório 33 crianças, fora o pessoal administrativo e de vigilância. Seis crianças entraram na data da inauguração. Foram os órfãos da família Neiva. Já haviam recebido 37 órfãos, com idades variando entre dois meses e onze anos, mas quatro haviam morrido. Um menor, de 16 anos, esteve lá, mas não foi computado neste número.

Somente após a aprovação do Regimento Interno, em 13 de agosto de 1889, definindo que seriam 40 os protegidos, é que foram matriculadas as crianças que se achavam no Asilo Provisório. É importante frisar que isto se deu cinco meses depois da entrada dos primeiros internos e algumas crianças já haviam saído ou falecido, já tendo sido, inclusive, as crianças transferidas para o imóvel número 124 da rua Xavier da Silveira.

Neste período, o presidente do Asilo de Órfãos era o Dr. José Xavier Carvalho de Mendonça, um dos autores da idéia da criação da instituição. Foram matriculadas, na ocasião, as seguintes crianças:

Quadro 2.
Relação das crianças que matriculadas, que entraram antes da inauguração do prédio da Xavier da Silveira nº 124

Matrícula	Nome	Idade (anos)	Sexo	Cor	Órfão de	Natural de	Data Entrada	Data Saída	Destino
1	Anna de Avila Bettencourt Neiva	11	F	B	P/M	Br/D.Pedrito(RS)	21.03.1889	20.04.1898	tutela
2	Herminia de Avila Bettencourt Neiva	11	F	B	P/M	Br/D.Pedrito(RS)	21.03.1889	31.07.1895	tutela
3	Alexandrina de Avila B. Neiva	9	F	B	P/M	Br/D.Pedrito(RS)	21.03.1889	31.07.1895	tutela
4	Alika de Avila B. Neiva	8	F	B	P/M	Br/D.Pedrito(RS)	21.03.1889	05.06.1895	Seminário ⁴⁰
5	Theresa de Avila B. Neiva	4	F	B	P/M	Br/Santos	21.03.1889	02.03.1900	irmã (E) ⁴¹
6	Manoel Gonçalves da Rocha	9	M	B	P/M	Portugal/Ilha da Madeira	22.03.1889		
7	Maria Gonçalves da Rocha	6	F	B	P/M	Portugal/Ilha da Madeira	22.03.1889		

⁴⁰ Seminário ou Recolhimento das Educandas, criado em São Paulo em 1825. Para mais informações, veja (HILSDORF, 2005).

⁴¹ (E): criança “expulsa” do asilo.

8	Maria Emygdia		F	B	M	Itália	22.03.1889	07.11.1905	Priora Geral
9	Maria Similgath	8m	F	B	P	Brasil	22.03.1889	14.07.1898	tutela
10	Francisco Similgath	4	M	B	P	Prussia	24.03.1889	04.02.1890	tutela
11	Hermenegilda Moseitch	4	F	B	P/M	Austria/Trieste	25.03.1889	30.04.1892	Europa
12	Bertha Moseitch	3	F	B	P/M	Austria/Trieste	25.03.1889	30.04.1892	Europa
13	Manoel Gonçalves	9	M	B	P	Portugal/Ilha da Madeira	25.03.1889	02.05.1896	mãe
14	Francisco Gonçalves		M	B	P	Portugal/Ilha da Madeira	25.03.1889	03.02.1890	faleceu
15	Jose de Oliveira Ferreira	9	M	B	P	Br/Santos	27.03.1889		
16	Manoel de Oliveira Ferreira	7	M	B	P	Br/Santos	27.03.1889		
17	João Alves Vieira		M	B	P/M	Br/Ribeirão Preto	30.03.1889	10.03.1899	tutela
18	Gisela Moseitch	11	F	B	P/M	Austria/Trieste	31.03.1889	30.04.1892	Europa
19	Manoel Ramos		M	B		Portugal/Beira Alta	02.04.1889	.12.1891	mãe
20	Albino Ramos		M	B		Portugal/Beira Alta	02.04.1889	.12.1891	mãe
21	Decia Poretti		F	B		Italia	05.04.1889	20.04.1898	irmã
22	Maria Poretti	6	F	B		Italia	05.04.1889	05.08.1900	irmã (E)
23	Maria da Cruz	11	F	B	P	BR/Belem do Descalvado	07.04.1889	1891	mãe
24	Isaura da Cruz	6	F	B	P	Br/Campinas	07.04.1889	1891	mãe
25	Antonio Acacio		M	B		Br/Santos	09.04.1889	02.01.1890	pai
26	Tranquilino Brasilino Pereira		M	B		Br/Iguape	26.04.1889	20.03.1891	mãe (E)
27	Antonio Francisco Pereira		M	B		Br/Iguape	26.04.1889	20.03.1891	mãe
28	Teresa do Espirito Santo	11	F	Sb ⁴²	P	Br/Santos	08.05.1889	17.10.1896	tutela
29	Raul Archanjo do Epirito Santo	8	M	Sb	P	Br/Santos	08.05.1889	03.11.1896	escola
30	Gastão Archanjo do Espirito Santo		M	Sb	P	Br/Santos	08.05.1889	03.11.1896	escola
31	Francisco Archanjo do Espirito Santo		M	Sb	P	Br/Santos	08.05.1889	03.11.1896	escola
32	Flaminia	4m	F	B		Br/Santos		20.06.1895	tutela

Fonte: Livro de Matrículas

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

Foi um período conturbado na cidade de Santos. O progresso estava trazendo muitas pessoas de outras regiões do país e da Europa à procura de emprego. Por outro lado, havia uma epidemia de febre amarela que chegou a vitimar cerca de 10% da população residente em Santos. Das 32 crianças matriculadas, 22 nasceram em outras cidades, sendo 13 fora do Brasil. Alguns nascidos nesta cidade podem ser filhos de imigrantes.

Como, na época, as famílias típicas eram constituídas por muitos filhos, os pedidos de admissão, decorrentes da ausência dos pais, envolviam vários irmãos, de ambos os sexos. As crianças agrupadas, assinaladas no quadro dois com a mesma cor, são irmãs. Assim, eram

⁴² Sb = semi-branca (conforme constava no registro).

procedentes do Asilo Provisório, crianças de onze famílias. A quase totalidade era de cor branca. A idade variou de meses até os onze anos.

Com relação a algumas crianças, o exame da tabela não permite conhecer alguns dados. É o caso dos meninos, matriculados sob números 19 e 20, nascidos em Portugal. Seriam órfãos de pai? Quem os retirou foi a mãe. As meninas matriculadas sob número 21 e 22, entretanto embora não se saiba se órfãs de mãe, têm o *pai cego e indigente* como motivo de internação. A criança matriculada sob número 25 foi internada, porque acharam que o pai havia morrido. Quando souberam que o pai vivia, entregaram-na a ele. Com relação aos meninos com matriculas número 26 e 27, desconhecemos a razão da internação. A mãe vivia e, inclusive, um dos meninos foi entregue a ela, *porque não convinha sua permanência no Asilo*. A menina matriculada sob número 32 tinha o pai incógnito. Não se sabe o que aconteceu com a mãe, mas pode-se presumir que morreu ou a abandonou, pois foi encaminhada pela administração da Santa Casa de Misericórdia de Santos.

Como o Livro de Matrículas foi aberto após a aprovação do Regimento Interno, em agosto, o registro da matrícula foi feito *a posteriori*. Através do cruzamento de dados dos Livros de Matrícula com as atas escritas após a instalação oficial, sabemos que passaram pelo Asilo Provisório crianças que não chegaram a ter sua presença oficialmente registrada naquele livro.

É o caso da presença de Francisco Neiva, de 16 anos, com problemas de saúde⁴³, com forte paralisia nas pernas e braços. Admitido logo no primeiro dia de abertura do Asilo, este menor, por não estar se restabelecendo da enfermidade que até então justificava sua permanência lá, foi enviado para a Santa Casa. Quando quase restabelecido, foi entregue pela Associação a um morador de São Vicente, Antonio Joaquim de Carvalho, que se comprometeu a cuidar dele até ficar bom e colocá-lo profissionalmente. E mais, forneceu por ocasião de sua ida para outro domicílio, roupas adequadas para o trabalho: terno, camisas, ceroulas, meias, botina e ainda lhe deu 2\$000 em dinheiro. Permaneceu sob os cuidados da Associação durante aproximadamente três meses.

Outra criança que não chegou a ser registrada foi uma menina, com três meses, órfã, admitida no dia nove de abril, enviada à Associação pelo Delegado de Polícia. Esta menina faleceu no dia 29 de julho, com seis meses de idade, na casa de uma senhora, a cargo da

⁴³ Atas de 23/05/1889 e 05/07/1889.

instituição, *com quem se contratou a criação da mesma menor, visto sofrer ela de moléstia contagiosa*. O Dr. Lobo Vianna, que prestava serviços à Associação, verificou o óbito e passou o atestado.

Também não chegou a ser matriculada outra criança, nascida em 2 de maio de 1889, na Santa Casa, encaminhada pela Administração, em virtude do falecimento da mãe⁴⁴, e que foi aceita provisoriamente. Após a sua chegada, ficou decidido pela Diretoria, que não aceitariam mais, menores de três anos de idade, visto o estado do Asilo Provisório.

Ainda no Asilo Provisório, uma senhora pediu⁴⁵ a admissão de três filhas. Nomeada uma Comissão de Sindicância, esta concluiu que as informações dadas pela mãe foram insuficientes, mas no livro de matrículas aparecem os nomes de duas delas.

Nem sempre é possível saber exatamente o que se passou, através das consultas à documentação. Parece que não houve preocupação em registrar exatamente o que foi executado. Este fato sugere que o aspecto caritativo superou a racionalização.

Encontramos, também, o relato da admissão de algumas crianças mediante pagamento de anuidade⁴⁶. Há o pedido de admissão de uma menina órfã, de 11 anos, no qual o requerente se obrigava a pagar uma pensão de 100\$000 por ano. No mês seguinte o Conselho Geral resolveu acatar o pedido, considerando-o em conformidade com o artigo 10.º do Regimento Interno⁴⁷.

Outro pedido de internação foi de uma mãe, viúva, mas que possuía bens. A Comissão de Sindicância resolveu que só acataria o pedido se as filhas fossem admitidas como pensionistas⁴⁸. Estas decisões sugerem uma discrepância entre os Estatutos e o Regimento Interno. Se a proposta era atender crianças desvalidas, porque aceitar crianças que podiam pagar? Podemos pensar que a aceitação de crianças mediante pagamento pode ter servido como forma de arcar com as despesas daquelas crianças sem recursos. É também viável considerar se haveria instituições equivalentes na cidade para atender a demanda.

Também houve o pedido, por um casal, para admissão de duas filhas, mediante a anuidade de 360\$000. O pedido foi encaminhado para apreciação pela Comissão de Sindicância

⁴⁴ Ata de 23/5/1889.

⁴⁵ Ata de 11/07/1889.

⁴⁶ Atas de 28/09/1889, 06/10 /1889 e 11/08/1891.

⁴⁷ Atas de 09/10/1889 e 10/02/1890.

⁴⁸ Atas de 06/10/1889 e 10/02/1890.

para que o examinasse com base nos Estatutos e o Regimento Interno. O resultado desta consulta não foi registrado.

Quadro 3.
Crianças matriculadas após a transferência para a rua Xavier da Silveira nº 124, durante a presidência de Carvalho de Mendonça

Matricula	Nome	Idade (anos)	Sexo	Cor	Órfão de	Natural de	Data Entrada	Data Saída	Destino
33	Paula Maria de Queiroz	12	F	Sb		Br/Sant'Ana de Pirapety (Ba)	10.02.1890		Convento
34	Amélia Carolina Behn	11	F	B		Br/Santos	23.02.1890	24.01.1891	mãe
35	Zilda Lucinda Behn	8	F	B		Br/Santos	23.02.1890	24.01.1891	mãe
36	Manoel Pereira	2a8m	M	B		Portugal/Ilha da Madeira	08.05.1891	15.02.1892	Europa

Fonte: Livro de Matrículas

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

Durante o período em que o Asilo de Órfãos permaneceu no n.º 124 da Xavier da Silveira, a demanda por vagas foi aumentando. Em 1890, para ampliação das instalações, foi comprado um terreno, com fundos para o prédio ocupado⁴⁹. Durante este período, na gestão de Carvalho de Mendonça, entraram apenas mais quatro crianças, conforme podemos acompanhar pelo quadro acima, talvez pela falta de espaço.

Em maio de 1891 assumiu a presidência da Associação, o Dr. João Nepomuceno Freire Junior, advogado e promotor público. Tendo sido Secretário nos dois primeiros anos de existência da entidade, sempre esteve ligado a ela. Manteve-se afastado da Diretoria nos anos de 1906 e 1907, mas foi relator da Comissão de Sindicância de 1908 até 1914, ano final do período da pesquisa. Quando, mais tarde, um novo prédio foi construído para abrigar as crianças, foi ele quem adiantou o dinheiro necessário para sua construção. No dia três de março de 1901, foi proposto em reunião de Diretoria que recebesse o título de sócio benemérito da Associação, com a seguinte justificativa *presidente por largos anos, que empreendeu a construção do edificio e terminou.*

Durante a presidência de João Nepomuceno Freire Junior resolveram aumentar mais uma vez o espaço disponível, com vistas a poder admitir maior número de meninos, dada a

⁴⁹ Ata de 20/01/1890.

impossibilidade de construir um novo prédio para o orfanato masculino⁵⁰, no terreno da avenida Conselheiro Nébias. Alugada uma casa vizinha para ampliação do asilo⁵¹, foram abertas as comunicações necessárias entre os dois prédios. Como a ampliação só se iniciou no final de sua gestão, entraram nove crianças, conforme a tabela abaixo, sendo sete meninas.

Esta progressiva ampliação do espaço se tornou necessária face ao aumento da demanda provocada pelo proporcional aumento da população da cidade e à inexistência de outras instituições congêneres na cidade.

Quadro 4.
Crianças matriculadas durante a gestão de João Freire Júnior (1891-1892)

Matrícula	Nome	Idade (anos)	Sexo	Cor	Órfão de	Natural de	Data Entrada	Data Saida	Destino
52	Izabel de Lima		F		P/M	Br/Campo Limpo	14.09.1891	04.06.1892	faleceu
54	Benedicto de Lima	8	M	B	P/M	Br/Campo Limpo	14.09.1891	20.04.1898	tio
55	Anizia de Lima	9	F	B	P/M	Br/Campo Limpo	14.09.1891	20.04.1898	tio
37	Maria Theresa de Oliveira	10	F	Mo		Br/Guaratinguetá	15.09.1891	17.10.1896	tutela
38	Olivia da Silveira	6	F	B		Br/Santos	15.02.1892		
39	Ignez	4	F	B	M	Italia	18.02.1892	1893	pai
40	João Daniel	3	M			Brasil	25.02.1892		
41	Joanna Floror	5	F	B	P/M	França	15.02.1892	.12.1898	tutela
42	Cecilia	6	F			Br/RS	15.03.1892	09.05.1894	faleceu

Fonte: Livro de Matrículas

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

Em 1892, Francisco Alves da Silva, inspetor da Alfândega, assumiu a presidência. No ano seguinte foi substituído pelo Major Joaquim Fernandes Pacheco. Nestes dois anos a admissão de crianças aumentou significativamente, provavelmente devido à anexação da casa ao lado⁵². Neste período houve um aumento na proporção de meninos com relação às meninas⁵³.

⁵⁰ Ata de 30/11/1891.

⁵¹ Ata de 15/03/1892.

⁵² Nestes dois anos houve imprecisão no registro dos dados referentes às matrículas, o que nos impossibilita saber quais crianças entraram na gestão de um, ou outro Presidente.

Quadro 5.
Crianças matriculadas durante duas gestões, a de Francisco Alves da Silva e
do Major Joaquim Fernandes Pacheco (1892-1894)

Matricula	Nome	Idade (anos)	Sexo	Cor	Órfão de	Natural de	Data Entrada	Data Saída	Destino
53	Innocencia M. Consuelo	7	F	B		Espanha/Burgos	14.09.1892		
56	Pedro Rodrigues		M	B		Espanha	16.09.1892	12.09.1894	faleceu
57	Maria José da Silva	8	F	B		Portugal/Lisboa	16.09.1892	.08.1896	pai
58	Maria da Glória Costa	6	F	B	P/M	Portugal	23.01.1893	26.06.1896	tutela
59	Beatriz	7	F				17.01.1893	1893	mãe
60	Maria da Glória	8	F	Pr		Br/Santos	28.02.1893	15.08.1898	tutela
61	Oscar Pereira de Matos	7	M	B	P	Br/Itapiranga	27.05.1893	09.01.1900	mãe
62	Zilda do Espírito Santo	7	F	B	M		18.12.1893	24.11.1900	pai
63	Anastacio do Espirito Santo	6	M	B	M		19.12.1893	23.03.1903	madrinha
64	Judith de Mattos	8	F	Sb		Brasil	1893		faleceu
65	Antonio de Jesus Mattos	7	M	Sb		Brasil	1893	22.12.1899	tutela
66	Maria Benedita de Jesus	9	F	Sb			1893	31.01.1898	mãe
67	Maria Luisa Nogueira	10	F	B		Portugal	1893	1900	tutela (padrasto)
68	José Nogueira	9	M	B		Portugal	1893	1900	tutela (padrasto)
69	Rosaria Alfaya	6	F	B			1893	31.03.1900	tutela
70	Henrique José Nunes	6	M	B		Portugal	1893		mãe
71	Manoel Nunes	2	M	B		Portugal	1893	10.05.1894	faleceu
72	Antonio Carneiro	4	M	B	P/M	Portugal	20.12.1893	02.10.1904	tia
73	Antonieta Alves de Mattos		F	B			20.01.1894		mãe
74	Augusto de Jesus	6	M	B	P	Portugal	23.01.1894	03.02.1904	tutela
75	Geraldo do Nascimento	8	M	B		Br/Santos	.01.1894	.04.1896	mãe
76	Antonio Plinio do Nascimento	6	M	B		Br/Santos	.01.1894	.04.1896	mãe
77	Maria Madureira da Costa	13	F	B	P	Br/Cubatão	08.04.1894	17.03.1898	mãe
78	Amalia Madureira Costa	6	F		P	Br/Bragança Paulista	08.04.1894	15.03.1908	casou
79	Leonor Madureira Costa	8	F	B	P	Br/Campo Limpo	08.04.1894	12.05.1900	irmã (E)
80	Mathilde	1a6m	F	B			30.04.1894	07.08.1904	tutela
81	Joaquim Correia	8	M	B	P/M	Portugal	30.04.1894	.08.1897	tutela
82	Maria Correia	2	F	B	P/M	Portugal	30.04.1894		
83	João Correia	4	M	B	P/M	Portugal	30.04.1894	27.12.1896	faleceu

Fonte: Livro de Matrículas.

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

⁵³ Há um período, entre outubro de 1892 e 1899, em que muitas informações foram perdidas, pois as atas se extraviaram.

Durante estes dois anos foram admitidas 29 crianças, inclusive uma criança de um ano e seis meses⁵⁴, sendo treze nascidas fora do Brasil.

C. Alberto Carneiro da Costa assumiu a presidência em 1892. Foram admitidas 31 crianças, número alto, sendo 10 nascidas fora do Brasil. Houve também a matrícula de três bebês, com dois, três e cinco meses.

Quadro 6.

Crianças matriculadas durante a gestão de C. Alberto Carneiro da Costa (1894-1895)

Matrícula	Nome	Idade (anos)	Sexo	Cor	Órfão de	Natural de	Data Entrada	Data Saída	Destino
84	Eulalia Costa	11	F	B	P	Br/Jundiá	14.05.1894	17.03.1898	Mãe
85	Afonso Felisbino da Costa	4	M	B	P	Br/Bragança	14.05.1894	04.04.1904	tutela (cunhado)
86	Manuel Pinto	8	M	B		Portugal	15.05.1894	03.01.1897	Pai
87	Amador	8	M	Pr			26.05.1894	17.12.1897	faleceu
88	Generosa Vasques	6	F	B		Br/Santos	05.06.1894		faleceu
89	Evangelina Vasques	3	F	B		Espanha	05.06.1894	02.10.1898	mãe
90	Alfredo Alvares dos Santos	5	M	B		Br/Bahia	11.06.1894	22.12.1902	mãe
91	André de Paula Sodré	5	M	Pr	p	Br/Santos	.06.1894	15.04.1897	mãe
92	Manuela Garcia Romero	7	F	B		Espanha/ Málaga	10.07.1894	12.09.1894	mãe
93	Honorina Goulart	7	F	B	P/M	Br/São Paulo	16.07.1894	21/10/1909	emprego (colégio)
94	Ignacio Goulart	5	M	B	P/M	Br/São Paulo	16.07.1894	11.05.1905	tutela
95	Leonor Fernandes	2	F	B	M	Br/Santos	27.07.1894		
96	Josephina Wandermolen	10	F	B		Bélgica/Hongrerden	20.08.1884	10.11.1898	tutela
97	Elisa Richter	12	F	B		Alemanha	20.08.1894		tutela
98	Egor Riditz		M				30.08.1894	07.08.1894	fugiu
99	Argentina M. da Conceição	9	F	B	P	Br/Ceará	05.10.1894	29.11.1904	faleceu
100	Carolina M. da Conceição	7	F	B	P	Br/Ceará	05.10.1894	28.05.1895	faleceu
101	Joanna Gonçalves da Silva	8	F	B	P	Br/Santos	06.11.1894		
102	Zulmira Gonçalves da Silva	7	F	B	P	Br/Santos	06.11.1894		
103	Ovidio Gonçalves da Silva	4	M	B	P	Br/Santos	06.11.1894	06.11.1894	não ficou
104	Zulmira Ligeiro	5	F	B		Br/Santos	11.12.1894		faleceu
105	Anésia do Nascimento	6	F	B		Br/Santos	29.12.1894	18.01.1898	tutela
106	Maria de Jesus	4	F	B	M	Portugal/Coimbra	30.01.1895		
107	Alice Motta	7	F	B	M	Br/Santos	30.01.1895	15.01.1904	tutela
108	Alberto Perez	3	M	B	M	Espanha	01.02.1895	12.04.1904	tutela
109	Maria Perez	1	F	B	M	Espanha	01.02.1895	11.01.1909	tutela
110	Manoel	2m	M	B		Br/Santos	01.02.1895		
111	Prevedina	3m	F	B	P/M	Br/Santos	22.03.1895	04.07.1904	tutela

⁵⁴ Os dados omissos desta criança talvez o sejam pela falta de quem pudesse dar estas informações.

112	Amélia	7	F	B	P	Portugal/Ilha da Madeira	23.03.1895	06.07.1897	tutela
113	Anna Joaquina	3	F	B	P/M	Portugal	04.04.1895	25.10.1903	tutela
114	Manoel Fernandes	5m	M		P/M		06.04.1895	08.06.1895	faleceu

Fonte: Livro de Matrículas

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

Quem o sucedeu foi João Nepomuceno Freire Junior, que presidiu a Associação nos três anos subsequentes. Neste período foram matriculadas 27 crianças. Aparentemente alguns que entraram não foram registrados, pois na seqüência de matrículas aparecem com data de admissão neste período, embora estejam registrados apenas após 1899. Estão nesta situação mais de vinte crianças. A responsabilidade pelos lançamentos era do primeiro secretário. Alguns foram mais cuidadosos do que outros neste sentido. A demanda continuava grande e, durante sua gestão foi lançada, em dezembro de 1895, a pedra fundamental do prédio da rua Taylor, visando ampliar a capacidade de atendimento.

Quadro 7.
Crianças matriculadas durante a gestão de João Freire Júnior (1895-1898)

Matrícula	Nome	Idade (anos)	Sexo	Cor	Orão de	Natural de	Data Entrada	Data Saída	Destino
115	Rosália Jamata	4	F	B	M	Espanha	01.06.1895		
116	Augusto Jamata	1a6m	M	B	M	Br/Santos	01.06.1895		
117	Isabel Rodrigues	1a9m	F	B	M	Br/Santos	24.07.1895	08.01.1904	tutela
118	João Ramos	3	M		P	Br/São Paulo	24.07.1895		
119	Agostinho Ramos	2	M		P	Br/São Paulo	24.07.1895		
120	Antonio Laurilene de Miranda	18m	M	B	P	Br/Santos	01.10.1895		
121	Maria do Rosário	11	F			Br/Santos	01.10.1895		
122	Maria da Conceição	6	F		P/M	Portugal/Porto	01.10.1895	02.06.1902	faleceu
123	Ernestina	7	F	Pd		BR/Minas	01.10.1895	31.01.1898	mãe
124	Roza	7	F	B		Espanha	14.04.1896	12.03.1898	tutela
125	Patrocínia	3	F	B		Portugal/Covas	14.04.1896		
126	Angelina	8	F			Br/São Vicente	14.04.1896	17.11.1896	faleceu
127	Francisco Antônio	7	M	B		Portugal	14.04.1896		
128	Horacio Augusto Carrega	3	M	B	P	Br/Santos	14.04.1896	16.06.1904	mãe
129	Nero Augusto Carrega	2	M	B	P	Br/Santos	14.04.1896	02.12.1906	mãe
130	Clara Maria Andersen	4dias	F	B		Br/Santos	19.05.1896		faleceu
131	Mary Brezistis		F	B	P/M	Inglaterra	21.06.1896		
132	Marcalar Brezistis (Sarah Smith)	4	F	B	P/M	Inglaterra	21/061896	17.10.1929	1-tutela,2-emprego
133	Oscar	9m	M	Pr		Brasil	25.05.1897	25.12.1902	madrinha

134	Magdalena Menino	6	F	B		Br/Santos	28.09.1897	12.04.1904	tutela
135	Christina Medina (Dolores)	2	F	B	M	Br/Santos	17.04.1898	28.02.1910	1-tutela,2-emprego
136	Júlia Moreira	10	F			Br/Santos	17.04.1898		
137	Etelvina Moreira	8	F			Br/Santos	17.04.1898		
138	Benedicta	6	F	Pr		Br/Santos	17.04.1898	31.08.1904	mãe
139	Maria Peixoto	5	F	B	P	Br/Santos	17.04.1898	17.01.1909	casou
140	Anna Peixoto	4	F	B	P	Br/Santos	17.04.1898	15.02.1906	tutela
141	João Peixoto	4	M	B	P	Br/Santos	17.04.1898	24.01.1905	tutela

Fonte: Livro de Matrículas

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

No dia treze de maio de 1898 foi inaugurado o novo prédio do Asilo, na avenida Taylor e a presidência foi assumida por Francisco Malta Cardoso, comissário de café. Matriculadas 15 crianças, os registros indicam que algumas crianças admitidas neste período também não foram inscritas, pois aparecem na seqüência na gestão posterior.

Quadro 8.

Crianças matriculadas durante a gestão de Francisco Malta Cardoso (1898-1899)

Matrícula	Nome	Idade (anos)	Sexo	Cor	Órfão de	Natural de	Data Entrada	Data Saída	Destino
142	Jorge	4	M	B	M		17.10.1898	02.03.1905	tutela
143	Olivia	2	F	B	M		17.10.1898	02.03.1905	tutela
144	José Caetano	3	M	B	P/M	Br/Santos	15.06.1898	17.04.1901	avós
145	Deoclácio	4	M	B		Br/Santos	12.08.1898	24.09.1907	mãe
146	Bento	2a6m	M	B		Br/Santos	12.08.1898	03.10.1904	mãe
147	Clara	4a6m	F	Pd	M	Br/Santos	18.12.1898	15.09.1903	tutela
148	Hilda Alves (Ida Nogueira)	6	F	Pd		Br/Santos	11.01.1899	18.01.1911	tutela
149	Gregoria	4a6m	F	B	P	Espanha	25.02.1899	15.04.1907	mãe
150	Segundo	2	M	B	P	Espanha	25.02.1899	15.04.1907	mãe
151	Anna Salinos	9	F	B		Espanha	25.02.1899	10.10.1899	mãe
152	José	4a6m	M	B		Espanha	05.02.1859	10.10.1899	mãe
153	Antônio	7	M	B		Br/Santos	12.04.1899	21.12.1900	mãe
154	Manuel	5	M	B		Br/Santos	12.04.1899	21.12.1900	mãe
155	Lucinda	5	F	B		Br/Santos	13.05.1899	31.01.1900	mãe
156	Carlota	7	F	B		Br/Campos(RJ)	13.05.1899	07.12.1891	tutela

Fonte: Livro de Matrículas

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

O Coronel Narciso de Andrade assumiu a presidência em 1899. Figura importante na cidade, foi diretor do Centro Republicano e, como tal, recepcionou, quando em visita a Santos, Rui Barbosa, Ministro da Fazenda do Governo Provisório de Deodoro, em 1890. Participou do

Conselho de Intendência da cidade e, em 1896, assumiu o cargo de Intendente (Prefeito). Fez parte da Câmara Municipal de Santos nas legislaturas de 1902-1905 e 1906-1908.

O Primeiro Secretário, o ex-presidente Malta Cardoso, nos dois anos que atuou, foi muito cuidadoso na escrituração dos livros, deixando-nos informações valiosas no acompanhamento do que aconteceu neste tempo.

Na vigência da presidência de Narciso de Andrade, este e o Tesoureiro, o Coronel José Proost de Souza, desconfiaram da exatidão dos registros no livro de matrículas. Verificaram que havia no asilo 32 menores não matriculados, crianças que entraram em 1893, 1896, 1897, e outros cuja data de admissão não foi identificada. Procederam, então, a matrícula dos mesmos. Por outro lado, havia crianças matriculadas, 52, que já não se encontravam no asilo *tendo sido retirados em diversas épocas, sem que se desse baixa no registro*. Recorreram ao arquivo para procurar apontamentos que pudessem dar subsídios ao cancelamento correto das matrículas, mas não conseguiram pela *falta de ordem em que encontraram aquele arquivo na parte que diz respeito à secretaria*. Reorganizaram o livro de registros, então, da forma como foi possível. Anotaram, no mesmo, os dados referentes a esta correção. Constataram que, na ocasião, havia 64 meninas e 31 meninos, totalizando 105 crianças⁵⁵. Conseqüentemente, um número maior de pedidos de internação pode ser atendido. Foram matriculadas 82 crianças, sendo que 32 já estavam no asilo. A saída de aproximadamente cinco crianças manteve o limite previsto de 150.

Admitido no período um menino de dois anos, Augusto, cuja mãe estava internada, *constando da certidão de nascimento ser esse menor filho de pai incógnito, o sr. Presidente juntou-lhe o sobrenome Feijó, em homenagem ao ilustre brasileiro, que se chamou Padre Feijó*⁵⁶. Este menino foi retirado posteriormente pela mãe.

Foi um ano em que faleceu na cidade de Santos um número grande de brasileiros, seguidos de portugueses e espanhóis, conforme podemos visualizar na tabela abaixo. Um grande contingente de imigrantes destas duas nacionalidades vinha se fixando na cidade.

Estes índices se refletiram na proporção de órfãos admitidos. Foi grande o número de crianças portuguesas e espanholas admitido. Pela tabela os brasileiros falecidos equivalem a 77% da população, os portugueses 9% e os espanhóis 8%. Foram admitidas 50% de crianças brasileiras, 21 % de portuguesas e 25% de espanholas.

⁵⁵ Ata de 26/11/1899.

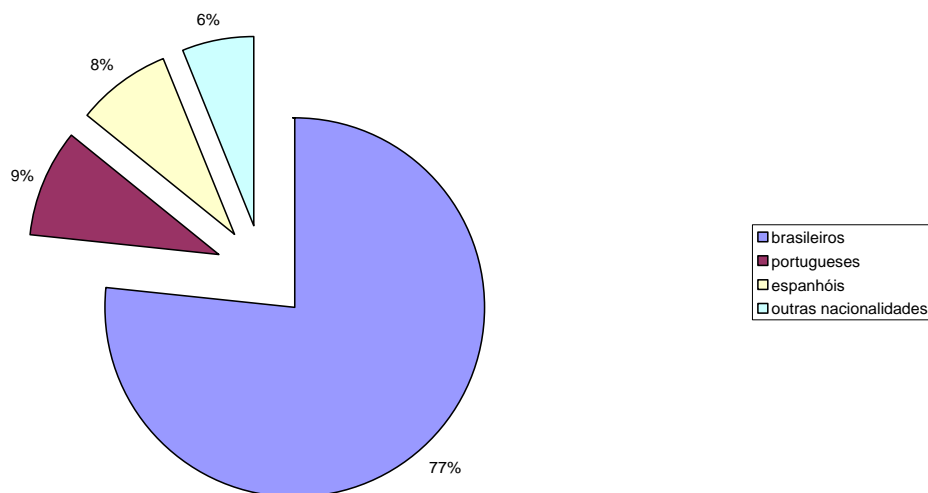
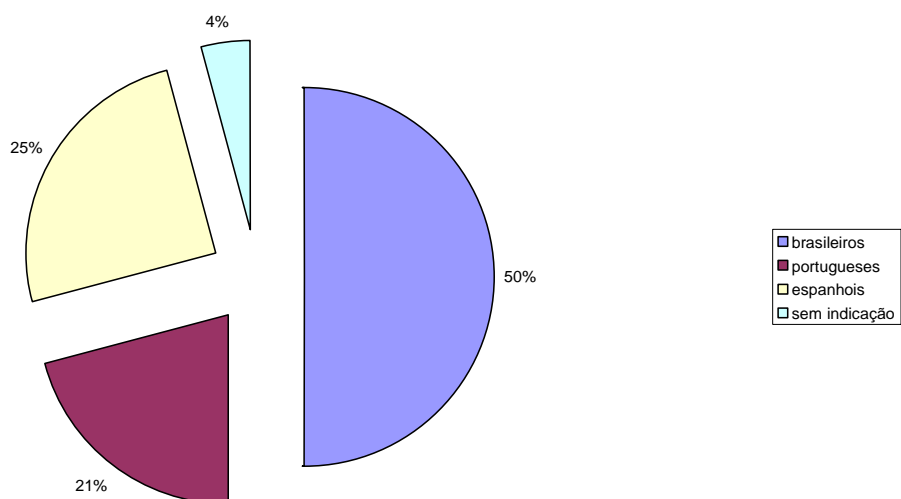
⁵⁶ Ata de 26/02/1901.

Tabela 1.
Óbitos na cidade de Santos, por nacionalidade, no ano de 1899

ÓBITOS POR NACIONALIDADE 1899	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	TOTAL
Brasileiros	126	96	114	92	106	92	120	112	114	98	68	66	1 204
Portugueses	15	6	23	8	12	9	14	14	6	11	16	9	143
Espanhóis	10	10	14	12	9	10	9	8	8	19	8	9	126
Italianos	3	3	2	7	5	2	1	3	1	1	6	2	36
Austriacos	1	1	0	0	2	0	0	1	1	3	1	0	10
Franceses	1	0	1	1	1	1	0	0	2	0	1	1	9
Alemães	0	0	1	1	1	1	2	0	2	0	0	0	8
Africanos	0	0	0	1	1	0	0	1	0	1	2	0	6
Árabes	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Suecos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Ingleses	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Russos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Sírios	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Polacos	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Norte-americanos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Suíços	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Orientais	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Ignorada	3	3	3	0	0	1	0	1	3	2	1	0	17
TOTAL	159	121	158	126	138	117	146	140	138	136	104	88	1571

Fonte: Relatório da Câmara Municipal de Santos, de 7 de janeiro de 1900⁵⁷.

⁵⁷ Disponibilizada pela Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Figura 11.**Obitos em Santos em 1899****Figura 12.****crianças internadas em 1899**

Quadro 9.
Crianças matriculadas durante a gestão de Narciso de Andrade (1899-1901)

Matrícula	Nome	Idade (anos)	Sexo	Cor	Órfão de	Natural de	Data Entrada	Data Saída	Destino
157	Julia de Camargo Ribeiro	10	F		M		31.05.1899	20.08.1899	pai (E)
158	Maria Mello Feijó	8	F	B	M	Br/Cravinhos(SP)	30.06.1899	13.01.1900	tutela
159	Marcella Rosa Artrefel	6	F	B	M	Br/São Paulo	11.07.1899		repatriada
160	M.Sebastiana do Espirito Santo	11	F	Pd		Br/Itanhaém	26.07.1899	27.11.1899	tutela
161	Amabile Granelli (Dolores)	1a6m	F	B	M	Italia	05.05.1898	28.02.1910	tutela (Irmã Superiora)
162	Adelaide Alves Machado	10	F	B	P/M	Br/Santos	17.03.1897	07.02.1909	convento
163	Leonor Alves Machado	8	F	B	P/M	Br/Santos	17.03.1897	27.02.1921	emprego (Asilo)
164	Heitor Alves Machado	5	M	B	P/M	Br/Santos	17.07.1897	22.02.1904	tutela
165	Maria Rey	11	F	B	P/M	Argentina	09.12.1896	04.12.1912	convento
166	Josepha Gomes	4	F	B		Brasil	17.10.1897	20.12.1903	tutela
167	Cecília Lopes	3	F	B	M	Br/Santos	27.05.1897	23.12.1908	tutela
168	Maria Judith Tomazelli	7	F	B	P/M	Austria/Trento	15.04.1896	02.03.1910	convento (professora)
169	Augusta Angelina Tomazelli	4	F	B	P/M	Austria	15.04.1896	20.01.1913	convento
170	Eliza Silva	6	F	B			19.05.1898	30.08.1904	tia
171	Benedicto da Silva Bueno	9	M	Ac		Brasil	04.03.1897	04.05.1900	tutela
172	Manoel Ribeiro	10	M	B	P	Portugal	21.09.1899	13.04.1902	mãe
173	Conceição Ribeiro	7	F	B	P	Portugal	21.09.1899	01.04.1906	mãe
174	Maria Ribeiro	5a6m	F	B	P	Portugal	21.09.1899	17.02.1907	mãe
175	Carlota Ribeiro	3	F	B	P	Portugal	21.09.1899	17.02.1907	mãe
176	João de Deus	3	M	B	P	Portugal	21.09.1899		
177	Maria de Jesus	2	F	B		Brasil	21.03.1899	08.10.1899	mãe
178	Carolina Dizula	12	F	B			1897	27.02.1905	mãe
179	Maria Veríssima	17	F	Pr		Brasil	1898	03.10.1899	Juiz 2ª Vara
180	Anna Weimann (Annita)	5	F	B	P	Br/Santos	15.06.1896	28.07.1910	casou
181	Maria Alexia Ribardiere	5	F	B	M	França	15.07.1893	c/ 21 anos	1-tutela,2-emprego
182	Rosalina	6	F	B			15.07.1896		irmão
183	Florinda Coelho	10	F	B	P/M		20.06.1896	04.08.1901	tio
184	Josepha Martini	5	F	B	M	Espanha	17.09.1899	24.04.1908	pai
185	Lourenço Martini	5	M	B	M	Espanha	17.09.1899	24.04.1908	pai
186	Cecília Gomes	5	F	Pr		Brasil	28.10.1897	20.10.1901	
187	Albertina Gomes (Lima)	4	F	Pr		Brasil	30.12.1897	23.06.1912	mãe
188	Rosa	4	F	Pr		Brasil	19.05.1897	09.01.1905	tutela
189	Ignácia	4	F	Pd		Brasil	19.05.1897		tutela
190	Balbina	3	F	Pd		Brasil			
191	Maria (nome dado no Asilo) (Candida)	3	F	B				28.06.1901	tutela
192	Edmundo de Mello	5	M	Mo		Brasil		10.05.1905	tutela
193	Antônio Mathias	6	M	Mo		Brasil		06.10.1901	pai

194	Severino Barreiro	3	M	B		Espanha	14.01.1896	02.03.1902	mãe
195	Antônio Hespanhol	4	M	B		Espanha		29.07.1905	mãe
196	Otilia Martha	1a8m	F	B	M	Br/SC	23.10.1899	.8.1902	Europa
197	Maria Braga Teixeira	9	F	B	P	Br/Friburgo(RJ)	31.10.1899	27.09.1900	mãe
198	Vitalina Braga Teixeira	7	F	B	P	Br/Friburgo(RJ)	31.10.1899	27.09.1900	mãe
199	Eliza	4	F	B	M	Br/Rio de Janeiro	18.01.1900	17.06.1904	tutela
200	Adelio Ramiro (Munhoz)	10a9m	M	B	P/M	Espanha	03.02.1900	15.01.1904	tutela
201	Angela	9	F	B	P/M	Espanha	03.02.1900	07.02.1900	faleceu
202	João Antônio	8	M	B	P/M	Espanha	03.02.1900		
203	Abília	5	F	B	P/M	Espanha	03.02.1900	22.06.1904	tutela
204	Dyonisia	5	F	B		Espanha	03.03.1900	16.01.1903	faleceu
205	Dolores Netto	6	F	B	P/M	Espanha	09.04.1900	05.03.1914	tutela
206	Patrocínia Netto	5	F	B	P/M	Espanha	09.04.1900	21.03.1912	1-tutela,2-convento
207	Corina	7	F	B	M	Brasil	08.05.1900	14.03.1907	tutela
208	Alfredo	4	M	B	M	Brasil	08.05.1900	18.10.1904	faleceu
209	Gastão Bensaleat	5	M	B	M	Brasil	15.06.1900		
210	João Gonçalves	7	M	B	P	Br/Rio de Janeiro	06.07.1900	30.12.1902	mãe
211	Eugênia da Costa	8	F	Mo	P	Br/Santos	15.08.1900	27.10.1909	1-tutela;2-faleceu
212	Candido da Costa	6	M	B	P	Br/Santos	15.08.1900		
213	Manoel Pinto Carneiro	9	M	B		Portugal/Vila Real	07.07.1900	09.02.1901	mãe
214	Aquilino Pinto Carneiro	7	M	B		Portugal/Vila Real	07.07.1900	09.02.1901	mãe
215	Custodia Pinto Carneiro	6	F	B		Portugal/Vila Real	07.07.1900	09.02.1901	mãe
216	Alexandre	4	M	B		Br/Santos	12.08.1900	01.01.1908	escola
217	Mário	6	M	B		Br/Santos	12.08.1900	01.01.1908	escola
218	Fernando	8	M	B		Br/Santos	12.08.1900		
219	Olintho Paiva Netto	2	M	Mo	P/M	Br/Santos	23.10.1900	31.03.1909	avô
220	Accacio	8	M	B	M	Portugal	27.10.1900		
221	Carlos João Ross	6	M	B	P	Br/Botucatu	24.11.1900	21.08.1911	asilo
222	Mario Costa	4	M	Mo	P/M	Br/Santos	29.11.1900	01.01.1908	escola
223	Mario de Jesus	9	M	Pd	M	Br/Santos	14.01.1901	11.05.1905	tutela
224	Paulo de Jesus	6	M	Pd	M	Br/Santos	14.01.1901	24.01.1905	tutela
225	Celeste de Jesus	2	F	Mo	P	Br/Santos	29.01.1901	09.05.1914	tutela
226	Augusto Feijó	2	M	B		Br/Santos	29.01.1901	25.06.1904	mãe
227	Maria de Jezus	10	F	Mo	P/M	Br/Santos	01.03.1901	03.02.1904	tutela
228	Carlota de Jezus	8	F	Mo	P/M	Br/São Paulo	01.03.1901	25.10.1903	tutela
229	Anna de Jezus	5	F	B	P/M	Br/Santos	01.03.1901	29.01.1906	tutela
230	Graciana de Jezus	3	F	B	P/M	Br/Santos	01.03.1901	22.06.1906	tutela
231	Rosa da Conceição	6	F	B	M	Br/Santos	07.03.1901	15.03.1907	pai
232	Gumercindo Abranches	6	M	B	P	Br/Santos	22.03.1901	05.12.1901	faleceu
233	Aureo Abranches	4	M	B	P	Br/Santos	22.03.1901	01.01.1908	escola
234	Alzira Ravazzani (Ercyla)	16m	F	B	M	Br/Santos	28.03.1901		emprego (Asilo)
235	Marvithia Nogueira	6	F	B	M	Br/Santos	26.03.1901	14.06.1903	pai
236	Luiz Maria	4	M	B	M	Br/Santos	26.03.1901	14.06.1903	pai

237	Izabel Augusta	2	F	B	M	Br/Santos	26.03.1901	13.06.1903	pai
238	Perpétua Cardoso	8	F	B	P	Portugal/Viseu	01.05.1901	14.11.1905	tutela

Fonte: Livro de Matrículas

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

Quem presidiu a Associação Protetora da Infância Desvalida entre 1901 e 1905 foi novamente João Nepomuceno Freire Junior. O aumento da demanda e dos gastos levou a Diretoria, durante sua gestão, a tentar fixar um número máximo de internos, mesmo diante da capacidade do prédio para abrigar 150 internos.

Em janeiro de 1902, ficou decidido que este número não deveria exceder 130 asilados, salvo casos de extrema necessidade. Em 1904⁵⁸, em vista do estado financeiro da instituição, decidiu-se reduzir este número para 70. A partir desta data, até o final do mandato deste Presidente, só foi admitida, em abril de 1905, uma criança. Por outro lado, após esta decisão, muitos dos internos saíram.

Quadro 10.
Crianças matriculadas durante a gestão de João Freire Júnior (1901-1905)

Matrícula	Nome	Idade (anos)	Sexo	Cor	Órfão de	Natural de	Data Entrada	Data Saída	Destino
239	Judith Abranches	2	F	Mo	P	Br/Santos	30.06.1901	10.11.1902	faleceu
240	Maria Rodrigues	4	F	B	P	Br/Santos	04.08.1901	12.07.1908	mãe
241	Antônio Rodrigues	1	M	B	P	Br/Santos	04.08.1901	11.10.1901	faleceu
242	Appolinário Saltori	6	M	B	M	Br/Rio de Janeiro	09.08.1901	31.08.1907	pai
243	Eleonora Saltori	3a8m	F	B	M	Br/São Paulo	09.08.1901	13.07.1908	pai
244	Antônio Ilhõa	7	M	B	M	Portugal	17.08.1901	01.01.1908	escola
245	Maria Laurinda	15	F	Pa	M	Br/Aracaju	18.09.1901	06.10.1901	tutela
246	Rosa	12	F	Mo		Br/São Paulo	12.10.1901	30.10.1901	tutela
247	Isaura Silva	6	F	Pa		Br/Bananal(SP)	01.11.1901	30.10.1910	mãe
248	Ida de Miranda	8	F	Mo	P/M	Br/Santos	20.11.1901	07.03.1912	emprego (Liceu)
249	Constantino	3	M	B	M	Br/Santos	29.11.1901	17.07.1905	pai
250	Almiro	7	M	Pa		Br/Santos	29.11.1901	11.04.1907	mãe
251	Anna Dias	9	F	Mo		Br/Santos	19.12.1901	24.04.1904	tutela
252	Feliciano	3	F	Mo		Br/Santos	29.12.1901	11.11.1904	mãe
253	Estephania Menezes	6	F	B	P/M	Portugal/Balpeiticino	18.01.1902	07.03.1912	emprego (Liceu)
254	Romário	8	M	Pr	P	Br/Santos	17.01.1902	01.06.1906	mãe
255	Benedicto	6	M	Mo	P	Br/São Paulo	17.02.1902	01.01.1908	escola
256	Laércio	6	M	Pa		Br/Santos	16.03.1902	08.05.1905	mãe
257	Maria da Conceição Vieira da Cruz	7	F	Mo	P	Br/Santos	16.03.1902	14.01.1903	tutela

⁵⁸ Ata de 31/07/1904.

258	Josephina	11	F	B		Itália	19.03.1902	05.05.1902	tutela
259	Manoel Gonsalves	6	M	B	P	Br/Santos	14.03.1902	09.03.1903	faleceu
260	Maria Alves Ferreira	12	F	B	P	Br/MG	22.03.1902	18.12.1905	mãe
261	Agostinha Alves Ferreira	10	F	B	P	Br/MG	22.03.1902	18.12.1905	mãe
262	Florinda dos Santos Vidal	9	F	B	P	Portugal	31.07.1902	18.11.1902	mãe
263	Isolina Rodrigues	6	F	B	P/M	Portugal	29.04.1902		faleceu
264	Renato Gomes	4	M	Pa		Br/Santos	04.02.1902	01.01.1908	escola
265	Roza Fernandes	9	F	B	M	Br/São Carlos do Pinhal	02.06.1902	08.05.1907	pai
266	Francisca Magalda	3	F	B		Br/Santos	13.06.1902	07.07.1913	mãe
267	Luiz Magaldo	5	M	B		Br/Santos	13.06.1902	01.01.1908	escola
268	Waldomira de Gueiroz	2	F	B	M	Br/Cubatão	15.06.1902	08.05.1907	tutela
269	Alzira Monteiro	4	F	Mo	M	Br/Santos	16.08.1902	25.02.1910	tutela (padrinho)
270	Irineu	9	M	Mo		Brasil	19.08.1902	28.08.1902	mãe
271	Francisco de Paula	2	M	Mo	M	Br/Santos	16.08.1902	23.10.1910	pai
272	Izabel	2	F	Mo	M	Br/Santos	16.08.1902	14.04.1903	faleceu
273	Romualdo Fontes	2	M	Pr	P/M	Br/Santos	09.10.1902	19.04.1903	faleceu
274	Honorina Eusebia	8	F	Mo	M	Brasil	24.11.1902	27.06.1910	tutela
275	Antônio Correa	6	M	B	P	Brasil	15.01.1903		
276	Benedicto Augusto	9	M	Pr	M	Brasil	04.02.1903	27.01.1905	tutela
277	Dionisia de Macedo	15	F	Pr		Br/MG	05.03.1903	25.05.1903	depósito
278	Adalgisa Gomes	18	F			Brasil	16.04.1903	19.05.1903	depósito
279	Augusto de Castro	7	M	B		Br/Rio de Janeiro	29.04.1903	28.10.1907	mãe
280	Geraldina de Castro	5	F	B		Br/Rio de Janeiro	19.04.1903	16.02.1913	mãe
281	Maria da Incarnação Gonçalves	5	F	B		Br/São Paulo	27.05.1903	26.05.1910	faleceu
282	Josephina	9	F	Pr	P	Br/Santos	30.05.1903	31.05.1905	tutela
283	Maria José Vico	10	F	B	P	Espanha	01.06.1903	17.06.1906	mãe
284	Maria Augusta Sobrano	5	F	B	P	Espanha	01.06.1903	29.07.1912	mãe
285	Francisca Rosa de Carvalho	11	F	B	P	Br/São José do Ubá(RJ)	11.06.1903	26.05.1904	mãe
286	Maria do Carmo	8	F	Mo	P	Br/São Paulo	20.05.1903	13.06.1909	mãe
287	Alzira Rosa	4	F	Mo	P	Br/Santos	20.05.1903	13.06.1909	mãe
288	Raul Alberto	2	M	Mo	P	Br/Santos	20.05.1903		
289	Mario Soares	8	M	B	P/M	Br/Cananéia	07.07.1903		fugiu
290	Izaura	2	F	B		Br/Santos	16.09.1903	27.11.1907	tutela
291	Emília	6	F	Mo	P	Br/Santos	22.09.1903	18.12.1907	tia
292	Deolindo	5	M	Pa	P	Br/Santos	05.12.1903	01.01.1908	escola
293	Américo Barros	3	M	Pa	P	Br/Santos	05.12.1903	01.02.1914	escola
294	Maria Willelen Weiss	4	F	B	P/M	Br/São Paulo	09.12.1903	03.01.1906	tutela
295	Bernardo Franz Petrus	9m	M	B	P	Br/São Vicente	10.03.1904	01.05.1904	mãe
296	Josepha	8	F	B		Espanha	29.03.1904	11.06.1904	mãe
297	Maria Josephina da Conceição	9	F	Pa	M	Br/Rio de Janeiro	26.04.1905		tutela

Fonte: Livro de Matrículas

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

No ano seguinte, o Presidente que o sucedeu foi Coronel Antonio Candido Gomes, comerciante. Este propôs que se contornasse a situação de outra forma: não fossem pagas algumas contas atrasadas até a chegada da subvenção do Estado e deveriam acolher *os órfãos e meninas desvalidas que se apresentassem em condições de serem amparados por esta instituição de caridade*. Para ajudar no pagamento das dívidas, propôs que fossem vendidos o carro e uma parrelha de mulas, já que havia uma linha de bondes até o edifício da Associação⁵⁹.

Este Presidente admitiu 69 crianças, aumentado novamente o número de crianças internas no Asilo de Órfãos. Em abril de 1905, antes do término de sua gestão⁶⁰, entretanto, diante das dificuldades em manter o orfanato, decidiu que *não tendo o Governo do Estado até a presente data pago a subvenção constante do orçamento para o corrente ano, entendeu conveniente não preencher as vagas que se forem dando, a fim de não causar embaraços a situação em que se acham as finanças da Associação*. Em agosto recebem 7:000\$000 por conta da subvenção do Estado.

Quadro 11.
Crianças matriculadas durante a gestão de Antonio Candido Gomes (1905-1906)

Matrícula	Nome	Idade (anos)	Sexo	Cor	Órfão de	Natural de	Data Entrada	Data Saída	Destino
298	Maria de Figueiredo	7	F	B	P/M	Portugal	23.06.1905	20.01.1916	tutela
299	Felicidade Marques	3a6m	F	B	P	Br/Santos	01.07.1905	28.12.1913	tia
300	Octávio da Gama Mont	8	M	B	P	Br/Santos	06.07.1905	14.01.1906	mãe
301	Jayme da Gama Mont	10	M	B	P	Br/Santos	06.07.1905	14.01.1906	mãe
302	Maria Izabel de Jesus	2	F	Mo	M	Br/Santos	21.07.1905	28.03.1921	tutela
303	Ricardina da Silva	7	F	B	P	Br/Rio Claro	09.08.1905	06.12.1908	mãe
304	Maria Roza (Eliza)	4	F	B	P	Br/Rio Claro	09.08.1905	06.12.1908	mãe
305	Rita Neves de Azevedo	8	F	Pa	P	Br/Santos	30.08.1905	05.03.1911	tutela
306	Carolina Jonata	7	F	B	M	Itália	16.09.1905	08.05.1913	pai
307	Ninetta Jonata	5	F	B	M	Itália	16.09.1905	10.04.1914	Pai
308	Emília Gomes Peres	9	F	B		Br/Rio de Janeiro	21.09.1905	03.02.1913	mãe
309	Andre Peres	4	M	B		Br/Rio de Janeiro	21.09.1905	15.04.1914	mãe
310	Raymundo Peres	3	M	B		Br/Rio de Janeiro	21.09.1905	21.08.1916	escola

⁵⁹ Ata de 24/05/1905.

⁶⁰ Ata de 01/04/1906.

311	Rita Gonçalves	8	F	Mo	P	Br/MG	10.10.1905	25.08.1919	mãe
312	Paulina Marcos	10	F	Mo	P	Br/Santos	11.10.1905	07.02.1907	tutela
313	Lúcio Marcos	8	M	Mo	P	Br/Santos	11.10.1905	01.01.1908	escola
314	Maria Carmélia	4	F	B	P	Br/Santos	14.10.1905	11.10.1906	mãe
315	Manoel Antônio	9	M	B	P	Br/Santos	14.10.1905	22.01.1912	asilo
316	Maria Pereira	4	F			Brasil	09.11.1905	06.04.1906	mãe
317	Raphael Gomes Magalhães	5	M	B	P	Portugal	12.11.1905	17.03.1910	escola
318	Palmira Gomes de Magalhães	7	F	B	P	Portugal	12.11.1905	10.04.1910	mãe
319	Lucas	2	M	B		Itália	12.11.1905	09.06.1906	faleceu
320	Antônia Peixoto	7	F	B	P	Br/Santos	12.11.1905	25.01.1913	tutela
321	Antônio José Duarte	7	M	B		Br/Santos	13.11.1905	04.03.1907	tutela (cunhado)
322	Julia Duarte	9	F	B		Br/Santos	13.11.1905	04.03.1907	tutela (cunhado)
323	Esmeralda Renzi	6	F	B		Br/São Paulo	13.11.1905	01.01.1909	mãe
324	Genoveva Alvares	2	F	B		Br/Santos	22.11.1905	17.04.1910	mãe
325	Oscar dos Santos	8	M		P	Br/Santos	22.11.1905	01.01.1908	escola
326	Hugo dos Santos	3	M	B		Br/Santos	02.12.1905	11.04.1906	mãe
327	Pilar Rios	10	F	B	M	Espanha	09.12.1905	06.08.1910	pai
328	Ignes dos Anjos	10	F	B		Br/Santos	26.12.1905	22.04.1909	tutela
329	Julia Rodrigues	13	F	B	P	Br/Santos	05.01.1906	22.01.1907	mãe
330	Elzira Rodrigues	11	F	B	P	Br/Santos	05.01.1906	31.03.1909	mãe
331	Maria Rodrigues (Alzira Rodrigues nº498)	7	F	B	P	Br/Santos	05.01.1906	06.03.1914	mãe
332	João de Andrade	6	M	B	M	Br/São Paulo	06.01.1906	28.12.1912	pai
333	Eduardo de Andrade	4	M	B	M	Br/São Paulo	06.01.1906	23.08.1908	faleceu
334	Maria Dolores	5	F	B		Espanha	11.01.1906	22.01.1906	pai
335	Conceição	3	F	B		Espanha	11.01.1906	22.01.1906	pai
336	Arthur	2	M	B		Espanha	11.01.1906	22.01.1906	pai
337	Maria Pereira	1a6m	F			Br/Santos	04.01.1906	14.06.1908	faleceu
338	Miguel	4	M	B	P	Espanha	24.01.1906	16.03.1908	mãe
339	Manoel Barreiros	8	M	B	P	Portugal/Minho	06.02.1906	01.01.1908	escola
340	José Barreiros	7	M	B	P	Portugal/Minho	06.02.1906	17.03.1910	escola
341	Antônio Barreiros	4	M	B	P	Portugal/Minho	06.02.1906	21.09.1908	faleceu
342	Henrique Guilherme	2	M	B	P		07.02.1906	30.07.1907	mãe
343	Walter Elias	4	M	B	P		07.02.1906	18.07.1907	mãe
344	Joaquim Monteiro	11	M	B	P	Br/Santos	15.02.1906	01.01.1908	escola
345	Carolina Monteiro	8	F	B	P	Br/Santos	15.02.1906	07.11.1921	mãe
346	Virgilio	12	M	B	P/M	Br/Santos	16.02.1906	01.01.1908	escola
347	Jurvina Zemunich	7	F	B	P/M	Br/Santos	16.02.1906	22.09.1914	tutela
348	Maria Francisca	10	F	Mo		Br/Santos	25.02.1906	18.03.1906	tutela
349	Julieta Maria da Conceição	12	F	Pr	M	Br/São Paulo	22.02.1906	03.03.1910	tutela
350	João Del Bosco	10	M	B		Br/Santos	22.02.1906	12.08.1906	mãe
351	Mathilde Del Bosco	8	F	B		Br/Santos	22.02.1906	12.08.1906	mãe
352	Seraphina Del Bosco	5	F	B		Br/Santos	22.02.1906	12.08.1906	mãe
353	Manoel de Almeida	10	M	B	P	Br/Rio Claro	24.02.1906	11.09.1907	mãe

354	José Affonso	8	M	B	P	Br/Rio Claro	24.02.1906	01.01.1908	escola
355	Maria Rosa	3	F	B	P	Br/Rio Claro	24.02.1906	06.12.1908	mãe
356	Maria Castilho	7	F	B		Br/Santos	11.03.1906	21.03.1906	tutela
357	Carmem Castilho	2	F	B		Br/Santos	11.03.1906	21.03.1906	tutela
358	Aguinaldo	7	M	B		Br/Ribeirão Preto	13.03.1906	01.01.1908	escola
359	Irma Palli	6	F	B	P	Br/São Paulo	13.03.1906	14.09.1913	tutela (padrasto)
360	João Palli	5	M	B	P	Br/São Paulo	13.03.1906	27.12.1913	tutela (padrasto)
361	Romeu Palli	3	M		P	Br/São Paulo	13.03.1906	14.05.1916	tutela (padrasto)
362	Julia Lopes	14	F	B	P	Espanha	30.03.1906	27.09.1906	vice-consul
363	Carmela Maria da Glória	10	F	B		Br/Santos	10.04.1906	13.11.1907	mãe
364	Engracia Elvira da Glória	8	F	B		Br/Santos	10.04.1906	13.11.1907	mãe
365	Salvador da Glória	4	M	B		Br/Santos	10.04.1906	13.11.1907	mãe
366	Anastacia Stroskorzer	9	F	B		Br/Santos	11.04.1906	26.03.1907	mãe

Fonte: Livro de Matrículas

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

O Coronel Francisco Corrêa Almeida de Moraes assumiu a presidência da Associação Protetora da Infância Desvalida em 1906. Nascido em Tietê, Estado de São Paulo, em 30 de agosto de 1837, era comissário de café e constituiu, com Luís de Melo, uma firma, a Almeida, Melo & Cia. Fazia parte, nesta ocasião, do Conselho de Intendência que governava a cidade de Santos, cargo que ocupou em várias ocasiões. Em quatro de outubro de 1907, através da Lei nº 258, fundou a Academia de Comércio de Santos, que deu origem à Associação Instrutiva José Bonifácio.

Homem que se dividia entre mil afazeres, foi Presidente do Asilo de Órfãos durante três anos. Quando Almeida de Moraes assumiu, as mensalidades de janeiro, fevereiro e março da subvenção do governo do Estado, referentes ao ano em curso, haviam acabado de ser pagas. Durante sua gestão convocou pouquíssimas reuniões de Diretoria, o que acarretou um acúmulo de decisões a serem tomadas nas mesmas. A Comissão de Sindicância assumiu a responsabilidade, praticamente sozinha, pelas admissões e retiradas dos internos. A quantidade de crianças matriculadas foi grande.

Em fevereiro de 1908, pelo Livro de Matrículas havia 180 asilados, dentre os quais 33 remetidos pelos Juizes de Órfãos da Comarca. Em junho deste mesmo ano o Presidente, em companhia de Nicanor Leite do Amaral, Segundo Secretário da instituição, resolveu confrontar os asilados com o Livro de Matrículas e encontrou irregularidades. Na re-contagem⁶¹ concluiu

⁶¹ Ata de 15/08/1908.

que estavam matriculados, na época, 156 menores, 114 do sexo feminino e 42 do masculino e mais seis menores depositados provisoriamente, três do sexo feminino e três do sexo masculino, totalizando 162 internos.

No ano seguinte⁶² constatou-se, casualmente, haver no asilo uma menor ainda não matriculada por não estar presente por ocasião da chamada geral. Assim, estariam no Asilo 163 crianças, número superior ao previsto⁶³.

Em 1908 o Dr. Raymundo Sóter de Araújo, que já vinha prestando serviços gratuitamente aos internos, foi contratado como médico efetivo do Asilo de Órfãos, com um ordenado de 300\$000 mensais, *devido também às doenças que tem ultimamente aparecido nos asilados*⁶⁴.

Quadro 12.
Crianças matriculadas durante a gestão de Francisco Corrêa de Almeida de Moraes (1906-1909)

Matrícula	Nome	Idade (anos)	Sexo	Cor	Órfão de	Natural de	Data Entrada	Data Saída	Destino
135(L2) ⁶⁵	Otilia Jaeger	15	F	B		Br/São Leopoldo(RS)	19.05.1906	24.10.1912	tia (Irmã Superiora)
136(L2)	Margarida Jaeger	13	F	B		Br/Bom Jardim(RS)	19.05.1906	24.10.1912	tia (Irmã Superiora)
367	Telmo da Silva Lopes	9	M	Mo ⁶⁶	P	Br/Rio de Janeiro	23.05.1906	25.03.1907	mãe
368	Pedro Pinheiro	9	M			Br/Santos	29.05.1906	19.03.1908	mãe
369	Jeronymo Joaquim Pereira	11	M		M	Portugal	01.06.1906	03.11.1907	pai
370	Armando de Souza	7	M	B	P	Br/Rio de Janeiro	07.06.1906	01.01.1908	escola
371	Francisco Antônio	8	M			Br/Santos	09.06.1906	16.07.1906	pai
372	Alfredo Antônio	6	M			Br/Santos	09.06.1906	16.07.1906	pai
373	Maria de Andrade	4	F	B	P	Br/Jacarei	13.06.1906	19.03.1917	mãe
374	Janilla Alitz (Eugenia)	7	F	B	P	Turquia	19.06.1906	03.04.1911	mãe
375	Amelia Alitz	6	F	B	P	Turquia	19.06.1906	03.04.1911	mãe
376	João José dos Santos	10	M		P	Espanha	25.06.1906	01.01.1908	escola

⁶² Ata de 07/02/1909.

⁶³ Esta contagem deu origem ao segundo livro de matrículas, do qual constam todos as crianças asiladas naquela ocasião, incluindo os que já constavam do primeiro livro de matrículas.

⁶⁴ Ata de 12/07/1908.

⁶⁵ L2 significa Segundo Livro de Matrículas.

⁶⁶ Mo significa moreno.

377	Leonarda Maria da Silva Trindade	7	F	B	P	Espanha	25.06.1906	25.06.1912	tutela
378	Maria Aurora Pinto	11	F	B	P	Portugal	01.07.1906	04.11.1911	tutela
379	Antônio Cruz	11	M		P/M	Portugal	04.07.1906	04.09.1907	irmã
380	Antonio de Affonseca	2	M	B		Br/Santos	09.07.1906	04.11.1911	tutela
381	Maurício de Lima	5	M	Pd ⁶⁷	P	Br/Santos	19.07.1906	15.08.1914	mãe
382	Maria Galoni (Maria do Rosário)	8	F	B	P	Brasil	20.07.1906	15.10.1911	mãe
383	Antônio Galoni	6	M	B	P	Brasil	20.07.1906	15.10.1911	mãe
384	Estanislau Galoni	2	M	B	P	Brasil	20.07.1906	15.10.1911	mãe
385	Agostinho	12	M			Espanha	03.08.1906		
386	Armando Netto	7	M	Mo		Brasil	20.08.1906		
387	Alfredo Ferreira	7	M	B	M	Br/São Sebastião	01.09.1906	15.08.1909	pai
388	Maura Rodrigues	4	F	B	M	Espanha	01.09.1906	07.05.1917	tutela
389	Maria Rodrigues (Maria Espanhola)	2	F	B	M	Espanha	01.09.1906	22/9/1925	foi residir com
390	Oscar Herman Gabston	10	M	Mo	P	Br/Santos	01.09.1906	31.10.1906	mãe
391	Dolores Gomes (Dolores Victoria)	7	F	B	M	Brasil	02.09.1906	23.01.1911	tutela
392	Letícia Piva	8	F	B	P	Br/São Paulo	01.09.1906	28.10.1915	avó
393	Elvira Benedicta	9	F	B	M	Brasil	16.09.1906	28.10.1913	pai
394	Silvio Bianchi	10	M	B	P	Br/MG	16.09.1906	01.01.1908	1-escola,2-mãe
395	Luiz Salgado	3a6m	M	B	P	Br/Santos	16.09.1906	14.06.1914	mãe
396	Modesta Salgado	1a6m	F	B	P	Br/Santos	16.09.1906	20.04.1919	mãe
397	Antônio	1a6m	M	B		Brasil	19.09.1906		
398	Emília Trindade	6	F	Pd	M	Br/Santos	22.09.1906	11.10.1918	tutela (padrinho)
399	Manoel do Cabo Blanco	6	M		P	Espanha	26.09.1906	01.01.1908	mãe
400	João Lopes	6	M	Pd		Br/Santos	27.09.1906	29.04.1911	mãe
401	Helena Lopes	9	F			Br/Santos	27.09.1906		
402	Laura Lopes	3	F			Br/Santos	27.09.1906	07.02.1909	mãe
403	Antônio de Castro	7	M	B	P	Br/Santos	02.10.1906	05.04.1910	escola
404	João de Barros	4	M		P	Br/Santos	03.10.1906	22.10.1906	mãe
405	Josephina de Barros	6	F		P	Br/Santos	03.10.1906	22.10.1906	mãe
406	Anastácia de Barros	9	F		P	Br/Santos	03.10.1906	22.10.1906	mãe
407	Francisco Abrantes	4	M	B		Br/Santos	22.10.1906		tutela
408	Antônio Rodrigues	2	M		P	Br/Santos	22.10.1906	15.03.1907	mãe
409	Antonio Zuziacha	1a6m	M		P	Br/Rio de Janeiro	31.10.1906	30.11.1910	tutela (padrasto)
410	Etelvina	5	F	B	M	Br/Santos	01.11.1906	31.03.1909	tutela
411	Manoel dos Passos	8	M	Mo		Br/Santos	03.11.1906	08.02.1907	pai
412	Antônio dos Passos	7	M	Mo		Br/Santos	03.11.1906	08.02.1907	pai
413	Sabina Maria	3	F	Mo		Br/Santos	03.11.1906	08.02.1907	pai
414	Iracema dos Santos	11	F	Mo	P/M	Br/Santos	17.11.1906	07.05.1910	tutela
415	Moacyr	9	M	B	P	Br/Santos	17.11.1906	01.01.1908	escola
416	Tito dos Santos	6	M	B	P/M	Br/Santos	17.11.1906	29.05.1913	escola

⁶⁷ Pd significa pardo.

417	Eduardo da Fonseca	12	M	B	P	Br/Santos	17.11.1906	01.01.1908	escola
418	Florinda da Fonseca	10	F	B	P	Br/Santos	17.12.1906	11.02.1917	casou
419	Carmen da Fonseca	4	M	B	P	Br/Santos	17.12.1906	29.06.1919	tutela
420	Antonieta Neves de Andrade	8	F	Pd		Br/Santos	22.12.1906	05.03.1911	Mãe
421	Benedicta Barbara	11	F	Pd	P/M	Br/São Sebastião	19.01.1907		
422	José Rodrigues	6	M		P	Br/Santos	18.02.1907	5/3/1911	
423	José Eiff	2	M	B		Br/São Vicente	22.02.1907		faleceu
425	Angela Martinez	6	F	B		Espanha	09.03.1907	23.04.1910	mãe
426	Benedicta dos Santos (Anna Benedicta)	4	F	Pd	P/M	Br/Santos	30.03.1907	01.08.1912	tutela(Irmã Superiora)
427	Miguel	5	M			Br/Santos	30.03.1907	24.03.1908	mãe
428	Laudelino	5	M			Brasil	30.03.1907	28.03.1908	mãe
429	Silvina	7	F			Brasil	30.03.1907	24.03.1908	mãe
430	Claudio	9	M			Brasil	30.03.1907	01.01.1908	escola
431	João Soares	3	M		M	Br/Santos	30.03.1907	30.06.1908	faleceu
432	Antônio Soares	6	M	Pd	M	Br/Santos	30.03.1907	26.09.1914	tutela (irmão)
433	Julio Carneiro	4	M		P	Br/Santos	30.03.1907	24.12.1910	mãe
434	Manoel Carneiro	2	M		P	Br/Santos	30.03.1907	28.06.1908	faleceu
435	Maria Francisca (Maria do Carmo)	5	F	B	P/M	Brasil	10.04.1907	17.09.1911	tutela
436	Paulo Gallici	6	M		P	Br/Santos	10.04.1907	13.02.1908	mãe
437	Virginia Gallici	10	F		P	Br/Santos	10.04.1907	13.02.1908	mãe
438	Bellarmina de Jesus	10	F			Br/Santos	15.04.1907	14.03.1909	mãe
439	Jacy Romana de Lima	8	F	Pd	P	Br/Santos	20.04.1907	20.06.1907	mãe
440	Mathias Magrasso	3	M		P	Br/Santos	28.04.1907	20.06.1907	mãe
441	Agostinho Magrasso	2	M		P	Br/Santos	28.04.1907	20.06.1907	mãe
442	Benita Rodrigues	4	F		P	Espanha	11.05.1907	13.12.1907	mãe
443	Benedicto Costa	8	M			Brasil	11.05.1907		fugiu
444	Angelina de Pardi	10	F		P	Brasil	15.05.1907	22.11.1908	mãe
445	Clorinda de Pardi	6	M		P	Brasil	15.05.1907	22.11.1908	mãe
446	Odília da Fonseca	13	F	Mo	P	Br/Santos	15/5/1907	20.09.1912	tutela (avó)
447	Benedicto Gomes de Oliveira	6	M	Pr	P	Br/São Paulo	15/5/1907	26.02.1913	mãe
448	Antônio Leonardo	3	M			Br/Santos	11.06.1907	09.01.1908	pai
449	Waldomar Cesário Xisto	7	M			Br/São Vicente	13.06.1907	01.01.1908	escola
450	João Fernandes Pereira (João Batista)	8	M	B	P	Br/Santos	16.07.1907	17.03.1910	escola
451	Francisca Fernandes Pereira	5	F	B	P	Brasil	16.07.1907	16.06.1919	mãe
452	Roza Simon Syria	6	F			Turquia	13.06.1907	19.09.1907	tutela (avó)
453	Linda Simon Syria	5	F			Turquia	13.06.1907	19.09.1907	tutela (avó)
454	João de Castilhos	7	M	Pd	P	Br/Santos	22.07.1907	14.05.1914	mãe
455	Carlos de Castilhos	6	M	Pd	P	Br/Santos	22.07.1907	03.08.1912	mãe
456	Laércio de Castilhos	5	M	Pd	P	Br/Santos	22.07.1907	07.03.1917	escola
457	Zilda de Castilhos	3	F		P	Br/Santos	22.07.1907	09.06.1908	faleceu
458	Angelina Populizi	6	F	B	M	Itália	22.07.1907	12.01.1919	pai

459	Henrique Moura da Silva	8	M			Portugal	06.08.1907	.04.1909	mãe
460	Maria Moura da Silva	7	F	B		Portugal	06.08.1907	17.10.1915	pai
461	Olinda Moura da Silva	3	M	B		Portugal	06.08.1907	17.10.1915	pai
462	Arsenia de Jesus	9	F	B	P	Portugal	06.08.1907		
463	João Farias	8	F	B	P	Br/Santos	06.08.1907	08.03.1911	mãe
464	Ricardo Farias	2	M	B	P	Br/Santos	06.08.1907	14.06.1908	mãe
465	Maria Farias	6	F	B	P	Br/Santos	06.08.1907	08.03.1911	mãe
466	Valentina Barbara Testaroza	8	F	B	P/M	Br/Santos	10.04.1907	03.01.1910	tutela
467	Condilac Testaroza	6	M	B	P/M	Br/Santos	10.04.1907	28.07.1912	escola
468	Floriano Americano	9	M	Mo		Br/Santos	12.08.1907	01.01.1908	escola
469	Aurora de Sant' Anna	11	F	Mo	P/M	Br/Santos	16.08.1907	26.10.1913	tutela (irmão)
470	Jovita de Sant' Anna	9	F	Mo	P/M	Br/Santos	16.08.1907	17.09.1911	tutela
471	Deoclides de Sant' Anna	4	M	Mo	P/M	Br/Santos	16.08.1907	11.04.1919	tutela
472	Manoel Francisco	7	M			Br/Santos	25.08.1907		
473	José Barbosa	7	M		P	Br/São Vicente	01.10.1907		
474	Maria Gonçalves da Silva	4	F	B	P	Br/Santos	11.10.1907	28.03.1917	tutela
475	Leonor Gonçalves da Silva	3	F	B	P	Br/Santos	11.10.1907	05.04.1914	tutela
476	Rosária Ferreira	10	F	B	M	Br/Santos	04.12.1907		
477	Constantino Erbiste	8	M	B	P	Br/MG	20.12.1907	01.02.1914	escola
478	Virgílio Erbisti	4	M	B	P	Br/MG	20.12.1907	01.02.1914	escola
479	Maria Pereira	12	F	B	P/M	Br/São Paulo	26.12.1907	15.09.1909	tutela
480	Lauro Evangelista de Siqueira	10	M	B	M	Br/São Vicente	28.12.1907	01.01.1908	escola
481	Carmella Monte	7	F	B		Br/Santos	31.12.1907	24.04.1910	tutela
482	Amelia Monte	4	M	B		Br/Santos	31.12.1907	24.04.1910	tutela
483	José Gomes	3	M	B		Br/Rio de Janeiro	03.01.1908	15.02.1918	mãe
484	Cordelia Augusta de Magalhães	13	F	Mo	P/M	Br/Recife	26.02.1908	04.12.1908	tutela
485	José Epaniondas	10	M	B		Br/Santos	26.02.1908	01.01.1908	escola
486	Maria do Carmo	6	F	B		Brasil	26.02.1908	04.12.1909	tutela
487	Isaias da Costa	8	M	Pr		Br/Santos	14.06.1908	05.04.1913	tutela
488	Marcelina do Carmo Siqueira	8	F	B	M	Br/Santos	14.06.1908	16.03.1921	pai
148(L2)	Antonio Garcia	6	M	B	P	Espanha / Cabreiro	15.06.1908	19.06.1910	mãe
489	Venina Ferreira da Silva	8	F	Pd	M	Br/Campinas	12.07.1908	25.12.1917	Pai
490	Deolinda Ferreira da Silva	6	F	Pd	M	Br/Campinas	12.07.1908		pai
491	Jorgina Fontes	10	F	Pd	M	Br/Bahia	12.07.1908		tutela
492	Catharina Lopinara	6	F	B	M	Itália	12.07.1908	10.09.1914	tutela
493	Maria Laurentina da Conceição	6	F			Br/Campinas	12.07.1908	13.12.1908	tutela
494	Maria Dalila	4	F	Pd		Br/Santos	12.07.1908	10.02.1911	tutela
142(L2)	Maria Ribeiro	11	F	B	P	Espanha	01.11.1908	7/3/1912	mãe
143(L2)	Ida Ribeiro	6	F	B	P	Espanha	01.11.1908	7/3/1912	mãe
144(L2)	Paulino Ribeiro	8	M	B	P	Espanha	01.11.1908	7/3/1912	mãe
145(L2)	Elias Ribeiro	2	M	B	P	Espanha	01.11.1908	7/3/1912	mãe
146(L2)	José Ventura (José Scottini)	8	M	B	P	Br/São Vicente	01.11.1908	9/2/1913	mãe

147(L2)	João Scottini	6	M	B	P	Br/Santos	01.11.1908	9/2/1913	mãe
150(L2)	Manoel de Abreu	5	M	B	M	Portugal	01.11.1908	4/2/1919	escola
151(L2)	Leonel de Abreu	3	M	B	M	Portugal	01.11.1908	31/1/1920	escola
495	Abel Rodrigues	8	M	B	P/M	Portugal	20.12.1908	10.02.1912	tutela
496	Agostinho Rodrigues	7	M	B	P/M	Portugal	20.12.1908		tutela
152(L2)	Antonio Joaquim Rosa	6	M	B		Brasil	05.01.1909	4/2/1919	escola
497	Alzira Teixeira	7	F	B	P/M	Br/Santos	07.02.1909	10.02.1912	tutela
499	Antônia Correa da Costa	11	F	B	P	Br/Santos	09.02.1909	29.03.1914	foi morar com
500	Paulo Justino da Conceição	7	F	B		Br/São Paulo	27.05.1909	29.03.1914	mãe

Fonte: Livros de Matrícula

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

Ulrico Mursa, engenheiro, Inspetor Geral da Companhia Docas de Santos, assumiu a presidência em maio de 1909. Durante a sua gestão, Victor de Lamare, Primeiro Secretário, continuando o trabalho iniciado na gestão anterior, começou a fazer a revisão do Livro de Matrículas dos asilados⁶⁸. Imediatamente constatou que a asilada matriculada com o número um não se encontrava. Soube, pela Irmã Superiora, que o presidente havia dado permissão para que fosse à casa que as Irmãs possuíam na praia de Itararé, na cidade de São Vicente.

No dia anterior, uma senhora havia comparecido ao Asilo para retirar sua filha. Como o nome da mesma não constasse do livro de matrículas, procurou-se verificar o que se passava. A Superiora informou que a mãe havia retirado a filha em 1906, mas que tendo adoecido, a filha retornara. Não se conseguiu elucidar a razão de ela não ter aparecido por ocasião da conferência dos internos.

Após re-conferir os asilados⁶⁹, feitas as correções, concluiu-se que havia 157 asilados, alguns dos quais provisórios. Nesta mesma ocasião ficou resolvido que todos os menores recolhidos a título provisório seriam matriculados, pois eram todos órfãos de pai e mãe e a chance de permanecerem por pouco tempo inexistia. A admissão de crianças foi reduzida, sendo matriculadas apenas vinte crianças durante esta gestão.

Duas meninas, sobrinhas da Irmã Superiora, moravam no Asilo desde 1906. A diretoria resolveu que estas deveriam ser matriculadas, como forma de organizar melhor a administração

⁶⁸ Ata de 13/09/1909.

⁶⁹ Ata de 25/11/1909.

do orfanato. O nome delas foi incluído no segundo Livro de Matrículas, constando no mesmo a data em que haviam entrado.

Em 1910, foi inaugurado o Gabinete Dentário para atendimento dos internos. Foi contratado com o cirurgião dentista o Dr. A. Ribeiro Gomes, com uma remuneração mensal de 200\$000. Neste mesmo ano foram concluídas as obras que visavam melhorar as instalações da enfermaria⁷⁰.

Quadro 13.
Crianças matriculadas durante a gestão de Ulrico Mursa (1909-1910)

Matricula L2	Nome	Idade (anos)	Sexo	Cor	Órfão de	Natural de	Data Entrada	Data Saída	Destino
134	Olympio de Alcântara	4	M	Pd	P/M	Brasil	27/5/1909	14/4/1919	tutela
153	Maria do Carmo de Jesus	2	F	B		Brasil	7/6/1909		mãe
154	Constança Rabali	8	F	B		Br/Santos	11/6/1909	11/3/1916	tutela
155	Felisbella Cabral	5	F	B	M	Brasil	11/6/1909	23/6/1916	tutela
156	Angelina Cabral	2	F	B	M	Brasil	11/6/1909	23/6/1916	tutela
157	Isaías do Carmo	2	M	B	M	Br/Santos	14/6/1909	4/2/1922	escola
140	Olívia de Mello	8	F	Pd		Br/Lageado(SP)	25/11/1909	15/3/1919	tutela
141	Olinda Flores	8	F	Pd	P/M	Br/Santos	25/11/1909	5/3/1912	tutela
161	Manoel Teixeira	7	M	B	M	Br/Santos	19/12/1909	1/2/1915	escola
162	Raphaela Teixeira	6	F	B	M	Br/Santos	19/12/1909	3/7/1917	tutela
183	Emilia Rosaria	12	F	Pd	M	Br/Campinas	30/1/1910	31/3/1912	tia
158	Joaquim Rodrigues	7	M	B	P	Br/Santos	1/2/1910	28/5/1912	mãe
159	Acácio Neves	3	M	Pr		Br/Santos	4/3/1910	14/10/1910	faleceu
160	Carlota Villa Nova	2	F	B		Br/Santos	28/3/1910	4/1/1918	mãe
163	Annita Benzi	7	F	B		Br/Santos	14/3/1910	28/12/1918	tutela
164	Helena Cecarini	8	F	Pd		Br/São Paulo	4/3/1910	5/8/1912	tutela
165	Adjalme do Nascimento	8	M	Pr	M	Br/Santos	12/5/1910	1/12/1916	tutela
166	Benedicto Pivetta	7	M	B		Br/Santos	12/5/1910		mãe
167	Maria Marques Silva	9	F	Mo		Br/Santos	12/5/1910	1/1/1917	mãe
168	Jandyra D'Alvarenga	6	F	B		Br/Santos	6/5/1910	7/7/1916	tutela

Fonte: Livro de Matrículas

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

Tendo exercido por dois mandatos o cargo de Primeiro Secretário, Victor de Lamare foi escolhido para dirigir o Asilo de Órfãos em maio de 1910. Permaneceu como Presidente até o ano de 1945, quando, por motivo de doença, afastou-se, vindo a falecer no ano seguinte. Foram 35 anos de muita dedicação e eficiência à testa da instituição.

⁷⁰ Atas de 06/03/1910, 21/03/1910 e 19/03/1910.

Engenheiro e também alto funcionário da Companhia Docas de Santos, fez parte da comissão que planejou a execução da sede da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos. Junto com Ulrico Mursa fez parte da diretoria do Tiro de Guerra Docas de Santos, sendo eleito, por aclamação, seu primeiro Presidente.

Suas atividades na área educacional não se restringiram às reformulações que empreendeu na escola do Asilo de Órfãos. Foi professor do Liceu Feminino Santista e, em 1919, participou da fundação da Sociedade Amigos da Instrução Popular que tinha como meta, como o próprio nome indica, a difusão do ensino.

Quando assumiu a presidência da Associação Protetora da Infância Desvalida, procurou manter o controle sobre a escrituração das matrículas: em todas as atas de reuniões, ao final das mesmas, são registrados o nome e número de todas as crianças matriculadas e de todas as que saíram e em cujas matrículas foi dada baixa. A qualquer momento podiam-se saber quantos e quem eram os internos e onde se encontravam, nos casos de terem obtido permissão para se ausentar.

Como exemplo desta preocupação, consta que em janeiro de 1911, passando revista no Asilo, notou a falta de uma asilada. Soube que a Irmã Superiora fora enganada pela mãe da asilada que disse achar-se autorizada pela diretoria a levá-la. Por este motivo nada constou nos assentamentos de sua matrícula. Um dos diretores, que conhecia os pais da menor, confirmou que foram para a Europa levando as filhas.

Em junho de 1912 foi pedida ao Presidente, em reunião de Diretoria, autorização para que se fizesse o orçamento para a construção de um pavilhão, *a fim de que com esse aumento no edifício do asilo possam ser atendidas as necessidades que de há muito tempo se vem notando e vexando a diretoria com as constantes recusas por falta de lugares [...]*.

Em setembro de 1913, Victor de Lamare anunciou à Diretoria que havia organizado o projeto de reforma e aumento das dependências do Asilo, *que ora os submete à apreciação dos outros diretores*; comunicou que se entendeu com o Dr. Miguel Presgrave, Chefe da Comissão de Saneamento, o qual, *depois de ter apreciado a planta desses aumentos, projetou os esgotos e instalações sanitárias*⁷¹.

Na continuidade de sua longa presidência, Victor de Lamare deixou sua marca na administração da Associação Protetora da Infância Desvalida. Existem relatórios e outros

⁷¹ Ata de 05/09/1913.

documentos que demonstram que a vida do Asilo de Órfãos mudou muito, sob vários pontos de vista. Os cuidados com os imóveis, a saúde e educação das crianças, a escrituração. Há indícios de que, a despeito de críticas que possam ser feitas, foi uma “época de ouro” da instituição e merece ser posteriormente aprofundada.

Quadro 14.
Crianças matriculadas durante a gestão de Victor de Lamare (1910-1914)

Matrícula L2	Nome	Idade (anos)	Sexo	Cor	Órfão de	Natural de	Data Entrada	Data Saída	Destino
169	Natividade	1a6m	F	B		Br/Santos	29/5/1910	9/8/1920	tutela
170	Edelmira	1a6m	F	B		Br/Santos	29/5/1910	10/5/1920	tutela
171	Jose Belem	8	M	Mo	P	Br/Santos	20/7/1910	30/7/1912	mãe
172	Laura de Jesus	7	F	B	M	Br/Santos	26/9/1910		tutela
173	João Pitta	7	M	B	P/M	Br/Santos	29/9/1910	4/11/1913	tutela
174	Antonio Pitta	4	M	B	P/M	Br/Santos	29/9/1910	27/1/1920	Irmão
175	Josepha Fernandes	12	F	B	P/M	Br/Rio de Janeiro	26/9/1910	20/4/1911	tutela
176	Esperança Gertrudes	8	F	Pr	P/M	Br/Santos	23/10/1910		tutela
177	Isabel Gertrudes	4	F	Pr	P/M	Br/Santos	23/10/1910	2/2/1918	tutela
178	Mauricio de Freitas	8	M	Pr	P/M	Br/Santos	10/12/1910	16/5/1915	tutela
179	Adelaide de Jesus	3	F	B	M	Brasil	10/11/1910	16/5/1917	tutela
180	José Maria	4	M	B	M	Brasil	10/12/1910	28/8/1920	tutela
181	Celestina da Silva Cabral	11	F	Mo	P	Br/São Sebastião	27/12/1910	27/5/1914	mãe
182	Orioswaldo da Silva Cabral	10	M	Mo	P	Br/São Sebastião	27/12/1910	17/6/1915	mãe
183	Emilia Rosaria	12	F	Pa	M	Br/Campinas	30/1/1910	31/3/1912	tia
184	Joaquim Rodrigues Gomes	7	M	B	P	Br/Santos	30/1/1911	14/5/1914	mãe
185	Eloyda Duarte	7	F	B	M	Brasil	9/2/1911	1/4/1911	
186	Maria Vitielo	8	F	B	P	Br/Santos	1/4/1911	31/5/1914	mãe
187	Olga Vitielo	6	F	B	P	Br/Santos	1/4/1911	31/5/1914	mãe
188	Cirio Santiago	5	M	Pr	M	Br/Santos	28/4/1911	9/5/1914	pai
189	Firmina Gonçalves	3	F	B	P	Br/Santos	6/6/1911	7/3/1912	mãe
190	Haydia da Costa	6	F	B		Br/Itajai	17/6/1911	4/11/1912	tutela
191	Albina Carneiro	2	F	B		Portugal/Beira Baixa	27/7/1911	15/2/1930	
192	Assupção Santa Maria	7	F	B	P	Br/Santos	30/7/1911	19/1/1920	mãe
193	Maria Victoria	5	F	B	P	Br/Santos	30/7/1911	19/1/1920	mãe
194	Hilaria Maria da Costa	7	F	Pr	P	Br/Santos	20/8/1911	29/2/1916	tutela
195	Frederico Tabel	12	M	B		Alemanha	16/9/1911	26/7/1911	
196	Paulo Tabel	11	M	B		Alemanha	16/9/1911	26/7/1911	pai
197	Guilherme Tabel	5	M	B		Alemanha	16/9/1911	26/7/1911	pai
198	Otto Tabel Júnior	9	M	B		Alemanha	16/9/1911	26/7/1911	pai
199	Germano Tabel	10	M	B		Alemanha	16/9/1911	26/7/1911	pai
200	Emma Tabel	4	F	B		Alemanha	16/9/1911	26/7/1911	pai
201	Benedicta dos Santos	11	F	B		Br/Campinas	21/9/1911	24/4/1918	mãe

202	Maria Joaquina	10	F	Mo	P	Br/Santos	21/9/1911	2/1/1916	mãe
203	Iracema (Ferreira)	10	F	P		Br/Santos	26/9/1911	2/6/1920	tutela
204	José Maria dos Santos	4	M	B		Br/Santos	6/10/1911	12/3/1921	tutela
205	Vicente de Almeida	4	M	Mo		Brasil	14/1/1912	11/3/1913	tutela
206	Eugênio Zando	6	M	B		Brasil	24/01/1912	15.03.1916	mãe
207	Elvira de Jesus	7	F	B		Br/Santos	27/2/1912	2/1/1923	mãe
208	Maria Claramonte	6	F	B		Br/Santos	28/2/1912	4/7/1914	mãe
209	Isaura Claramonte	4	F	Mo		Br/Santos	28/2/1912	4/7/1914	mãe
210	Antonio Fernandes	8	M	Pr	M	Br/Santos	1/4/1912	12/12/1918	avó
211	Mário Fernandes	4	M	Pr	M	Br/Santos	1/4/1912	12/12/1918	avó
212	Alzira Pessôa	8	F	B		Br/Santos	8/3/1912	18/3/1920	mãe
213	Juvenal Mário de Oliveira	10	M	B		Br/São Paulo	23/3/1912	8/5/1912	mãe
214	Herminia	4	F	B		Br/São Paulo	23/3/1912	7/10/1916	mãe
215	Antonio Fernandes	10	M	B		Cuba	23/3/1912	26/2/1913	mãe
216	João Baptista	3	M	Pr		Br/Santos	23/3/1912	6/6/1912	tutela
217	Ramiro de Moura	8	M	B		Br/São Paulo	23/3/1912	14/2/1913	mãe
218	Armerinda de Jesus	9	F	B	M	Portugal	24/3/1912	24/12/1919	tutela
219	Maria de Jesus	4	F	B	M	Portugal	24/3/1912	24/12/1919	tutela
220	Laura Lopes	8	F	Mo	M	Br/Santos	23/3/1912		tutela
221	Calixto Pereira	6	M	B	P/M	Br/Santos	17/4/1912	20/8/1920	tutela
222	José Rodrigues	4	M	B		Brasil	14/6/1912	27/2/1924	tutela
223	Dolores Peres	8	F	B		Br/Santos	14/7/1912	7/7/1919	mãe
224	Maria Cândida	9	F	B		Portugal	18/5/2012	19/3/1918	mãe
225	Leonor Peres	4	F	B		Br/Santos	14/7/1912	7/7/1919	mãe
226	Josepha Alonso	2	F	B	P	Br/Santos	3/8/1912	24/3/1920	mãe
227	Inedina Moraes	9	F	Pa		Br/Santos	23/8/1912	27/9/1915	mãe
228	Olinda Marques	7	F	B		Br/São Paulo	5/9/1912	16/11/1913	mãe
229	Romualdo Rocha	5	M	B		Portugal	24/9/1912	5/3/1913	pai
230	Adriano Rocha	3	M	B		Portugal	24/9/1912	5/3/1913	pai
231	Deolindo Figueira	2	M	B	P	Portugal	11/10/1912	3/2/1923	escola
232	Maria Clotilde	7	F	B	P	Portugal	11/10/1912	12/11/1922	casou
233	Maria Filomena	6	F	B	P	Portugal	11/10/1912	20/12/1917	tutela
234	Maria Casimira	5	F	B	P	Portugal	11/10/1912		faleceu(em vermelho)
236	Dulce de Oliveira	5	F	Mo	P	Br/São Paulo	8/1/1913	13/1/1919	mãe
237	Geny Esposito	2	F	B		Itália	10/1/1913	8/1/1923	mãe
238	Isabel Perez	8	F	B	P	Br/Santos	11/1/1913	21/2/1913	mãe
239	Josepha Perez	6	F	B	P	Br/Santos	11/1/1913	21/2/1913	mãe
240	João Perez	2	M	B	P	Br/Santos	11/1/1913	21/2/1913	mãe
241	Lidya da Conceição Affonso	7	F	B	P	Br/Santos	21/1/1913	13/11/1917	mãe
242	Beatriz Affonso	4	F	B	P	Br/Santos	21/1/1913	19/8/1913	faleceu
243	Carlos Affonso	5	M	B	P	Br/Santos	5/2/1913	30/12/1920	mãe
244	Ercilia da Silva	9	F	Mo	P	Br/Santos	10/2/1913	3/4/1918	mãe
245	Josephina da Silva	8	F	Mo	P	Br/Santos	10/2/1913	28/8/1919	mãe
246	Carmélia da Silva	7	F	Mo	P	Br/Santos	12/2/1913	28/8/1919	mãe

247	Jordão de Jesus	7	M	B		Brasil	15/2/1913	6/3/1916	faleceu
248	Leonidia da Gloria	6	F	B		Br/Santos	28/2/1913	8/3/1922	mãe
249	Isabel da Gloria	3	F	B		Br/Santos	28/2/1913	31/10/1927	mãe
250	Cezarina Cardoso	10	F	B		Br/Ribeirão Pires	8/3/1913	14/5/1915	tutela
251	Josephina Vieste	5	F	B	P	Br/Santos	19/3/1913	4/2/1915	mãe
252	Herminio Vieste	4	M	B	P	Br/Santos	19/3/1913	4/2/1915	mãe
253	Manoel Tavares	9	M	B	P	Br/Santos	19/3/1913	7/12/1916	irmã
254	Cassio Emmerich	10	M	B	P/M	Br/São Paulo	27/13/1913	25/6/1915	tutela
255	Oswaldo Emmerich	8	M	B	P/M	Br/São Paulo	27/13/1913	24/4/1915	tutela
256	Francisco Monior	5	M	B		Espanha	3/4/1913	16/11/1916	tutela (padrasto)
257	Josephina Monior	2	F	B		Espanha	3/4/1913	16/11/1916	tutela (padrasto)
258	Geraldina dos Santos	10	F	B	P	Br/Santos	5/5/1913	24/9/1916	mãe
259	Manoel Maria	2	M	B	P	Br/Santos	10/5/1913	6/2/1924	escola
260	Maria da Conceição	2	F	B		Br/Santos	19/6/1913	17/10/1915	mãe
261	Germano da Cunha	5	M	B	P	Brasil	27/6/1913	22/3/1915	mãe
262	Occidente Branco de Miranda	9	M	B	P	Br/Curitiba	15/7/1913	28/9/1913	mãe
263	Malvina da Conceição	8	F	B		Br/Itu	22/7/1913	27/3/1925	1-tutela; 2- pai
264	Etelvina da Conceição	4	F	B		Br/Itu	22/7/1913	27/3/1925	pai
265	Iracema de Paiva Andrade	14	F	B	P/M	Br/Santos	8/8/1913	7/3/1917	tutela (avô)
266	Cecy de Paiva Andrade	12	F	B	P/M	Br/Santos	8/8/1913	7/3/1917	tutela (avô)
267	Clarinda de Paiva Andrade	10	F	B	P/M	Br/Santos	8/8/1913	30/12/1922	1- avô; 2- irmão
268	Cecilia de Paiva Andrade	9	F	B	P/M	Br/Santos	8/8/1913		1-avô,2-irmão,3-casou
269	Mário do Nascimento	9	M	Pr	M	Br/Santos	3/12/1913	31/1/1920	escola
270	Emma Guilhermina	13	F	B		Br/Santos	31/12/1913	5/7/1920	tutela
271	Sebastião da Rocha	2	M	Pa	M	Br/Santos	31/12/1913	18/3/1924	escola
272	Paulina Valente	8	F	B	P/M	Argentina/Buenos Aires	10/2/1914	13/2/1919	tutela
273	Avelino Cardoso	10	M	B	P	Br/São Paulo	25/2/1914	25/12/1917	mãe
274	Nhatalia dos Anjos	7	F	Mo	P	Br/Santos	8/3/1914	11/9/1919	mãe
275	Ophelia de Lima	3	F	B		Br/Santos	8/3/1914	4/8/1925	mãe
276	Antonio de Almeida	5	M	B	P	Br/Santos	17/3/1914	15/4/1920	mãe
277	Amorim de Almeida	3	M	B	P	Br/Santos	17/3/1914	15/4/1920	mãe
278	Julio Duarte	9	M	B		Br/Santos	17/3/1914	22/1/1920	Mãe
279	Fortunata Rocha	4	F	Pa	M	Br/Santos	17/3/1914	28/6/1920	faleceu
280	Ernani Rodrigues	4	M	B	P	Argentina/Buenos Aires	6/4/1914	23/4/1918	mãe
281	Joanna de Jeus	8	F	Pr	P	Brasil	13/4/1914	19/5/1919	tutela
282	Albertina de Souza Campos	10	F	B	P	Br/Santos	13/4/1914	29/10/1927	casou
283	Risoleta de Souza Campos	8	F	B	P	Br/Santos	13/4/1914	17/4/1929	casou

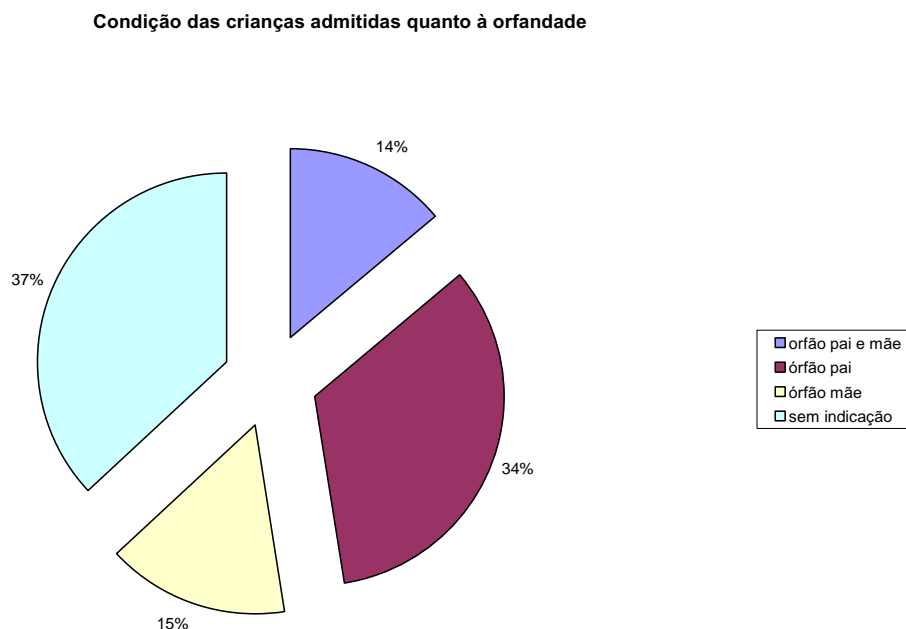
Fonte: Livro de Matrículas.

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

Após acompanharmos pela documentação, gestão por gestão, o perfil das crianças matriculadas, iremos agora tentar obter um perfil geral da população atendida entre 1889 e maio de 1914.

Os Estatutos de 1889 estabeleciam que havia uma ordem de prioridade na admissão de crianças órfãs, crianças abandonadas ou em situação de miserabilidade.

Figura 13.



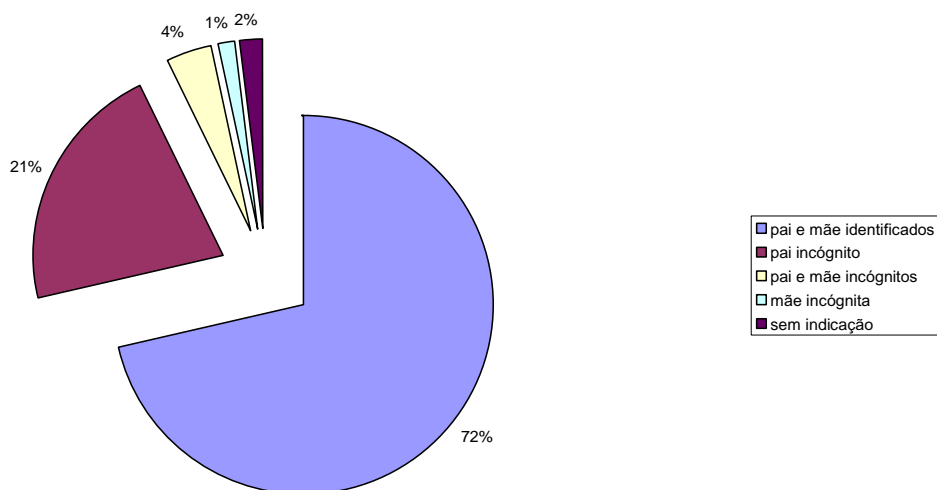
A maioria das crianças era órfã de pai, 213. A porcentagem de crianças órfãs de pai e de mãe (89) não difere muito daquelas órfãs apenas de mãe (98). Embora não tenhamos informação sobre a condição de orfandade de 37% das crianças (235), o número de crianças declaradamente órfãs nos permite concluir que o propósito da instituição, quanto a este aspecto, foi cumprido. Quatrocentos órfãos, o equivalente a 63%.

A predominância de crianças órfãs de pai pode ser atribuída ao fato de que, ficando viúvas, as mães se viram em dificuldades para sustentar os filhos. Observe-se que, passado certo tempo, muitas retornaram para buscá-los.

Alguns progenitores do sexo masculino também tiveram dificuldades para cuidar dos filhos, quando a esposa morreu, voltando para buscá-los quando conseguiram acomodar a situação. Foi o caso de Sancho Abreu, português, pobre, recém chegado, cuja mulher faleceu, e, segundo ele, *faltava meios de o ter em sua companhia*⁷².

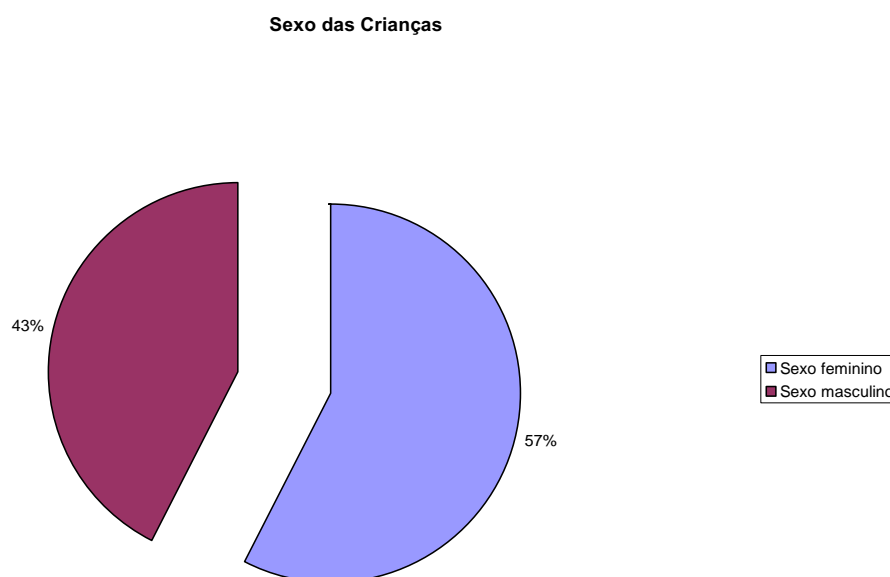
⁷² Ata de 15/02/1892.

Figura 14.
Identidade dos
progenitores das crianças



O índice de crianças órfãs de mãe morreu e pai registrado como incógnito também é grande. Correspondeu a 139 crianças, ou seja, 21% delas. Quando não retiradas por suas mães, foram tratadas como se fossem órfãs de pai e mãe e entregues a tutores. Foram registradas tendo o pai e mãe incógnitos, 4% das crianças (25), e 1% tendo a mãe incógnita. Isto representa que, dentro do total das crianças matriculadas no período, 72% tinham identificados os dois progenitores, quase 1/3 delas.

Figura 15.



Quanto ao sexo dos internos, o número de meninas, embora maior do que o dos meninos, não parece indicar preferência. Foram internos 270 meninos e 365 meninas. Cabe lembrar que os pedidos de admissão eram encaminhados pela família e, quando atendidos, incluíam filhos homens e mulheres. Os pedidos, em geral, incluíam um número de filhos superior à existência de vagas. O critério idade, estipulado pelos Estatutos, acabava por definir quais seriam admitidos. A composição familiar acabou por definir o sexo das crianças admitidas, embora devamos nos lembrar que antes das ampliações do *palacete* meninos foram recusados por falta de local para acomodá-los.

Os Estatutos deste período afirmavam que seriam aceitas crianças, independentemente do sexo. Parece que o sexo da criança não foi um fator que pesou na escolha de quais crianças deveriam ser protegidas. O sentido de proteção não considerava que um dos sexos era menos merecedor do que o outro. A fragilidade da criança independia do sexo.

Quanto à idade, observamos que foram admitidos desde bebês, até mocinhas de 18 anos de idade. Apesar de várias decisões tomadas em reunião de Diretoria, na fase inicial dos orfanatos, sobre não aceitar crianças com menos de dois anos, estas foram aceitas. Até a aprovação do novo regimento, em 1909, aparecem dezenove crianças com menos de um ano e trinta e oito entre um e dois anos, totalizando 57 crianças com menos de dois anos, número

expressivo dentro das 498 crianças registradas, ou seja, 11%. A maioria das crianças matriculadas, entretanto, tinha entre quatro e oito anos.

A exigência de idade para admissão também não foi cumprida à risca após 1909. O regimento estabelecia a idade mínima de dois anos para todas as crianças, a máxima de dez para os meninos e doze para as meninas. Temos, porém, crianças admitidas com um ano e seis meses, casos de Natividade e Edelmira, matriculadas no segundo livro sob os números 169 e 170. Há meninas que ingressaram com treze e catorze anos, como Emma Guilhermina, encaminhada pelo Juiz de Direito da Segunda Vara, Dr. Luiz Porto Moretz-Sohn de Castro, matriculada com o número 270, e Iracema de Paiva Andrade, com o número 265. Esta última, com suas três irmãs foi admitida por pedido de Zerrenner Bülow, pessoa influente na cidade. De forma semelhante, um menino de 12 anos foi admitido provisoriamente, Frederico Tabel, alemão, a pedido do Cônsul Ernesto Bormann, esperando pela repatriação.

Por outro lado, crianças foram recusadas por possuírem idade inferior à estipulada nos Estatutos. Foi o caso de uma criança de poucos meses de idade deixada em um botequim⁷³.

Tudo indica que, mais do que a idade do candidato a interno, valiam outros critérios, como a orfandade, a miserabilidade, a existência ou não de vagas e a procedência do pedido. Através das atas podemos tomar conhecimento de que muitas crianças, em épocas de falta de verbas, eram recusadas por ter idade inferior ou superior à estabelecida. Juízes também conseguiam praticamente “impor” a admissão de menores, independentemente da idade.

Ainda com relação à idade, muitas vezes não consta do Livro de Matrículas a idade da criança ou está escrito aproximadamente tantos anos, especialmente entre 1892 e 1893. Isto pode ser atribuído a alguns fatos. O registro civil passou a ser obrigatório a partir de 1890, pelo Decreto nº 181 de 24 de janeiro⁷⁴. Dependendo da idade da criança por ocasião da admissão, esta havia nascido antes. Foi o caso das que tinham mais de três anos, como João Daniel (aproximadamente três anos), Luiz Balthasar (aproximadamente cinco anos), Benedicto de Lima (aproximadamente oito anos).

A falta de dados ou documentos comprovando idade podem, ademais, ser atribuídos às condições em que a criança foi encontrada. Muitas crianças foram encontradas sozinhas. O

⁷³ Ata de 30/10/1900.

⁷⁴ **Almanaque Anuário do Diário de Santos: 1902-1903.**

Provedor da Santa Casa encaminhou os gêmeos Francisco de Paula e Isabel que ficaram abandonados pela morte da mãe, Olívia da Silveira, pois já eram órfãos de pai. Também em virtude do falecimento dos pais, ficaram em abandono Joanna Floror e Ignez⁷⁵. Já Maria, idade aproximada de cinco anos, órfã de pai e mãe, foi encontrada *abandonada no Piassagüera*. O Juiz de Direito encaminhou Helena, de 8 anos, filha de pais incógnitos, cujos parentes eram desconhecidos. O Delegado de Polícia encaminhou uma criança do sexo masculino, encontrada abandonada no corredor da casa número trinta da rua São Leopoldo⁷⁶.

Mas também podemos nos perguntar qual era o nível de exigência da Associação com relação a este dado. Interessante notar que, no caso das crianças estrangeiras, a idade geralmente aparece e às vezes consta até a data de nascimento. Podemos atribuir isto às exigências da imigração? Ao costume dos estrangeiros em registrar os filhos? Mais no final do período, quando as atas relatam que era exigida a certidão de nascimento, a idade está sempre registrada, de forma precisa. Podemos atribuir isto a esta exigência ou a novos tempos? Podemos também considerar que, estando a seriação escolar instituída, o conhecimento da idade possa ter se tornado um fator importante.

Com relação à nacionalidade, acompanhando a tendência da época na cidade, que era se constituir em quase cinquenta por cento de estrangeiros, o número de crianças nascidas no exterior ou filhas de estrangeiros é alto. Considerando que os registros estão incompletos, passaram pelo Asilo de Órfãos, neste período, pelo menos 150 crianças imigrantes.

Devemos considerar que, fora as crianças nascidas em outros países, muitas das crianças nascidas no Brasil foram encaminhadas por autoridades diplomáticas, provavelmente filhas de imigrantes, como Bernardo Franz Petrus, de nove meses, encaminhado pelo Consulado Imperial Alemão, órfão de pai, nascido em São Vicente, cujo pedido era de *admissão provisória e por pouco tempo, visto ser a idade do menor inferior à determinada pelos estatuto matriculado com o número 295*⁷⁷ e retirado dois meses depois pela mãe. Também temos Clara Maria Anderson, com quatro dias de idade, nascida em Santos, matriculada com o número 130, órfã de pai,

⁷⁵ Atas de 15/03/1892 e 19/04/1906.

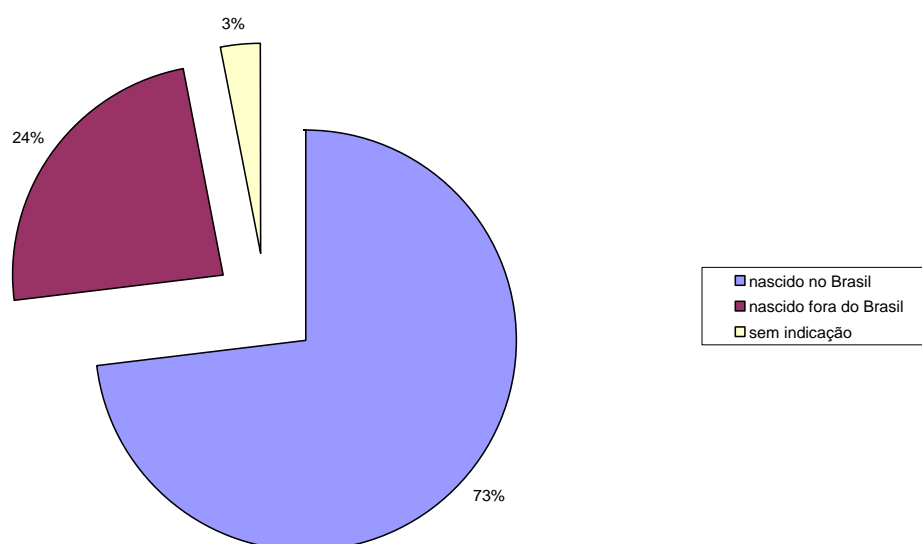
⁷⁶ Atas de 20/04/1907, 21/03/1910 e 18/04/1909.

⁷⁷ Ata de 12/04/1904.

encaminhada pelo cônsul da Dinamarca⁷⁸ em 1896. Se considerarmos isto, teremos cerca de 200 crianças estrangeiras, quase um terço das que passaram por lá neste período.

Para alguns internos, só consta o país de origem. Daqueles cuja procedência é conhecida⁷⁹, 73% nasceram no Brasil. Cerca da metade destes, era natural de Santos. A dúvida é, destes, quantas são de procedência imigrante? Dos nascidas no Brasil, muitos provêm de outras regiões. Encontramos de outros estados, como Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e do interior do Estado de São Paulo, de cidades como Campo Limpo, Campinas, Botucatu.

Figura 16. Naturalidade das crianças



Considerando o movimento migratório na cidade, o maior número de estrangeiros era de portugueses e espanhóis. Pelos dados assentados, foram 67 crianças nascidas em Portugal e 46 na Espanha. Estiveram lá também crianças nascidas na Itália, Alemanha, Áustria, Turquia, Argentina, França, Inglaterra, Prússia, Bélgica e Cuba.

⁷⁸ Primeiro Livro de Matrículas.

⁷⁹ Não foi registrada a procedência de 22 crianças.

Tabela 2.
Número de crianças admitidas que nasceram fora do Brasil. (1889-1913)⁸⁰

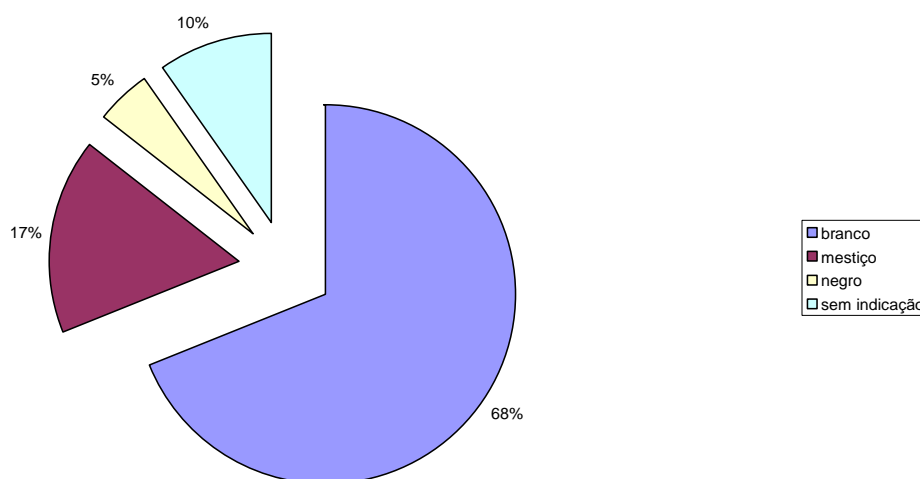
	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	To tal
Portugal	6	1		1	6	5	4	2			5	4	2	4			3	6	4	4			1	9		67
Espanha				2		2	3	2		4	2	7			2	1	1	11	2	5					2	46
Italia	3			1						1				1			3		1	1					1	12
Alemanha						1																6				7
Austria	3							2																		5
Turquia																		2	2							4
Argentina								1																	2	3
França				1	1																					2
Inglaterra								2																		2
Cuba																								1		1
Bélgica						1																				1
Prússia	1																									1
totais	13	1	0	5	7	9	7	9	0	5	7	11	2	5	2	1	7	19	9	10	0	0	7	9	5	150

Fonte: Livro de Matrículas.

Elaborada por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira.

Figura 17.

Composição racial da população do Asilo de Órfãos



⁸⁰ Só foram analisados os dados até 07/05/1914. Até esta data, neste ano, haviam entrado apenas duas crianças estrangeiras, ambas nascidas na Argentina.

Quanto à cor, deixaram de ser registrados os dados referentes a 61 crianças. Assim temos o registro de cor de 575, sendo destas 439 brancas, ou seja, 76%, número significativo. O predomínio de crianças de cor branca se deve, pelo menos em parte, ao grande número de crianças, filhas de imigrantes.

O índice de crianças mestiças foi gradualmente aumentando. Até o final do período foram admitidas 106 crianças mestiças, identificadas no início, até 1893, como semi-brancas e, posteriormente, como morenas ou mulatas. Passaram a ser classificadas, no final do período, como pardas.

Foram aceitas pouquíssimas crianças negras no decorrer de todo o período, apenas 30. Estas crianças eram registradas como pretas. A designação foi mantida nas tabelas, pois foi a forma como constou. É interessante considerar que a escolha da data da instalação oficial, 13 de maio, do ano seguinte à Lei Áurea, permitiria supor a acolhida de crianças negras. O motivo de permanecerem quase ausentes do quadro de crianças que residiu no Asilo, é desconhecido.

Há ausência sistemática de alguns tipos de dados. Existe um espaço nos dois livros, especialmente destinado a registrar quem encaminhou a criança e por qual motivo. Este espaço não foi muito utilizado. Parece indicar que não era dada muita importância a isto. Mas o dado era importante. Quando a criança havia sido encaminhada por um determinado juizado, este deveria ser consultado quando houvesse pedido de retirada da criança. Ela só poderia sair com o consentimento do Juiz, fosse para voltar para a companhia dos pais, fosse para ser entregue a um tutor. Francisca Torres enviou um requerimento⁸¹ pedindo para retirar sua filha Josepha do asilo, pois já havia se restabelecido da doença que a levava a ser internada na Santa Casa. A resposta foi de que era necessário que ela oficiasse ao Juiz de Direto da 1ª Vara, pois fora ele quem internara a menina. Victor Soalheiro também quis retirar uma menor, Maria Pereira. Foi-lhe comunicado que, tendo sido a mesma internada por ordem do Juiz de Direito da 1ª Vara, o requerimento deveria ser dirigido a ele⁸², pedindo a tutela.

De início, no primeiro livro, era registrada a constituição física da criança. Isto foi abandonado em 1900, aproximadamente, retomado entre 1907 e 1908 e depois abandonado definitivamente. Enquanto foi usado, muitas crianças classificadas como tendo boa constituição física morreram e outras, consideradas fracas, sobreviveram. Foram os casos de Francisco

⁸¹ Ata de 31/07/1904.

⁸² Ata de 13/09/1909.

Gonçalves, Judith de Matos, Manoel Nunes, matriculados com os números 14, 64, e 71, cuja constituição física era boa, e que faleceram. Já Maria da Glória, matrícula 60, cuja constituição física era má, foi entregue a um tutor após cinco anos de sua admissão.

Há um espaço para registro de qual o nível de instrução dos pais no primeiro livro. Talvez tenha sido abandonado, em 1891, pela dificuldade em obtê-lo. Muitas crianças eram órfãs de pai e mãe, ou perdiam a mãe, sendo o pai incógnito. Talvez por isso tenha sido deixado de lado.

Ao lado dos dados ausentes, aparecem outros, no item observações dos livros de matrículas. Constam características das crianças tais como *aleijado das pernas e idiota*, de familiares, tais como *mãe enlouqueceu-hospício*. Nomes adotados pela criança, como *é conhecida no Asilo por Maria Hespanhola*. Declarações dadas por ela *por ocasião da matrícula o asilado declarou que seu pai já tinha falecido na Santa Casa*. Também há menção a prêmios recebidos, bens sob guarda da Associação, batizados, tutelas. Os dados obtidos superam os tratados nesta dissertação e poderão ser posteriormente trabalhados.

CAPÍTULO 4. ASPECTOS EDUCACIONAIS DO ASILO DE ÓRFÃOS

Passemos agora a refletir sobre a educação dada a estas crianças. Os Estatutos aprovados em 1889, ano de fundação da Associação Protetora da Infância Desvalida, expressam o que se espera da educação das crianças asiladas.

A Associação Protetora da Infância Desvalida [...] tem por fim acolher órfãos e meninos desvalidos [...] proporcionando-lhes:

1. Educação moral e religiosa.
2. Instrução relativa à inteligência de cada um, e profissão a seguir.
3. Aprendizagem de um ofício ou arte de sua escolha e vocação.
4. Proteção e colocação convenientes, depois de terminada a aprendizagem e até a maioridade (ESTATUTOS, 1889).

Pelo que rezam os estatutos, a intenção da Associação Protetora da Infância Desvalida não era apenas proporcionar meios de sobrevivência para os abrigados, mas também educá-los. A instrução e a aprendizagem de um ofício eram propostas a serem esperadas, considerando que o Asilo de Órfãos era uma idealização de membros da elite intelectual da época, especialmente de republicanos.

Nas últimas décadas do século XIX, a educação popular adquiriu centralidade política como nunca tivera antes no Brasil. Ela foi considerada o elemento de regeneração da nação, um instrumento para a reforma social e a propulsora do progresso e da civilização. A educação do povo compreendia, portanto, um amplo projeto político-social e uma bandeira de luta para monarquistas e conservadores, e, especialmente, para liberais e republicanos (SOUZA, 2000, p. 205).

A abertura do país à entrada das idéias de modernização, acrescida do acentuado progresso material trazido pelo café e pela entrada dos imigrantes, também gerou a necessidade de preparar a população para os “novos tempos”.

As grandes transformações econômicas, políticas e sociais (a abolição da escravidão, a proclamação da República, os processos de industrialização, a ampliação acelerada do mercado interno, a imigração em massa) lançam algumas cidades brasileiras num acelerado processo de urbanização. (CRUZ, 2000, p. 43)

A cidade de Santos se enquadra neste caso. Porta de entrada para a imigração européia abrigou, desde aqueles que vinham “tentar a vida”, como aqueles que estavam em busca de novos mercados. Banqueiros, comerciantes, representantes diplomáticos, gradualmente foram se estabelecendo e trazendo consigo novas idéias e novas demandas.

Inúmeras firmas, a princípio estrangeiras e depois brasileiras, se estabeleceram na cidade. Comissárias e Exportadoras de café, Bancos, Agências de Navegação, Companhias de Transporte. Trouxeram consigo a necessidade de pessoas que fizessem o registro, de pessoas que conferissem mercadorias e outras tarefas que demandavam leitura, escrita e conhecimento de cálculo.

As lojas e firmas comerciais colocaram tabuletas de identificação. Colocaram anúncios pedindo funcionários, fizeram divulgação de suas atividades. Novas capacidades eram exigidas da população. A população precisava ler para trabalhar, para consumir, para desfrutar das novas formas de lazer que eram oferecidas.

A educação não poderia deixar de lado a instrução. Preparar para a vida exigia instrução intelectual, aprender a se comportar e dominar um ofício. Para que possamos saber até que ponto o que foi idealizado chegou a ser cumprido, precisamos acompanhar a inserção da educação nos orfanatos.

Começamos conhecendo um pouco as pessoas que se encarregaram deste mister. No período em que eram feitas as reuniões com o intuito de organizar a Associação, os cuidados com as crianças estavam a cargo de pessoas não indicadas na documentação disponível.

Na mesma data de sua instalação oficial, 13 de maio de 1889, na reunião de Diretoria, foi recebida uma carta, na qual D. Marianna Rosina Hamberger, educadora alemã residente em Santos, se oferecia para tomar conta do orfanato feminino. Colocada em votação, sua proposta foi rejeitada. Mas não demorou muito para que esta mulher viesse a dar novos rumos à educação no Asilo de Órfãos.

Dez dias depois a Diretoria resolveu fazer uma chamada, pela imprensa da Capital, pedindo alguém que assumisse o orfanato feminino.

No dia 22 de junho deste ano, a Associação Protetora da Infância Desvalida resolveu entregar a direção do Asilo de Órfãos à D. Maria Suzana Teixeira Vianna, que aceitou a nomeação. Exerceria os cargos de diretora do orfanato feminino e de professora primária. Receberia a remuneração de 70\$000.

Para a direção geral do Asilo e do orfanato masculino, foi admitido Antonio de Mendonça, com um ordenado de 100\$000. Um escriturário, uma criada para o orfanato feminino e para cuidar dos menores com até quatro anos de idade, uma ama de leite, um criado para o orfanato masculino, outro para os serviços externos dos dois orfanatos, um cozinheiro e uma lavadeira também foram contratados.

As crianças, na ocasião, ainda estavam alojadas em um prédio provisório. Adaptações em uma nova casa⁸³ estavam sendo feitas para abrigar o Asilo de Órfãos. A reforma estava se estendendo além do prazo previsto, então a diretoria da Associação resolveu que as aulas de instrução primária mista do orfanato seriam iniciadas no segundo semestre, ainda antes da mudança⁸⁴. Tratou também de organizar os horários dos orfanatos, incluindo os das aulas primárias.

Em 16 de junho as crianças já haviam sido transferidas para a rua Xavier da Silveira número 124, portanto as aulas já começaram lá. A inauguração deste imóvel, entretanto, só ocorreu no dia sete de setembro. Outros professores se ofereceram para lecionar aos internos. O Maestro Jeronymo Álvares Loyo candidatou-se a ensinar música e canto e Adolpho Millon, ginástica⁸⁵. Os dois foram aceitos.

A Associação já havia encomendado para a Alemanha, a mobília escolar necessária, segundo *o plano mais moderno e aperfeiçoado*⁸⁶. Não se sabe se esta mobília chegou a tempo, mas as aulas começaram no segundo semestre de 1889, ministradas por Dona Maria Suzana.

Com relação à educação das crianças, outros fatos contribuíram para seu início. Logo após a inauguração do prédio⁸⁷, chegaram dois caixões com livros, pedidos através do

⁸³ As atas se referem a esta casa como *palacete*. Foi uma casa doada pela Viscondessa do Embaré e seu filho Eduardo Ferreira.

⁸⁴ Ata de 31/07/1889.

⁸⁵ Ata de 01/09/1889.

⁸⁶ Ata de 23 /07/1889.

⁸⁷ Ata de 12/09/1889.

Conselheiro Diretor da Secretaria do Império à Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte, Dr. E. A. Victorio da Costa. Também foi aprovada, nesta mesma data, a compra de aparelhos para ginástica, não sabemos quais.

André Luiz de França ofereceu-se para lecionar exercícios militares⁸⁸. De acordo com a educação da época, era uma expressão do nacionalismo. Era uma prática de natureza patriótica, cívico-militar, já adotada na França, no início da década de 1880. Foi incluída nos grupos escolares após a virada do século (SOUZA, 2000).

A Associação manteve contatos com outras entidades. Em junho, recebeu carta da Associação Promotora da Instrução da Corte, a qual se propunha apóia-la. Em julho, foi a vez da Associação Mantenedora do Museu Escolar. Em setembro um relatório foi remetido à Societé Protectice de l'Enfance du Havre, o que demonstra que a Instituição mantinha contatos sobre suas decisões com outras Associações congêneres⁸⁹.

No dia da inauguração oficial do novo prédio, portanto, as crianças já vinham recebendo instrução. Tinham as aulas primárias, ginástica, exercícios militares e também música. Pela tabela das crianças matriculadas na época, embora não se tenha conhecimento da idade de todas elas, estima-se que cerca de 20 delas estavam em idade escolar.

Ao final do ano, alegando estar doente, Dona Maria Suzana pediu exoneração do cargo, o que levou a Diretoria a reconsiderar a forma como vinha resolvendo a questão da educação das crianças.

Carvalho de Mendonça, o Presidente, em reunião, anunciou à Diretoria que, como forma de contornar os problemas, quer financeiros, quer na administração interna dos orfanatos, *tratou de ver se conseguia a vinda de três Irmãs da Congregação de Maria, de Porto Alegre*. Segundo ele, estas seriam *senhoras habilitadíssimas e muito conhecidas pelos relevantes serviços que hão prestado na direção de estabelecimento congêneres*⁹⁰.

Estas Irmãs, realmente, já haviam dirigido vários orfanatos No Rio de Janeiro, o Asilo Santa Leopoldina, em Niterói e o Asilo Escola do Amparo, em Petrópolis. No Rio Grande do Sul, em Pelotas, o Asilo Nossa Senhora da Conceição.

⁸⁸ Atas de 25/08/1889 e 12/09/1889.

⁸⁹ Atas de 22/06/1889, 11/07/1889 e 12/09/1889.

⁹⁰ Ata 20/01/1889.

Uma pessoa em Santos tinha estreita relação com estas Irmãs, Marianna Rosina Hamberger, que já havia se oferecido inicialmente para dirigir o orfanato feminino.

Marianna Hamberger foi diretora do Colégio de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que funcionou no Convento de Santo Antonio do Valongo. Ela era parente da Madre Maria Bernarda, desta Congregação.

Carvalho de Mendonça solicitou a ela que escrevesse uma carta à Priora Geral⁹¹, Madre Margarida de São José, pedindo que as Irmãs do Puríssimo Coração de Maria assumissem a direção interna do Asilo de Órfãos⁹².

O Presidente propôs ainda que, para bem regularizar o serviço internos dos orfanatos, fossem agrupados os dois orfanatos, *visto a idade dos menores* [do orfanato masculino] [...] *não incompatibilizar a promiscuidade dos 2 sexos*. Propôs também que se fizesse um novo Regimento Interno, especial para a administração do orfanato Viscondessa do Embaré, *distribuindo o serviço do melhor modo, atendendo sempre às medidas mais modernas aconselhadas pela pedagogia* e que as Irmãs ficassem encarregadas desta administração. As Irmãs receberiam a importância de 30\$000 cada uma. Esta mesma importância, embora não previsto nesta ocasião, passou a ser paga também à adjunta, D. Victorina⁹³, que veio com elas.

Também foi decidido que, assim que os recursos permitissem, fosse construído o orfanato masculino, na rua Conselheiro Nébias, para que se desse aos meninos o ensino profissionalizante, previsto nos Estatutos. Neste final de 1889, havia 15 meninos, tendo o mais velho 10 anos. Isto possibilitaria ficarem também sob a direção das Irmãs.

Segundo Carvalho de Mendonça, contatadas as Irmãs, *elas aceitaram o convite com a condição de tomarem a direção interna dos orfanatos*. A Diretoria concordou e decidiu manter o administrador e diretor do orfanato masculino e a diretora do feminino, só até a chegada das

⁹¹ Na época, a Madre Superiora da Congregação era assim chamada.

⁹² A família desta educadora havia acolhido, ainda na Áustria, a fundadora da Congregação, Bárbara Maix e outras Irmãs que vinham sendo perseguidas. Juntos haviam ido para Hamburgo, com a intenção de se dirigirem para a América do Norte, e juntos acabaram vindo para o Brasil. Saíram com destino ao Brasil em dez de setembro de 1848 e chegaram no Rio de Janeiro em cinco de novembro do mesmo ano, onde foram recebidos pelo cônsul da Áustria. Uma das Irmãs, Maria Bernarda do Santíssimo Sacramento, era Teresa Hamberger, parente de Mariana.

⁹³ Ata de 11/03/1890.

Irmãs. No dia primeiro de janeiro de 1890, entretanto, Maria Suzana já havia deixado o Asilo. Enquanto era aguardada a vinda das Irmãs, chegou uma doação⁹⁴ de mobília escolar.

O Presidente havia solicitado, ao governador do Estado, passagens gratuitas para a vinda das Irmãs, mas não foi atendido. Quem as acabou fornecendo foi a Companhia Nacional de Navegação a Vapor.

Saíram de Porto Alegre, em 29 de janeiro de 1890, três Irmãs e uma candidata à Congregação (Victorina). Vieram, Madre Maria Bernarda do Santíssimo Sacramento, (Teresa Hamberger), Irmã Maria Sebastiana de São Miguel, Irmã Maria Rosa do Santíssimo Sacramento.

Madre Bernarda, experiente, já havia dirigido o Asilo de Porto Alegre e veio como Superiora, seria a responsável pela administração do Asilo e pelas Irmãs. Irmã Maria Sebastiana, como prefeita⁹⁵, seria responsável pelo cuidado dos internos. Irmã Maria Rosa, como professora, estaria encarregada de ministrar as aulas.

No dia seis de fevereiro de 1890 as Irmãs do Puríssimo Coração de Maria chegaram a Santos pela manhã, pelo paquete Rio Paraná. À tarde, a Irmã Superiora recebeu a administração de todo o estabelecimento, sendo no mesmo dia despedido todo o antigo pessoal administrativo e doméstico, exceto a ama de leite, o cozinheiro e a lavadeira.

Como uma exigência da Irmã Superiora, para a vinda das Irmãs, foi a existência de uma Capela no Asilo, foram tomadas providências a respeito. A Associação deu liberdade de culto às Irmãs, comprometendo-se a pagar um capelão e ceder uma sala para a instalação da mesma. Foi requerida ao Bispo a licença necessária, antes mesmo da chegada das Irmãs. Padre Salvador, coadjutor da paróquia se ofereceu para servir como capelão até que o Bispo Diocesano providenciasse o definitivo. Foi definida uma gratificação mensal de 1:000\$000 para o padre.

A Diretoria encaminhou votos de louvor a D. Athanzia Macedo Costallat, D. Marianna Hamberger e D. Luiza Kaiser pela solicitude e zelo com que providenciaram a vinda das Irmãs⁹⁶. Marianna Hamberger teve a iniciativa de instalar em Santos o Apostolado do Sagrado Coração de Jesus, da qual foi zeladora, assim como Luiza Kaiser.

⁹⁴ Ata de 08/01/1890.

⁹⁵ Prefeito: o que vigia os estudantes num collegio.(CARVALHO e DEUS, 1885)

⁹⁶ Ata de 10/02/1890.

No dia sete de abril de 1890 começaram as aulas primárias dos educandos, ministradas pelas Irmãs⁹⁷. Foram também admitidas algumas meninas externas, filhas de sócios. As aulas, a partir de então ficaram distribuídas da seguinte forma, a instrução primária ficava a cargo das Irmãs e as aulas de religião eram dadas pelo capelão. As aulas de ginástica, exercícios militares e música eram responsabilidade dos professores leigos.

Vários padres sucederam o Padre Salvador como professores de religião. Quando o asilo foi transferido para a avenida Taylor, em função da distância, foi alugada pela Associação uma casa próxima, para abrigar o capelão. Em 1909, os padres da Ordem Franciscana, responsáveis pela formação religiosa dos internos durante três anos, e que haviam criado a Pia União das Filhas de Maria para as mocinhas do orfanato, retiraram-se da cidade. Foram substituídos por outros, da Ordem Carmelita. A tabela abaixo mostra os responsáveis pela formação religiosa e a data em que assumiram a capelania.

Quadro 15.
Capelães (e professores de Religião) no Asilo de Órfãos (1889-1913)

Ano inicial aproximado	Nome do capelão e professor de religião
1889	Padre Salvador
1894	Monsenhor Nuno Paiva
1898	Padre Paulo Cortez
1899	Padre Luiz Cortez
1901	Padre Thomaz Ântico
1902	Padre Luiz Priuli
1903	Padre Hermano Chêne
1907	Padre André Nairbonne
1910	Padre Guilherme Meyer
1910	Frei Brocardo de Vliegler
1913	Frei Alexandre Reinders

Fonte: Livros de Atas e Crônicas

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

Dois anos depois da chegada das Irmãs⁹⁸, o Presidente da Associação Protetora da Infância Desvalida, na época Francisco Alves da Silva, recebeu uma carta de Porto Alegre, datada de vinte de setembro de 1892, escrita pela Priora da Congregação, participando a intenção de, no final do ano, *retirar as Irmãs, empregadas no Asilo, por não poderem elas, por falta de pessoal, proveitosamente promover o progresso dos órfãos e não ter outras para mandar para o*

⁹⁷ Ata de 11/04/1889.

⁹⁸ Ata de 15/10/1892.

Asilo. Ao mesmo tempo agradecia a estima e o bom trabalho que a Diretoria e demais associados vinham dispensando às Irmãs. A carta surpreendeu a Diretoria. Como, em Porto Alegre, ela podia dizer que o trabalho não era proveitoso? O comentário do Presidente foi de que era um *golpe* e que *conhecia de onde provém, dos inimigos do Asilo*.

Logo que recebeu a carta, o Presidente tratou de responder, pedindo a conservação das Irmãs que estavam no Asilo, e fazendo-lhe sentir que estava mal informada em relação ao progresso do asilo.

Pela indignação, calcula-se que a Associação estivesse satisfeita com o trabalho desenvolvido pelas Irmãs. O asilo já abrigava cerca de 50 crianças, e preparava-se para aumentar este número, e as Irmãs estavam dando conta da administração interna e da educação das crianças.

No final do ano seguinte, mais precisamente no dia 25 de dezembro de 1893, a Irmã Bernarda passou a direção do asilo e das Irmãs à Madre Maria Gertrudes do Sagrado Coração de Jesus. Havia ficado dois anos e onze meses na Direção do Asilo de Órfãos.

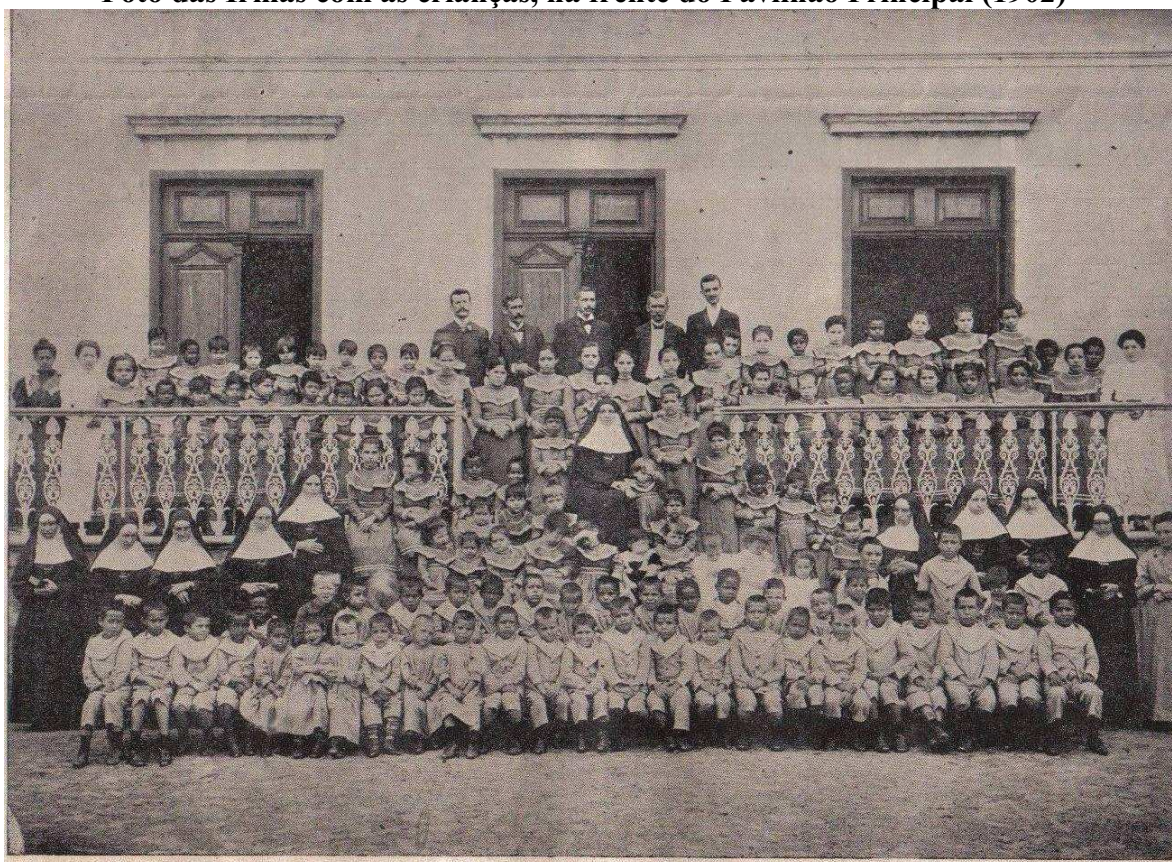
Não se tem informação sobre a vinda de mais religiosas entre 1893 e 1898 para ajudar nos cuidados e na instrução das crianças. Sabe-se apenas que assumiu a direção, do Asilo de Órfãos e da Comunidade das Irmãs, a Madre Filomena de São José. Isto se deu aproximadamente em 1898. Não temos informações, também, se ainda havia professores de música, ginástica e exercícios militares.

Em maio de 1898 o Asilo de Órfãos mudou-se para a rua Taylor, no bairro do Macuco. Na ocasião estavam internos 36 meninos e 74 meninas.

Em 1901, o Dr. João Nepomuceno Freire Junior, novamente na presidência, considerando o aumento do número de crianças, na época 65 meninas e 40 meninos, assim como do espaço físico, escreveu à Piora Geral pedindo mais duas Irmãs, *sendo uma professora, porque julga que os diversos trabalhos do Asilo serão melhor preenchidos por pessoal da Ordem, do que por estranho*⁹⁹. Em 1902 já havia 12 Irmãs para atenderem 127 asilados, 80 meninas e 47 meninos.

⁹⁹ Ata de 30/01/1901.

Figura 18.
Foto das Irmãs com as crianças, na frente do Pavilhão Principal (1902)



Em 1903, por carta, a Priora Geral mandou chamar a Irmã Superiora, que ocupou o cargo de Diretora durante cinco anos, substituindo-a pela Madre Maria Clementina dos Anjos. Esta assumiu no dia dezoito de julho de 1903, ainda durante a presidência do Dr. João Nepomuceno Freire Junior.

Madre Clementina solicitou da Diretoria autorização para substituir o pessoal estranho à Ordem, por Irmãs da mesma Congregação. Foram, então, despedidas todas as empregadas, cozinheiras e lavadeiras, em número de três, substituindo-as por Irmãs, *evitando-se assim muitos desgostos inconvenientes*.

O número de Irmãs foi elevado para 15. O Presidente pediu para vir mais uma Irmã que tomasse conta da costura dos asilados e ensinasse as meninas a costurarem. Já estavam abrigadas 193 crianças, 112 do sexo feminino e 81 do sexo masculino.

Em 1905, o corpo docente era constituído por sete educadores: três professoras primárias, sendo uma delas a Superiora, uma mestra de trabalhos de agulha, dois professores leigos, do sexo masculino e, ajudando as professoras, uma interna, Maria Judith Tomazzeli.

Em 1906, eram 16 Irmãs:

- 1 Superiora
- 2 prefeitas das meninas
- 2 prefeitas dos meninos
- 3 professoras, sendo a Superiora uma delas
- 2 costureiras, sendo uma delas também enfermeira
- 2 cozinheiras
- 3 lavadeiras, 1 dos meninos e 2 das meninas e das Irmãs
- 1 mestra de trabalhos de agulhas e porteira
- 1 refeitoreira.¹⁰⁰

Em 1909 estavam no Asilo de Órfãos, além da Superiora Irmã Clementina dos Anjos, 12 Irmãs e 3 candidatas à Congregação. As Irmãs eram: Irmã Maria Justina do Patrocínio de Nossa Senhora, Irmã Helena da Santa Cruz, Irmã Maria Hildegardis do Espírito Santo, Irmã Maria Crescencia do Santíssimo Nome de Maria, Irmã Maria Innocencia do Santíssimo Sacramento, Irmã Maria Evangelista, Irmã Maria Zita de Santa Rita, Irmã Maria Carolina de Puríssimo Coração de Maria, Irmã Maria Ludmilla da Santa Paz, Irmã Maria Anastácia da Anunciação, Irmã Maria Isabel do Precioso Sangue e Irmã Affonsa da Encarnação. As três candidatas eram Maria Philomena Vastos Galvão, Amália Palma e Maria Rita de Assis¹⁰¹.

Ainda neste ano, as Irmãs foram instadas a assinar um contrato que limitava seu poder. Quando elas assumiram a direção interna dos orfanatos, o haviam feito mediante um acordo por carta.

Se, por um lado, mudanças internas vinham acontecendo na direção da Associação, por outro começaram a surgir desentendimentos entre a Madre Clementina e a direção da Associação Protetora da Infância Desvalida. Os motivos foram vários. A Superiora havia trazido para morar no asilo, sem consultar a Diretoria, duas sobrinhas, em 1906. Crianças haviam sido entregues aos

¹⁰⁰ **Almanaque Annuário do Diário de Santos: 1902-1903.**

¹⁰¹ Primeiro Livro de Crônicas.

pais, sem conhecimento dos diretores. Outras viajaram com as Irmãs, também nestas circunstâncias.

Este novo contrato sujeitava-as, sob muitos aspectos, mais diretamente às decisões da Diretoria. Praticamente todas suas decisões com relação aos internos e à administração do orfanato, deveriam ser antes aprovadas pelo Presidente¹⁰².

Coroando as mudanças, no final de outubro deste mesmo ano, foi aprovado pelo Conselho Geral da Associação um novo Regimento Interno que normatizava as atribuições das Irmãs, fixava rotinas e horários e introduzia a educação seriada.

Esse Regimento, em seu artigo 16, estabeleceu que: *A disciplina geral interna será exercida pela Irman Superiora que será substituída em seus impedimentos por qualquer por ella designada e em tudo obedecerá as prescrições deste Regimento e mais instrucções que forem baixadas pelo Presidente da Associação*¹⁰³.

Nesta mesma ocasião a Irmã Superiora, Madre Clementina, adoeceu e, com ordem da Priora Geral em exercício, Irmã Maria Evangelista da Cruz, retirou-se do asilo, sendo temporariamente substituída pela Irmã Maria Cacilda de São Clemente¹⁰⁴.

Em 1911 a Irmã Arsênia de Jesus, ex-asilada, cujo nome era Adelaide Alves Machado, assumiu a classe do Jardim da Infância, permanecendo professora dos pequenos até falecer, aos 52 anos, no dia cinco de fevereiro em 1939¹⁰⁵.

Neste ano de 1911 chegaram mais algumas Irmãs. O número de internos continuava crescendo. Irmã Maria Clementina dos Anjos continuava como Superiora e eram quinze as Irmãs para o serviço dos orfanatos.

Em julho de 1912, Madre Margarida de São José permitiu a saída das Irmãs Maria Hildegardis do Espírito Santo, Maria Aquilina de São Luiz e Maria Olympia do Menino Jesus, a pedido das mesmas. Elas foram transferidas para o Coleginho São José, no Itararé¹⁰⁶, na cidade vizinha de São Vicente, onde as Irmãs tinham uma casa.

¹⁰² Artigo 3º do Contrato com as Irmãs (em anexo).

¹⁰³ Grifo meu.

¹⁰⁴ Ata de 21/03/1910.

¹⁰⁵ Livro de Crônicas das Irmãs.

¹⁰⁶ Ibidem.

A Superiora Geral as substituiu por duas aspirantes, Maria Fontanine e Maria Paolette, o que não foi do agrado da diretoria. Esta já havia sido consultada, anteriormente, sobre a possibilidade de virem a Santos para estagiarem como religiosas, o que foi negado¹⁰⁷. O Regimento Interno de 1909 dizia¹⁰⁸ que, sem autorização da diretoria, ela não poderia ter tomado esta decisão.

Piorando o relacionamento entre as Irmãs e a direção, outros fatos aconteceram. O Regimento Interno proibia que fossem celebrados atos religiosos na Capela em datas não determinadas pela direção da Associação. Contrariando o estabelecido, a pedido da Irmã Clementina, Missas foram celebradas em intenção dos pobres. Ela foi admoestada todas as vezes que procedeu assim. Na festa de Natal, ela permitiu a presença de pessoas estranhas ao asilo, sem consulta à Diretoria, e novamente recebeu reprimenda¹⁰⁹.

No início de 1913, Madre Maria Clementina dos Anjos e Irmã Innocência, aproveitando o período de férias escolares de verão, pediram para ir a Porto Alegre. Irmã Maria Helena da Santa Cruz a substituiu na direção do asilo durante a viagem¹¹⁰.

Em fevereiro, em reunião da Diretoria, foi comentado que as aulas haviam começado no dia 1º desse mês, *com alguma anormalidade, devido à falta das Irmãs professoras*¹¹¹. Este comentário demonstra o desgosto do Presidente por não estarem presentes ao início das aulas.

Como forma de contornar os desentendimentos entre a Diretoria da Associação e a Madre Clementina, a Madre Maria Ignez de São Luiz, que assumiu no início de 1913, como nova Priora Geral, enviou correspondência à Associação Protetora da Infância Desvalida comunicando que, *tendo feito mudanças no pessoal das casas da Congregação, confiava na reconhecida bondade do Dr. Presidente esperando que acolheria de bom ânimo a Madre Helena de Santa Cruz, que resolveu nomeá-la Diretora do Asilo*¹¹².

¹⁰⁷ Atas de 26/02/1912 e 02/07/1912.

¹⁰⁸ Artigo 59, § único.

¹⁰⁹ Atas de 27/06/1910, 28/12/1911 e 17/01/1912.

¹¹⁰ Ata de 20/01/1913.

¹¹¹ Ata de 26/02/1913.

¹¹² Atas de 18/01/1913 e 04/04/1913.

No dia 27 de março, Irmã Maria Helena recebeu correspondência de Porto Alegre, nomeando-a Madre Superiora do Asilo de Órfãos, em substituição definitiva à Madre Clementina. Assumiu em 11 de abril, dia em que Irmã Clementina e Irmã Innocência haviam chegado de viagem, trazendo mais duas Irmãs, Maria Sylvia da Santa Face e Lucilla do Coração de Maria. Ficaram sob sua direção 14 religiosas.

Madre Helena permaneceu na direção do Asilo até 1919. As Irmãs continuaram cuidando do orfanato e atuando como professoras até o ano de 1985, quando, por desentendimentos com a Diretoria da Associação, acabaram deixando o Asilo de Órfãos. A educação, portanto, esteve prioritariamente a cargo das Irmãs durante 95 anos.

As Irmãs tinham costumavam colocar as asiladas como auxiliares. Assim, umas atuaram como adjuntas das professoras, outras auxiliaram na enfermagem, outras ensinavam trabalhos de agulhas. Isto facilitou sua missão evangelizadora. O relacionamento entre as educadoras e as internas era, de modo geral, bom, pois estas costumavam pedir à direção autorização para ir com as Irmãs para as casas que possuíam no Itararé, em Rio Claro e em São Paulo.

Em 1907, uma Protetora, Castorina Leite do Amaral, relatou que havia visitado o asilo, *satisfazendo-se com os carinhos e tratamento dispensados pelas boas Irmãs, fazendo jus aos seus elogios, merecendo mesmo, francos louvores pela boa ordem e criteriosa administração verificadas em tão importante estabelecimento de instrução e caridade*¹¹³.

As Irmãs tiveram forte influência na vida religiosa das internas. Elas não descuidaram de sua missão evangelizadora. Muitas vocações foram despertadas. Além de educarem as crianças, elas mantiveram suas atribuições como religiosas.

Até 1908 foram recebidas 11 aspirantes à Congregação, das quais cinco já se achavam no noviciado em Porto Alegre, entre elas, uma ex-interna, Adelaide Alves Machado, nascida em Santos, e Gertrudes Rodrigues, de Mogi das Cruzes. Em 1909, uma das asiladas, pediu permissão à direção para retirar-se do asilo. Havia completado 22 anos e queria empregar-se no Colégio São José, dirigido pelas Irmãs da Congregação do Puríssimo Coração de Maria, pela Irmã Emilia da Assumpção. Em 1912, Maria Rey, uma das órfãs, pediu auxílio para entrar na Congregação. Este auxílio foi concedido, *atendendo que a requerente tem prestado serviços no Asilo como auxiliar da aula de trabalhos*¹¹⁴. Em 1913, Madre Clementina foi a Porto Alegre levando mais três

¹¹³ Ata de 03/01/1908.

¹¹⁴ Ata de 04/12/1912.

candidatas a entrar na Congregação, Augusta Judith Tommazelli e Patrocínia Netto, do asilo de Santos, e uma de Rio Claro¹¹⁵.

Em 1909, a Superiora Geral, Madre Margarida de São José, esteve em Santos. Nesta cidade recebeu visita do vigário da cidade de Rio Claro, o Cônego Francisco Botti. Por insistência dele, decidiu pela fundação de um colégio naquela cidade, o Colégio Puríssimo Coração de Maria. Este pedido havia sido autorizado pelo Bispo de Campinas, D. João Baptista Nery. Duas Irmãs, Irmã Maria Juliana do Santíssimo Sacramento e Emerenciana da Conceição e uma interna, a professora Maria Judith Tomazelli, candidata à Congregação, foram para Rio Claro, deixando o Asilo de Órfãos (LEONARDI, 2002, p. 17).

A educação formal dos internos do Asilo de Órfãos começou menos de quatro meses após a entrada das primeiras crianças. Inicialmente tendo uma única professora, Maria Suzana Teixeira Vianna (substituída no ano seguinte pela Irmã Maria Rosa) e ocupando um local improvisado, foi se expandindo, com mais classes e com lugares específicos para o ensino, na medida em que aumentou o número de alunos, principalmente após a mudança para a rua Taylor. Entre 1902 e 1903¹¹⁶ já havia três classes, onde se ministrava o ensino primário moderno.

Um currículo amplo e enciclopédico foi estabelecido para as escolas primárias paulistas no início da República. [...] extenso conjunto de matérias: leitura e princípios de gramática; escrita e caligrafia; contar e calcular sobre números inteiros e frações; geometria prática (taquimetria) com as noções necessárias para as suas aplicações à medição de superfície e volumes; sistema métrico decimal; desenho à mão livre; moral prática; educação cívica; noções de geografia geral, cosmografia, geografia do Brasil, especialmente do Estado de São Paulo; noções de ciências físicas, químicas e naturais, nas suas mais simples aplicações, especialmente à higiene; história do Brasil e leitura sobre a vida dos grandes homens da história; leitura de música e canto; exercícios ginásticos e militares apropriados à idade e ao sexo (SOUZA, 1999, p. 138).

Os meninos e meninas ocupavam o mesmo prédio, mas os recreios eram completamente separados, como era o costume da época. As crianças que ainda eram da primeira infância não freqüentavam a escola, pois ainda não havia o Jardim da Infância.

¹¹⁵ Ata de 20/01/1913.

¹¹⁶ **Almanaque Anuário do Diário de Santos: 1902-1903.**

Podemos observar alguns dados mais concretos pelo relatório apresentado à Câmara Municipal pelo Inspetor Literário Dr. Raymundo Soter de Araújo, em janeiro de 1905¹¹⁷. Este acusa que estavam matriculadas, no ano anterior, na Escola da Sociedade Protetora da Infância Desvalida, 80 crianças, com uma frequência média mensal de 76. De acordo com o número de crianças matriculadas na época, ele considerou todas em sua contagem. Segundo ele, as crianças tinham as seguintes características:

Quadro 16.
Crianças matriculadas na Escola do Asilo de Órfãos em 1904

Nacionalidade	Brasileiras: 75	Estrangeiras: 05	
Sexo	Masculino: 30	Feminino: 50	
Idade	Abaixo dos 7 anos: 7	Entre 7 e 12 anos: 15	Acima de 12 anos: 58

Fonte: Relatório do Dr. Sóter de Araújo.

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira.

O corpo docente era constituído pela Irmã Maria Clementina dos Anjos, Irmã Maria Evangelina da Cruz, Maria Thomazelli, José Gonçalves Paim e Leonardo Porto.

O número de classes existentes não consta do relatório. Existem alunos de várias idades, mas não há referência à escolaridade. Não conhecemos a forma como estas crianças eram agrupadas.

Para ministrarem as aulas primárias havia duas Irmãs, sendo uma delas, Irmã Clementina, a Superiora. A existência de dois professores leigos sugere a existência outras aulas além das de alfabetização, pois, mais tarde, quando foi aumentado o número de classes, foi necessária a vinda de mais Irmãs, indicando que o ensino regular ainda era atribuição delas.

Em 1906¹¹⁸, o número de Irmãs que eram professoras havia aumentado para três, entre elas a Superiora. O número de internos no Asilo de Órfãos havia aumentado bastante e, provavelmente, o número de alunos. Neste ano, o Professor Virgílio Reis, comissionado pelo

¹¹⁷ Relatório da Câmara Municipal de Santos de 07/01/1905.

¹¹⁸ Livro de Crônicas das Irmãs da Congregação do Puríssimo Coração de Maria.

Governo do Estado, visitou o Asilo de Órfãos, deixando escrito no livro de visitas sua boa impressão¹¹⁹. O registro era importante, pois assim é que eram avaliadas as escolas.

A partir de 1904, começou a haver uma grande mudança no cotidiano da instituição. Esta, que até então era uma instituição total bastante “fechada”, na acepção de Goffman (1974, p. 17), começa a se abrir. Para este autor:

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a seqüência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição.

Ainda para este autor (ibid., p.16), *algumas instituições são muito mais “fechadas” do que outras*. O “fechamento” é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo, representada muitas vezes por portas fechadas, muros altos, caso do prédio do asilo.

O primeiro registro de contato dos internos com outras crianças, data de 1904. A direção do Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos¹²⁰ pediu permissão, concedida, para seus alunos visitarem o Asilo de Órfãos.

Continuando a abertura da instituição para o mundo externo, a comemoração do Natal também passou a fazer parte do cotidiano da Instituição. Em 1905, houve um convite do Clube Éden Santista¹²¹ para que o Asilo de Órfãos se fizesse representar na festa de Natal oferecida às

¹¹⁹ Ata de 04/02/1906.

¹²⁰ Ata de 31/07/1904.

¹²¹ O Club Éden Santista foi fundado por um grupo de 17 rapazes, no dia 21 de novembro de 1896. O objetivo era formar uma sociedade para ensaios de dança. Passou a oferecer *soirées* familiares. Seu primeiro presidente foi Joaquim de Campos. Passou a oferecer festas de renome pela correção e capricho com que eram organizadas. Os bailes eram muito concorridos. Todas as noites, grupos se reuniam para conversar, jogar cartas ou bilhar e ouvir piano.

crianças na tarde do dia 24 de dezembro¹²². Os asilados compareceram, em companhia da Irmã Superiora.

No ano seguinte, 1906, Julio Conceição ofereceu, em sua residência¹²³, na noite de vinte e cinco de dezembro um “Natal” aos órfãos asilados e convidou-os, assim como a Diretoria.

Em 1908 a festa foi oferecida pelo Club Internacional¹²⁴. A partir de 1909 a comemoração passou a ser feita no próprio Asilo. Neste ano Castorina do Amaral, Protetora do mês de dezembro, com autorização da diretoria, angariou donativos e promoveu um festival dedicado aos asilados no dia de Natal, *solenizando assim, a gloriosa data de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo*. Conseguiu do Comércio 2.010\$000 e gastou 1.604\$000. O que sobrou entregou ao Presidente¹²⁵.

Nos anos seguintes as festas por ocasião do Natal continuaram. Segundo Veiga e Gouvêa (2000, p.137) o Natal era, na época, uma comemoração associada à criança pobre. Segundo as autoras *o Natal é marcadamente diferenciado [...], pois o apelo é o do assistencialismo, em que a filantropia leiga e as instituições de caridade constroem a sua visibilidade e marcam seu lugar [...]*.

Continuando o processo de abertura da instituição, foi estabelecido, a partir de 1909, que os dias e horários destinados a receber visitas seriam anunciados nos jornais. A Diretoria, os membros do Conselho, as protetoras e o Juiz poderiam entrar na hora em que quisessem. Todos os anos, no dia oito de dezembro, os orfanatos estariam abertos para visita pública.

¹²² Ata de 04/02/1906.

¹²³ A casa de Julio Conceição era conhecida por Parque Indígena. Ficava na última quadra da avenida Conselheiro Nébias. Começava à beira-mar e ia até a atual rua Embaixador Pedro de Toledo. Entrava-se por um portão, ao lado do qual havia, de cada lado, um leão de tijolo e cimento. No terreno ficavam a residência, um pavilhão com exposição de flores, três pomares, jardins com muitas orquídeas e tanques com peixes. Os bancos eram feitos de ossos de baleia.

¹²⁴ O Club Internacional de Regatas foi fundado em 24 de maio de 1898 por 35 amadores, dissidentes do Club de Regatas Santista. Sua primeira sede ficava na rua Xavier da Silveira nº 90. Em 25 de maio de 1902 inaugurou sua garagem náutica no Itapema. Promovia regatas e outros esportes náuticos. Ainda hoje existe, com sede no bairro da Ponta da Praia, em Santos.

¹²⁵ Ata de 30/12/1909.

Há menção de que, em 1912, recebiam visitas aos domingos. Um ofício do Sub-Delegado da Vila Macuco avisa que *determinou a presença de uma praça aos domingos, à hora da visita do Asilo, como é de costume*¹²⁶.

Embora o número de crianças que vinham recebendo instrução tivesse aumentado, a despeito de algumas meninas terem se destacado nos estudos passando a auxiliar as professoras ou a ajudar nos serviços de enfermagem, até este ano o terceiro objetivo dos estatutos, a *aprendizagem de um ofício ou arte de sua escolha e vocação*, ainda não tinha sido atingido para os meninos. Muitas vezes se falou nisto, principalmente nos anos iniciais do asilo. A construção do prédio para os meninos na avenida Conselheiro Nébias não se concretizou e estes, quando atingiam certa idade, eram encaminhados para tutela ou entregues à família, sem preparo para o exercício profissional.

Foi quando, em 1908, o Sr. Julio Conceição, homem de muito prestígio na cidade e sócio da Associação Protetora da Infância Desvalida, enviou correspondência¹²⁷ comunicando que deveria inaugurar o Instituto Dona Escolástica Rosa em 1º de janeiro de 1908, à uma hora da tarde e que tinha reservado 25 lugares para os meninos do Asilo de Órfãos.

O Instituto Dona Escolástica Rosa seria um estabelecimento de ensino destinado à profissionalização de rapazes, planejada nos moldes do Instituto Dona Ana Rosa, da cidade de São Paulo. Júlio Conceição, amigo e compadre de João Octávio dos Santos, rico comerciante, falecido em 1899, era seu testamenteiro. João Octávio, antes de morrer, havia deixado expressa sua vontade de criar um instituto de artes e ofícios, com internato, para atender de preferência meninos órfãos e pobres, no desejo de perpetuar o nome de sua falecida mãe. Para isto havia deixado um dote substancial.

O aluno do Instituto Dona Escolástica Rosa, em um curso de quatro anos, preferencialmente de internato, teria instrução preliminar e aulas práticas de preparo para os ofícios de alfaiataria, marcenaria, carpintaria, sapataria ou trabalhos gráficos. Teria também doutrina cristã, educação física, história natural e regras de boa educação. O número de vagas, fixado pelo estatuto, era de cinqüenta alunos. (PEREIRA, 1996, p. 86 e 92)

A direção do Asilo de Órfãos escolheu os meninos que estavam com a idade compatível com aquela estipulada pelo Instituto, entre nove e 14 anos, e providenciou a matrícula. Embora

¹²⁶ Ata de 17/01/1912.

¹²⁷ Ata de 03/01/1908.

houvessem sido colocadas à disposição do Asilo de Órfãos 25 vagas, ou seja, cinquenta por cento delas. Foram transferidos para lá 26 internos. Um deles, Mario Costa, não permaneceu por ter sido acometido de tracoma. Acabou sendo transferido, mais tarde, para a Escola de Aprendizes Marinheiros. Conforme a tabela abaixo, foram matriculados:

Quadro 17.

Internos transferidos para o Instituto Dona Escolástica Rosa em 01/01/1908

matrícula	nome	idade aproximada ¹²⁸
216	Alexandre	11
217	Mário	13
222	Mario Costa	12
233	Aureo Abranches	11
244	Antônio Ilhóa	13
255	Benedicto	12
264	Renato Gomes	10
267	Luiz Magaldo	11
292	Deolindo	10
313	Lúcio Marcos	11
325	Oscar dos Santos	11
339	Manoel Barreiros	10
344	Joaquim Monteiro	13
346	Virgilio	14
354	José Affonso	10
358	Aguinaldo	9
370	Armando de Souza	9
376	João José dos Santos	12
394	Silvio Bianchi	12
415	Moacyr	11
417	Eduardo da Fonseca	14
430	Claudio	10
449	Waldomar Cesário Xisto	8
468	Florianio Americano	10
480	Lauro Evangelista de Siqueira	10
485	José Epaminondas	10

Fonte: Livros de matrícula

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

¹²⁸ A idade é aproximada porque não dispomos da data de nascimento, apenas da idade ao ser matriculado.

A partir desta época, os meninos permaneciam no asilo até terminarem o ensino primário e eram, então, encaminhados para o Instituto Dona Escolástica Rosa, conforme o número de vagas disponíveis, após entendimentos entre a Associação Protetora da Infância Desvalida e a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Santos, responsável pela direção do Instituto Dona Escolástica Rosa.

Em março de 1910 o provedor da Santa Casa disponibilizou quatro lugares no Instituto Dona Escolástica Rosa¹²⁹. O Asilo de Órfãos transferiu para esta escola profissionalizante os internos abaixo:

Quadro 18.
Internos matriculados no Instituto Dona Escolástica Rosa em 1910

matrícula	nome	idade aproximada
317	Raphael Gomes Magalhães	10
340	José Barreiros	11
403	Antônio de Castro	11
450	João Fernandes Pereira (João Batista)	11

Fonte: Livro de matrículas.

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

Em 1912, e nos anos seguintes, mais meninos ingressaram no Instituto Dona Escolástica Rosa. Como esta entrada dependia da existência de vagas e de meninos em idade de ingresso, a tabela abaixo mostra a relação daqueles que ingressaram no Asilo de Órfãos até o final de 1913 e foram matriculados naquele Instituto. Esta deve ser considerada com cuidado, pois não inclui aqueles que entraram posteriormente no asilo.

Quadro 19.
Internos que entraram no Asilo de Órfãos até 1913 e que foram matriculadas no Instituto Dona Escolástica Rosa entre 1912 e 1924¹³⁰

matrícula	nome	ano	idade aproximada
467	Condilac Testarozza	1912	11
416	Tito dos Santos	1913	13
293	Américo Barros	1914	13
477	Constantino Erbiste	1914	14
478	Virgílio Erbisti	1914	10
161	Manoel Teixeira	1915	13

¹²⁹ Ata de 21/03/1910.

¹³⁰ Embora tenham sido transferidos em data posterior ao período estudado, esta consta do Livro de Matrículas.

310	Raymundo Peres	1916	14
456	Laércio de Castilhos	1917	15
150(L2)	Manoel de Abreu	1919	16
152(L2)	Antonio Joaquim Rosa	1919	16
269(L2)	Mário do Nascimento	1920	15
151(L2)	Leonel de Abreu	1920	14
157(L2)	Isaías do Carmo	1922	15
231(L2)	Deolindo Figueira	1923	13
259(L2)	Manoel Maria	1924	13
271(L2)	Sebastião da Rocha	1924	13

Fonte: Livros de matrículas.

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

Quanto aos meninos que ainda permaneciam no asilo, foi decidido, que em 1909 passariam a ter aulas em uma casa isolada, localizada no mesmo terreno e que servia de enfermaria. Esta seria transferida para o prédio principal, para o local anteriormente usado como sala de aula¹³¹. O motivo desta decisão não se encontra registrado, mas talvez se deva ao fato de ter se reduzido o número de internos, com a saída de 25 para o Instituto Dona Escolástica Rosa.

Abertas as inscrições para o exame de suficiência para admissão a uma escola destinada à formação de professoras, o Liceu da Associação Feminina Santista¹³², a direção do Asilo de Órfãos apresentou, em 1908, uma interna, Estephania Menezes, como candidata. Esta foi plenamente aprovada e no início do ano seguinte já se encontrava matriculada¹³³. Em 1913, por ocasião de sua formatura, a Presidente da Associação Feminina Santista, na ocasião Diva de Lamare Porchat de Assis, enviou correspondência convidando *todos os membros da Diretoria e bem assim as Professoras do Asilo e colegas da asilada Estephania Menezes para assistirem a cerimônia da entrega do diploma de Professora à mesma asilada pelo Lyceu da Associação*¹³⁴. Neste mesmo ano Estephania foi nomeada professora da Escola Maternal do Liceu Feminino Santista.

O desempenho escolar desta aluna, já no primeiro ano, levou Robertina Simonsen, na ocasião Presidente da Associação Feminina Santista, a escrever, para a Associação Protetora da

¹³¹ Ata de 11/10/1908.

¹³² Informações sobre esta escola podem ser encontradas em Pereira, 1996.

¹³³ Ata de 07/02/1909.

¹³⁴ Ata de 20/01/1913.

Infância Desvalida, missiva comunicando que as asiladas recomendadas pela Diretoria desta Associação seriam chamadas para exame de suficiência, sendo também dispensadas das taxas¹³⁵, como o fora a primeira candidata.

Em outubro de 1909 houve a aprovação de um novo Regimento Interno que alterou profundamente a educação ministrada no Asilo de Órfãos.

Este regimento estabelece rotinas. Rotina é um esquema que prescreve o que se deve fazer e em que momento esse fazer é adequado. Estas rotinas organizam um estilo de vida. Estabelecem o que é ou não desejável. (BARBOSA, 1976, p. 94) São parâmetros *centrados no que os [filantropos] pensam sobre as crianças e adolescentes*. As normas e regulamentos refletem a infância que não queremos e o adulto que queremos (VEIGA; FARIA FILHO, 1999, p.16).

Este documento introduz a racionalização do tempo, das pessoas e das atividades da instituição. Os alunos passam a ter horários definidos para o estudo, as aulas, os trabalhos manuais, os trabalhos domésticos, recreio, descanso, definidos pela Irmã Superiora e aprovados pelo presidente.

Os alunos são divididos em turmas segundo sexo, idade, desenvolvimento físico e acomodações do estabelecimento, ficando uma Irmã responsável por cada turma. Meninos e meninas só estariam juntos em passeios e atos públicos.

A aprovação de novos parâmetros para guiar a educação das crianças, nos moldes deste regimento, onde as regras são detalhistas, onde o Presidente da Associação é quem decide e aprova, indica que a direção da Associação assumiu completamente a ordenação da educação a ser dada no Asilo de Órfãos. Uma visão de adulto, diferente daquela que vinha norteando as práticas educativas até então, se impõe. A de um homem civilizado, capaz de se inserir em um mundo moderno, disciplinado, organizado. Este documento delineou o tipo de educação a ser fornecida, a forma como seria ministrada e por quem e quem a receberia.

Foi decidido que as crianças depositadas provisoriamente cumpririam apenas uma parte do processo educativo do Asilo. Deveriam proceder de forma disciplinada, de acordo com as regras, mas estariam dispensados de freqüentar as aulas.

A educação intelectual dos internos seria dada através de dois cursos: Jardim da Infância para os menores de sete anos e Curso Primário para os mais velhos. Meninas e meninos teriam

¹³⁵ Ata de 18/04/1909.

aulas em conjunto, talvez porque aqueles que permaneciam tinham, em geral, até onze, doze anos, não havendo inconveniente em mantê-los juntos.

O método para os pequenos do Jardim da Infância seria o sistema criado por Froebel. Por acreditar que os primeiros anos são básicos para a formação humana, este autor criou um método a ser aplicado neste nível de ensino. Privilegiava a atividade lúdica, com vistas a contribuir para o desenvolvimento sensório-motor. Utilizava materiais especialmente criados. Estes materiais eram chamados *dons* ou dádivas¹³⁶. O método era empregado não só na Europa, mas também nos Estados Unidos.

No Brasil, Gabriel Prestes, diretor da Escola Caetano de Campos tomou contato com o método e trouxe todo o material froebeliano deste país. A Revista do Jardim da Infância, editada a partir de 1896 por ele, visava difundir a forma como se organizava o ensino infantil, com vistas à criação de outras escolas semelhantes (KUHLMANN JUNIOR, 1994, p. 63-67).

Em agosto 1911, Victor de Lamare entrou em contato com o Sr. Cardim, da Escola Normal da Capital, e solicitou que, havendo objetos que não fossem mais necessários no Jardim da Infância da Praça, os doasse ao Asilo de Órfãos. Estes objetos foram conseguidos e chegaram antes do final do ano¹³⁷.

O curso preliminar seria organizado por séries, em substituição à escola não agrupada, que abrigava em uma mesma classe crianças com idades e níveis diferentes de aproveitamento, sob a tutela de um único professor. A seriação já vinha sendo utilizada nas escolas oficiais. Na escola do asilo seriam cinco séries.

No final do século XIX foi adotado um regime de cinco anos para o curso primário dos grupos escolares e das escolas-modelo. Isto foi modificado pela Lei nº 930 de 13 de agosto de 1904, que fixou a duração do curso primário em quatro anos. Entretanto, co-existiram na época diferentes tipos de escolas, diversos tempos e distintas práticas, fruto das diferentes opiniões vigentes (SOUZA, 1999, p. 130-137).

Como a Constituição de 1824 estabelecera a obrigatoriedade da frequência à escola dos sete aos doze anos, cinco séries garantiriam o cumprimento da mesma, entrando os alunos na primeira com sete anos e concluindo a quinta com doze anos.

¹³⁶ Materiais didáticos, propostos por Froebel. São em número de vinte, mas costuma-se reservar a denominação para os seis seguintes: 6 bolas coloridas, esfera, cubo, e cilindro de madeira, 4 cubos divididos de formas diversas.

¹³⁷ Ata de 30/10/1911.

Foi organizada a seguinte grade curricular:

Quadro 20.

Grade curricular introduzida na escola do Asilo de Órfãos a vigorar a partir de 1910

1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série
Leitura: cartilha e primeiro livro	Leitura: 2º livro	Leitura: 3º livro	Leitura: 4º livro	Leitura de autores nacionais – prosa e verso
	Português: fonologia	Português: ditado - noções de taxonomia ¹³⁸	Português: ditado - composições - noções de morfologia	Português: ditado - composição - noções de sintaxe
Aritmética: numeração e adição	Aritmética: subtração e multiplicação	Aritmética: divisão	Aritmética: frações ordinárias e decimais	Aritmética: sistema métrico - complexos
Lições de coisas	Lições de coisas	Geografia: noções de geografia astronômica	Geografia do Brasil: noções gerais resumidas, sendo mais detalhado o estudo do estado de São Paulo e do município de Santos	História do Brasil: noções gerais resumidas, sendo mais detalhado o estudo do estado de São Paulo e do município de Santos
Caligrafia	Caligrafia	Caligrafia	Morfologia geométrica – 1ª parte	Morfologia geométrica – 2ª parte

Fonte: Regimento Interno de 1909.

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira.

Os conteúdos de Língua Portuguesa parecem procurar garantir um ensino eficiente, mas também regular quais conhecimentos são interessantes do ponto de vista da preparação leiga para o mercado de trabalho. Leiga, porque deixam de lado a leitura de livros religiosos, pelos quais podiam optar as Irmãs.

O ensino da Aritmética manteve os conteúdos fixados anteriormente para as escolas primárias paulistas. Prevê o domínio do cálculo, frações, sistema métrico e geometria, preparando os alunos para questões da vida prática, e mesmo para o exercício de determinadas profissões.

¹³⁸ Teoria das classificações.

Na primeira e segunda séries os alunos aprenderiam Lições de Coisas ou ensino intuitivo, um método moderno de ensino. Permitia ao aluno conhecer o mundo à sua volta de uma nova maneira, a partir de sua experiência¹³⁹. O método ensinava que se deve cultivar a observação cuidadosa. *No caminho que a própria criança costuma seguir, examinando os vários objetos que derredor se lhes deparam, está ensinando a natureza mesma o verdadeiro plano para a realização desse desejável propósito.* (BARBOSA, 1950, p. 32).

Um exemplo de lições de coisas se encontra neste trecho de um livro preparado neste método:

Recordemo-nos de como se trincha um frango. Havemos de ter notado que, para separar os ossos do esqueleto, é preciso que se possua uma certa habilidade. Esses ossos acham-se presos uns aos outros por **ligamentos** brancos, duros resistentes, que o trinchante deve cortar à roda. Os ossos unidos por ligamentos constituem **articulações**, juntas como se costuma dizer [...] (SAFRAY, [s.n.], p. 318, grifo do autor).

A adoção deste método permitiria à criança se apropriar de conhecimentos iniciais, a serem aprofundados nas séries subseqüentes, através da Geografia e da História.

Os conteúdos destas disciplinas sugerem um estudo mais detalhado do Estado de São Paulo e do Município de Santos, o que acompanharia a lógica do ensino intuitivo que era conhecer a partir da própria experiência.

Nas três séries iniciais teriam aulas de caligrafia. A caligrafia, na época, era muito valorizada, pois, embora já existissem máquinas de escrever, o usual era o registro manuscrito. A letra bem feita era sinal de civilização.

Concluído o curso preliminar, as meninas permaneceriam no asilo e os meninos continuariam a ser transferidos para outra instituição, para adquirirem formação profissional. As meninas que quisessem e tivessem aptidão poderiam frequentar o curso complementar. Este foi transformado em curso profissional de formação de professores, em 1895. (SOUZA, 1999, p.132).

Com relação a este curso, quem decidiria pelos conteúdos seria a Irmã Superiora, embora tivesse que submeter ao Presidente o seu programa. As Irmãs já haviam preparado professoras, neste nível elementar. Foi o caso de Maria Judith Tomazelli.

¹³⁹ Rui Barbosa traduziu e adaptou para nossa realidade o livro que ensinava este método, produzido nos Estados Unidos, de autoria de N.A.Calkins, chamado *New Object Lessons* (1886), com o nome *Lições de Coisas*.

Ainda com relação à educação intelectual, foi estabelecida uma organização administrativa e pedagógica para a escola do Asilo de Órfãos, visando a racionalização do ensino.

A Irmã Superiora deveria programar o horário das aulas de cada série e a distribuição das disciplinas, incluindo as aulas de religião, que não constavam do programa. O tempo destinado ao recreio deveria ser incluído. A duração máxima de cada aula foi fixada em uma hora, com intervalos de quinze minutos. Esta programação deveria ser submetida à aprovação do Presidente.

As professoras deveriam fazer o planejamento das atividades a serem desenvolvidas em aula e dos métodos de ensino a serem empregados. Os planos seriam apresentados ao Presidente, para seu aval, cabendo à Irmã Superiora fiscalizar seu cumprimento.

Prêmios e castigos também foram anexados à aprendizagem. Mensalmente as Irmãs professoras deveriam registrar a aplicação e o comportamento do aluno. O aluno poderia ser punido, não com castigos corporais, mas com admoestações, exclusão do recreio ou de passeios e reclusão. As admoestações poderiam ser feitas em particular ou publicamente, de acordo com a gravidade do ato punido.

Uma das características das Irmãs desta Congregação era esta habilidade, usual e muito valorizada na época, que foi ensinada às meninas, desde sua chegada. Em 1906, uma Irmã foi designada mestra de trabalhos de agulhas. Este tipo de aprendizagem se manteve ao longo do tempo, mas de forma informal. A educação doméstica passou, a partir do novo regimento, a ser obrigatória para todas as asiladas incluindo, além dos trabalhos de agulha, trabalhos manuais, corte e costura, economia doméstica, cozinha, lavagem e engomadura. A limpeza e asseio do estabelecimento, o preparo de alimentos e demais tarefas domésticas passariam a fazer parte da rotina das meninas. Estes serviços, costumeiramente realizados pelas religiosas, passaram a ser divididos com as internas. Foi estabelecido um rodízio entre as meninas maiores de nove anos, de forma que todas passassem por todo tipo de aprendizado doméstico. Anualmente, no dia oito de dezembro, seria feita a exposição e a venda de trabalhos confeccionados pelas alunas.

A interna saíria preparada para ser boa “dona de casa” ou, se não se casasse, para ser “boa doméstica”, tendo assim garantida sua sobrevivência. Embora houvesse a possibilidade de prosseguir os estudos e se tornar professora, era entendido que nem todas teriam capacidade para tal.

A educação dada aos meninos e às meninas seria diferente, de acordo com as expectativas que se tinha na época com relação ao papel do homem e da mulher na sociedade. A formação

feminina visava prepará-la para governar “o lar”, compatível com o papel destinado à mulher, enquanto alicerce da família. Boa dona de casa, boa mãe e, se necessário, boa criada. Do homem se esperava que sustentasse este lar, através de seu trabalho. O preparo profissional dos meninos, através do Instituto Dona Escolástica Rosa, visa inseri-los no mercado de trabalho.

Embora tivessem aceitado um professor para ministrar a educação física quando da instalação da Associação Protetora da Infância Desvalida, esta disciplina ganhou novas feições a partir de então. Pelo novo regimento, inclui também a aprendizagem da higiene do corpo, do vestuário e da alimentação e passeios escolares. As idéias higiênicas acabaram contribuindo para que o Asilo de Órfãos deixasse de ser uma instituição “fechada” na acepção de Goffmann (1974).

Com relação à higiene corporal, é estabelecido um tempo de sono de pelo menos nove horas. A frequência e horário dos banhos, assim como a temperatura da água, também são definidos. Esta regra levou o presidente, em 1910, a providenciar aumento nas dependências destinadas aos banhos, pois se tornaram insuficientes.

Os jogos e exercícios devem ser dados segundo os métodos pedagógicos modernos e devem ter por objetivo o fortalecimento do corpo. As roupas de uso pessoal incluem as de uso diário, para dormir, uniformes para passeios e festas e calçados. As vestimentas deverão ser identificadas com o número de matrícula do aluno e devem ser trocadas a cada dois dias, salvo casos excepcionais. Os alunos dormiriam em camas de ferro que teriam lençóis, travesseiros, colchas e cobertores. As roupas de cama também seriam trocadas a cada dois dias. Os alunos teriam, para seu uso, pente, escova de dentes, sabonete, tesoura para unhas.

Define-se que a alimentação deveria ser saudável, abundante e preparada com asseio. São estabelecidos os horários das refeições e o que deve ser oferecido nos mesmos. Um cardápio deveria ser preparado pela Irmã Superiora, para aprovação do Presidente.

Percebe-se, nestas prescrições, a forte presença dos preceitos higiênicos, tão valorizados na época. A organização racional da assistência prestada é também um ponto forte. Tarefas são distribuídas, estabelece-se uma arquitetura temporal, rotinas são instituídas visando o melhor funcionamento do estabelecimento.

A partir desta época são relatados vários passeios feitos pelos internos. Frequentaram o Coliseu Santista¹⁴⁰. Em 1910, o Presidente, para distrair as asiladas, procurou o secretário de

¹⁴⁰ Em 1896 foi fundada a Companhia Coliseu Santista com a intenção de construir um teatro. No ano seguinte, no local destinado a ele, na rua General Câmara, foi construído um galpão de madeira, com arquibancada, velódromo, jogo de bola e um bar. Em 1903 foi fechado. Em 1907 o empresário carioca Francisco Serrador, recém chegado à

Francisco Serrador e conseguiu entradas para a matinê do domingo. Retornaram a este espaço como convidadas, junto com a Diretoria, de um sarau literário musical, em benefício da Gota de Leite e a uma sessão para os asilados, oferecida pela Companhia Cinematográfica Brasileira, tendo todos comparecido *com o novo uniforme*¹⁴¹. Em 1910 foram a outra matinê, desta vez organizada e oferecida pelos Senhores Freixo e Cia.. Os passeios escolares foram adotados como medida higiênica e também para a aquisição de noções úteis (ensino intuitivo) e formação moral. A ida a espaços públicos permitiria a assimilação de valores considerados desejáveis.

Comissões formadas por alguns asilados, representando os demais, compareceram a alguns eventos sociais. Em 1912, oito educandos acompanhados de duas Irmãs compareceram a bota-fora de Hugo Stenhouse, que se retirou da gerência da Companhia City¹⁴². Uma forma de agradecer aos benefícios que ele, como gerente, proporcionou ao Asilo. Várias vezes esta companhia disponibilizou *bonds* para transporte dos internos. Também forneceu gratuitamente os passes para que Estephania Menezes freqüentasse as aulas do Liceu.

Certa ocasião, seis asiladas, em companhia das Irmãs, compareceram ao “bota-fora” do Arcebispo de São Paulo que estava embarcando para a Itália. Uma comissão, acompanhada pela Irmã Superiora compareceu ao aniversário de Almeida de Moraes, ex-presidente do Asilo. Outro grupo compareceu, com a Madre Superiora, ao desembarque do Dr. João Freire Junior, quando este voltava de viagem. Eram costumes da época e serviam de exemplo do que era ser “civilizado”.

Os asilados também freqüentaram o Recreio Miramar¹⁴³. Em 1914 houve neste local um festival para os asilados. A comemoração dos 25 anos da instalação do Asilo de Órfãos, evento

cidade, comprou um terreno em outro local e construiu o Teatro Coliseu Santista, inaugurado em 1909, com a projeção de filmes e um espetáculo beneficente. Tornou-se a casa de espetáculos mais popular da cidade. Em 1924 foi arrendado pela Empresa Cine Teatral. Posteriormente, foi novamente fechado reabrindo em 2006.

¹⁴¹ Atas de 30/05/1910, 28/04/1911 e 10/06/1912.

¹⁴² The City of Santos Improvements & Company Ltda foi fundada em Londres em 1880. Recebeu autorização para funcionar em Santos, em 1881, na exploração de serviços públicos. Sua sede ficava na Praça dos Andradas. Prestava serviços de distribuição de água, iluminação a gás e transporte de passageiros e cargas sobre trilhos (bondes). Um dos primeiros diretores da Companhia, em Santos, foi D.M. Fox, que ocupou o cargo até 1913.

¹⁴³ O Recreio Miramar, que se tornou “o maior centro de diversões da América do Sul” foi inaugurado em 12 de janeiro de 1896 pela Companhia Viação Paulista, sendo seu gerente o sr. Constantino Janacopolus. Ocupava a quadra da praia do Boqueirão, entre a avenida Conselheiro Nébias e a rua Osvaldo Cruz. Englobava um cine-teatro, um ringue de patinação, um *music hall* e um jardim. Chegou a abrigar um hotel, um teatro ao ar livre e um cassino. Uma de suas tradições foram os eventos carnavalescos, com bailes, batalhas de confete, concursos de fantasias. Um *slogan* famoso na era: “Vão ao Miramar, ainda que chova!”. Foi demolido em 1940.

tradicionalmente realizado no prédio da avenida Taylor, foi realizada neste espaço por este estar em obras¹⁴⁴.

Em 1912, demonstrando o reconhecimento do trabalho desenvolvido no Asilo de Órfãos, o Inspetor da Instrução do Município de Santos, em nome do Prefeito Municipal convidou as crianças do asilo para assistirem a um festival oferecido às escolas públicas e instituições beneficentes pelo Diretor do “Circo Europeu”¹⁴⁵.

São previstas também aulas de música, solfejo e canto. Estas aparecem como acessórias, complementares à formação. Entretanto, deram frutos.

Entre 1912 e 1914, o Coro¹⁴⁶ do Asilo de Órfãos, formado por asiladas, recebeu vários convites para cantar. A primeira menção a esta atividade aparece com o pedido do vigário de São Vicente, para uma missa em louvor do Coração de Jesus. Ainda neste ano, houve o convite para que se apresentasse na Igreja do Convento do Carmo, no dia de Finados e no dia quinze de novembro. No ano seguinte, o convite veio do Prior do Mosteiro de São Bento, para a Missa solene da festa de São Bento, no dia primeiro de abril. O mesmo Prior pediu seu comparecimento na Capela do Monte Serrat no dia oito de setembro¹⁴⁷. O Prior do Convento do Carmo convidou o coral para cantar nas celebrações da Semana Santa¹⁴⁸. Não se sabe por quanto tempo este perdurou, pois as atas só foram consultadas até maio de 1914. Foi uma forma de desenvolver nas internas o gosto musical e também habilidades sociais.

Além das aulas de música, o regimento previa aulas de desenho, também não incluídas na grade curricular estabelecida.

Previa-se que a educação moral seria dada através da disciplina interna do estabelecimento e através do ensino cívico e moral. A vivência dentro do asilo deveria possibilitar que a criança despertasse sentimentos afetivos, formasse o caráter e aprendesse a dirigir sua vontade. O ensino cívico e moral deveria ser dado através do cumprimento das normas e de exemplos de moralidade. Os internos deveriam ter noções de patriotismo, aprender a

¹⁴⁴ Atas de 20/01/1914 e 13/05/1914.

¹⁴⁵ Ata de 10/06/1912.

¹⁴⁶ Coro= o canto da igreja executado por muitas vozes. (CARVALHO e DEUS, 1885)

¹⁴⁷ Data em que comemora em Santos o dia de Nossa Senhora do Monte Serrat, padroeira da cidade.

¹⁴⁸ Atas de 02/07/1912, 04/11/1912, 02/07/1912, 05/09/1913 e 23/04/1914.

respeitar e obedecer as leis de ordem social, política, jurídica, econômica e também desenvolver princípios de justiça. Os valores escolhidos denotam a preocupação com a formação de cidadãos civilizados, na forma como era entendido o termo então.

Cerimônias cívicas, prestigiadas nesta época, faziam parte do processo de formação moral pretendida para o povo brasileiro. Cultuar pessoas que pudessem servir de exemplo. Veiga e Gouvêa (2000, p.137) destacam que: *Nos anos iniciais da República, as elites intelectuais chamavam a atenção para a necessidade do cultivo da memória nacional pelos escolares e a população.*

Em homenagem ao Patriarca José Bonifácio, seis asiladas, acompanhadas pela Irmã Superiora, foram à comemoração do dia 11 de junho de 1910, a pedido do Presidente¹⁴⁹.

Em comemoração ao décimo aniversário da morte de João Octávio dos Santos, os asilados receberam convite do Diretor do Instituto Dona Escolástica Rosa para assistir Missa Campal. O Presidente da Associação *ordenou* o comparecimento das asiladas e mandou colocar sobre o túmulo um ramo de flores naturais com dedicatória em nome do Asilo de Órfãos. Uma asilada proferiu um discurso¹⁵⁰.

Quando morreu o Barão do Rio Branco, o Presidente determinou às Irmãs que: a bandeira fosse hasteada em funeral por sete dias; as asiladas colocassem luto durante este tempo; no sétimo dia do falecimento fosse rezada uma missa na capela do asilo; diante de todos os educandos a Irmã Superiora fizesse uma preleção mostrando quem foi o Barão do Rio Branco e qual a sua grande obra como brasileiro e amigo da paz.¹⁵¹

Houve um passeio à praia do Itararé, em São Vicente, no qual, segundo o Presidente,

foi encontrada na praia uma carteira contendo em dinheiro[...]por uma das asiladas e entregue à Irmã Superiora e por esta entregue ao Presidente que fez anunciar pelos jornais e depois de ter plena certeza do seu dono, fez entrega ao Sr. Otto Offen, exigindo desse senhor o respectivo recibo¹⁵².

¹⁴⁹ Ata de 14/06/1910.

¹⁵⁰ Ata de 15/07/1910.

¹⁵¹ Ata de 26/02/1912.

¹⁵² Ata de 10/01/1911.

Este episódio foi usado para exemplificar aos internos qual a conduta moral esperada dos mesmos.

Em 1912, o Inspetor da Instrução do Município convidou a Escola do Asilo de Órfãos a comparecer no dia sete de setembro, a ato cívico, que seria uma visita ao túmulo do Patriarca da Independência¹⁵³, na época já no Convento do Carmo. O convite foi aceito. O Presidente relatou que *em sete do corrente fez os asilados tomarem parte no préstito cívico em comemorações ao Patriarca da Independência do Brasil*.

A educação religiosa também foi regulamentada. Foi adotada a religião católica. Fazendo parte da educação moral, só poderia ser dada a partir dos sete anos, ou seja, quando o aluno estivesse freqüentando a primeira série. As aulas seriam dadas na Capela e estariam incluídas no horário escolar. Os ofícios religiosos, segundo a liturgia católica, ficaram restritos aos domingos e dias santos. A ida à Missa passaria a fazer parte de uma rotina, usualmente vivida pela população da cidade. As orações diárias seriam feitas nos dormitórios e em dois momentos, ao acordarem e ao se deitarem para dormir. Ficou cerceado o direito de agradecerem pelas refeições, de rezarem no início das aulas e demais em ocasiões em que as Irmãs considerassem oportunas. A direção do asilo cabia ao Presidente e era ele quem determinava as rotinas.

Como parte da formação religiosa, e também como forma de aprendizagem social, compareceram a procissões, muito usuais e prestigiadas na época. O Apostolado da Oração ao Sagrado Coração de Jesus fez *convite à Diretoria e também às asiladas para a festa solene e para acompanhar a procissão que tem de percorrer algumas ruas da cidade*. Foi pedido que a condução fosse fornecida pelo Apostolado. Já haviam ido à do Enterro do Senhor, a convite da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos.¹⁵⁴ Além da influência das Irmãs, a ida a estes eventos religiosos, com autorização da Diretoria, fez parte da formação moral e religiosa dos internos.

Foram regulados os feriados, o período de férias e o que fazer nestes dias. Seriam feriados os domingos, os dias santos, as festas nacionais e o dia do aniversário da Associação, 13 de maio. As férias ocorreriam entre os dias 15 de dezembro e seis de janeiro. Nos feriados e nas férias as asiladas não estariam dispensadas dos trabalhos necessários ao estabelecimento, ou seja,

¹⁵³ Ata de 11/09/1912.

¹⁵⁴ Atas de 02/07/1912 e 18/04/1909.

arrumação do mesmo, preparo das refeições, cuidados com as roupas. Aos domingos e dias santos, assistiriam à missa, que era celebrada às oito horas, na Capela do asilo. Deveriam empregar o resto do tempo em *recreios ou leitura voluntária de obras moraes e instructivas*. Todos os horários, inclusive em férias e feriados, ocupados por atividades pré-definidas. Nada de se fazer o que se tem desejo na hora em que se quer.

A partir de 1909 aparecem registros de pedidos da Associação Predial de Santos para que meninas do asilo comparecessem à sua sede social para auxiliar nos sorteios de matrículas. Até 1913 várias ajudaram nos sorteios. O número de meninas requisitadas em geral dependia do número de grupos a serem sorteados¹⁵⁵. Em agradecimento, algumas meninas receberam prendas, aprendendo assim a valorizar a prestação de serviços à comunidade.

Para que estas mudanças previstas no Regimento Interno fossem executadas, deveria ser feito um planejamento a ser aprovado pelo então Presidente, Ulrico Mursa. Por envolverem decisões conjuntas da Irmã Superiora e da Associação, deveria começar o mais rapidamente possível para que, em 1910, as rotinas pudessem ser implantadas.

O Primeiro Secretário, Vitor de Lamare, havia ficado encarregado de organizar a parte referente à escola. Em janeiro, ele comunicou que já dera começo a esta tarefa¹⁵⁶, e que as aulas deveriam começar no dia primeiro de fevereiro de acordo com as novas regras. *De acordo com a Irmã Superiora e conforme as habilitações demonstradas nos exames realizados em 12/12 próximo passado*, ele fez a seguinte classificação:

Quadro 21.
Classificação dos alunos, quanto ao conhecimento,
para introdução do ensino seriado

Jardim da Infância	21 alunos
1ª série	40 alunos
2ª série	14 alunos
3ª série	14 alunos
4ª série	19 alunos
5ª série	09 alunos

¹⁵⁵ Foram dois sorteios em 1909, com duas meninas em cada um; dois em 1910, com duas meninas em um e cinco em ouro, três em 1911, com três meninas nos dois primeiros e duas no terceiro e um sorteio em 1913, com quatro meninas. As meninas eram sempre acompanhadas de uma Irmã.

¹⁵⁶ Ata de 31/01/1910.

Curso complementar	10 alunos
--------------------	-----------

Fonte: Livro de Atas

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira.

No total seriam 127 alunos, do total de 136 matriculados definitivamente na ocasião. Poucos não seriam incluídos nas classes, apenas nove. Pelos quadros demonstrativos das crianças matriculadas na época, calcula-se que ficaram fora as crianças de menos de quatro anos.

Victor de Lamare estava organizando o horário das aulas e a programação dos estudos, de acordo com a Irmã Superiora, e comunicou à Diretoria que, das Irmãs que moravam no Asilo, somente duas estavam em condições de ocupar o cargo de professoras, entre elas a Superiora, que não poderia ser assídua às aulas por ter outros afazeres, inerentes ao cargo. Propôs que se oficiasse à Priora Geral pedindo substituição de duas das atuais Irmãs por outras duas que tivessem condições de poder ensinar. Cabe aqui lembrarmos que, assumindo as internas, parte das tarefas domésticas, o asilo podia prescindir de algumas Irmãs que se incumbiam deste tipo de serviço.

Em 1910 Victor de Lamare assumiu a presidência, colocando em prática o que havia sido planejado. Continuando a caminhada no sentido da escolarização dos internos, foram conseguidas, junto ao Secretário do Interior, ao qual estava subordinada a Educação, por intermédio do Senador Dr. Cesário Bastos, 50 carteiras escolares¹⁵⁷. As carteiras chegaram e também três escrivatinhas, três quadros-negros e três cavaletes, encomendadas pela Associação¹⁵⁸.

Também chegaram, em 1911, enviados pela Secretaria do Interior, livros e cadernos para o Asilo, por ordem do Secretário do Interior¹⁵⁹. O investimento pessoal em modernizar a escola do Asilo de Órfãos foi grande. Ao que parece, a entrada do Victor de Lamare na Diretoria da Associação Protetora da Infância Desvalida foi decisiva no processo de aprimoramento do ensino da Escola do Asilo de Órfãos.

¹⁵⁷ Ata de 10/11/1910.

¹⁵⁸ Ata de 17/12/1910.

¹⁵⁹ Ata de 27/11/1911.

Assim é que, após dois anos de sua implantação, considerando que a sala que vinha sendo utilizada para o Jardim da Infância não era adequada, Victor de Lamare providenciou a reforma de outra sala, destinada a este nível de ensino, encomendando o respectivo mobiliário¹⁶⁰.

Acompanhando o processo educativo, era feita a avaliação anual dos alunos, conforme o usual, através de exames realizados por pessoas de fora da instituição.

Em 1890, para aferir os resultados da instrução dada, Carvalho de Mendonça propôs que se fizesse, ao final do ano, uma programação festiva, com a duração de dois dias¹⁶¹. No primeiro seriam feitos os exames e no seguinte uma exposição de prendas confeccionadas pelas educandas. Foi encaminhado convite a pessoas gradadas da localidade para assistirem o ato, bem como para servirem de examinadores. Este evento seria uma oportunidade para se dar visibilidade ao trabalho desenvolvido no Asilo. Foi decidido pela Diretoria que o dinheiro aferido com a venda das prendas, na festa do final do ano, fosse dividido entre as internas da seguinte forma, 30\$000 para quem tivesse apresentado trabalho e o restante igualmente pelas demais asiladas¹⁶².

No final do ano de 1908 foram marcados, para o dia seis de dezembro, os exames de aproveitamento dos alunos do Asilo¹⁶³. Foi convidado para presidir os exames, o Dr. Manoel Maria Tourinho, Inspetor Literário¹⁶⁴. Segundo o então Primeiro Secretário, Victor de Lamare, *lhe causou grande contentamento o aproveitamento das asiladas, louvando o excelente método de ensino adotado pelas dignas Irmãs e pediu que ficasse este fato constatado na ata*¹⁶⁵. O livro do inspetor escolar era o instrumento avaliativo. Foram examinadores o Dr. João Freire Junior e o Dr. Raymundo Sóter de Araújo. A Diretoria do Clube Internacional pediu para organizar a festa em benefício dos asilados, com distribuição de prêmios, junto com a solenidade de encerramento das aulas.

¹⁶⁰ Ata de 18/04/1912.

¹⁶¹ Dias sete e oito de dezembro de 1890.

¹⁶² Ata de 18/06/1891.

¹⁶³ Ata de 29/11/1908.

¹⁶⁴ O Inspetor Literário, no início do ano seguinte, enviou o atestado de frequência de 162 asilados, segundo a Ata de 07/02/1909.

¹⁶⁵ Ata de 20/12/1908.

Fechando o ano de 1909, foram marcados para o dia doze de dezembro os exames finais dos internos. A presidência dos mesmos ficou a cargo do Inspetor Literário e serviram como examinadores o Dr. Sóter de Araújo e o Professor Tarquínio Silva¹⁶⁶. Victor de Lamare fez parte da Comissão Julgadora dos exames e relatou que *o resultado foi em geral muito satisfatório, demonstrando esforço e boa vontade das Irmãs professoras*¹⁶⁷.

O exame das asiladas, neste primeiro ano dentro do novo esquema, 1910, foi marcado para o dia 18 de dezembro, a uma hora da tarde. Foram escolhidos como examinadores o Dr. Raymundo Sóter de Araújo e o Dr. Adolpho Porchat de Assis. Para presidir foi convidado Delphim Stockler, Inspetor Literário.¹⁶⁸

Em 1911, ao final do ano¹⁶⁹, como acontecera em anos anteriores, foram realizados os exames dos internos, novamente sob a presidência de Delphim Stockler de Lima, Inspetor Literário Municipal, tendo servido de examinadores o Dr. José de Barros Costa Pereira das Neves e Arthur Assis. Está registrado que o resultado foi satisfatório.

Os exames de final de ano eram tradicionalmente acompanhados por distribuição de prendas e exposição de trabalhos realizados pelas internas. Segundo Souza (1999, p. 134),

As festas escolares marcam ritos de passagem e renovação.[...] Essa prática de visibilidade tornou-se, com o tempo, um acontecimento público, uma solenidade oficial que reunia a comunidade, as famílias dos alunos, as pessoas “gradadas” da sociedade, autoridades públicas e a imprensa.

O destaque dado ao encerramento do ano letivo, através de exames públicos e exposição de trabalhos, garantia a visibilidade instituição: mostrava os bons resultados da educação ministrada e o trabalho desenvolvido pela instituição junto aos asilados.

Outro evento tradicional no asilo eram os festejos comemorativos do aniversário de instalação da Associação Protetora da Infância Desvalida, dia 13 de maio. Nesta ocasião a Diretoria eleita para aquele ano tomava posse na presença dos internos e convidados. As crianças recitavam poesias e entregavam flores. No dia seguinte à realização da cerimônia, esta era divulgada, através de publicação em jornais.

¹⁶⁶ Ata de 25/11/1909.

¹⁶⁷ Ata de 30/12/1909.

¹⁶⁸ Ibidem.

¹⁶⁹ 10/12/1911.

Uma notícia, embora não esteja transcrita totalmente, dá dimensão da visibilidade que proporcionava. Servia ao mesmo tempo de prestação de contas da gestão finda, para mostrar o trabalho desenvolvido junto aos internos, para promover aquelas pessoas que contribuíram ou estavam contribuindo para a instituição.

Em 14 de maio de 1905, o “Diário de Santos” publicou:

Asylo de orphãos

Com toda a solennidade foi hontem empossada a nova directoria do Asylo de Orphãos, assim como os membros das suas commissões de Contas e Syndicancia.

O sr.dr. João Freire leu o seu relatório referente ao anno findo, onde são com clareza tratados os assumptos do Asylo, especialmente na parte financeira que é desenvolvida e clara.

Por esta parte se vê que o patrimônio da associação é avaliado em 372:400\$000 assim constituído:

O prédio e o terreno em que funciona o Asylo – 303:000\$000; 1 predio na rua Xavier da Silveira – 60:000\$000; 1 terreno na Avenida Conselheiro Nebias – 8:000\$000; um terreno na Avenida Anna Costa, 1:000\$000; duas acções do theatro Guarany – 400\$000.

Os donativos feitos á benemerita instituição, no anno findo, subiram á quantia de 13:277\$000, inclusive 3:577\$000 que foi o producto liquido do festival organizado pela distincta e gentil senhorita Zilda Pereira.

[...]

O sr. Dr. João Freire menciona também, como agradecimento, os serviços prestados pelos médicos drs. Sóter de Araújo e Moura Ribeiro e cirurgiões dentistas drs. Manoel Homem de Bittencourt e David de Almeida.

[...]

Seguiu-se um espectaculo concerto em que as meninas recolhidas n’aquelle estabelecimento da caridade, demonstraram sua dedicação ao estudo e quanto por ellas se desvelam as dignas irmãs [...]

As creanças todas portaram-se maravilhosamente, merecendo os applausos que lhe foram tributados.

A gentil senhorita Julia Aguiar também executou ao bandolim diversos trechos musicaes, a que imprimiu verdadeiro cunho artistico.

Uma bella festa, portanto, essa a que hontem assistimos no Asylo de Orphãos e que, estamos certos, deixou recordações indeléveis.

Em 1902, no aniversário do Asilo de Órfãos, os asilados saudaram o Presidente e os membros da Diretoria e os presentearam *com lindos ramos de flores* – asilados dos dois orfelinatos *alguns dos quais recitaram poesias com o tema A Caridade e outros proferiram discursos de agradecimento*¹⁷⁰.

¹⁷⁰ Ata de 13/05/1902.

Esta festa foi celebrada todos os anos, desde sua fundação, e continua a acontecer. Tornou-se uma tradição. Atualmente, o que difere é que a posse da nova diretoria não coincide com a data.

Os cuidados na educação eram acompanhados por outros, de cunho mais assistencialista. Morando as crianças no asilo, a demanda por cuidados físicos e materiais era uma constante.

Com relação à saúde, durante todo o período estudado, existiram médicos e dentistas à disposição dos asilados. Em certos períodos, voluntários, em outros, contratados.

Enquanto as crianças estiveram no Asilo Provisório, receberam visita médica diária. Os documentos registram que o Dr. João Éboli vacinara e revacinara os educandos e que, antes da inauguração do novo prédio, o Dr. Ernesto La Cerda, médico da Associação, *examinara minuciosa e ativamente os orfanatos, emitindo importante parecer sobre a higiene e colocação deles.*¹⁷¹

Ocorreram, como seria de se esperar, casos de doenças dos abrigados, com ou sem internação hospitalar, assim como falecimentos. Aparecem casos isolados de doenças e casos em que houve surto, como de tracoma, coqueluche.

Ainda na rua Xavier Silveira, temos o relato de uma menina que esteve gravemente doente e o médico, Dr. Ernesto de La Cerda, foi *incansável em promover sua cura*¹⁷², tendo inclusive se reunido com outro médico para trocar idéias. Medicamentos gratuitos foram fornecidos para o tratamento desta menina, pela Santa Casa e, especialmente, pela farmácia São José. Por outro lado, crianças faleceram, um menino, com meningite tuberculosa, e uma menina que foi *atacada pela epidemia reinante*¹⁷³.

Já no prédio da avenida Taylor, em fevereiro de 1900, faleceu uma menor de bronco-pneumonia, óbito atestado pelo Dr. Raymundo Sóter de Araújo, médico posteriormente agraciado com o título de sócio-benemérito, por ter servido gratuitamente o Asilo desde sua fundação.

Em 1908, como haviam morrido quatro crianças em pouco mais de um mês, a Diretoria resolveu que o médico deveria visitar diariamente os orfanatos para observar a saúde dos

¹⁷¹ Atas de 25/08/1889 e 07/09/1889.

¹⁷² Ata de 21/12/1889.

¹⁷³ Ata de 02/07/1892.

asilados e *aconselhar medidas higiênicas*¹⁷⁴. Eram crianças, com idades variando entre três e quatro anos, e que tiveram febre palustre, gastroenterite e bronquite mobilosa. Dr. Sóter de Araújo, a princípio voluntário, foi contratado nesta ocasião.

Em 1909, ele aconselhou a internação de uma menina que apresentava problemas pulmonares. No ano seguinte, um menino foi recolhido à Santa Casa de Misericórdia por estar com tuberculose e acabou falecendo. Existem casos de crianças que adoeceram e foram tratadas no Asilo, outras que morreram, e outras que foram internadas e acabaram, ou sarando, ou falecendo.

Além dos mencionados, outros médicos atenderam internos, Dr. Pereira de Barros, Dr. Ildefonso Archer, Dr. Castilho, Dr. Silvério Fontes, Dr. Motta e Silva, Dr. Ernesto Moreira e Dr. Benedicto Moura Ribeiro.

Em fevereiro de 1908 foi recebido um ofício do Dr. Pedreira de Cerqueira, médico de Profilaxia e Tratamento do Tracoma, lembrando a conveniência de que a turma dos meninos matriculados no Instituto “Dona Escolástica Rosa” fossem transferidos para a Santa Casa de Misericórdia para complemento do tratamento. Na mesma ocasião o Sr. Belmiro Ribeiro de Moraes Silva, Provedor da Santa Casa, autorizou o envio dos alunos, em turmas de quatro. Estes registros indicam que o tracoma, por ocasião do ingresso no Instituto Dona Escolástica Rosa, grassou entre os meninos e a Associação Protetora da Infância Desvalida tratou de tomar as medidas cabíveis.

Houve outro caso, com relação ao Instituto Dona Escolástica Rosa, de 1910. O Diretor desta escola enviou correspondência comunicando que cinco meninos provindos do Asilo de Órfãos foram eliminados de lá *de acordo com o parecer médico que os julgou incapazes de continuarem ali, sendo os quatro por degenerescência e o último por débil organização física* e pedia que por este motivo fossem readmitidos no asilo. O ofício enviado pela Associação dizia que não poderia recebê-los de volta por terem idade superior à estabelecida pelo Regimento Interno e estar com a lotação completa¹⁷⁵.

Uma das asiladas, Jurvina Zemunich mereceu atenção especial. Era uma menina de constituição física fraca, segundo as atas. Admitida em 1906, com sete anos, em várias ocasiões adoeceu, tendo sido hospitalizada no final de maio de 1911 e permanecido no hospital até julho

¹⁷⁴ Ata de 12/07/1908.

¹⁷⁵ Ata de 10/01/1910.

do ano seguinte. Tornou a ser internada em fevereiro de 1913. Quando houve uma pessoa interessada em sua tutela, a Diretoria não concedeu, considerando sua saúde.

Em 1912 houve um surto de coqueluche. Na ocasião o Presidente, Victor De Lamare afirmou: *os menores que estão com coqueluche continuam isolados em enfermaria especial e [...] estão em boas condições, não tendo aumentado o número de doentes.*

No período em que estão no prédio da Rua Taylor estão registrados em atas doze casos de falecimento. Em todos houve acompanhamento médico, alguns com internação, e a preocupação em dar um enterro decente. Pelos registros foram 41 no período estudado. Este número pode ser maior, pois não existem registros do destino de 48 crianças. A causa da morte variou. Houve sempre, nos registros, a preocupação de deixar claro que o interno *recebera um enterro decente* e o local onde foi enterrado. Em casos de falecimento, foi hábito constar do Livro de Matrículas a causa do óbito e o local onde foi enterrada a criança. Com relação a um menino está escrito *faleceu de linfatite e foi sepultado no Cemitério do Saboó.*

Também aparecem casos de viagens por motivo de saúde. Em 1906 a Irmã Superiora pediu licença para levar uma asilada, Maria Thomazelli, ao Colégio Coração de Maria, em São Paulo, *a fim de mudar de ares, visto achar-se doente.* Em 1910, Dolores Netto foi para Rio Claro, voltando no início do ano seguinte. Em 1912, Augusta Rodrigues conseguiu autorização para passar dois meses em Rio Claro, mediante apresentação de atestado de que estava enferma, assinado pelo Dr. Sóter de Araújo. Neste mesmo ano, Alzira Ravazzani apresentou um atestado, assinado pelo mesmo médico, afirmando que estava um tanto depauperada e necessitava mudar de clima. Foi concedida autorização para ficar algum tempo em São Paulo, na residência da família do Dr. Freire Junior¹⁷⁶. Também, pelo mesmo motivo, asiladas foram levadas para o Itararé, em São Vicente, e Rio Claro, onde as Irmãs possuíam residência.

Dentistas também prestaram atendimento voluntário aos menores. Foram eles: Dr. Manoel Homem de Bittencourt, Dr. David de Almeida, Dr. Kastrupp e o Dr. Francisco Fontenelle. Em 1910, construído o Gabinete Dentário, foi contratado o Dr. A. Ribeiro Guimarães.

Outros cuidados, como registro de nascimento, também foram tomados. Isto se deu com uma menina encaminhada pela Santa Casa, Flaminia. Foi contratada, por causa da idade da menor, uma ama de leite para a mesma, fora do estabelecimento¹⁷⁷. A ama recebia a gratificação

¹⁷⁶ Atas de 04/02/1906, 10/01/1911, 26/02/1912 e 10/06/1912.

¹⁷⁷ De acordo com o art. 4º, § 2º do Regimento Interno.

mensal de 40\$000 e obrigava-se a apresentar semanalmente a menina ao presidente e à madrinha da mesma, Anna Cândida Vieira de Sá¹⁷⁸.

Houve o recebimento de valores, dinheiro ou jóia, deixados pela morte dos pais, aos asilados. Com relação a dinheiro, foi decidido¹⁷⁹ que o pecúlio dos órfãos, superiores a 5\$000 seriam depositados em caderneta de poupança da Caixa Econômica da Capital do Estado. Os de menor valor ficariam nos cofres da Associação, recebendo seis por cento ao ano, de juros. Posteriormente valores foram depositados em outros Bancos. Os bens recebidos pelas crianças eram registrados inicialmente no Livro de Matrículas, na página destinada a cada interno. Posteriormente foi criado um livro próprio.

Houve um asilado, chamado Albino, que havia herdado bens. Estes bens foram administrados pela Associação. Ele chegou a ter casas alugadas. A Associação recebia os aluguéis e dava parte do valor recebido à mãe do menino. Quando os imóveis ficaram deteriorados, decidiram vendê-las e aplicaram o dinheiro em apólices da dívida pública, com consentimento do Juiz de Órfãos¹⁸⁰.

Apesar destes cuidados dispensados às crianças, parece que, ou a curiosidade ou a insatisfação, ou outro motivo levaram crianças a fugirem. Estão registrados casos de fugas, em que as crianças não foram localizadas. Estes casos estão apenas identificados com a palavra *fugiu* na folha de matrícula correspondente. O número de fugas concretizadas foi pequeno, apenas três crianças. As Atas relatam casos de tentativa de fugas por crianças.

O primeiro caso relatado foi o de três meninas, no dia 11 de julho de 1899. O Presidente oficiou ao Juiz de Órfãos e foram *capturadas* no dia seguinte¹⁸¹. A ata diz que foram recolhidas e repreendidas severamente. Decidiu-se pela saída de duas delas, as mais antigas na instituição, que, segundo consta, haviam tido a iniciativa de fugir. Seriam entregues aos parentes, para não continuarem a induzir as outras asiladas. E, realmente, no ano seguinte, foram recebidas por suas irmãs.

¹⁷⁸ Ata de 10/02/1890.

¹⁷⁹ Ata de 08/01/1890.

¹⁸⁰ Atas de 06/03/1911, 18/09/1911, 30/10/1911, 21/10/1913.

¹⁸¹ Ata de 15/07/1899.

Outra fuga foi relatada¹⁸² muito tempo depois. Não se explicita o número de fugitivos, mas o motivo. O motivo alegado para a mesma foi que as Irmãs lhes infligiram castigos. Foi decidido oficialar à Irmã Superiora, lembrando-a de que o Regimento Interno, aprovado no ano anterior, proibia castigos.

Poucos meses depois¹⁸³ fugiram quatro meninas. A fuga foi comunicada ao Presidente pela Irmã Superiora. No mesmo dia foram encontradas, duas em uma residência, de um ex-presidente da Associação, e as outras duas em outra, de um homem que havia pedido a guarda de uma das meninas, que foi identificada como a autora da fuga. Pouco tempo depois, esta asilada foi entregue para um tutor residente em São Paulo.

Estas fugas foram sempre empreendidas por meninas adolescentes. Os meninos, em geral, ao atingir a adolescência já haviam saído do orfanato. Santos Jr. (2005, p. 191) afirma acreditar que seja exatamente por estarem nesta fase. Ele atribui as fugas, nesta idade, ao aumento da incidência de sentimentos de resistência aos ditames sociais. Já Azevedo (1995, p. 156) vê a fuga como um grito mudo de protesto. Na falta de espaço *para dizer o que sentia, o que pensava e desejava, a criança fugia para conquistar seus direitos.*

Podemos também tentar entender estas fugas através de fatores não comuns a todas elas. A primeira fuga relatada pode ser o que Goffman (1974, p. 51-54) chamou sistema de privilégios. Segundo este autor, este é que permite a reorganização pessoal decorrente do rompimento com o eu civil, pelo processo de entrada em uma *instituição total*¹⁸⁴. Os castigos e privilégios são peculiares a elas, sendo os castigos conhecidos. A participação em atividades proibidas, entre elas as tentativas de fuga, ser apanhado em falta e receber um castigo, enfim, “meter-se em uma embrulhada”, por provocar um rebaixamento, põe em contato os mais antigos e os mais novos, *colocados em posições sem privilégio, o sistema, e as pessoas que aí estão colocadas.* Em resumo, estas embrulhadas têm algumas funções sociais importantes. Neste caso em particular serviu para mostrar o poder da direção, expulsando as mentoras da fuga, deixou claras as regras e os castigos, introduziu as novatas no sistema da instituição.

¹⁸² Ata de 25/02/1910.

¹⁸³ Ata de 16/05/1910.

¹⁸⁴ Termo usado por ele e definido anteriormente.

No segundo caso, podemos atribuir a fuga a uma das características das instituições totais. *Em muitas instituições totais são aplicados castigos que não estão previstos nos regulamentos* (GOFFMAN, 1974, p. 94). Embora estes possam não ser freqüentes tendem a ocorrer como consequência de algum tipo de transgressão e são aplicados de forma velada. As Irmãs até 1909 detinham o poder no Asilo de Órfãos. A passagem do poder para a direção da Associação, pode ter levado os internos a uma tentativa de desvelar esta prática.

Para este mesmo autor, os internos têm capacidade para perceber e seguir os planos da equipe dirigente. No caso, a intenção em negar a tutela de uma das meninas. Os internos podem *fazer essas coisas apenas para manter seu amor-próprio e vencer o tédio* (ibid., p. 75). A entrega da menina a alguém de São Paulo foi uma forma de puni-la e de evitar que o ato se repetisse.

Em todo o caso, os motivos sugeridos por Goffman não invalidam os argumentos anteriores. Talvez estas fugas tenham acontecido também por estarem as meninas na adolescência e quererem mostrar que têm desejos, sentimentos e que pensam.

A Associação Protetora da Infância Desvalida, quando de sua instalação, propôs-se a proteger e colocar convenientemente os asilados depois de terminada a aprendizagem e até a maioridade¹⁸⁵.

Realmente, houve, em geral, um cuidado grande com relação à entrega dos internos, por vezes, intercalado com períodos em que isto não acontecia. Cogitou-se, inclusive, em épocas de dificuldades financeiras incontornáveis, conseguir colocação para uma parte dos internos, deixando um pouco de lado as exigências usuais.

Apesar deste cuidado, muitas vezes as crianças, principalmente no período inicial da instituição, eram entregues a uma pessoa, voltavam, eram entregues a outra ou permaneciam no asilo¹⁸⁶.

Ao longo do período analisado, os processos decisórios sobre o destino das crianças foram se aprimorando. Para a retirada das crianças, no início era necessário um pedido por escrito, encaminhado à Diretoria, por parte dos pais, dos candidatos a tutores, do Juiz de Órfãos ou de outras autoridades. Este era avaliado cuidadosamente pela Comissão de Sindicância e, ou deferido, ou recusado. No caso de pedidos de tutela, quando o candidato não era conhecido, a

¹⁸⁵ Artigo 1.º, § 4.º dos Estatutos de 1889.

¹⁸⁶ Para este estudo, foi considerado o último destino conhecido.

Comissão de Sindicância pedia que alguém a informasse sobre sua idoneidade, moralidade e condições financeiras. Quando não conseguia informações seguras sobre ele, opinava pela recusa. A partir de 1908, a Irmã Superiora também passou a ser consultada com relação aos pedidos de retirada.

Das crianças matriculadas, cujo destino foi registrado¹⁸⁷, quase metade retornou para viver com sua família. A maioria delas foi retirada pela mãe, embora progenitores do sexo masculino também tenham retirado filhos. As demais foram embora com irmãos, tios, avós.

Quadro 22.
Número de crianças retiradas por familiares (1889-1914)

Requerente	Número de crianças
Mãe	221
Pai	49
Outro familiar	34
TOTAL	304

Fonte: Livros de Matrículas

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

Algumas crianças haviam sido admitidas em situações de impossibilidade temporária dos pais, como doença ou reclusão. Quando esta situação era superada, voltavam para retirá-los. Foi o caso de Rosa Varneli, mãe de Carmelia, Engracia e Salvador. Internada na Santa Casa. Quando saiu, em 1908, foi buscá-los.

Outros pais haviam deixado os filhos lá, por ocasião da viuvez e, quando conseguiam se estabilizar, através de novo casamento ou de um emprego, voltavam, apresentando a justificativa de que já estavam em condições de sustentá-los e educá-los.

A comissão, então, investigava se isto era verdade, através da ida à moradia do pai ou da mãe ou através da coleta de informações junto a alguém que conhecia o requerente. Muitas crianças voltaram a viver com sua mãe ou seu pai, mas outras não. O motivo mais comumente apresentado pela comissão, nestes casos, era de que a entrega à família parecia ser moralmente indesejável.

¹⁸⁷ Deixaram de ser registradas 48 saídas.

Quitéria Guilhermina da Conceição recebeu de volta seus filhos Antônio de Almeida e Manuel, após encaminhar requerimento no qual justificava o pedido dizendo *visto já estar em condições de mantê-los*¹⁸⁸, não sem antes o pedido receber parecer favorável da Comissão de Sindicância.

Gregório de Andrade, tendo contraído segunda núpcias, voltou para buscar seu filho João de Andrade em janeiro de 1913. Emilia Rueda, após casar-se em segundas núpcias com Christovam Rueda, pediu ao mesmo que retirasse seus filhos do primeiro casamento, Irma Poli e depois João Poli.

Já Maria Alitz, tendo pedido a entrega das filhas Janilla e Amélia, recebeu da Comissão de Sindicância o seguinte despacho: *uma vez que a requerente tenha recursos, indenizar a Associação na forma dos estatutos*. O que definia o fato de precisar compensar em dinheiro pela permanência dos filhos? Os Estatutos, na realidade, não falam em indenização, nem há evidências de que outros pais o tenham feito.

Uma mãe pediu¹⁸⁹ para retirar dois filhos do asilo. Resolveu-se que ela deveria comparecer pessoalmente a uma reunião da Diretoria, acompanhada de testemunha idônea e documentação, para comprovar estar apta a dar educação a eles. Como não compareceu, ficou decidido que os meninos continuariam no Orfanato.

Com o passar do tempo, a Comissão de Sindicância assumiu uma função mais investigativa, procurando se assegurar de que as informações fornecidas no requerimento eram verdadeiras. A instituição tinha poderes para decidir quem ela desejava que entrasse ou saísse.

Sanfilippe Signorino, em 1908, quis retirar seus filhos. A Comissão de Sindicância não deferiu o pedido, usando como justificativa o artigo 3.º, § 4.º dos Estatutos que diz que a Associação acolherá: *Os filhos de pais, física ou moralmente impossibilitados, de ganharem o sustento necessário para a vida, cuja mãe não exista, ou exista, mas seja indigente*¹⁹⁰.

Outro caso de dúvidas foi o da asilada Isaura da Silva. Quando esta tinha quinze anos, a mãe, moradora em São Paulo, enviou correspondência afirmando já ter condições de tê-la em sua companhia. O parecer da Comissão de Sindicância foi de que *não conhece a requerente e não*

¹⁸⁸ Ata de 30/12/1900.

¹⁸⁹ Ata de 13/06/1889.

¹⁹⁰ Ata de 07/06/1908.

*tem meios de saber qual o seu procedimento em São Paulo. É, porém, a mãe da menor, segundo consta da matrícula e por isso entende que pode ser atendida*¹⁹¹. A diretoria acatou a decisão.

Quando Emilio Ferreira Lisboa pediu a entrega da filha, de 11 anos, a Comissão de Sindicância decidiu que *o requerente precisa provar ser pai da menor Alice, a fim de ser tomado em consideração o pedido feito*¹⁹². A Diretoria encontrou um documento, fornecido pelo vigário de Ubatuba, certificando que no Livro das Paróquias, no registro do batizado da menina, constava que ela era filha legítima deste senhor e de Maria Jacintha do Nascimento. Em vista da comprovação, entregaram a menina ao pai.

Anna Contreiro solicitou a entrega de sua filha Leonarda de treze anos, dizendo-se em condições de tê-la em sua casa. A Comissão de Sindicância concluiu que *a requerente vive amasiada com um cunhado, com quem tem um filho. Além disso nada mais consta a seu respeito. Pensa a comissão que deverá ser oficiado ao M.Juiz para que resolva se a tutela da menor deverá não continuar com a mãe*¹⁹³. A diretoria resolveu não entregar a menor à mãe.

A impressão que se tem é que a Diretoria do asilo acreditava ser melhor para as crianças estarem sob sua responsabilidade, sob seus cuidados, do que com alguém da família, expostas a perigos ou passando dificuldades.

As instituições para a infância, nesta época, tinham um papel regenerador com relação à sociedade. Acreditavam que os valores transmitidos por elas aos menores contribuiriam para a uma sociedade mais civilizada, melhor preparada para “os novos tempos”.

Houve também, em 1913, um caso muito significativo que se refere ao pedido de um pai para retirar sua filha, Elvira, de quinze anos. Negado o pedido pela Diretoria, por esta ter conhecimento de que o pai da menor não possuía conduta considerada digna, esta recebeu uma correspondência do Juiz de Direito e de Órfãos da 2ª Vara autorizando a entrega da menina a ele¹⁹⁴ *em virtude de ter este de seguir para a Itália e ter requerido a este Juízo a entrega de sua filha e teve que conceder a saída.*

O Presidente da Associação, Victor de Lamare, na reunião de Diretoria que se seguiu ao ofício do Juiz, fez a seguinte exposição:

¹⁹¹ Ata de 10/11/1910.

¹⁹² Ata de 30/05/1903.

¹⁹³ Ata de 21/03/1912.

¹⁹⁴ Ata de 07/12/1913.

Em meados de Outubro foi procurado pelo Chanceler do Consulado Italiano desta cidade, perguntando se o Asilo podia entregar a asilada Elvira a seu pai [nome]. Foi-lhe respondido que não, por não ter o referido [...] a idoneidade precisa para ter a menor em sua companhia e nestas condições só podia entregar mediante ordem do M.Dr.Juiz de Órfãos. ...[Fulano, que protege esta menor desde a idade de 2 anos] declarou que o motivo porque queria retirar a menina do Asilo era por estimá-la como filha e como tal a queria adotar, visto estar abandonada pelo pai, homem sem ocupação e que se entrega habitualmente ao vício da embriaguez. [...] diz que devido a essas informações e a outras colhidas junto à Irmã Superiora é que se opôs a que a menor fosse entregue ao pai. Dias depois se apresentou novamente ao Asilo o Chanceler do Consulado trazendo o ofício acima aludido dizendo mais precisar a menor acompanhar o pai repatriado por conta do Governo Italiano. Elvira, logo que teve conhecimento desse ofício, ficou em tal estado que baixou à enfermaria, ficando impossibilitada de seguir viagem nesse dia, o que foi comunicado ao M.Dr.Juiz de Órfãos. [O Presidente] penalizado pelo estado da menor e convencido que entregue ao pai teria um futuro desgraçado, talvez mesmo ignomioso (sic), deu todos os passos perante o Juiz de Órfãos e mesmo junto ao Cônsul Italiano que se mostrou de uma inflexibilidade rigorosa a nada atender...O Chanceler [...] disse em nome do Cônsul que a menor seria entregue a bordo ao Comissário Régio e que logo que chegasse à Itália seria internada em um Asilo...Dias depois o Presidente escreveu ao mesmo Cônsul pedindo que o informasse o destino dado à menina [nome] e a resposta depois do relatado dispensa de comentar.

Em seguida a esta exposição, o Presidente pediu aos colegas de Diretoria que o relevassem de ter sido tão longo, mas *era preciso que ficassem constatados o zelo e o interesse que a Diretoria do Asilo dispensa aos seus protegidos.*

Um mês e meio depois¹⁹⁵, o Presidente informou que a Irmã Superiora recebera uma carta de um Monsenhor, da Itália, pedindo que a menor acima fosse novamente recebida no Asilo, por estar quase abandonada por seus parentes. Ela respondeu que o Asilo teria muita satisfação em receber novamente a menina. Victor de Lamare comentou *Pela leitura da carta fica exuberantemente provado que toda razão tinha quando se opôs a que a aludida menor fosse entregue a seu pai e, mais ainda o critério com que a autoridade Consular Italiana agiu no caso em questão.*

Os casos acima demonstram a preocupação que havia com relação ao destino das crianças. Os diretores da Associação julgavam-se protetores dos asilados, responsáveis pela sua

¹⁹⁵ Ata de 20/01/1914.

moral. Por traz do *zelo e interesse* havia a responsabilidade que se atribuíam, fruto de uma concepção de que as crianças eram vulneráveis. Eram movidos, também, pelo sentimento de guardiões da boa ordem e dos bons costumes. Estes fatos ilustram ter havido, em geral, por parte da Associação, um cuidado em se manter de acordo com a legislação e também em saber para que pessoas estavam entregando as crianças.

No caso acima descrito, a doença da menina, face à notícia de entrega ao pai, se verdadeira e se não causada pela forma como as pessoas do asilo lhe descreveram o pai, justifica tal proteção.

Muitas solicitações de entrega aos pais vinham através de ofício de um dos Juizes de Órfãos. Eram crianças que haviam sido admitidas a seu pedido ou cuja intervenção havia sido solicitada, face à recusa da Associação em entregar o asilado. Nestes casos, o atendimento aconteceu sem passar pela Comissão de Sindicância.

Foi o caso da entrega de Francisca Rosa de Carvalho para sua mãe Maria de Oliveira Carvalho, pedido feito pelo Juiz da 1ª Vara e prontamente atendido. Também o da menina citada anteriormente e que foi para a Itália.

Por outro lado, se um pai, cuja internação do filho havia sido decidida pelo Juiz, pedisse a retirada do filho, era informado de que deveria se dirigir ao Juiz. Foi o que aconteceu com Francisca Torres que encaminhou à Associação um requerimento pedindo a entrega da filha Josepha, por já ter se restabelecido e saído da Santa Casa.

Pedidos de admissão, feitos pelo Delegado de Polícia, também dependiam do mesmo para a retirada. Foi o caso de Francisco Antonio e Alfredo Antonio, em 1906, por estar seu pai, Antonio Rodrigues, já restabelecido da doença que o acometera.

Algumas crianças voltaram para a família quando atingiram doze, treze anos. Talvez, pela idade já pudessem ingressar no mercado de trabalho, colaborando para o sustento da casa.

Em 1904, Augusto Machado pediu a retirada de seu irmão Heitor Machado, de doze anos, visto já ter chegado à maioridade¹⁹⁶. Em 1907, José de Carvalho Alves pediu a retirada de sua filha Rosa da Conceição, dizendo que ela havia completado 14 anos e ele já tinha onde colocá-la.

¹⁹⁶ Ata de 02/04/1904.

Há casos de tutela legítima que se configurava quando padrastos, cunhados, tios, irmãos ou avós assumiam a guarda da criança. Nos casos em que a mãe ou a irmã cuidaria da criança, pelas leis vigentes, o tutor seria uma figura masculina.

José Alonso Fernandes, em 1905, pediu para retirar sua cunhada, Áurea Garcia, a pedido de sua esposa, irmã da menina. A ordem de entrega só foi dada após a assinatura do termo de tutela.

Em 1909, Julia Simon pediu para retirar suas netas Rosa e Linda Simon, devido ao falecimento de sua filha Nazali Simon, mãe das meninas. A decisão da Comissão de Sindicância foi de que o pedido fosse deferido por ser a avó negociante e ter meios, mas desde que antes fosse nomeada tutora. Posteriormente, recebido ofício do Juiz de Direito da 1ª Vara, informando que ela *prestou juramento do cargo de tutora de suas netas*¹⁹⁷, a Diretoria entregou as meninas.

Interessante é que nem sempre houve por parte da Associação a exigência da assinatura do termo de tutela para a entrega a parentes. Exemplos disso foram as entregas de Affonso Felisbino Augusto da Costa a seu cunhado Lucas de Souza Campos, em 1904, e de Antonio e Eliza Silva, em 1905, às tias Maria das Candeias e Dolores da Silva, respectivamente. O mesmo se deu com Francisco Alves, que, em 1906, pediu para retirar suas enteadas Agostinha e Maria, filhas da esposa, Ercilia Alves Ferreira¹⁹⁸.

Outros 153 internos foram retirados sob por pessoas sem qualquer vínculo familiar com a criança, casos de tutela dativa¹⁹⁹. Este tipo de tutela já existia desde o período colonial e era usada basicamente para as crianças de posse. Visava garantir a gerência do menor e de seus bens, na falta de um tutor indicado em testamento. No início do período republicano passou a ser estendida às crianças pobres. Consistia na passagem da guarda da criança para pessoas sem grau de parentesco. A outorga da tutela era responsabilidade do juizado de órfãos.

Quando havia alguém interessado em assumir a tutela de um dos asilados, fazia um requerimento dirigido à Associação ou ao Juiz de Direito e de Órfãos. Quando encaminhava

¹⁹⁷ Ata de 21/10/1909.

¹⁹⁸ As retiradas por parentes identificados, com ou sem tutela, foram consideradas como retirada pela família e tratadas neste trabalho como tal.

¹⁹⁹ Existiam três tipos de tutela: testamentária, quando definida em testamento; legítima, quando havia parentes consanguíneos e que deveriam, sob a ótica do Juiz, exercer a tutela, e dativa, quando era imposta ou dada pelo Juiz quando não havia tutor testamentário nem parente em condição de exercê-la, sob a ótica do Juiz. A adoção só foi instituída no Brasil com o Código Civil de 1916. (AZEVEDO, 1995, p. 38, notas de rodapé).

correspondência, direto para a Associação, o pedido passava pela Comissão de Sindicância e, se a diretoria aprovasse o parecer, havia necessidade de requerer a tutela ao Juiz, antes da entrega do interno²⁰⁰. Foi o que aconteceu com Cláudio Manoel dos Santos. Em 1900, requereu a tutela da órfã Rosaria Alfaya. Tendo sido o parecer favorável, a Diretoria oficiou ao Juiz de Direito e de Órfãos. O termo foi lavrado no cartório do 2.º Ofício em 31 de março. Só então foi entregue a menor.

Em 1904, Lourenço Antonio da Silveira requereu a entrega de Isabel Rodrigues, filha de Carmen Rodrigues, falecida. A Diretoria, após ouvir a Comissão de Sindicância, aprovou e decidiu oficial ao Juiz da 1ª Vara. A ordem de entrega foi dada após a assinatura do termo.

Em 1909, o Coronel Antonio Martins Fontes, que havia sido vereador da cidade, encaminhou requerimento pretendendo retirar as menores Carmella e Amália, colocadas por ele no asilo em 1907, quando foram abandonadas pelos pais. A tutela foi concedida.

Por outro lado, em 1908, Dr. José Ferraz de Mello Nogueira, advogado, pedira a tutela de Maria Joanna, de oito anos. O relato da Comissão de Sindicância foi de que não encontrou o requerente na casa citada nem obteve informações sobre ele e não concordava com a entrega.

Em 1910²⁰¹, Charles Gibson, morador em São Paulo, solicitou a retirada de duas meninas, com doze e treze anos. A Comissão de Sindicância decidiu que, por não conhecer o requerente, este deveria *juntar uma carta de pessoa desta cidade, conhecida, abonando*²⁰² [o pedido], para que o mesmo fosse deferido. Em agosto do mesmo ano a Diretoria resolveu que *Em vista do Sr. Agnello Cícero de Oliveira ter enviado à Presidência do Asilo uma carta afirmando ser o Sr Gibson um cavalheiro distintíssimo, homem de recursos e exemplar chefe de família*²⁰³. Este cavalheiro pôde, então, ter seu pedido aprovado.

Antonia de Souza, viúva, moradora em São Paulo também se candidatou à tutela de Aurora e Jovita de Sant'Anna. A Comissão de Sindicância acusou que *não se encontra no requerimento uma só informação para servir de base às pesquisas [...] A requerente não indica onde mora, nem quem fora o seu marido. Acresce que a mulher não pode servir de tutora a*

²⁰⁰ Como, por iniciativa do tutor ou da criança, muitas tutelas foram desfeitas, estas não foram incluídas na contagem acima.

²⁰¹ Ata de 06/05/1910.

²⁰² Abonar = acreditar, aprovar, ficar como fiador. (CARVALHO e DEUS, 1895).

²⁰³ Grifo meu.

*pessoa estranha, só aos seus filhos e o requerimento não indica qual seja a pessoa para ocupar esse lugar de tutor*²⁰⁴. Teve seu pedido recusado.

Um morador da cidade de Rio Claro, interior do Estado de São Paulo, também se apresentou para retirar uma, de dezesseis anos, como tutor. A primeira resolução da Comissão de Sindicância foi de que *nada pode informar quanto ao requerimento retro, por não conhecer o signatário e não ter meios de obter informações a respeito. Pensa, pois, que a diretoria deve aguardar esclarecimentos para bem resolver*. O presidente, Victor de Lamare, face ao exposto pediu informações ao Sr. Antonio de Freitas Guimarães Sobrinho, santista, grande comerciante de café, na época provedor da Santa Casa, que disse não conhecer pessoalmente o candidato, mas, *sabe que descende de **nobre, distinta e abastada família***²⁰⁵ *parecendo que a menor Maria Aurora Pinto ficará bem amparada*²⁰⁶.

Conclui-se que ser uma família bem constituída e possuir condições financeiras eram requisitos desejáveis.

Arthur Teixeira da Fonseca também teve indeferido seu pedido de tutela de Celeste de Jesus, de 13 anos, por outro motivo. A menor era considerada doentia e a Comissão resolveu que deveria ser antes examinada pelo médico. O Dr. Sóter de Araújo, após inspeção médica, apresentou o seguinte diagnóstico [...] *é de constituição fraca e não tem o desenvolvimento relativo a sua idade*²⁰⁷. Isto parece confirmar a intenção de dar proteção, expressa nos Estatutos e no nome da Associação.

Quando o interno havia sido encaminhado por um Juiz de Órfãos, ele era consultado e a decisão cabia a ele, viesse o pedido de retirada da família ou de um estranho. A responsabilidade passava a ser desta autoridade. O que decidisse, era cumprido pela Associação, mesmo que esta não concordasse, como no caso da menina italiana.

Quando a tutela era solicitada diretamente ao Juizado, muitas vezes o pedido era encaminhado à Associação, para que verificasse a conveniência.

Em 1899, o Juiz de Direito e de Órfãos, da 2ª Vara, enviou um ofício pedindo informações para a nomeação do Dr. Emygdio Ribeiro como tutor do asilado Antonio de Jesus

²⁰⁴ Ata de 26/03/1911.

²⁰⁵ Grifo meu.

²⁰⁶ Ata de 12/06/1911.

²⁰⁷ Ata de 20/01/1913.

Mattos. A Comissão de Sindicância concluiu que não havia inconveniente na nomeação e o termo de tutoria foi passado no cartório do 3º tabelião, Otto Machado Macuco Borges, no dia 27 de julho.

Em 1906 este mesmo Juiz pediu informações sobre a idoneidade de Antonio F. Nery, que queria retirar a menor Anna G. Peixoto.

Nestes casos houve, por parte do Juiz, confiança na avaliação da Associação. Outros fatos, entretanto, parecem levantar suspeitas quanto a isto. Com relação a outro candidato a tutor, a Diretoria informou que, tendo o menor pretendido uma irmã viva, residente em São Paulo, resolveu ouvi-la antes de responder ao Juiz.

Este mesmo Juiz pediu informações a respeito da entrega de uma menor a sua irmã. A Associação pôde informar ao Juiz que esta menina já havia sido retirada por ele mesmo em outubro do ano anterior, conforme documentos arquivados e registro no livro de matrículas.

Estes fatos chamam a atenção e talvez expliquem esta aparente confiança. A impressão que fica é de que o juizado não mantinha muita ordem em seus registros.

Outros pedidos de avaliação de pessoas que se apresentavam requerendo tutela continuaram a ser feitos por este juizado, como o de Francisco de Jesus Martins, casado em segundas núpcias com a mãe de José e Maria Luiza Nogueira. A tutela, assinada no cartório do tabelião Pedroso, só foi concedida após aprovação pela Comissão de Sindicância.

Em geral se esperava a tutela, mas eventualmente a criança era liberada antes. Em 1904, Olydio Vieira Leal pediu para retirar a menor Clara Maria da Conceição. Foi dada a ordem para entrega, solicitando ao Juiz de direito da 2º Vara a nomeação de tutor.

Esta variação no rigor do cumprimento da lei esteve associada às questões financeiras. A manutenção do asilo dependia das verbas que lhe eram concedidas pelo governo. Estas não chegavam pontualmente e causavam grandes transtornos. Atrasaram vários meses, em muitas ocasiões. Nestes períodos, a saída encontrada pela Diretoria era facilitar a retirada, como forma de controlar as despesas.

Houve vezes em que a tutela era concedida pelo Juiz e depois o fato era comunicado à Associação. Em 1905 o Juiz de Direito da 1ª Vara enviou ofício comunicando que nomeara Henrique Luiz Ferreira, tutor da menor Ignácia, filha de Maria Julia, e que esta deveria ser entregue a ele. À Associação só restava cumprir o que fora determinado.

Algumas crianças foram encaminhadas para outras cidades. A maioria das crianças que saiu de Santos foi para a Capital do Estado.

Em 1902 o Juiz de Direito e de Órfãos da 2ª Vara enviou ofício pedindo a entrega da menor Josephina ao Dr. Antonio Teixeira da Silva que a levaria ao Juiz de Direito da 2ª Vara e Órfãos da Capital de São Paulo. Foi expedida ordem de entrega.

Em 1909, Manoel Alves Teixeira, residente em São Paulo, requereu a tutela de Maria Dalilla, através de seu procurador, Manoel Homem de Bittencourt, dentista do Asilo de Órfãos. A Diretoria concordou em entregar-lhe a menina, desde que estivesse a tutela assinada.

Houve casos de retirada provisória da criança, antes de decidirem se queriam sua tutela. Em 1909, Gil Rodrigues solicitou a entrega de Ida, filha de Benedicta da Candelária, de 15 anos, propondo-se à tutela, se ela se acostumasse em sua casa²⁰⁸. Foi concedido o prazo de dois meses para a experiência.

Neste mesmo ano esta mesma prerrogativa, de se acostumar em casa do tutor, foi concedida a Carlos da Silva Bellegarde, com relação à menor Honória Eusébia, também de 15 anos²⁰⁹. Decorrido certo tempo, estes senhores encaminharam correspondência à Associação, solicitando providências para serem nomeados tutores das mesmas²¹⁰.

Não demorou muito tempo e o senhor Bellegarde solicitou o cancelamento da tutela²¹¹, dizendo que Honória não queria mais viver em sua companhia e esta foi recolhida novamente ao asilo. Ao final deste mesmo ano, Carlos da Silva Pedroso pediu autorização para retirar Honória Eusebia. A Comissão de Sindicância orientou no sentido de que este encaminhasse o pedido ao Juiz de Direito da 1ª Vara, já que este é que havia requerido a internação. Porém dizia achar que ele não tinha *condições de assumir a responsabilidade como tutor de uma menor que já conta quinze anos de idade, e que já requer certo tratamento e cuidado*. Com isto, recusou-se a entregá-la.

Em maio do ano seguinte, esta menor, junto com outras, fugiu. Foi encontrada em casa deste senhor, à rua Luiza Macuco 56. Ele, verbalmente, reafirmou o desejo de assinar o termo de tutela. A Diretoria resolveu responder o que já havia dito, que requeresse ao Juiz. Quinze dias

²⁰⁸ Ata de 07/02/1909.

²⁰⁹ Ata de 18/04/1909.

²¹⁰ Ata de 02/05/1909.

²¹¹ Ata de 23/05/1909.

após a tentativa de fuga, esta menor foi entregue a um tutor, residente em São Paulo. Aparentemente, a entrega desta menina a alguém que não residia em Santos foi uma forma de contornar a situação. A ligação entre ela e Pedroso não era vista com bons olhos.

Várias crianças, retiradas para tutela, voltaram para o asilo, tendo ou não sido novamente retiradas por tutela. Em 1905 o Juiz da 1ª Vara comunicou que Affonso Olegário Ferreira Pinto pedira exoneração de tutor da menor Maria José, que fora asilada, e questionando sobre a possibilidade de readmissão da mesma. Esta foi recebida provisoriamente.

Em fevereiro de 1910, Armando Barroso, residente em São Paulo, solicitou e obteve autorização para retirar Alzira Monteiro, de 17 anos, após avaliação pela Comissão de Sindicância. Entregue ao tutor, entretanto, ela voltou para o asilo por ter declarado que não seguiria com ele para São Paulo, onde morava.

Em 1908, Anezio de Azambuja fez voltar para o asilo Marcalar Brezistis, de 12 anos, conhecida como Sarah Smith, entregue a ele em 1904, por esta não querer mais viver em sua companhia. A Diretoria decidiu que ele deveria formalizar o pedido de re-admissão. No começo do ano seguinte recebeu correspondência deste cavalheiro, explicando o motivo pelo qual fez voltar a menor Sarah para o Asilo. Este, entretanto, não foi registrado. Em 1910, então com 14 anos, esta menina foi entregue a Luiza Azevedo Marques Castro, de São Paulo, tendo assinado termo de tutela seu parente, Ignácio Mariano de Azevedo Marques, que havia sido, em duas legislaturas, vereador da cidade de Santos. Em 1911 esta garota voltou para o asilo, sendo dada baixa na tutela. Neste mesmo ano o Juiz de Direito da 1ª Vara deu autorização para que ela fosse entregue, por algum tempo, a Manoel Augusto Alfaya Junior, parente do Vice-presidente da Associação, João Manoel Alfaya Rodrigues. Entretanto, depois de ter combinado de ir para sua casa, a menor declarou que não queria mais. Esta moça residiu no asilo até os trinta e cinco anos, quando requereu sua saída para trabalhar na Santa Casa de Misericórdia de Santos.

Interessante é que, ainda em 1911, Alfaya Junior recebeu em sua casa uma outra asilada, de 16 anos. Tendo Gustavo Eduardo Lamouche requerido exoneração de tutor de Anna de Jesus, o Juiz de Direito da 1ª Vara pediu seu recolhimento ao asilo. A Diretoria, a partir do memorial histórico da menor, concluiu que ela não poderia mais voltar. João Alfaya sugeriu que a mesma ficasse depositada em casa de seu parente, no que foi atendido.

Qual seria a vantagem em ter em casa uma asilada? Seria pelos serviços que iria prestar? Marcilio (1998) relata ser usual, na época, o emprego de meninas órfãs para os trabalhos domésticos.

Segundo determinava a lei, mulheres interessadas na tutela de crianças estavam sujeitas a arrumar uma pessoa do sexo masculino para assumirem como tutores, quando não eram parentes das mesmas. Luiza Azevedo Marques de Castro desejava tomar sob sua proteção outra uma menina, de oito anos, sem pai e sem mãe, Graciana de Jesus. Quem assumiu como tutor foi novamente seu parente Ignácio Mariano de Azevedo Marques.

A retirada de internas também foi feita por Irmãs da Congregação do Coração de Maria. Em 1906, a Madre Margarida de São José, Priora Geral²¹², pediu para retirar Maria Emygdia, órfã de pai e mãe, ficando responsável por ela. A Diretoria concordou.

A Irmã Juliana do Santíssimo Sacramento, diretora do Colégio Puríssimo Coração de Maria, em Rio Claro, pediu para retirar Amabili Granelli, de 14 anos, comprometendo-se a educá-la e tratá-la com o devido desvelo. O Juiz de Direito e de Órfãos da 2ª Vara, considerando que a mesma, embora órfã de mãe, tinha pai vivo, resolveu: *Autorizo a entrega, ficando salvo ao pai o direito de reclamação pelos meios regulares de direito*²¹³.

A partir da aprovação do novo regimento interno, em 1909, há mais rigor nos procedimentos com relação à tutela. Se algumas pessoas retiravam a criança antes de estar concluído o processo, a partir deste a criança só pode ser retirada após a assinatura do termo junto ao Juiz de Órfãos. A avaliação do candidato a tutor pela Comissão de Sindicância é mantida

Uma situação inusitada ocorreu neste mesmo ano. Um ofício foi enviado pelo Juiz da 2ª Vara, solicitando providências com relação ao desejo de Manoel da Cruz e sua esposa que desejavam “adotar” uma órfã. Provavelmente uma adoção informal, pois a adoção ainda não havia sido instituída legalmente.

A resposta da Associação foi de que *nenhuma menina, consultadas e ouvidas as asiladas, quis ser adotada*. Este casal não conseguiu satisfazer seu desejo. Pelo que vimos até agora, não se tem registro de que eram consultadas a opinar sobre tutelas ou retornos à família. Sabemos apenas que algumas, sob tutela, pediram para voltar. Qual teria sido o motivo de serem consultadas neste caso?

²¹² A sede da Congregação ficava em Porto Alegre.

²¹³ Ata de 10/06/1912.

Ao atingir a maioridade, as moças que ainda não tinham sido retiradas por parentes ou sob tutela, permaneciam no asilo.

Restava às moças, para se retirarem do Asilo de Órfãos, casar, entrar para o convento ou arrumar emprego. Pelos Livros de Matrícula, das que ingressaram entre 1889 e maio de 1914, cinco seguiram vida religiosa, cinco foram viver com as Irmãs da Congregação, nove se casaram e outras se empregaram.

Algumas moças, principalmente as que residiram por períodos de tempo longo, entraram para a Congregação do P.P. Coração de Maria. No período, ingressaram na vida religiosa: Adelaide Alves Machado, Maria Judith Tomazelli, Patrocínia Netto, Maria Rey e Augusta Angelini Tomazelli²¹⁴.

Adelaide Alves Machado, no início de 1909, tendo completado 21 anos, encaminhou requerimento à diretoria manifestando o desejo de retirar-se do asilo. Agradecendo os 11 anos em que viveu lá, entrou para a Congregação do Coração de Maria, adotando o nome de Irmã Arsênia de Jesus. Foi professora do Jardim da Infância e faleceu nesta mesma casa aos cinquenta e dois anos.

Em março de 1910 foi a vez de Maria Judith Tomaselli entrar para a Congregação, tendo completado 21 anos. Pediu auxílio à Associação para a compra do enxoval e foi resolvido que se desse 100\$000, *atendendo aos bons antecedentes da requerente*²¹⁵.

Em dezembro de 1912, Maria Rey e, um mês depois, Augusta Angelina Tomazelli, cuja irmã já havia entrado para a Congregação, pediram também consentimento. A primeira com 27 anos e a segunda 21.

Em março de 1913 foi a vez de Patrocínia Netto, agradecendo os benefícios recebidos. Como a requerente era menor, foi pedido consentimento ao Juiz de Órfãos da 2ª Vara. O ofício enviado por este diz [...] *concedo autorização à suplicante para entrar na Congregação do P.P. Coração de Maria, como candidata a noviça, devendo porém a mesma suplicante, por ocasião da profissão, requerer nova autorização se não tiver então atingido a maioridade*²¹⁶.

²¹⁴ Atas de 07/02/1909, 21/10/1909, 21/03/1910, 21/03/1912, 10/06/1912, 04/12/1912 e 20/01/1913.

²¹⁵ Ata de 21/03/1910.

²¹⁶ Ata de 21/03/1912.

Foram residir e trabalhar com as Irmãs, como leigas, Amabili Granelli, Emydgia, Benedicta dos Santos, Albina Carneiro e Honorina Goulart. Quando completou 22 anos, em 1909, esta moça solicitou permissão para retirar-se do Asilo. Queria empregar-se no Colégio São José²¹⁷, dirigido pela Irmã Emilia da Assumpção, da Congregação do Coração de Maria. A diretoria concordou por esta já ser maior de idade. Albina Carneiro saiu em 1930, aos 21 anos, tendo ido para o Colégio das Irmãs em Rio Claro.

Foi dada também a oportunidade a algumas internas de se formarem professoras, cursando o Liceu Feminino Santista. A primeira a prestar exames no Liceu, Estephania Menezes, ao se formar se candidatou ao cargo de professora do Jardim da Infância desta escola, foi aprovada e contratada²¹⁸. Outras asiladas foram, Augusta Angelina Tomazelli, que entrou para a vida religiosa, Alzira Ravazzani, Ida de Miranda, Rita Gonçalves e Marcelina do Carmo Siqueira.

Alzira Ravazzani, afilhada de batismo do Dr. João Nepomuceno Freire Junior, permaneceu trabalhando no Asilo de Órfãos, como escriturária. Mais tarde passou a residir na casa de seu padrinho e foi professora de música na escola do asilo.

Outras pediram para sair quando conseguiram emprego. Foi o caso de Maria Alessia Rebardiere que, aos 21 anos, tornou-se empregada doméstica²¹⁹.

Pela idade e frequência com que eram retiradas para tutela as meninas, pode-se desconfiar de que elas também eram retiradas para trabalhar para as famílias que as assumiam. (MARCILIO, 1998, p.291). Tendo sido preparadas para o desempenho de tarefas domésticas, educadas dentro das boas normas de convívio social, escolarizadas, com formação religiosa, tinham grandes chances de poderem assumir responsabilidades, bastando para isso, receberem casa e comida.

Aparentemente houve a possibilidade de trabalharem em casa de pessoas, através de contrato de soldada²²⁰. Joanna Rosa de Salles Souto pediu para retirar quatro meninas, apresentando Julio Affonso Teixeira como tutor. A Comissão de Sindicância deliberou *nada tem a opor ao requerido, cumprindo apenas lembrar a diretoria ser de conveniência ficar estipulado*

²¹⁷ Não foi possível identificar em que cidade ficava este colégio.

²¹⁸ Em 04/04/1913.

²¹⁹ Ata de 14/09/1910.

²²⁰ O termo vem da palavra “soldo”, refere-se ao pagamento por prestação de serviços. (AZEVEDO, 1995, p.75)

pelo Juiz que nomear o tutor **uma gratificação que será paga a cada uma das menores e depositada em uma caixa econômica**, além da obrigação de cuidar, educar e zelar pela saúde das menores²²¹. Por uma das meninas ter saúde frágil, o Presidente decidiu que esta não seria entregue. Como as outras três possuíam mãe viva, deveriam obter autorização do Juiz de Direito e de Órfãos. Isto caracterizava uma locação de serviços judicial.

Em 1903, Sebastião Lorena havia encaminhado correspondência, propondo-se a receber do asilo *uma menor para serviços internos de sua família*, não designando qual menor. Não se sabe se o pedido foi atendido.

Casamentos também aconteceram, com o apoio do Asilo. O mesmo cuidado que cercava as retiradas pelos pais ou pelos tutores, era tomado com relação à saída por casamento. O candidato a marido estava também sujeito à aprovação. Eram cedidos o prédio e a capela para a cerimônia e serviam de padrinhos figuras importantes da Diretoria. O enxoval da moça era comprado com dinheiro dado pela Associação Protetora da Infância Desvalida ou conseguido em doação.

Não existem informações sobre como as moças conheciam os pretendentes nem se era permitido que mantivessem qualquer contato com eles, antes do casamento.

O primeiro casamento ocorreu no dia 15 de março de 1908²²²:

O Sr. José de Oliveira Ferreira, empregado no comércio, maior, residente nesta cidade, manifestou o desejo de contratar casamento com a menor Amália Augusta da Costa, de 20 anos de idade, filha legítima de Felisbino Augusto da Costa e D. Maria J. da Costa, ambos falecidos, natural de São Paulo e recolhida em 8 de abril de 1894. O Sr. Presidente diz que havendo obtido informações sobre o procedimento daquele senhor, conseguiu saber estar nas condições de ser um bom esposo e chefe de família, acrescendo a circunstância de ter sido também em sua menoridade recolhido do asilo; e, para legalidade do contrato oficiou ao Dr. Juiz de direito de Órfãos da 1ª Vara, que nomeou tutor da dita menor o Dr. João Freire Junior, a fim de promover as diligências necessárias para a legalidade do contrato a realizar-se no dia 15 de março vindouro e pedia à Diretoria aprovação desse ato e também autorização para as despesas do casamento e para o enxoval da asilada.

A cerimônia foi realizada na data prevista, às duas e trinta da tarde. O ato civil foi realizado no Salão de Honra, pelo 1º Juiz de Paz, Sr. Julio Torres Rangel e o ato religioso na Capela, pelo Revmo Vigário da Paróquia, Dr. João Martins Ladeira. Serviram de testemunhas,

²²¹ Ata de 31/07/1912.

²²² Ata de 25/02/1908.

pela noiva, Dr. Primitivo de Castro Rodrigues Sette, Juiz de Direito da 1ª Vara, e esposa; o Coronel Almeida de Moraes e sua filha, D. Célia de Moraes Lisboa. O convite havia sido estendido a todas as pessoas que se interessassem. A assistência foi numerosa. Para o enxoval e despesas houve os donativos do comércio. Foram gastos 2:160\$000. Sobraram 300\$000, entregues ao tesoureiro.

Casou-se também, no período estudado, Maria Peixoto, cujo contrato foi tratado com o então Presidente da Associação, Almeida de Moraes. O casamento foi realizado no dia 17 de janeiro de 1909, em cerimônia realizada pelo Major Julio Torres Rangel, Juiz de Casamentos, e pelo Padre Dr. João Martins Ladeira, vigário da paróquia.

Ida Miranda foi pedida em casamento por um empregado da Companhia Docas de Santos, em 1910. *Chamada a menor referida à presença da Diretoria e consultada, declarou que esse casamento era de sua livre vontade, sem constrangimento de espécie alguma.* Evaristo Negrão ofereceu cem mil réis para ajuda nas despesas do enxoval. O casamento foi realizado no ano seguinte, em julho. A Cerimônia realizou-se no Asilo, a civil no Salão de Honra e a religiosa na Capela.

Quadro 23.

Relação das moças internas no período estudado e que se casaram

Nome da interna:	Nome do noivo	Ano do casamento
Amália Augusta da Costa	José de Oliveira Ferreira	1908
Maria Peixoto	Ernesto Pizzi	1909
Anna Weimann	João Siqueira	1910
Ida Miranda	João Vieira de Souza	1911
Florinda da Fonseca	Nicolau Barreiros	1917
Maria Clotilde	João Ferreira	1922
Albertina de Souza Campos	Emmanuel Natal de Jesus Gomes	1927
Risoleta de Souza Campos	Lauro Vaz de Lima	1929
Cecília de Paiva Andrade	Cyro Lacerda ²²³	ilegível

Fonte: Livros de Matrículas e de Atas

Elaborado por Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

²²³ Cyro de Lacerda era jornalista e foi soldado constitucionalista. Em 1939, escreveu um livreto contando a história da Associação Protetora da Infância Desvalida, no seu cinquentenário, a pedido de Vitor de Lamare.

Algumas crianças estrangeiras foram devolvidas ao país de origem de seus pais. O representante de seu país no Brasil cuidava de sua repatriação. Pelos Livros de Matrículas foram cinco, embora os livros de atas citem um número maior de casos.

Três irmãs, com pedido de retirada pelo Cônsul da Áustria-Hungria, oficiado à Instituição pelo Juiz de Órfãos²²⁴, foram para Trieste, na Áustria, sua cidade natal. Dois meninos foram para Portugal, com a mãe e outro, para um país não identificado, com o pai.

Em 1904, P. Riviere, agente consular da França encaminhou ofício pedindo para retirar Marcella Artufel, *a fim de repatriá-la por ordem de seu governo*. A resposta da Associação foi *espeça-se a ordem para a entrega da menor*²²⁵.

Alguns pedidos de entrega, feitos por autoridade consular, não deixam claro se houve repatriação. Foi o caso da retirada das asiladas Maria Castilho e Carmen, pelo vice-cônsul espanhol, em 1906. Este mesmo representante pediu a retirada de Hugo dos Santos, a pedido da mãe.

Um pedido feito pelo Vice-cônsul da Espanha chegou acompanhado de um despacho do Juiz, com a alegação de que solicitara ao Presidente da Associação *a entrega da menor Hespanhola (sic) Julia Lopes, de 16 anos, filha da viúva Puritana Lopes, recolhida não só contra a vontade de sua mãe, como também da própria menor*. Face ao despacho do Juiz, a Associação decidiu entregá-la à autoridade consular.

Algumas crianças saíram por escolha do Asilo. Foram saídas compulsórias, pois eram consideradas indesejáveis. Alguém da família, mãe, pai ou irmão deveria retirar o interno. Foram assim, entregues à mãe, ainda no prédio da rua Xavier Silveira, dois meninos, cuja permanência no Asilo, segundo os registros, não convinha.

Em 1900, atendendo as razões expostas pela Irmã Superiora, e para a boa disciplina do Asilo, o Presidente comunicou à Diretoria que havia resolvido fazer a retirada de Theresa Neiva, que foi entregue à sua irmã, Dona Anna Neiva, que desejava tê-la em sua companhia.

Neste mesmo ano, *por conveniência da Associação*²²⁶, foi entregue a asilada Leonor Costa, de 15 anos, à sua irmã Eulália Augusta da Costa, casada com Antonio Soares da Costa.

²²⁴ Ata de 16/10/1891.

²²⁵ Ata de 12/04/1904.

²²⁶ Ata de 19/05/1900.

Esta mocinha havia participado da tentativa de fuga empreendida no ano anterior. Também foi entregue, *por conveniência do Asilo*²²⁷, a órfã Maria Poretti, de dezesseis anos, à sua irmã Cândida Poretti, casada com José d'Ascola.

Está escrito na folha de matrícula de Sylvio Bianchi: *eliminado do Escolástica Rosa por péssimo comportamento e enviado novamente ao asilo – como não havia vagas na Escola de Aprendizes Marinheiros*²²⁸, *foi remetido para sua mãe no Rio de Janeiro [...]*.

Aqui fica a concepção de que existem crianças que naturalmente têm má índole, não se conseguiria corrigi-las e, portanto, era melhor que saíssem do asilo.

Em 1911 a Irmã Superiora apontou que dois rapazes já haviam excedido a idade prevista no Regimento Interno vigente. Um deles tinha dezessete anos e o outro quinze. Pediu que fossem retirados *por ser impossível a continuação de sua educação*²²⁹. Eram menores considerados incapazes. O primeiro era paralítico, o outro não se conhece qual problema apresentava. Pensou-se em colocá-los no Asilo de Mendicidade, ou, caso não fosse possível, enviar um deles ao Hospício. O Asilo de Mendicidade aceitou o maior, sob condição de que seria devolvido caso não se comportasse convenientemente, em virtude do mesmo não ter juízo perfeito. O outro acabou sendo transferido para o Asilo dos Inválidos, em São Paulo.

Assim pudemos saber que a Associação Protetora da Infância Desvalida propunha-se a dar proteção e colocação conveniente aos asilados. Os registros procuram demonstrar uma preocupação quanto a isso, mas os fatos suscitam reflexões.

As crianças com saúde frágil foram protegidas. Além de receberem tratamento médico, foram mantidas na instituição, como forma de preservá-las de situações que as pudessem prejudicar.

Os casamentos e a entrada para a Congregação foram vistos pela Associação, como escolhas acertadas, premiadas com a liberação de recursos para enxoval e apadrinhamento. As solenidades festivas que cercaram os casamentos, realizadas nos espaços nobres do asilo, também testemunham a aprovação. Deram visibilidade a ela.

²²⁷ Ata de 28/08/1900.

²²⁸ Local para onde eram enviados os meninos que não se submetiam às regras e que tinha fama de “moldá-los”.

²²⁹ Ata de 28/04/1911.

Uma grande parte das crianças voltou para suas casas. Embora a Comissão de Sindicância tenha procurado avaliar a conveniência de se entregar à família, nem sempre foi ouvida. Além disso, antes da criação do Instituto Dona Escolástica Rosa, os meninos, ao atingirem certa idade, eram devolvidos à família, despreparados para seguir uma profissão, como era a intenção inicial da entidade.

Outras crianças saíram sob tutela. Houve preocupação em avaliar quem se propunha a ser tutor. Nem sempre, entretanto, o cuidado foi o desejado. Muitas das crianças entregues para tutela no início do período estudado, voltaram para o asilo. Ao final do período isto raramente aconteceu.

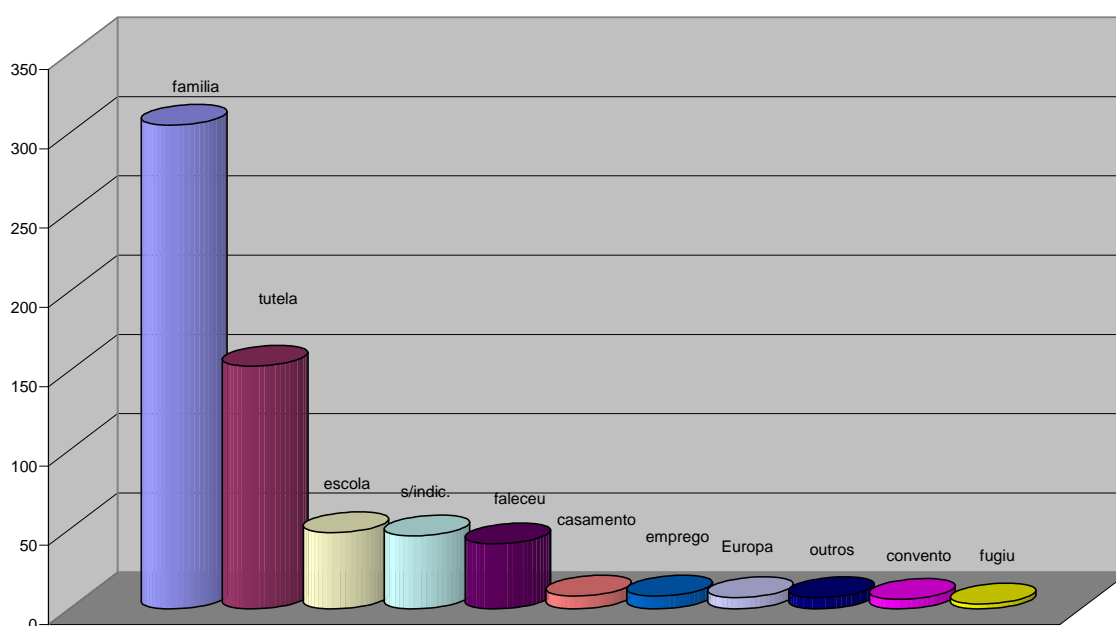
Mesmo que a desistência da tutela tenha sido por parte do tutor, isto denota que a convivência entre o tutelado e a família não foi a esperada.

Às moças foi permitida a permanência no asilo, além da maioridade, mesmo com os Estatutos prevendo a saída obrigatória aos dezoito anos²³⁰. Apesar de não estar prevista a proteção, esta continuou a ser dada.

Podemos ter uma melhor visualização do rumo tomado pelas crianças matriculadas entre 1889 e maio de 1914, através do gráfico abaixo.

Figura 19.

destino dos internos



²³⁰ Artigo 1.º § 4.º dos Estatutos de 1914.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo procurei trazer aspectos da criação da Associação Protetora da Infância Desvalida e de seu Asilo de Órfãos, relacionando-os com a cidade de Santos. Por um lado, o grande contingente populacional trazido com o aumento do movimento portuário, a pobreza reinante, as epidemias, a comoção vivida com o grande número de óbitos. Por outro, as elites, com idéias de progresso, civilização, junto com a necessidade de resolver questões sociais e políticas emergentes.

Quanto à população atendida pela instituição, pôde-se apurar que em sua quase totalidade foi aquela pobre e marginal. Confirmando as proposições de Bastos (2005) e de Schueler (2001), foram consideradas órfãs não só aquelas crianças que não possuíam pai e mãe, mas também as que possuíam um ou ambos progenitores em situação de miséria pecuniária ou moral. A avaliação das Comissões de Sindicância considerava fundamental o critério de miserabilidade. Este justificou a internação de crianças mesmo na ausência de vagas ou com idade diferente da estipulada.

Ao lado da população oriunda da cidade, um grande contingente de imigrantes europeus veio em busca de trabalho, trazendo consigo filhos. Outros os tiveram ao chegar aqui. Com a morte dos pais, muitas crianças ficaram sozinhas, sem outros parentes. Mães ou pais, pelo falecimento do cônjuge, ficaram sem condições de trabalhar e cuidar dos filhos. Os consulados intervieram e conseguiram colocar as crianças no Asilo de Órfãos. Muitas crianças estrangeiras foram internadas na instituição, principalmente filhos de portugueses e espanhóis. Saíram lucrando os representantes diplomáticos, que tiveram como resolver o problema e a sociedade local que tirou as crianças das ruas.

A instituição ajudou a organizar a cidade, funcionando como guardião da ordem social. O Juiz de Órfãos se utilizava dela para internar crianças em situação de risco em virtude das condições morais em que viviam. A admissão provisória também funcionou neste sentido. Em casos de internação hospitalar, freqüentes na época, pessoas que não tinham com quem deixar os filhos podiam deixá-los lá.

Confirmando aquilo que era esperado, os internos no Asilo de Órfãos eram em geral crianças pobres, muitas delas imigrantes ou filhas de imigrantes. Causa estranheza o fato de a maioria das crianças ser branca. Considerando que muitos ex-escravos, de origem africana, faziam parte da população da cidade, porque seus filhos não foram encontrados neste local? Caberia examinar a composição racial da cidade e confrontá-la com os internos no Asilo de Órfãos. Fica também a dúvida sobre a ação da Comissão de Sindicância nesse sentido. Não temos como confrontar as solicitações feitas com aquelas atendidas.

De acordo com o que se pensou, esta instituição contribuiu para disciplinar os espaços urbanos. A cidade em transformação separava o local do trabalho do local de moradia, separava a população pobre daquela mais abonada, transformava as ruas em local de circulação de pessoas e mercadorias. A criação de um lugar para abrigar as crianças desvalidas atendeu o processo de urbanização.

Por outro lado, ficam algumas questões. As crianças puderam desfrutar de casa e comida, entretanto, quais perdas tiveram? Quais conseqüências trouxe a separação da família? O recebimento de grupos de irmãos poderia levar a supor, a princípio, a manutenção do que sobrou da família. Mas não foi bem assim. Os meninos ficavam separados das meninas, irmãos foram entregues a tutores diferentes. Pouquíssimas crianças conseguiram ir morar na mesma casa.

E as crianças estrangeiras? Passaram, de uma hora para outra, a ter que conviver com pessoas que não falavam sua língua, precisaram renunciar aos seus costumes. Se antes compartilhavam estas dificuldades com a família, agora se viam sozinhas. Como reagiram a isto?

Dentro das políticas públicas, o Asilo de Órfãos assumiu questões que caberiam ao Estado. Este se absteve de um papel mais atuante. Destinar uma vaga no Conselho a alguém escolhido pelo Juiz de Direito e de Órfãos foi uma forma de estabelecer uma aliança conveniente aos dois segmentos. De um lado, garantia apoio à instituição e, de outro, resolvia para os juizados uma série de problemas práticos. A Câmara Municipal também foi agraciada com este tipo de permuta. Ela

distribuía subvenções e isenções de taxas e podia delegar a resolução de problemas, que seriam de ordem pública, a particulares.

As questões sociais - pobreza, orfandade, moralidade - eram vistas como problemas isolados. Não era analisado o contexto responsável pela sua ocorrência. Não eram tomadas medidas para sanar suas causas.

Pudemos constatar a inserção da assistência científica, descrita por Kuhlmann (1998) Realmente as crianças de famílias mais subservientes foram aceitas. A iniciativa privada dividiu com poderes públicos uma responsabilidade de controle social. Houve um método para selecionar quem seria atendido, no caso, a triagem pela Comissão de Sindicância, que envolvia a exposição da vida privada daquele que pedia ajuda.

Algumas coisas não mudaram muito daquela época para hoje. A Casa da Criança recebe subvenções, em troca de acolher crianças em situações de risco. Abriga crianças que foram retiradas de áreas de prostituição, tráfico, por ordem do Juizado de Menores. Por outro lado, a maioria das crianças fica com a família. Mães pobres que trabalham, deixam seus filhos pela manhã, na segurança de que serão cuidados, alimentados, instruídos e os buscam ao final da jornada.

A fundação do Asilo de Órfãos fez parte do esforço civilizatório. Em uma época caracterizada pelo aumento de instituições especializadas, como creches, escolas maternais, jardins da infância, vistos como instituições modelares em uma sociedade civilizada, a criação desta instituição recebeu apoio das elites, promovendo aqueles que a apoiaram, assumindo cargos na diretoria, trabalhando nela, ou contribuindo em dinheiro ou em espécie.

Representou, também, a oportunidade de civilizar as crianças, de educá-las dentro de princípios que possibilitassem sua inserção social. A concepção de infância que norteou a instituição, pelas práticas que ocorreram em seu interior, foi a naturalista. Notam-se atitudes de proteção, de decidir pela criança, de procurar moldá-las, de puni-las. Como as crianças reagiram a elas, não se conhece quase nada. Temos indícios de que algumas não se sujeitaram, seja através das fugas, das recusas em ficar com o tutor, da previsão de vários tipos de punição.

Acompanhando o pensamento da época, que procurava assegurar escolarização a toda a população, esta instituição procurou garanti-la, desde a sua criação. A educação foi também uma forma encontrada de preparar os menores atendidos para se inserirem no mercado de trabalho, através do conhecimento e da aprendizagem de valores considerados desejáveis.

Criado em um momento de grande comoção, devido à situação em que se encontrava a cidade com relação ao grande número de doentes e órfãos, aos poucos o Asilo de Órfãos foi incorporando formas racionais em sua gestão. Passou a ter normas mais científicas quanto à admissão das crianças, escrituração, tutela, educação. A instituição também sofreu influências das teses médico-higienistas em voga na Primeira República. Elas foram tomando corpo e culminaram, em 1909, com um regimento que as assimilou completamente. Nesta época a educação para meninos e meninas se diferenciou bastante, visando assegurar o cumprimento dos papéis sociais destinados a cada sexo. Planejou-se uma escola moderna, dentro dos parâmetros da época. Apenas não conseguimos saber, do que foi idealizado, o que realmente foi posto em prática.

Das crianças que residiram no asilo, muitas voltaram a viver com suas famílias. Não se sabe em que circunstâncias. Em alguns casos, parece que laços afetivos se mantiveram. Foram aquelas situações em que uma irmã se casava e voltava para buscar aquela que estava internada. A mãe que se casava em segundas núpcias e voltava para buscar os filhos. Em outros casos, principalmente naqueles em que o menor já estava praticamente “criado”, a motivação parece ter sido também a possibilidade utilizar seus serviços no sustento da família.

A tutela foi uma saída encontrada para retirar as crianças da instituição. A princípio era delegada sem muito cuidado, acarretando muitas vezes o retorno da criança. Interessante é que quem voltava eram sempre as meninas, talvez porque as esperassem tarefas domésticas no novo lar. Algumas tiveram vários tutores. Com o passar do tempo, aprimorou-se a avaliação do candidato a tutor e o número de “devoluções” diminuiu bastante. Provavelmente o tipo de educação contribuiu também para isto. Crianças mais dóceis são mais bem aceitas.

Cabe lembrar que o que apuramos foi principalmente através da visão daqueles que eram responsáveis pela educação das crianças, os diretores e as Irmãs. Infelizmente não temos as vozes das crianças e de outros sujeitos.

De qualquer forma foi apaixonante compartilhar um pouco da vida destas pessoas das quais conhecemos apenas o nome; desafiador mergulhar em uma época diferente da nossa e tentar entendê-la como se não o fosse; enriquecedor sair dela e olhar à distância, tentando entender o real sentido de tudo o que se fez.

FONTES PRIMÁRIAS

ALMANAQUE ANUÁRIO DO DIÁRIO DE SANTOS: 1902-1903. Anual.

ALMANAQUE DE SANTOS-1899. Anual

ASSOCIAÇÃO PROTETORA DA INFÂNCIA DESVALIDA. *Folheto de convocação para a primeira reunião com vistas à efetivação do Asilo de Órfãos.* (colado no primeiro Livro de Atas)

_____. *Folheto com a chamada para uma reunião, visando resolver a efetividade do Asilo de Órfãos.* (colado no primeiro Livro de Atas)

_____. *Folheto com a chamada para a cerimônia de instalação oficial da Associação Protetora da Infância Desvalida.* (colado no primeiro Livro de Atas)

_____. *Folheto com o Relatório do Presidente referente à fase anterior à criação da Associação Protetora da Infância Desvalida.* (colado no primeiro Livro de Atas)

_____. *Livro de Atas: 21/04/1889 a 10/05/1889.*

_____. *Livro de Atas: 13/05/1889 a 15/10/1892.*

_____. *Livro de Atas: 07/05/1899 a 13/05/1901.*

_____. *Livro de Atas: 23/06/1901 a 10/12/1909.*

_____. *Livro de Atas: 30/12/1909 a 21/10/1913.*

_____. *Livro de Atas: 07/12/1913 a 1919.*

_____. *Primeiro Livro de Matrículas: 01/09/1889 a 18/04/1909.*

_____. *Segundo Livro de Matrículas: 16/07/1894 a 02/03/1918.*

_____. *Estatutos da Associação Protetora da Infância Desvalida de 1889.*

_____. *Estatutos da Associação Protetora da Infância Desvalida de 1914.*

_____. *Regimento Interno de 1889.*

_____. *Contrato firmado com as Irmãs da Congregação do Puríssimo Coração de Maria em 1909.*

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. *Relatório apresentado por Raymundo Sóter de Araújo, 7 de janeiro de 1900.*

IRMÃS DO PURÍSSIMO CORAÇÃO DE MARIA. *Primeiro livro de crônicas*, 1897.

REVISTA DA SEMANA. Número especial dedicado à cidade de Santos. Edição semanal ilustrada do Jornal do Brasil. Jan. 1902. Ano III

BIBLIOGRAFIA

ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. A construção social da infância. In: *A história da psicanálise de crianças no Brasil*. São Paulo: Escuta, 2001.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. *O discurso do progresso: a evolução urbana de Santos (1870 – 1930)*. Tese (doutorado em Historia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1989.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ASYLO DE ÓRFÃOS. *Diário de Santos*. Santos, 14 de maio de 1905. Arquivo do Estado de São Paulo.

AZEVEDO, Gislane Campos. “*De Sebastianas e Giovannis*”. O universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917). Dissertação (mestrado em História) PUCSP, São Paulo, 1995.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Fragmentos sobre a rotinização da infância. *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre: v.25, n.1, p.93-113, jan./jun. 2000.

BARBOSA, Rui. *Lições de Coisas* (1886). In: *Obras Completas*. tomo 1. v. XIII, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1950.

BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes. Autos cíveis de tutoria e contrato de soldada na comarca de Bragança-SP (1871-1900). Dissertação (mestrado em Educação) Universidade São Francisco, Itatiba, 2005.

BAZILIO, Luiz Cavalieri. Infância “rude” no Brasil: alguns elementos da história e da política. In: GONDRA, José Gonçalves (org.). *Historia, infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

CARIDADE PÚBLICA. São Paulo: *A Província de São Paulo*, São Paulo, 27 de julho de 1889, Arquivo do Estado de São Paulo, SP. Fonte microfilmada.

CARVALHO, Antonio José de e DEUS, João de. *Diccionario prosódico de Portugal e Brazil*. Porto: Lopes & Cia., 1885.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EUSF; São Paulo, EDUSP, 2003.

CARVALHO, Vicente de. *A febre amarela em Santos*. A Província de São Paulo, São Paulo, 8 de abril de 1889, Arquivo do Estado de São Paulo, SP. Fonte microfilmada.

CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

COSTA E SILVA SOBRINHO, José da. *Santos noutros tempos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1953.

CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana: 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000.

DEL PRIORI, Mary (org.). *Historia da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992.

DELGADO, Buenaventura. *Historia de la Infância*. Barcelona: Ariel, 2000.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Crianças como agentes do processo de alfabetização no final do século XIX. In: MONARCHA, Carlos (org.). *Educação da infância brasileira: 1875 – 1985*. Campinas: Autores Associados, 2001.

ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FARIA, Ana Lucia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (orgs.). *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Campinas: Autores Associados, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *A Infância e sua educação: materiais práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FARIAS, Mabel. Infância e educação no Brasil nascente. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (org.). *Educação da infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FELIPE, Jane. Infância, gênero e sexualidade. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre: v.1, n. 251, p.115-131, jan./jun. 2000.

FERNANDES, Rogério; FELGUEIRAS, Margarida Louro. História social da infância em Portugal: um território em construção. In: GONDRA, José Gonçalves (org.). *Historia, infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

FERREIRA, António Gomes. Higiene e o investimento médico na educação da infância. In: GONDRA, José Gonçalves (org.). *História, infância e educação*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

FLÓRIDO, Ligiane; RIBIERO, Sonia; BOTEJARA, Jaqueline; TOMÁZ, Maria Lucia. *Trabalho da Instituição Casa da Criança*. Disciplina Introdução aos Estudos Históricos. Curso de História da Universidade Católica de Santos, 1990.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREITAS, Marcos César de (org.). *Historia Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____; KUHLMANN JUNIOR., Moysés (orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. As concepções de infância e as teorias educacionais modernas. *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre: v.1, n.25, p. 45-58, jan./jun. 2000.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONDRA, José Gonçalves. Higienização da infância no Brasil. In: _____. *História, infância e educação*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

_____; GARCIA, Inára. A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: n.26, p. 69-84, maio/ago. 2004.

_____. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 26, n.1, p. 99 – 117, jan./jun. 2000.

_____. Filhos da sombra: os “engeitados” como problema da “higiene” no Brasil. In: FARIAS FILHO, Luciano Mendes de. *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HEYHOOD, Colin. *Uma História da Infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. Tão longe, tão perto: as meninas do Seminário. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. v. II: Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005.

JAMES, Allison; JENKS, Chris; PROUT, Alan. O Corpo e a Infância. In: KOHAN, Walter Omar e KENNEDY, David (orgs.). *Filosofia e infância: possibilidades de um encontro*. Petrópolis: Vozes, 1999.

KENNEDY, David. Notas sobre a Filosofia da Infância e a política da subjetividade. In: KOHAN, Walter Omar e _____. (orgs.). *Filosofia e infância: possibilidades de um encontro*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. As raízes do estudo da infância: história social, arte e religião. In: KOHAN, Walter Omar e _____. (orgs.). *Filosofia e infância: possibilidades de um encontro*. Petrópolis: Vozes, 1999.

KISHIMOTO, Tisuko Morchida. *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*. São Paulo: Loyola, 1988.

KOHAN, Walter Omar. Filosofia e infância: pontos de encontro. In: _____.; KENNEDY, David (orgs.). *Filosofia e infância: possibilidades de um encontro*. Petrópolis: Vozes, 1999.

KRAMER, Sonia. *A Política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 1995.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: n.78, p.17-26, ago.1991.

_____. O Jardim da Infância Caetano de Campos. In: REIS, Maria Cândida Delgado (org.). *Caetano de Campos: Fragmentos da História da Instrução Pública em São Paulo*. São Paulo: Hamburg, 1994.

_____. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, n.14, p.5-18, maio/jun./jul./ago.2000.

_____. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: KUHLMANN JUNIOR, Moysés; FREITAS, Marcos Cezar de. *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. ; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *A Infância e sua Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. ; ROCHA, José Fernandes Teles da. *A educação das crianças de 0 a 6 anos no Asilo dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo: 1896-1950*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/28/gt02.htm>> Acesso em 13 ago. 2006.

LACERDA, Cyro. *Meio século de benemerência*. Santos: [s.n.], 1939.

LANNA, Ana Lucia Duarte. *Uma cidade em transição*. Santos: 1870 -1913. São Paulo: HUCITEC, 1996.

LEONARDI, Paula. *Puríssimo Coração: um colégio de elite em Rio Claro*. Dissertação (mestrado em Educação) Unicamp, Campinas, 2002.

LOPES, Jader Janer Moreira. Grumetes, pajens, órfãs do rei... e outras crianças migrantes. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (org.). *Educação da infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____; VASCONCELLOS, Tânia de. *Geografia da infância: reflexões sobre uma área de pesquisa*. Juiz de Fora: FEME, 2005.

LOPES, Betralda. *O porto de Santos e a febre amarela*. Dissertação (mestrado em História) USP, São Paulo, 1974.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Cera a modelar ou riqueza a preservar: a infância nos debates educacionais brasileiros: anos 1920-1930. In: GONDRA, José Gonçalves (org.). *História, infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: FREITAS, Marcos César de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

MARCILIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MONARCHA, Carlos (org.). *Educação da infância brasileira: 1875 – 1985*. Campinas: Autores Associados, 2001.

MORAIS, Felipe Riveiro; SANTOS, Maria Sílvia dos; CASTRO, Viviane Alexandra Vignerón de. *Associação Casa da Criança (1889-1997)*. Trabalho executado para a disciplina História do Brasil I, do Curso de História da Universidade Católica de Santos, 1997.

NAGLE, Jorge. A Educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, 4.ed. Tomo III, v.2, cap.VII. São Paulo: Bertrand Brasil, 1990.

NARODOWSKI, Mariano. *Infância e poder: conformação da pedagogia moderna*. Bragança Paulista: EUSF, 2001.

NEGRÃO, Ana Maria. *Infância, Educação e Direitos Sociais: “Asilo de Órfãs” (1870 – 1960)*. Tese (doutorado em Educação) UNICAMP, Campinas, 2002.

NUNES, Brasilmar. *Sociedade e infância no Brasil*. Brasília: Ed. UNB, 2003.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos (org.). *Educação infantil: muitos olhares*. São Paulo: Cortez, 2004.

PARISI NETO, Reinaldo. *Práticas educativas envolvendo desvalidas e ingênuas: a institucionalização da escola doméstica de Nossa Senhora do Amparo, no Brasil Império (1864-1889)*. Dissertação (mestrado em Educação) PUCSP, São Paulo, 2003.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. *Santos nos caminhos da educação popular*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

PINHEIRO, Luciana de Araújo. *A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879–1889)*. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

QUINTEIRO, Jucirema. Infância e educação no Brasil – um campo de estudos em construção. In: FARIA, Ana Lucia Goulart de et al. (orgs.). *Por uma cultura da infância*. Campinas: Autores Associados, 2002.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? *Educar em Revista*, Curitiba: n.18, p. 13-28, 2001.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. A higienização da infância no “século da criança”. In: FARIA, Ana Lucia Goulart de e MELLO, Suely Amaral (orgs.). *Linguagens infantis: outras formas de leitura*. Campinas: Autores Associados, 2005.

ROCHA, José Fernando Teles da. *Práticas sociais e pedagógicas no asilo dos expostos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1896-1950)*. Dissertação (mestrado em Educação) Universidade São Francisco. Itatiba, 2005.

SAFRAY, Dr. *Lições de Cousas*. [s.n.t.]. Traduzidas da última edição francesa por PORTUGAL, M. C. Mesquita. Rio de Janeiro: Livraria Alves, [s.n.].

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos Santos. *Criminalidade e criminalização de práticas populares em Manaus, 1906-1917*. Dissertação (mestrado em História) PUCSP, 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação & Sociedade*. v. 26, p.361-378, maio/ago. 2005.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. A “infância desamparada” no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880–1886). *Educação e Pesquisa*. v. 26, n.1, p. 119–133, jan./jun. 2000.

_____. ; A Associação Protetora da Infância Desvalida e as escolas de São Sebastião e São José: educação e instrução no Rio de Janeiro do século XIX. In: MONARCHA, Carlos (org.). *Educação da Infância Brasileira: 1875–1985*. Campinas: Autores Associados, 2001.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Filosofia*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Educação, sujeito e história*. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

SILVA, Edith Badini. *Saneamento Urbano e Expropriação dos Corpos: as epidemias e a orfandade em Santos (1889–1932)*. Dissertação (mestrado em História) PUCSP, São Paulo, 1992.

SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos de Infância, tempos de escola: a organização do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 127-143, jul./dez. 1999.

_____. A militarização da infância: Expressões de nacionalismo na cultura brasileira. *Cadernos Cedes*, ano XX, n. 52, p. 104-121, nov. 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: n.21, p. 90-103, set./dez. 2002.

_____. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____; GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. *Educação e Pesquisa*. v. 26, n.1, p 135-160, jan./jun. 2000.

_____; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Infância no Sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIANNA, Adriana de Rezende B. Internação e domesticidade: caminhos para a gestão da infância na Primeira República. In: GONDRA, José Gonçalves (org.). *Historia, infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Balbina Ottoni. *História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria*. Rio de Janeiro: Agir, 1978.

WARTOFSKY, Marx. A construção do mundo da criança e a construção da criança do mundo. In: KOHAN, Walter Omar; KENNEDY, David (orgs.). *Filosofia e Infância: possibilidades de um encontro*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CRÉDITO DAS FOTOS:

REVISTA DA SEMANA. Número especial dedicado à cidade de Santos. Edição semanal ilustrada do Jornal do Brasil. Jan. 1902. Ano III.
Fotos n°:1 e 18.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira
Fotos n°: 2,5,7,8 e 9.

ANEXO 1.
Estatutos da Associação Protetora da Infância Desvalida (1889)

**ESTATUTOS
DA
ASSOCIAÇÃO PROTETORA
DA
INFÂNCIA DESVALIDA**
Instalada em 13 de Maio de 1889

CAPÍTULO I
DA ASSOCIAÇÃO, SUA SEDE E FINS

ART. 1.º

A Associação Protetora da Infância Desvalida, instituída na cidade de Santos, Província de S. Paulo, Império do Brasil, em 21 de Abril de 1889, tem por fim acolher órfãos e meninos desvalidos, de ambos os sexos e sem distinção de nacionalidade, proporcionando-lhes :

§ 1.º Educação moral e religiosa.

§ 2.º Instrução relativa à inteligência de cada um, e profissão a seguir.

§ 3.º Aprendizagem de um ofício ou arte de sua escolha e vocação.

§ 4.º Proteção e colocação convenientes, depois de terminada a aprendizagem e até a maioridade.

ART. 2.º

Para preencher o seu fim a Associação terá dois Orfanatos, um para o sexo masculino, e outro para o feminino, reunindo eles as devidas proporções e observância dos preceitos higiênicos.

CAPÍTULO II
DOS EDUCANDOS PROTEGIDOS PELA ASSOCIAÇÃO

ART. 3.º

A Associação acolhe e protege na forma do art. 1.º :

§ 1.º As crianças desvalidas de ambos os sexos que tenham perdido pai e mãe, ou pai somente.

§ 2.º As crianças que sendo de paternidade incógnita, ou tendo sido abandonadas por seus pais, perderem sua mãe ou a tiverem em indigência.

§ 3.º As crianças pobres, cujos pais estejam presos cumprindo pena por tanto tempo que torne prejudicada a educação que poderiam lhes dar.

§ 4.º Os filhos de pais, física ou moralmente impossibilitados, de ganharem o sustento necessário para a vida, cuja mãe não exista, ou exista, mas seja indigente.

ART. 4.º

Serão protegidos de preferência pela Associação, os filhos pobres de sócios falecidos que fiquem sem ter quem deles cuide e lhes dê educação.

ART. 5.º

As condições de admissão e saída dos educandos, instrução literária e artística a receberem, formação de um pecúlio e casos em que é ele perdido, meios de proteção e colocação deles depois de completa a aprendizagem, serão regulados pelo Regimento Interno.

ART. 6.º

A Associação fica com direito de retirar sua proteção aos educandos que ela julgue indignos, em qualquer época de sua aprendizagem.

ART. 7.º

Quando o educando, depois de devidamente preparado tiver de retirar-se do Orfanato, a Associação lhe entregará um diploma de habilitação, assinado pela Diretoria.

§ único. A Diretoria poderá também conceder diplomas de mérito àqueles educandos que por sua aplacação e exemplar comportamento forem merecedores de uma tal distinção.

CAPÍTULO III DOS SÓCIOS E DOS BENEFITORES

ART. 8.º

A Associação compor-se-a de sócios contribuintes e beneméritos.

ART. 9.º

São sócios contribuintes todas aquelas pessoas que, associando-se ao fim que tem em vista a Associação, contribuirão mensalmente com a quantia de 1\$000 ou mais, sendo o excesso levado em conta de serviços prestados à Associação, além da jóia de 5\$000 paga por ocasião da admissão.

§ único. Para a admissão dos sócios contribuintes será necessária proposta escrita de um dos membros do Conselho Geral à Diretoria e aprovação desta.

A proposta deve conter além do nome, a residência, e idade, si o candidato for homem.

ART. 10.º

São sócios beneméritos todas aquelas pessoas que tendo feito donativos de 2:000\$000 para cima ou prestado serviços relevantes, forem como tais considerados por unanimidade de votos em escrutínio secreto do Conselho Geral, ficando desde já, como tais considerados os dois fundadores da Associação.

ART. 11.º

Os sócios que quiserem, poderão obter da Associação um Diploma, que além dos necessários dizeres, conterá a assinatura da Diretoria, pagando mais além da jóia e contribuição marcadas no art. 9.º a quantia de 5\$000.

§ único. Aos sócios beneméritos a Associação dará gratuitamente o Diploma.

ART. 12.º

Será eliminado do quadro dos sócios contribuintes aqueles que deixarem de satisfazer três mensalidades.

ART. 13.º

A associação concederá o título de BENEFITORES à todas as pessoas, sócios ou não, e firmas comerciais que concorrerem com a mensalidade nunca inferior a 10\$000 para manutenção dos orfanatos.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

ART. 14.º

A administração da Associação é confiada a um Conselho Geral e a uma Diretoria.

CAPÍTULO V DO CONSELHO GERAL

ART. 15.º

O Conselho Geral é composto de quinze membros, sendo treze eleitos pela Assembléia Geral na forma do art. 45.º e dois nomeados, um pela Câmara Municipal e outro pelo Juiz de Órfãos.

ART. 16.º

São atribuições do Conselho Geral :

§ 1.º Eleger anualmente dentre seus membros e por maioria de votos, em escrutínio secreto, a Diretoria.

- § 2.º Eleger anualmente e por escrutínio secreto as Protetoras e organizar a respectiva escala mensal.
- § 3.º Discutir e aprovar todas as medidas que forem úteis ao progresso e desenvolvimento da Associação.
- § 4.º Tomar conhecimento do estado financeiro da Associação. provendo no sentido de seu melhoramento e tomando as medidas que lhe parecem úteis.
- § 5.º Proceder perante as autoridades do país contra os membros da Diretoria e empregados que defraudarem dinheiro e quaisquer objetos da Associação.
- § 6.º Aprovar o Regimento Interno dos Orfanatos.
- § 7.º Determinar a aplicação do patrimônio da Associação.
- § 8.º Prover sobre todos os casos ocorrentes que não estejam previstos nos Estatutos.

ART. 17.º

Não poderão fazer parte do Conselho Geral pai e filho, sogro e genro, irmãos, cunhados durante o cunhadio e sócios da mesma firma.

ART. 18º

O Conselho Geral poderá deliberar achando-se presentes pelo menos oito membros e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos presentes.

ART. 19.º

Se algum dos membros do Conselho Geral se achar impedido temporariamente de comparecer às sessões, deverá comunicar por escrito ao mesmo Conselho, que chamará o imediato em votos ao ultimo eleito para substituí-lo durante o impedimento.

§ único - A falta de comunicação importará resignação do cargo.

ART. 20.º

No caso de mudança definitiva para fora da comarca, resignação, morte ou impossibilidade física ou moral de algum de seus membros o Conselho Geral elegerá por escrutínio secreto e por maioria de votos, dentre os sócios contribuintes quites, maiores de vinte anos de idade, um que preencha a vaga.

ART. 21.º

O membro do Conselho Gera! que faltar a quatro reuniões consecutivas não sendo por ausência ou moléstia participadas, reputa-se ter resignado o cargo e proceder-se-á de conformidade com o art. antecedente.

ART. 22.º

Para a nomeação dos dois membros de que trata o art. 15.º o Presidente da Associação até o dia 28 de Março de cada ano enviará, duas relações dos sócios quites, maiores de vinte anos de idade residentes nesta cidade, uma à Câmara Municipal e outra no Juiz de Órfãos para que cada um escolha o membro que tem de servir no próximo ano social.

§ 1º Não poderá ser escolhida a mesma pessoa senão um ano depois de haver servido.

Esta disposição porem, não proíbe que o sócio que serviu nos termos deste artigo, possa em qualquer tempo ser eleito para o Conselho Geral de conformidade com os arts. 20.º e 45.º.

§ 2º Se a pessoa escolhida não aceitar o encargo, ou se a Câmara Municipal ou o Juiz de Órfãos até o dia da reunião do Conselho Geral para a eleição da Diretoria não fizera escolha, o Conselho Geral elegera por pluralidade de votos e escrutínio secreto quem a substitua, guardada a disposição do § 1.º antecedente, em sua primeira parte.

§ 3.º Se qualquer dos membros nomeados para o Conselho Geral na forma deste artigo, incorrer nos arts. 19.º § único, e 21.º, o mesmo Conselho, depois de decretar a sua resignação elegerá substituto que funcionará até o fim do ano social.

ART. 23.º

O Conselho Geral se reunirá para tomar conhecimento de qualquer dos casos do art. 16.º e §§, na forma do art. 31.º § 3.º

ART. 24.º

O Conselho Geral novamente eleito reunir-se-á :

§ 1.º Dois dias depois do 1º domingo de Maio de cada ano para eleger a Diretoria e as Protetoras.

§ 2.º No dia 13 de Maio para tomar posse e assistir a leitura do relatório de que trata o art. 31.º § 13.º

CAPÍTULO VI

DA DIRETORIA

ART. 25.º

A Diretoria é composta de cinco membros eleitos anualmente na forma do art. 16.º §1º a saber:

Presidente.
Vice-Presidente.
1.º Secretário.
2.º Secretário.
Tesoureiro.

ART. 26.º

São atribuições da Diretoria :

§ 1.º Deliberar e tomar todas as medidas tendentes ao fim da Associação.

§ 2.º Escolher e contratar professores, mestres de artes e ofícios e pessoas idôneas para os empregos retribuídos dos Orfanatos, marcando-lhes paga com relação ao estado financeiro da Associação e fixar o número e ordenado do pessoal doméstico.

§ 3.º Criar as aulas e oficinas que entender convenientes e conforme os recursos da Associação, fazendo a este respeito observar os métodos mais modernos e aperfeiçoados.

§ 4.º Autorizar o Tesoureiro a fazer as despesas necessárias.

§ 5.º Confeccionar o Regimento Interno, sujeitando-o à aprovação do Conselho Geral.

§ 6.º Nomear as comissões que forem necessárias.

§ 7.º Marcar o número de educandos que a Associação deve proteger em atenção as suas forças.

§ 8.º Suspender e demitir os empregados, guardando-se a disposição do art. 16.º §5.º.

§ 9.º Receber por inventário da passada administração todos os objetos pertencentes ao estabelecimento e da mesma forma entregá-los, notando no dito inventário as alterações que se derem.

§ 10.º Solicitar dos Poderes competentes todo o auxílio que possam prestar a Associação.

ART. 27.º

A Diretoria pode funcionar com a presença de três membros e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos presentes.

ART. 28.º

A Diretoria é responsável perante o Conselho Geral, por quem é eleita, pelas faltas que se derem, deixando-as de levar ao conhecimento do mesmo conselho que as julgará como for de direito.

ART. 29.º

Qualquer membro da Diretoria em seus impedimentos temporários será substituído pela forma prescrita nos arts. 32.º, 33.º § 9.º 35.º e 37.º.

No caso de impedimento absoluto, depois de satisfeita a disposição do art. 20.º, o Conselho Geral, dentro de 3 dias, completará a vaga da Diretoria elegendo substituto que servirá o restante do ano social.

CAPÍTULO VII

ART. 30.º

O Presidente é o chefe do poder constituído na Associação e o primeiro representante dela em suas relações internas e externas.

ART. 31.º

São seus deveres :

§ 1.º Presidir as reuniões da Diretoria, do Conselho Geral e da Assembléia Geral, mantendo a ordem nas discussões e tendo, além do seu voto, o voto de desempate em todas as votações.

§ 2.º Convocar a Diretoria todas as vezes que achar conveniente ou que for pedido por qualquer de seus membros.

§ 3.º Convocar o Conselho Geral todas as vezes que julgar que os interesses sociais o exigem ou que for solicitado por dois membros da Diretoria, ou por três do próprio Conselho Geral.

§ 4.º Convocar a Assembléia Geral nos termos e para o fim do art. 46.º.

§ 5.º Fiscalizar a execução dos Estatutos, Regimento Interno e deliberações tomadas pela Diretoria e Conselho Geral.

§ 6.º Exercer a suprema direção e superintendência sobre os Orfanatos da Associação e serviços.

§ 7.º Assinar, regular e dar destino à correspondência oficial da Associação.

§ 8.º Assinar com o Tesoureiro, cheques e ordens para retirada dos dinheiros recolhidos a Bancos ou Casas Bancárias.

§ 9.º Representar a Associação em juízo e fora dele.

§ 10.º Abrir, rubricar e encerrar todos os livros necessários para a escrituração do 1.º e 2.º Secretario e do Tesoureiro.

§ 11.º Suspender qualquer empregado, que a seu juízo mereça tal pena, submetendo o seu ato à Diretoria, que para tal fim convocará imediatamente, e nomeando interinamente quem substitua o empregado suspenso.

§ 12.º Determinar que a qualquer sócio, sejam passadas, quando requeiram, quaisquer certidões extraídas dos documentos ou livros da escrituração pertencentes à Associação.

§ 13.º Apresentar no dia 13 de Maio um Relatório exato e minucioso do estado da Associação, medidas tomadas e serviços, lembrando aquilo que poderá concorrer para o seu progresso.

Este Relatório depois de lido perante o Conselho Geral que naquele dia deve tornar posse na forma do art. 24.º § 2.º, será impresso nos jornais mais lidos desta cidade.

§ 14.º Providenciar afim de que seja pontualmente cumprida a disposição do art. 45.º § 8.º.

CAPÍTULO IX DO VICE-PRESIDENTE

ART. 32.º

O Vice-Presidente é o substituto do Presidente em seus impedimentos temporários e como tal lhe compete todas as atribuições especificadas no art. 31.º § 10.º.

§ único. Compete mais ao Vice-Presidente, abrir, rubricar e encerrar todos os livros não compreendidos no art. 31.º § 10.º

CAPÍTULO IX DO PRIMEIRO SECRETARIO

ART. 33.º

O Primeiro Secretário é o principal agente dos negócios da Associação e a seu cargo está, além dos trabalhos ordinários do expediente :

§ 1.º Fazer a matricula dos sócios em livros competentes, tendo a escrituração em boa ordem e da qual constem os nomes, moradas, data das entradas e observações precisas.

§ 2.º Convidar com a necessária antecedência os membros da Diretoria e Conselho Geral para assistirem às sessões que lhes competirem.

§ 3.º Convidar por anúncios com oito dias de antecedência os sócios quites, maiores de 18 anos, para constituírem a Assembléia Geral de que trata o Capítulo XIV.

§ 4.º Convidar por ofício na forma do art. 45.º § 3.º os membros eleitos para o novo Conselho Geral.

§ 5.º Passar as certidões de que trata o art. 31.º § 12.º.

§ 6.º Lavrar os termos de todos os contratos que fizer a Associação.

§ 7.º Ter em boa ordem o arquivo da Associação.

§ 8.º Ter sempre em dia o livro da matricula geral dos protegidos pela Associação nos dois Orfanatos a seu cargo e de todos os empregados retribuídos, na forma do Regimento Interno.

§ 9.º Substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos temporários.

§ 10.º Assinar com o Presidente toda a correspondência da Associação .

CAPÍTULO X DO SEGUNDO SECRETÁRIO

ART. 34.º

Ao Segundo Secretario compete :

§ 1.º Substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos, coadjuvando-o em seus encargos.

§ 2.º Lavrar no livro competente as atas da Diretoria e do Conselho Geral, remetendo copia delas ao Primeiro Secretario para que este dê expediente aos negócios resolvidos em sessão.

§ 3.º Registrar a correspondência oficial da Associação.

§ 4.º Lançar no livro competente a relação de todos os donativos que receba a Associação.

§ 5.º Ter a seu cargo o livro de inventário onde devem se achar lançados todos os bens da Associação.

ART. 35.º

Em seus impedimentos temporários será substituído pelo membro do Conselho que o Presidente designar.

CAPÍTULO XI
DO TESOUREIRO

ART. 36.º

Ao Tesoureiro compete :

§ 1.º Arrecadar tudo o que pertencer á Associação, fazer a cobrança das contribuições mensais dos sócios, bem como de quaisquer quantias que devam à Associação, pelo que ficará responsável, passando as competentes quitações.

§ 2.º Assinar os recibos de jóias e mensalidades dos sócios.

§ 3.º Ter o registro dos sócios com as devidas declarações e observações, o que lhes será fornecido pelo Primeiro Secretário.

§ 4.º Comunicar ao Primeiro Secretario os nomes dos sócios de que trata o art. 12.º.

§ 5.º Fazer aquelas despesas que a Diretoria ou o Conselho Geral autorizar.

§ 6.º Realizar a compra de todos os objetos necessários para a Associação uma vez autorizado pela Diretoria ou Conselho Geral.

§ 7.º Apresentar à Diretoria mensalmente e sempre que por ela e pelo Conselho Geral for exigido um balancete demonstrativo do estado financeiro da Associação para que a Diretoria ou o Conselho geral possa deliberar sobre as suas futuras despesas.

Cópia deste balancete mensal será enviada ao Relator da Comissão Fiscal.

§ 8.º Depositar em um banco ou casa bancária que a Diretoria designar, os dinheiros da Associação podendo conservar em seu poder a quantia necessária para ocorrer as despesas de momento.

§ 9.º Assinar com o Presidente cheques e ordens para retirada de dinheiro.

§ 10.º Apresentar até o dia 15 de Abril de cada ano um relatório e balanço das despesas e rendas da Associação com os respectivos documentos á Comissão Fiscal.

Cópia deste balancete e relatório será enviada á Diretoria.

ART. 37.º

Em seus impedimentos temporários será o Tesoureiro substituído pelo sócio efetivo que a Diretoria designar.

CAPÍTULO XII
DAS PROTETORAS

ART. 38.º

As Protetoras serão eleitas anualmente na forma do art. 16.º § 2.º, em numero de doze, escolhidas dentre as sócias contribuintes ou beneméritas residentes nesta cidade.

§ único. Cada uma servirá durante um mês de conformidade com a escala organizada pelo Conselho Geral por ocasião da eleição .

ART. 39.º

A Protetora tem por dever :

§ 1.º Visitar os orfanatos, lembrando aqueles melhoramentos que achar úteis para a prosperidade e fins da instituição.

§ 2.º Angariar donativos para a Associação.

§ 3.º Promover quanto em si couber para o engrandecimento, prosperidade da Associação.

§ 4.º Participar a Diretoria no fim do mês os donativos que conseguir.

ART. 40.º

As protetoras poderão também, reunidas tomar qualquer deliberação de conformidade com o art. 39.º § 1, 2 e 3.

CAPÍTULO XIII
DA COMISSÃO FISCAL

ART. 41.º

A Comissão Fiscal será eleita em Assembléia Geral na forma. do art. 45.º e compor-se-á de três membros efetivos e três suplentes.

§ 1.º Cada sócio votará em três nomes e os suplentes serão tirados dos imediatos em votos.

§ 2.º O mais votado será o Relator, e no caso de empate a sorte decidirá.

ART. 42.º

A Comissão Fiscal tem por dever :

§ 1.º Examinar os livros de escrituração, contas gerais e parciais, inventários e mais livros da Associação.

§ 2.º Exigir da Diretoria ou de cada um de seus membros em particular quaisquer esclarecimentos que sejam necessários para o bom desempenho do seu exame.

§ 3.º Apresentar impreterivelmente em Assembléia Geral no 1º Domingo de Maio, os documentos e papéis que lhe tiverem sido entregues acompanhados do parecer do exame a que tiver procedido. mencionando o estado financeiro da Associação e lembrando as medidas que a respeito julgar conveniente, para ser lido, discutido e aprovado na mesma Assembléia.

ART. 43.º

Se ate o dia 15 de Abril não forem apresentados ao Relator da comissão o relatório e balanço de que trata o art. 36.º § 10.º deve o mesmo relator requisitá-los da Diretoria com urgência.

CAPÍTULO XIV

DA ASSEMBLÉIA GERAL

ART. 44.º

A Assembléia Geral constitui-se pela reunião dos sócios contribuintes, quites, maiores de 18 anos, e beneméritos convocados por anúncios previamente publicados pela imprensa.

ART. 45.º

A Assembléia Geral deve reunir-se uma só vez anualmente, na 1.º Domingo de Maio, para ouvir a leitura, discutir e aprovar o parecer da Comissão Fiscal e para nomear o Conselho Geral e a Comissão Fiscal que tem de servir no novo ano social.

§ 1.º Nesta reunião se deliberará com qualquer número de sócios que se apresente.

§ 2.º A ata da reunião e o parecer da Comissão Fiscal serão publicados pela imprensa.

§ 3.º O 1.º Secretario convidará imediatamente por officio os membros que têm de servir no novo Conselho Geral, para se reunirem dois dias depois, às horas que o Presidente designar, para os fins do art. 24.º§ 1.º

ART. 46.º

A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente quando dois terços de votos do Conselho Geral decretarem a sua convocação para reforma de Estatutos, ou quando dez sócios contribuintes quites, o requererem para o mesmo fim.

§ 1.º Para os fins deste artigo a Assembléia Geral só poderá deliberar achando-se presentes dois terços dos sócios quites.

§ 2.º Se porém, convocada a Assembléia Geral, não reunir-se o numero de sócios exigidos pelo § 1.º antecedente, convocar-se-á para oito dias depois, pelo menos, nova Assembléia Geral, declarando-se na convocação que se deliberará com os sócios que comparecerem, e então nesta 2.ª reunião funcionará a Assembléia Geral com o número de sócios que for presente.

CAPÍTULO XV

DO PATRIMÔNIO

ART. 47.º

O patrimônio da Associação é formado :

§ 1.º Dos donativos, legados e doações com este destino.

§ 2.º Do excedente da receita e despesa.

§ 3.º Do edificio que para o futuro a Associação construir para os Orfelinatos.

ART. 48.º

O referido patrimônio será convertido em apólices da dívida pública geral e ações de Companhias garantidas pelo Governo ou em bens e propriedades que o Conselho Geral determinar.

CAPÍTULO XVI DA RECEITA E DESPESA

ART. 49.º

A receita da Associação com aplicação às despesas consistem :

- § 1.º Na renda do patrimônio.
- § 2.º Nas jóias e contribuições dos sócios.
- § 3.º Nos donativos, legados e doações.
- § 4.º Nos benefícios que se possa obter.
- § 5.º Nas contribuições com que o Governo Geral, Provincial ou a Câmara Municipal auxiliarem.
- § 6.º No pecúlio perdido pelos educandos na conformidade do Regimento Interno e no dos que falecerem.
- § 7.º Em 50 % sobre o produto líquido dos artefatos e manufaturas dos Orfanatos.
- § 8.º Na metade do salário marcado para cada educando aprendiz.

ART. 50.º

As despesas da Associação consistem :

- § 1.º No aluguel do edificio em que funcionem os Orfanatos, enquanto a Associação não construir o próprio.
- § 2.º Na alimentação, vestuário e tratamento dos educandos.
- § 3.º Nos ordenados dos professores e mestres - artistas.
- § 4.º No expediente da secretaria e dos Orfanatos.
- § 5.º Nos ordenados e gratificações do pessoal remunerado.
- § 6.º Em eventuais.

CAPÍTULO XVII DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 51.º

Os membros do Conselho Geral estão obrigados a aceitar e desempenhar quaisquer comissões para que forem nomeados pela Diretoria de conformidade com o art. 26.º § 6.º

§ único. O Relator da Comissão pode comparecer às sessões da Diretoria em que tiver de ser discutido o parecer, discutir, dar as precisas e necessárias informações, mas não votar.

Santos, 10 de Maio de 1889.

PRESIDENTE

José Xavier Carvalho de Mendonça.

VICE-PRESIDENTE

Saturnino Cândido Gomes.

1.º SECRETARIO

Francisco Martins dos Santos Junior.

2.º SECRETARIO

Francisco P. Machado Reis.

TESOUREIRO

José Próost de Souza.

Júlio Conceição

José Maria A. Bloem

João Nepomuceno Freire Júnior

Narciso de Andrade

Aureliano de Souza Nogueira da Gama

Joaquim Xavier Pinheiro

Raymundo Gonçalves Corvello

Affonso Francisco Veridiano.

(Os Estatutos se acham devidamente selados.)

ANEXO 2.
Estatutos da Associação Protetora da Infância Desvalida (1914)

ESTATUTOS
DA
ASSOCIAÇÃO PROTETORA
DA
INFÂNCIA DESVALIDA
Instalada em 13 de Maio de 1889

CAPÍTULO I
DA ASSOCIAÇÃO, SUA SEDE E FINS

ART. 1.º

A Associação Protetora da Infância Desvalida de Santos, instituída em 21 de abril de 1889 e solenemente instalada em 13 de maio do mesmo ano, na cidade de Santos, Estado de S. Paulo, República dos Estados Unidos do Brasil, tem por fim acolher órfãos e crianças desvalidas, de ambos os sexos, residentes em Santos e sem distinção de nacionalidade e religião, proporcionando-lhes :

§ 1.º Educação física e moral.

§ 2.º Instrução relativa à inteligência de cada um, sendo a instrução primária obrigatória a todos.

§ 3.º Aprendizagem obrigatória dos ofícios domésticos para os educandos do sexo feminino e facultativo de artes conforme a vocação de cada um.

§ 4.º Colocação conveniente e de acordo com as aptidões demonstradas, para os educandos que tenham atingido a idade em que são obrigados a deixar o Asilo, isto é, 12 anos para os do sexo masculino e 18 para os do sexo feminino.

ART. 2.º

Para preencher os seus fins a Associação manterá um asilo denominado “Asilo de Órfãos” dividido em dois Orfelinatos, um para o sexo masculino, e outro para o feminino.

CAPÍTULO II
DOS EDUCANDOS PROTEGIDOS PELA ASSOCIAÇÃO

ART. 3.º

A Associação acolhe e protege na forma do art. 1.º, preferencialmente e na ordem seguinte :

§ 1.º Os órfãos de pai e mãe.

§ 2.º Os filhos de pais incógnitos.

§ 3.º As crianças abandonadas pelos pais.

§ 4.º As crianças que tenham perdido os pais e cuja mãe seja incógnita, doente, indigente, ou sem moralidade.

§ 5.º As crianças que sendo de paternidade incógnita, ou tendo

sido abandonadas por seus pais, perderem sua mãe ou a têm doente, em indigência ou sem moralidade.

§ 6.º As crianças cujos pais estejam presos cumprindo pena por tanto tempo que torne prejudicada a educação que poderiam lhes dar.

§ 7.º Os filhos de pais, física ou moralmente, impossibilitados

de ganharem o sustento necessário para a vida e de os educar, abandonados pela mãe ou cuja mãe exista, mas seja indigente ou sem moralidade.

ART. 4.º

Serão protegidos de preferência pela Associação, os filhos pobres de sócios falecidos que fiquem sem ter quem deles cuide e lhes dê educação.

ART. 5.º

As condições de admissão e saída dos educandos, educação física, intelectual, doméstica e artística, atribuições da Comissão de Sindicância e do pessoal empregado na administração interna do Asilo, são regulados pelo Regimento Interno.

CAPÍTULO III DOS SÓCIOS

ART. 6.º

A Associação compor-se-á de sócios contribuintes, contribuintes benfeitores, remidos, benfeitores e beneméritos.

ART. 7.º

São sócios contribuintes todas aquelas pessoas que, associando-se ao fim para o qual a Associação foi criada, contribuirão mensalmente com a quantia mínima de 2\$000.

§ 1º. Para a admissão dos sócios contribuintes será necessária proposta escrita firmada por um associado à Diretoria e aprovação desta.

§ 2º. A proposta deve conter além do nome, a residência e idade, se o candidato for homem.

§ 3º. Os sócios que quiserem poderão obter da Associação um Diploma que além dos necessários dizeres, conterá a assinatura da Diretoria, pagando mais a quantia de 5\$000.

ART. 8.º

São sócios contribuintes benfeitores todas as pessoas ou firmas comerciais que concorrerem com a mensalidade nunca inferior a 10\$000 para a manutenção do Asilo.

§ 1º. Para admissão dos sócio-contribuintes benfeitores será necessária proposta escrita e firmada por um associado à Diretoria e aprovação desta.

§ 2º. A proposta deve conter além do nome, a mensalidade com que pretende contribuir e a residência da pessoa ou a sede da firma comercial.

§ 3º. Aos sócios contribuintes benfeitores, a Associação dará gratuitamente o Diploma.

ART. 9.º

Serão eliminados do quadro dos sócios contribuintes aqueles que deixarem de satisfazer seis mensalidades.

ART. 10.º

São considerados sócios remidos os contribuintes que pagarem a importância de 500\$000 de uma só vez ou em dez prestações mensais.

§ único. Essa importância de 500\$000 paga pelo sócio remido será convertida em apólices da dívida pública para aumento do patrimônio social.

ART. 11.º

A Associação concederá o título de sócios benfeitores a todas aquelas pessoas que fizerem donativos à Associação de importância superior a 2:000\$000, em dinheiro ou em espécie, de uma só vez.

ART. 12.º

A Associação concederá o título de sócios beneméritos a todas aquelas pessoas que sendo sócios tenham se excedido em zelo e dedicação ou que não sendo sócios tenham feito grandes donativos à Associação ou que tenham prestado serviços relevantes concorrendo para o desenvolvimento e prosperidade da Associação.

ART. 13.º

Para a concessão dos títulos de sócios benfeitores e beneméritos é preciso proposta justificada apresentada pela Diretoria ao Conselho Geral e aprovação por este em escrutínio secreto por unanimidade de votos.

§ único. Aos sócios benfeitores e beneméritos a Associação dará gratuitamente o Diploma.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

ART. 14.º

A administração da Associação é confiada a um Conselho Geral e a uma Diretoria.

CAPÍTULO V DO CONSELHO GERAL

ART. 15.º

O Conselho Geral é composto de quinze membros, sendo treze eleitos pela Assembléia Geral na forma do art. 16 e dois nomeados, um pela Câmara Municipal e outro pelo Juiz de Órfãos.

ART. 16.º

O Conselho Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano, sendo:

§ 1.º A primeira, dois dias depois do primeiro domingo de Janeiro para a eleição da Diretoria, Comissão Fiscal, Comissão de Sindicância, Protetores e Protetoras.

§ 2.º A segunda reunião, no primeiro domingo da segunda quinzena de janeiro para leitura, discussão e aprovação do parecer da Comissão Fiscal, leitura do relatório do Presidente que finda o seu mandato, posse da nova Diretoria e Comissão de Sindicância.

ART. 17.º

São atribuições do Conselho Geral:

§ 1.º Eleger anualmente dentre seus membros e por maioria de votos, em escrutínio secreto, a Diretoria.

§ 2.º Eleger anualmente e por escrutínio secreto a Comissão Fiscal.

§ 3.º Eleger anualmente e por escrutínio secreto as Protetoras e Protetores e organizar a respectiva escala mensal.

§ 4.º Eleger anualmente dentre seus membros e por escrutínio secreto a Comissão de Sindicância, com atribuições determinadas pelo Regimento Interno.

§ 5.º Discutir e aprovar todas as medidas que forem úteis ao progresso e desenvolvimento da Associação.

§ 6.º Tomar conhecimento do estado financeiro da Associação. provendo no sentido de seu melhoramento e tomando as medidas que lhe parecem úteis.

§ 7.º Proceder perante as autoridades do país contra os membros da Diretoria e empregados que defraudarem dinheiro e quaisquer objetos da Associação.

§ 8.º Aprovar o Regimento Interno do Asilo e todos os regulamentos elaborados pela Diretoria.

§ 9.º Determinar a aplicação do patrimônio da Associação.

§ 10.º Prover sobre todos os casos ocorrentes que não estejam previstos nos Estatutos.

ART. 18.º

Não poderão fazer parte do Conselho Geral pai e filho, sogro e genro, irmãos, cunhados durante o cunhadio e sócios da mesma firma.

ART. 19.º

O Conselho Geral poderá deliberar achando-se presentes pelo menos oito membros e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos presentes.

ART. 20.º

Se algum dos membros do Conselho Geral se achar impedido temporariamente de comparecer às sessões, deverá comunicar por escrito à Diretoria, que chamará o imediato em votos ao último eleito para substituí-lo durante o impedimento.

§ único — A falta de comunicação importará resignação do cargo.

ART. 21.º

No caso de mudança definitiva para fora da Comarca, resignação, morte ou impossibilidade física ou mora! de algum de seus membros o Conselho Geral elegerá por escrutínio secreto e por maioria de votos, dentre os sócios contribuintes quites, maiores de vinte anos de idade, um que preencha a vaga.

ART. 22.º

Para a nomeação dos dois membros de que trata o art. 15.º o Presidente da Associação enviará até o dia 30 de Novembro duas relações dos sócios quites, maiores, residentes nesta cidade, uma ao Presidente da Câmara Municipal e outra no Juiz de Órfãos para que cada um indique o membro que tem de servir no próximo ano.

§ 1º Não poderá ser escolhida a mesma pessoa senão um ano depois de haver servido.

Esta disposição porem, não proíbe que o sócio que serviu nos termos deste artigo, possa em qualquer tempo ser eleito para o Conselho Geral de conformidade com os arts. 21.º e 48.º.

§ 2º Se a pessoa escolhida não aceitar o encargo, ou se a Câmara Municipal ou o Juiz de Órfãos até o dia da reunião do Conselho para a eleição da Diretoria não fizer a escolha, o Conselho Geral elegerá por pluralidade de votos e escrutínio secreto quem a substitua, guardada a disposição do § 1.º antecedente, em sua primeira parte.

§ 3.º Se qualquer dos membros nomeados para o Conselho Geral na forma deste artigo, se achar impedido temporariamente de exercer o cargo ou mesmo não poder mais exercê-lo, ou ainda se incorrer nos art. 21.º, será considerado como tendo resignado o cargo e então o Presidente da Diretoria oficiará à autoridade competente pedindo nomeação de outro representante que funcionará até o fim do ano social.

ART. 23.º

O Conselho Geral se reunirá para tomar conhecimento de qualquer dos casos do art. 17.º e §§, na forma do art. 32.º § 3.º

CAPÍTULO VI DA DIRETORIA

ART. 24.º

A Diretoria é composta de cinco membros eleitos anualmente na forma do art. 17 §1.º a saber:

Presidente.
Vice-Presidente.
1.º Secretário.
2.º Secretário.
Tesoureiro.

ART. 25.º

Os membros da Diretoria fazem parte do Conselho Geral, podendo discutir mas não podendo votar todas as vezes que o Conselho Geral tiver que julgar atos seus.

ART. 26.º

São atribuições da Diretoria :

§ 1.º Deliberar e tomar todas as medidas tendentes ao fim da Associação.

§ 2.º Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas nestes Estatutos, os Regulamentos e deliberações dos poderes competentes.

§ 3.º Representar a Associação em todos os atos para os quais for convidada, quando o julgar conveniente.

§ 4.º Nomear, suspender e demitir os empregados, assim como marcar-lhes atribuições, deveres e vencimentos.

§ 5.º Confeccionar o Regimento Interno e todos outros quaisquer regulamentos, que só serão considerados leis depois de aprovados pelo Conselho Geral.

§ 6.º Admitir sócios contribuintes, contribuinte benfeitores e remidos.

§ 7.º Propor ao Conselho Geral a concessão de títulos de sócios benfeitores e beneméritos, apresentando um relatório dos benefícios ou serviços prestados à Associação.

§ 8.º Aplicar aos sócios a pena estatuída nos arts. 9.º e 17.º § 7.º

§ 9.º Nomear as comissões que forem necessárias aos fins que a Associação tem em vista.

§ 10.º Autorizar o Tesoureiro a fazer as despesas necessárias.

§ 11.º Tomar conhecimento dos atos praticados pelo Presidente e julgá-los.

§ 12.º Escolher e contratar professores, mestres, determinando-lhes o ordenado e fixar o número e vencimento do pessoal interno ao asilo.

§ 13.º Criar as aulas e ofícios que entender convenientes, de acordo com os métodos mais modernos de ensino e aptidões individuais de cada um.

§ 14.º Resolver sobre a admissão e saída dos educandos, de acordo com o estabelecido no Regimento Interno.

§ 15.º Marcar o número de educandos que o Asilo pode ter, de acordo com a capacidade do edificio e condições financeiras da Associação.

§ 16.º Receber por inventario da passada administração todos os objetos pertencentes ao Asilo e da mesma forma entregá-los, notando no dito inventario as alterações que se derem.

ART. 27.º

A Diretoria pode funcionar com a presença de três membros e suas deliberações serão tornadas por maioria de votos presentes.

ART. 28.º

A Diretoria é responsável perante o Conselho Geral, por quem é eleita, pelas faltas que se derem, deixando-as de levar ao conhecimento do mesmo Conselho que as julgará como for de direito.

ART. 29.º

Qualquer membro da Diretoria em seus impedimentos temporários será substituído pela forma prescrita nos arts. 33.º, 34.º § 1.º e 35.º § 1.º e 36.º e 37.

No caso de impedimento absoluto, depois de satisfeita a disposição do art. 21.º, o Conselho Geral, dentro de 3 dias, completará a vaga da Diretoria elegendo substituto que servirá o restante do ano social.

ART. 30.º

A Diretoria reunir-se-á ordinariamente duas vezes por mês e extraordinariamente sempre que for necessário.

CAPÍTULO VII DO PRESIDENTE

ART. 31.º

O Presidente é o Chefe do poder constituído na Associação e o primeiro representante dela em suas relações internas e externas.

ART. 32.º

São seus deveres :

§ 1.º Presidir as reuniões da Diretoria, do Conselho Geral e da Assembléa Geral, mantendo a ordem nas discussões e tendo, além do seu voto, o voto de desempate em todas as votações.

§ 2.º Convocar a Diretoria todas as vezes que achar conveniente ou que for pedido por qualquer de seus membros.

§ 3.º Convocar o Conselho Geral todas as vezes que julgar que os interesses sociais o exigem ou que for solicitado por dois membros da Diretoria, ou por três do próprio Conselho Geral.

§ 4.º Convocar a Assembléa Geral nos termos e para o fim do art. 48.

§ 5.º Fiscalizar a execução dos Estatutos, Regimento Interno e deliberações tomadas pela Diretoria e Conselho Geral.

§ 6.º Exercer a suprema direção e superintendência sobre o Asilo de Órfãos e todo o movimento da Associação.

§ 7.º Assinar, regular e dar destino à correspondência oficial da Associação.

§ 8.º Assinar com o Tesoureiro, cheques e ordens para retirada dos dinheiros recolhidos a Bancos ou Casas Bancárias.

§ 9.º Representar a Associação em Juízo e fora dele.

§ 10.º Abrir, rubricar e encerrar todos os livros de escrituração da Associação.

§ 11.º Suspender qualquer empregado, que a seu juízo mereça tal pena, submetendo o seu ato à Diretoria, que para tal fim convocará imediatamente, e nomeando interinamente quem substitua o empregado suspenso.

§ 12.º Determinar que a qualquer sócio, sejam passadas, quando requeiram, quaisquer certidões extraídas dos documentos ou livros da escrituração pertencentes á Associação.

§ 13.º Apresentar no primeiro domingo da segunda quinzena de Janeiro um relatório exato e minucioso do estado da Associação, medidas tomadas e serviços, lembrando aquilo que poderá concorrer para o seu progresso.

Este relatório depois de lido perante o Conselho Geral, será impresso nos jornais mais lidos desta cidade.

§ 14.º Providenciar afim de que seja pontualmente cumprida a disposição do art. 34.º § 8.º.

§ 15.º Ordenar ao Tesoureiro o pagamento das despesas da Associação.

§ 16.º Dar conhecimento à Diretoria de todas as ocorrências e providências tomadas.

CAPÍTULO VIII DO VICE-PRESIDENTE

ART. 33.º

O Vice-Presidente é o substituto do Presidente em seus impedimentos temporários e como tal lhe competem todas as atribuições especificadas no art. 32.º § §,

CAPÍTULO IX DO PRIMEIRO SECRETARIO

ART. 34.º

O Primeiro Secretário, além dos trabalhos ordinários do expediente, tem por deveres :

- § 1.º Substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos temporários.
- § 2.º Fazer a matrícula dos sócios em livros competentes, tendo a escrituração em boa ordem e da qual constem os nomes, moradas, data das entradas e observações precisas.
- § 3.º Convidar com a necessária antecedência os membros da Diretoria e Conselho Geral para assistirem às sessões que lhes competirem.
- § 4.º Convidar por anúncios com oito dias de antecedência os sócios quites, maiores de 18 anos, para constituírem a Assembléia Geral de que trata o Capítulo XIV.
- § 5.º Passar as certidões de que trata o art. 31.º § 12.
- § 6.º Lavrar os termos de todos os contratos que fizer a Associação.
- § 7.º Ter em boa ordem o arquivo da Associação.
- § 8.º Ter sempre em dia. o livro da matrícula geral dos educandos internados no Asilo e de todos os empregados retribuídos, na forma do Regimento Interno.
- § 9.º Assinar com o Presidente toda a correspondência da Associação .

CAPÍTULO X
DO SEGUNDO SECRETÁRIO

ART. 35.º

Ao Segundo Secretario compete :

- § 1.º Substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos, coadjuvando-o em seus encargos.
- § 2.º Lavrar no livro competente as atas da Diretoria e do Conselho Geral, remetendo copia delas ao Primeiro Secretario para que este dê expediente aos negócios resolvidos em sessão.
- § 3.º Registrar a correspondência oficial da Associação.
- § 4.º Lançar no livro competente a relação de todos os donativos que receba a Associação.
- § 5.º Ter a seu cargo o livro de inventário onde devem se achar lançados todos os bens da Associação.

ART. 36.º

Em seus impedimentos temporários será substituído pelo membro do Conselho que o Presidente designar.

CAPÍTULO XI
DO TESOUREIRO

ART. 36.º

Ao Tesoureiro compete :

- § 1.º Arrecadar tudo o que pertencer á Associação, fazer a cobrança das contribuições mensais dos sócios, bem como de quaisquer quantias que devam à Associação, pelo que ficará responsável, passando as competentes quitações.
 - § 2.º Assinar os recibos das contribuições e remissões dos sócios.
 - § 3.º Ter o registro dos sócios com as devidas declarações e observações, o que lhes será fornecido pelo Primeiro Secretário.
 - § 4.º Comunicar ao Primeiro Secretario os nomes dos sócios de que trata o art. 9.º
 - § 5.º Fazer aquelas despesas que a Diretoria ou o Conselho Geral autorizar.
 - § 6.º Realizar a compra de todos os objetos necessários para a Associação uma vez autorizado pela Diretoria ou Conselho Geral.
 - § 7.º Pagar todas as contas de despesas da Associação, visadas pelo Presidente.
 - § 8.º Apresentar à Diretoria mensalmente e sempre que por ela e pelo Conselho Geral for exigido um balancete demonstrativo do estado financeiro da Associação para que a Diretoria ou o Conselho geral possa deliberar sobre as suas futuras despesas.
- Cópia deste balancete mensal será enviada ao Relator da Comissão Fiscal.
- § 9.º Depositar em um banco ou casa bancária que a Diretoria designar, os dinheiros da Associação podendo conservar em seu poder a quantia necessária para ocorrer as despesas de momento.
 - § 10.º Assinar com o Presidente cheques e ordens para retirada de dinheiro.
 - § 11.º Apresentar até o dia 6 de Janeiro de cada ano um relatório e balanço das despesas e rendas da Associação com os respectivos documentos á Comissão Fiscal.

Cópia deste balancete e relatório será enviada á Diretoria.

ART. 38.º

Em seus impedimentos temporários será o Tesoureiro substituído pelo membro do Conselho que a Diretoria designar.

**CAPÍTULO XII
DAS PROTETORAS E PROTETORES**

ART. 39.º

As Protetoras e Protetores serão eleitos anualmente na forma do art. 16 § 1.º, em numero de doze. escolhidas dentre as sócias e sócios contribuintes, benfeitores ou beneméritos residentes nesta cidade.

§ único. Cada um servirá durante um mês de conformidade com a escala organizada pelo Conselho Geral por ocasião da eleição .

ART. 40.º

As Protetoras e Protetores têm por dever :

§ 1.º. Visitar o Asilo de Órfãos, lembrando aqueles melhoramentos que achar úteis para a prosperidade e fins da Associação.

§ 2.º. Angariar donativos para a Associação.

§ 3.º Promover quanto em si couber para o engrandecimento e prosperidade da Associação.

§ 4.º Participar à Diretoria no fim do mês os donativos que conseguir.

ART. 41.º

As Protetoras e Protetores poderão também, reunidas tomar qualquer deliberação de conformidade com o art. 40.º § § 1, 2 e 3.

**CAPÍTULO XIII
DA COMISSÃO FISCAL**

ART. 42.º

A Comissão Fiscal será eleita pelo Conselho Geral na forma. do art. 16.º §1 e compor-se-á de três membros efetivos e três suplentes.

§ 1.º Cada membro do Conselho votará em três nomes e os suplentes serão tirados dos imediatos em votos.

§ 2.º O mais votado será o relator, e no caso de empate a sorte decidirá.

§ 3.º A Comissão uma vez eleita é considerada empossada.

ART. 43.º

A Comissão Fiscal tem por dever :

§ 1.º. Acusar o recebimento do balancete mensal, remetendo o seu parecer.

§ 2.º Examinar com toda a atenção e minúcia os livros de escrituração, contas gerais e parciais, livros de contribuições, inventários e mais livros da Associação, apresentados pela Diretoria que findar o seu mandato.

§ 3.º Verificar se na arrecadação da receita e sua aplicação foram satisfeitas todas as formalidades e condições exigidas por este estatuto.

§ 4.º. Se todas as verbas de despesas estão devidamente documentadas e a escrituração feita com o devido asseio e clareza.

§ 5.º Exigir da Diretoria ou de cada um de seus membros em particular quaisquer esclarecimentos que sejam necessários para o bom desempenho do seu mandato.

§ 6.º Apresentar na sessão do Conselho Geral a que se refere o Art. 16.º. § 2º , os documentos e papéis que lhe tiverem sido entregues acompanhados do parecer do exame a que tiver procedido. mencionando o estado financeiro da Associação e lembrando as medidas que a respeito julgar conveniente, para ser lido, discutido e aprovado na mesma sessão.

ART. 44.º

A Comissão Fiscal além dos deveres marcados pelo artigo precedente, tem mais:

§ 1.º Acusar o recebimento do balancete mensal remetido pelo Tesoureiro dando o seu parecer.

§ 2.º Fiscalizar os atos da Diretoria eleita, e quando verificar que essa não cumpre os preceitos estatuídos, relativamente à arrecadação da receita e sua aplicação, pedirá ao Presidente a convocação de uma reunião do Conselho Geral, a quem dará conta do resultado do seu exame e lembrará as providências a tomar sobre o caso.

§ 3.º. Se passados três dias o Presidente não tiver feito a convocação do Conselho, o Relator da Comissão Fiscal o fará marcando prazo para a reunião.

ART. 45.º

Se até o dia 6 de Janeiro não forem apresentados ao Relator da comissão o relatório e balanço de que trata o art. 37.º § 11.º. deve o mesmo relator requisitá-los da Diretoria com urgência.

ART. 46.º

A Comissão Fiscal tem o dever de comparecer às reuniões do Conselho Geral a que se referem os arts 16.º. § 2º e 44.º. § único, podendo discutir, dar informações mas não votar.

**CAPÍTULO XIV
DA ASSEMBLÉIA GERAL**

ART. 47.º

A Assembléia Geral constitui-se pela reunião dos sócios contribuintes, quites, maiores de 18 anos, contribuintes benfeitores, remidos, benfeitores e beneméritos convocados por anúncios previamente publicados peia imprensa.

ART. 48.º

A Assembléia Geral deve reunir-se uma só vez anualmente, na 1.º domingo de Janeiro, para eleger o Conselho Geral que tem de servir no novo ano social.

§ 1.º. O Conselho Geral, uma vez eleito será considerado empossado.

§ 2.º Nesta reunião se deliberará com qualquer número de sócios que se ache presente.

ART. 49.º

A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente quando dois terços de votos do Conselho Geral decretarem a sua convocação para reforma de Estatutos, ou quando cem sócios contribuintes quites, o requererem para o mesmo fim.

§ 1.º Para os fins deste artigo a Assembléia Geral só poderá deliberar achando-se presentes dois terços dos sócios quites.

§ 2.º Se porém, convocada a Assembléia Geral, não reunir-se o número de sócios exigidos pelo § 1.º antecedente, convocar-se-á para oito dias depois, pelo menos, nova Assembléia Geral, declarando-se na convocação que se deliberará com os sócios que comparecerem, e então nesta segunda reunião funcionará a Assembléia Geral com o número de sócios que for presente.

§ 2.º Se porém, convocada a Assembléia Geral, não reunir-se o numero de sócios exigidos pelo § 1.º antecedente, convocar-se-á para oito dias depois, pelo menos, nova Assembléia Geral, declarando-se na convocação que se deliberará com os sócios que comparecerem, e então nesta 2.ª reunião funcionará a Assembléia Geral com o número de sócios que for presente.

**CAPÍTULO XV
DO PATRIMÔNIO
ART. 50.º**

O patrimônio da Associação é formado :

§ 1.º. Dos edificios e todos os bens imóveis que a Associação possuir.

§ 2.º. Dos móveis, utensílios do Asilo de Órfãos.

§ 3.º. Dos donativos, legados e doações com este destino.

§ 4.º. Das remissões dos sócios.

§ 5.º. Dos títulos e do excedente da receita e despesa.

ART. 51.º

O referido patrimônio será convertido em apólices da dívida pública geral e ações de Companhias garantidas pelo Governo ou em bens e propriedades que o Conselho Geral determinar.

ART. 52.º

Os móveis e utensílios sofrerão anualmente uma dedução de 10% a título de depreciação.

CAPÍTULO XVI
DA RECEITA E DESPESA

ART. 53.º

A receita da Associação com aplicação às despesas consistem :

§ 1.º Na renda do patrimônio.

§ 2.º Nas contribuições e remissões dos sócios.

§ 3.º Nos donativos, legados e doações e benefícios.

§ 4.º Nas subvenções do Governo Federal, Estadual e Municipal.

ART. 54.º

As despesas da Associação consistem :

§ 1.º Na conservação do patrimônio.

§ 2.º Na alimentação, vestuário, educação e tratamento dos educandos.

§ 3.º Nos ordenados e gratificações do pessoal remunerado.

§ 4.º No expediente da secretaria e do Asilo.

§ 5.º Em eventuais.

ART. 55.º

O Tesoureiro é responsável pelo desvio de qualquer quantia ou valor sob sua guarda.

CAPÍTULO XVII
DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 56.º

Desde a data da instalação são considerados sócios beneméritos os dois fundadores da Associação, Sr. Dr José Xavier Carvalho de Mendonça e Aureliano de Souza Nogueira da Gama.

ART. 57.º

O dia 13 de Maio, aniversário da instalação da Associação será todos os anos comemorado com festas adequadas e em que tomarão parte todos os educandos.

ART. 58.º

Os sócios titulares a que se referem os Arts 11.º e 12.º estão isentos do pagamento de mensalidades.

ART. 59.º

Haverá na sala da Associação um ou mais quadros para nele serem inscritos os nomes dos sócios benfeitores e beneméritos.

ART. 60.º

Salvo o disposto no art. 40.º e §§ é expressamente proibido angariar donativos ou promover festas de qualquer espécie em nome do Asilo sem prévio consentimento da Diretoria.

ART. 61.º

É vedado a qualquer membro do Conselho Geral ter relações comerciais com a administração desta Associação.

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

ART. 62.º

O Conselho Geral, Diretoria, Comissão Fiscal, de Sindicância e Protetores, que terminam o mandato a 13 de Maio do Corrente Ano têm em virtude da reforma dos Estatutos o mesmo prorrogados até 31 de Dezembro do mesmo ano.

ART. 63.º

Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO 3.
Contrato com as Irmãs da
Congregação do Puríssimo Coração de Maria (1909)

CONTRATO

A Congregação das Irmãs do P. Coração de Maria e a Associação Protetora da Infância Desvalida, esta por seu Presidente e aquela por sua Priora Geral, tem justo e contratado o seguinte:

1º. A primeira fornecerá tantas Irmãs quanto sejam precisas, de acordo com a Diretoria da segunda, para todo o serviço interno dos Asilos mantidos pela Associação;

2º. As Irmãs ficarão sob a direção de uma Superiora nomeada pela Priora Geral;

3º. A Superiora deverá cumprir todas as ordens emanadas da Diretoria a quem prestará contas de todos os atos e fatos passados nos Asilos;

4º. Toda e qualquer coisa que seja necessário, a Superiora, por escrito, pedirá ao Presidente e este se entender preciso fará a compra e sob carga entregará à Superiora;

5º. A nenhuma das Irmãs, inclusive a Superiora, será permitido fazer compra de qualquer objeto para os Asilos, sem ordem expressa da Diretoria, sob pena de correr por sua conta a importância do objeto, nem se utilizar do nome do Asilo para qualquer negócio particular;

6º. Se a Diretoria entender necessária a substituição da Superiora ou de qualquer Irmã oficiará, alegando quais os motivos desse pedido, à Priora Geral e esta fica obrigada a atender, correndo as despesas da viagem por conta da Associação Protetora da Infância Desvalida;

7º. Fica expressamente proibido o emprego de castigos corporais para correção dos asilados;

8º. O número das Irmãs empregadas no Asilo será fixado pela Diretoria de acordo com a Priora Geral e não poderá ser aumentado ou diminuído sem autorização expressa da Diretoria. Quando alguma Irmã, por motivo de moléstia passageira, ficar impossibilitada de prestar seus serviços, será substituída temporariamente e sem perda de vencimentos, por uma aspirante da Congregação;

9º. Não poderá ser admitida a hospedagem no edifício do Asilo de pessoas estranhas sem autorização por escrito do Presidente;

10º. Todos horários para o serviço dos Asilos deverão ser aprovados pela Diretoria. Os métodos de ensino, programas, compêndios etc, etc, serão dados e organizados pela Superiora, mas aprovados pela Diretoria;

11º. Para o serviço das Irmãs haverá no Asilo uma Capela que será custeada pelas mesmas Irmãs, com exclusão do Capelão, que será proposto pela Priora Geral e aprovado pela Diretoria e será nomeado pela Autoridade Diocesana, e o seu ordenado será de 150\$000 mensais;

12º. A Diretoria fornecerá ainda os empregados para o serviço de cozinha, jardim, horta etc, etc, sendo a nomeação e demissão feita pela Diretoria de acordo com a Superiora;

13º. A Associação Protetora da Infância Desvalida pagará às Irmãs o ordenado mensal de 40\$000 (quarenta mil réis), além de casa, comida e tratamento e despesas de viagem;

14º. A Superiora e Irmãs, além das obrigações e deveres que o seu estado de religiosas impõem, somente poderão ser empregadas no Asilo e se dedicarão exclusivamente aos serviços dos Asilados;

15º. A Superiora e Irmãs ficam obrigadas a cumprir todas as disposições do Regimento Interno que for organizado e aprovado pela Diretoria e Conselho;

16º. Este contrato vigorará por tempo indeterminado e poderá ser reformado em alguma de suas cláusulas se nisso convierem as duas partes.

ANEXO 4.
Regimento Interno do Asilo de Órfãos (1909)

Regimento Interno

Da Disciplina Geral

Art. 1

Na conformidade dos atuais Estatutos, a Associação Protetora da Infância Desvalida manterá a sua custa dois orfanatos, um para o sexo masculino e outro para o feminino.

§ único. – O orfanato masculino terá a denominação de *Dr. Eduardo Ferreira* e o feminino de *Viscondessa do Embaré* reunidos sob a denominação de *Asilo de Órfãos*.

Art. 2

Esses dois orfanatos só manterão crianças internas, que serão admitidas na forma do presente *Regimento interno* e a sua direção ficará a cargo das Irmãs de Caridade, enquanto convier à Associação e mediante contrato legalmente firmado.

Art. 3

O orfanato masculino só receberá menores de 2 a 10 anos de idade e dar-lhes-á educação até 14 anos.

O orfanato feminino só receberá meninas de 2 a 12 anos, que ficarão no Asilo até completarem 18 anos, recebendo a educação marcada pelo presente Regimento.

Art. 4

A Diretoria da Associação fixará anualmente o número de crianças que devem ser asiladas e resolverá sobre as admissões, ouvindo a Comissão de Sindicância, estabelecendo sempre como condição indispensável à internação, achar-se o menor nas exigidas pelo art. 3.º dos Estatutos.

Art.5

Para admissão no Asilo é necessário um requerimento firmado pelo pai, mãe, tutor ou protetor do candidato, dirigido ao Presidente da Associação. Este requerimento deve vir acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Certidão de nascimento;
- b) Certidão de óbito dos pais, quando órfão;
- c) Atestado de pobreza dos pais;
- d) Atestado de vacina;
- e) Atestado de que não sofre de moléstia contagiosa, nem é aleijado ou idiota.

Art. 6

Este requerimento depois de protocolado deve ser enviado à Comissão de Sindicância, para dar parecer e informar se o candidato está nas condições de ser internado.

Art. 7

Informado o requerimento pela Comissão de Sindicância, deverá ser presente à primeira sessão de Diretoria, que resolverá sobre a internação do candidato e sendo favoravelmente, o Sr. Presidente expedirá ordem por escrito à Superiora para receber o menor.

Art. 8

Em casos de urgência, em que são encontrados os menores abandonados e enviados pela autoridade competente ou em que a miséria seja tão grande que perigüe a vida da criança, o Presidente mandará internar provisoriamente o menor até a Diretoria resolver a respeito.

§ único. – Nestes casos são prescindidos os documentos e o parecer da Comissão de Sindicância, e quando enviado pelo Juiz de Órfãos ficará o menor internado à disposição do mesmo Juiz.

Art. 9

Quando o asilado necessite ser tutelado nos casos da legislação em vigor, o Presidente da Associação, terminado o processo da admissão dará comunicação por ofício ao Juiz de Órfãos apresentando todos os esclarecimentos precisos e só depois da resposta favorável é que ordenará a matrícula.

Art. 10

Os menores depositados *provisoriamente* a mandado do Juiz de Órfãos não pertencem ao quadro dos asilados, ficam assim, portanto, isentos de todos os trabalhos escolares e obrigações, devendo entretanto sujeitarem-se à parte disciplinar e de ordem geral.

Art. 11

Uma vez internado, o menor só poderá retirar-se do Asilo mediante resolução da Diretoria, ouvida a Comissão de Sindicância e, salvo o caso de ser entregue a seus pais, será feita a respectiva comunicação ao Juiz de Órfãos, para que este conheça do destino dado ao asilado, cessando por esta forma a responsabilidade da Associação.

Art. 12

O asilado, quer tenha ou não completado o tempo da sua internação, poderá ter baixa na matrícula:

- a) Para ser colocado em estabelecimento próprio onde aprenda uma arte ou ofício;
- b) Para ser recolhido em casa de família de reconhecida honestidade e digna de confiança, que se responsabilizará pela vigilância do menor, garantindo-lhe todos os meios necessários a sua subsistência.

§ único. – Ouvida a Comissão de Sindicância e resolvida a saída do menor, o Presidente fará a precisa comunicação ao Juiz de Órfãos para que este resolva sobre a tutela e só depois de assinado o termo é que o menor será entregue.

Art. 13

Vencido o tempo da internação a Diretoria resolverá sobre o destino a dar-se ao asilado, fazendo a respectiva comunicação ao Juiz de Órfãos.

Art. 14

Mediante autorização do Presidente poderão ser contratados trabalhos manuais dos asilados com terceiros que dêem uma quantia que será dividida em duas partes: uma para o asilado, formando um pecúlio e outra para os cofres da Associação, a título de compensação pela educação dispensada.

Art. 15

O pecúlio assim formado pelo menor, bem como as doações ou legados que ele receber singularmente, serão escriturados em livro especial, de forma que possa a Diretoria a qualquer momento conhecer do estado econômico do educando até a sua retirada do Asilo.

§ único. – Esse livro denominar-se-á “*Registro de Pecúlios*” e não poderá ser utilizado em outro qualquer fim.

Art. 16

A disciplina geral interna será exercida pela Irmã Superiora, que será substituída em seus impedimentos por qualquer por ela designada e em tudo obedecerá as prescrições deste Regimento e mais instruções que forem baixadas pelo Presidente da Associação.

Art. 17

Tem também exercício dentro do estabelecimento, porém não poderão ali residir:

O capelão, o médico, o dentista e o escriturário cobrador. Sendo todos de nomeação do Presidente, não recebem poderes para diretamente intervir na direção interna pelo que só se poderão comunicar com a Irmã Superiora.

Da disciplina educativa

Art. 18

Os dois orfanatos ministrarão a educação física, intelectual, moral e doméstica.

Art. 19

A educação física será dada de acordo com os processos pedagógicos modernos e recairá não só sobre a higiene do corpo, do vestuário e da alimentação, como também sobre os diversos exercícios e jogos que concorram racionalmente para o completo desenvolvimento físico das crianças.

Art. 20

Para o asseio do corpo serão estabelecidos os banhos frios ou mornos, diariamente pela manhã, conforme prescrição do médico do asilo. Esses banhos não poderão ser dados antes das 6 horas no verão e 6½ no inverno, sempre de forma a não prejudicarem as 9 horas de repouso, no mínimo, que devem ter os asilados.

Art. 21

A higiene do vestuário consistirá no asseio esmerado dos asilados, de forma que as roupas de uso e de cama sejam sempre mudadas pelo menos duas vezes por semana, salvo casos excepcionais que exijam mudanças diárias.

Art. 22

A alimentação será simples, sã, abundante e preparada com asseio.

Art. 23

A superiora fará o programa da educação física propriamente dita de acordo com a natureza e idade dos educandos.

Art. 24

Para o ensino da ginástica, se for necessário, o Presidente da Associação nomeará um professor especial.

Art. 25

Os jogos e exercícios serão adequados às diversas idades dos asilados, devendo-se sempre escolher aqueles que fortaleçam o corpo.

Art. 26

A Irmã Superiora fará aos domingos, dias santos e feriados, sempre que for possível e o tempo permitir, passeios escolares recomendáveis não só como medida higiênica como também por oferecer margem à aquisição de noções úteis.

§ único. - Durante o passeio a Irmã Superiora chamará a atenção dos educandos sobre o que encontrar digno de observação e aproveitar-se-á dos fatos e fenômenos que lhe caem sobre as vistas para dar-lhes lições de topografia, geometria, ciências naturais, artes e indústrias, etc.

Da educação intelectual

Art. 27

No orfanato masculino a educação intelectual será ministrada em dois cursos:

- a) Jardim da infância para asilados maiores (sic) de 7 anos.
- b) Curso primário para asilados menores (sic) de 7 anos.

Art. 28

No orfanato feminino a educação intelectual será ministrada em três cursos:

- a) Jardim da infância para asiladas menores de 7 anos.
- b) Curso primário para asiladas maiores de 7 anos.
- c) Curso complementar para as asiladas que tenham completado o curso primário e que pela sua inteligência e aproveitamento mostrem desejo de aprender.

Art. 29

O Jardim da infância é obrigatório, comum aos dois orfanatos e o seu método de ensino será o adotado nas escolas do Estado.

Art. 30

O curso preliminar é obrigatório e comum aos dois orfanatos. A matéria a ensinar será distribuída da seguinte forma:

1.^a série:

Leitura - Cartilha e 1.^o livro.

Caligrafia.

Aritmética - Numeração e adição.

Lições de coisas.

2.^a série:

Leitura - 2.º livro.

Caligrafia.

Português - Fonologia.

Aritmética - Subtração e multiplicação.

Lições de coisas.

3.ª série:

Leitura - 3.º livro.

Caligrafia.

Português - Ditado - Noções de taxonomia.

Aritmética - Divisão.

Geografia - Noções de geografia astronômica.

4.ª série:

Leitura - 4.º livro.

Português - Ditado - Composições - Noções de morfologia.

Aritmética - Frações ordinárias e decimais.

Geografia do Brasil - Noções gerais resumidas, sendo mais detalhado o estudo do Estado de São Paulo e do Município de Santos.

Morfologia geométrica - 1.ª parte.

5.ª série:

Leitura de autores nacionais - Prosa e verso.

Português - Ditado - Composição - Noções de sintaxe.

Aritmética - Sistema métrico - Complexos.

História do Brasil - Noções gerais resumidas, sendo mais detalhado o estudo do Estado de São Paulo e do Município de Santos.

Morfologia geométrica - 2.ª parte.

Art. 31

O curso complementar é facultativo e variável para cada asilada, de acordo com a vocação demonstrada e o seu programa será feito pela Irmã Superiora e aprovado pelo Presidente da Associação.

Art. 32

Para o ensino das matérias que constituem esta parte da disciplina educativa será organizado um horário pela Irmã Superiora e nele não estabelecerá aulas de mais de uma hora, sendo que, terminada cada disciplina, haverá um descanso mínimo de $\frac{1}{4}$ de hora.

Esse horário será aprovado pelo Presidente da Associação, podendo por este ser modificado quando entender que os trabalhos mentais tomam tempo superior à capacidade de atenção dos respectivos alunos.

Art. 33

Haverá também, dividido convenientemente pelos diversos cursos, várias aulas de música, solfejo, canto, desenho, ginástica e trabalho manuais.

Art. 34

Os modos e métodos de ensino serão organizados pelas respectivas professoras e deverão ser aprovados pelo Presidente, para depois serem arquivados e feitos obedecer pela Irmã Superiora.

Art. 35

Enquanto convier à Diretoria da Associação, os cargos de professores para esses cursos serão exercidos pelas Irmãs, indicadas pela Irmã Superiora e nomeadas pelo Presidente da Associação.

Da educação moral

Art. 36

A educação moral será ministrada, não só pela disciplina interna do estabelecimento, onde os asilados despertarão seus sentimentos afetivos, formarão seu caráter, dirigirão sua vontade, como também pelo ensino cívico e moral compreendido nas normas e exemplos de inteira e extrema moralidade que a Irmã Superiora fará cumprir no estabelecimento.

Abrangerá essa espécie de educação a formação do *caráter social* e do *caráter cívico* dos asilados, procurando os encarregados da educação despertar neles as noções de patriotismo, o respeito e obediência às leis de ordem social, política, jurídica e econômica, bem como os princípios de justiça, formando de todo esse conjunto uma perfeita *moral social*.

Art. 37

Como parte da educação moral, haverá um curso especial de educação religiosa que será ensinado por prédicas sobre a Religião Cristã, e por ofícios religiosos segundo a liturgia católica.

Art. 38

O curso de educação religiosa só será aproveitado pelos asilados maiores de 7 anos; os ofícios religiosos só terão lugar aos domingos e dias santificados da Igreja.

As orações diárias serão feitas nos próprios dormitórios, de manhã ao levantarem-se e à noite ao deitarem-se as crianças.

A explicação da doutrina cristã poderá ser feita na própria capela do estabelecimento e obedecerá o mesmo horário para as outras disciplinas intelectuais.

Art. 39

Salvo essas lições da Doutrina Cristã, não poderá ser celebrado ato algum religioso na capela do estabelecimento, sem a prévia autorização do Presidente da Associação.

Da educação doméstica

Art. 40

A educação doméstica é obrigatória para todas as asiladas do orfanato feminino e compor-se-á de:

Trabalhos manuais – Cartonagem, dobradura, tecelagem e modelagem.

Crochê, tricô e filé.

Bordados em geral, a matiz, a ouro e a branco.

Corte e costura de roupa branca.

Corte, feitiço de vestidos.

Economia doméstica – Da casa, do mobiliário e do vestuário.

Cozinha, lavagem e engomadura.

Art. 41

A Superiora terá a distribuição dos trabalhos, de modo a todas as asiladas terem uma noção geral das matérias que constituem a educação doméstica e desenvolverá separadamente para aquelas que mostrarem aptidão especial para cada um destes misteres.

Art. 42

Nos orfanatos, a Irmã Superiora fará a escala das educandas que têm de ocupar-se durante a semana o asseio do estabelecimento. Serão empregados neste serviço os asilados maiores de 9 anos e reinará sempre a maior equidade nesta distribuição.

Art. 43

No orfanato feminino além da disposição do artigo anterior, as asiladas serão escaladas semanalmente para ajudarem os trabalhos da cozinha, copa, lavagem, engomadura e conserto de roupa, observando-se sempre na distribuição a idade da asilada.

Do vestuário

Art. 44

Os asilados terão roupa modesta para o uso diário, para dormir e uniformes para saída e atos festivos.

Art. 45

O Presidente da Associação organizará a tabela das roupas de uso para cada asilado de acordo com os recursos da Associação.

Art. 46

Haverá em cada um dos orfanatos a respectiva rouparia onde serão devidamente numeradas todas as peças de roupa de modo a facilitar o mais possível o serviço.

§ único. - Será pela Irmã Superiora designada uma ou mais asiladas para tomarem conta da rouparia.

Art. 47

A roupa e objetos de uso comum dos asilados terão a marca da Associação e as de uso particular, além desta marca, terão o número de matrícula do asilado.

Art. 48

O uniforme para atos festivos será branco, com uma faixa azul a tiracolo com as letras em dourado A.O.

Art. 49

O uso dos pentes, escovas para dentes e calçado, tesouras para unhas e sabonetes ficará aos cuidados da Irmã encarregada da vigilância do respectivo dormitório.

Art. 50

As camas serão de ferro, tendo colchão, travesseiro, lençol de algodão, colcha de algodão ou de lã e cobertor.

Art. 51

A roupa de cama será mudada habitualmente duas vezes por semana.

Da alimentação

Art. 52

Aos asilados se fornecerá alimentação, sã, abundante e preparada com asseio.

§ 1. A tabela da alimentação será organizada pela Irmã Superiora de acordo com o médico do estabelecimento e sujeita à aprovação do Presidente.

§ 2. Esta tabela será alterada sempre que as necessidades do regime higiênico exigirem.

Art. 53

A alimentação será devidamente marcada pela Irmã Superiora, de acordo com a tabela e compreenderá 5 refeições, que obedecerão ao seguinte horário:

Às 7 horas da manhã: - café, pão e manteiga.

Às 10 horas: - almoço.

À 1 hora da tarde: - uma pequena refeição.

Às 5 horas da tarde: - jantar.

Às 8 horas da noite: - chá, pão e manteiga.

Art. 54

As dietas dos asilados enfermos obedecerão às prescrições médicas.

Art. 55

Não poderá haver refeições extraordinárias, nem com alimentos especiais, quer para o pessoal superior quer inferior do Asilo, sendo sempre a mesma cozinha para todo o pessoal interno.

Art. 56

As refeições dos asilados serão sempre presididas por uma das Irmãs.

Da Irmã Superiora

Art. 57

São atribuições da Irmã Superiora:

§ I. Cumprir e fazer cumprir este regimento na parte que diga respeito à administração interna.

§ II. Cumprir todas as ordens emanadas da Diretoria.

§ III. Cumprir todas as ordens dadas pelo Presidente.

§ IV. Ser responsável pela boa ordem e moralidade dos orfanatos, levando ao conhecimento do Presidente qualquer ocorrência que tenha havido.

§ V. Receber os menores que tenham de ser internados, mediante apresentação de ordem escrita do Presidente, ordem esta que deverá ser entregue ao Secretário que depois de ter feita a respectiva matrícula lha devolverá.

§ VI. Assinar com o Secretário o respectivo termo de entrega dos asilados.

§ VII. Ter em boa guarda e conservação todos os objetos comprados ou doados e a dispensa da Associação.

§ IX (sic). Distribuir pelas demais Irmãs os serviços dos asilados e fiscalizar a execução de tais serviços.

§ X. Solicitar por escrito ao Presidente tudo que for preciso para uso dos orfanatos, para ser comprado pela Diretoria. Os pedidos acompanharão os objetos, e verificados a qualidade e quantidade, a Irmã Superiora passará recibo, datado e assinado e devolverá o pedido ao fornecedor.

§ XI. Prestar contas ao Tesoureiro de qualquer quantia que lhe seja entregue como donativos ao Asilo ou aos asilados.

§ XII. Escriturar em livro próprio e rubricado pelo Vice-Presidente todos os objetos comprados e entrados no Asilo, para a verificação mensal das contas apresentadas e que deverão ser conferidas e visadas.

§ XIII. Prestar todas as informações que forem exigidas pela Diretoria.

Art. 58

A Irmã Superiora não poderá ausentar-se do Asilo sem licença do Presidente, deixando designada a Irmã que a deve substituir.

Art. 59

A Irmã Superiora apresentará à aprovação do Presidente a distribuição do serviço pelas demais Irmãs e comunicará todas as vezes que tiver a fazer qualquer alteração.

§ único. – O número de Irmãs não poderá ser aumentado ou diminuído sem autorização da Diretoria.

Art. 60

Nenhum serviço dos asilados será contratado com pessoa estranha à Congregação, sem autorização e aprovação da Diretoria.

Art. 61

As pessoas contratadas para qualquer serviço dos orfanatos não poderão residir no Asilo, como também não será permitida a moradia ou hospedagem a qualquer pessoa estranha à Congregação.

Das Irmãs

Art. 62

As demais Irmãs prestarão os serviços que forem distribuídos pela Irmã Superiora, executando as disposições deste regimento na parte que lhes diga respeito.

Art. 63

Além dos serviços que especialmente forem distribuídos a cada uma das Irmãs, deverão todas elas auxiliar a Irmã Superiora na manutenção da boa ordem e da disciplina dos orfanatos, exigindo o respeito dos asilados e pessoal subalterno.

Art. 64

As Irmãs que forem encarregadas das aulas organizarão mensalmente, além dos demais deveres, um boletim sobre a aplicação e comportamento do aluno para ser apresentado à Diretoria.

Art. 65

Todos os objetos e utensílios que necessitarem para os orfanatos, com aplicação ao serviço a seu cargo, serão pedidos à Irmã Superiora, para esta por escrito solicitar ao Presidente.

Do médico

Art. 66

Ao médico incumbe:

§ I. Visitar diariamente os orfanatos para observar a saúde dos alunos e aconselhar medidas higiênicas, bem assim todas as vezes que seus serviços forem necessários.

§ II. Inspeccionar os menores que tiverem de ser internados no Asilo para verificar se sofrem ou não de moléstia contagiosa.

§ III. Se na visita encontrar algum caso suspeito, deverá imediatamente fazer isolar o doente e comunicar o fato ao Presidente para ser providenciada a remoção.

§ IV. Feita a remoção requisitará da autoridade competente a desinfecção necessária.

§ V. Vacinar e revacinar os asilados.

§ VI. Ter a seu cargo em cada um dos orfanatos uma pequena enfermaria.

§ VII. Se a moléstia tornar-se crônica, ou se exigir tratamento rigoroso e cuidadoso, deve propor a remoção do enfermo para o hospital da Santa Casa, podendo por deliberação da Diretoria ter outro destino.

§ VIII. Ter a seu cargo um livro-registro com o movimento da enfermaria.

§ IX. Apresentar no fim do ano ao Presidente um pequeno relatório do serviço a seu cargo.

Do dentista

Art. 67

Ao cirurgião dentista incumbe velar pela higiene de boca dos asilados, examinando semanalmente, fazendo os curativos e tratamentos que julgar necessários e aconselhar medidas higiênicas.

Do capelão

Art. 68

Ao capelão incumbe:

§ I. Celebrar as missas e demais solenidades que forem exigidas pela Irmã Superiora.

§ II. Celebrar as missas mandadas rezar pela Diretoria pelo falecimento de qualquer sócio da Associação.

§ III. Cumprir as demais disposições deste regimento na parte que lhe diga respeito.

Art. 69

O capelão ou outro qualquer sacerdote não poderá celebrar missa ou outro qualquer ato religioso na capela do Asilo, por conta e intenção de pessoa estranha à Associação, sem autorização do Presidente.

Do escriturário**Art. 70**

Ao escriturário incumbe:

§ I. Ter sob sua guarda e em boa ordem e conservação todos os papéis e documentos do arquivo da Associação.

§ II. Escriturar todos os livros e ter em boa ordem e em dia.

§ III. Cumprir todas as ordens que forem dadas pelos membros da Diretoria e referentes ao serviço a cargo do respectivo Diretor.

§ IV. Fazer todas as compras ordenadas pelo Presidente.

§ V. Fazer os pagamentos das contas devidas pela Associação depois de processadas mensalmente e à vista dos pedidos. As contas serão conferidas e visadas pela Irmã Superiora e só serão pagas depois de ordenadas pelo Presidente.

§ VI. Receber as importâncias devidas à Associação apresentando os recibos assinados pelo Tesoureiro.

§ VII. Dar a baixa e fazer a matrícula dos asilados no livro para esse fim destinado.

§ VIII. Arquivar todos os papéis e documentos depois de cumpridas todas as determinações da Diretoria.

Da Comissão de Sindicância**Art. 71**

Haverá uma Comissão de sindicância composta de três membros do Conselho Geral, que não ocupem cargo na Diretoria. Será eleita anualmente pelo mesmo Conselho na época marcada no art. 24 § I dos Estatutos, sendo relator o mais votado.

Art. 72

São atribuições da Comissão:

§ I. Estudar com escrupulo os documentos apresentados para admissão de asilados e dar parecer sobre essa admissão, procedendo a mais rigorosa sindicância sobre os fatos alegados pelo requerente.

§ II. Ser ouvida e dar parecer sobre a retirada ou entrega dos asilados a pessoas que desejem tê-los em sua companhia, ou a seus pais, ou a tutores, ou a protetores.

§ III. Ser ouvida e dar parecer sobre qualquer fato que diga respeito aos asilados e que a Diretoria julgue preciso seu parecer.

Art. 73

O relator da Comissão poderá assistir à reunião da Diretoria quando tenha de prestar qualquer outra informação de caráter reservado ou que julgue preciso para melhor esclarecimento, mas não poderá votar.

Disposições diversas

Art. 74

A distribuição das horas para o estudo, para as aulas, para os trabalhos manuais e domésticos, para as refeições, recreio e descanso, será especificadamente determinada pela Irmã Superiora, com aprovação do Presidente, podendo ser modificado quando as conveniências assim o aconselharem

Art. 75

É expressamente proibido o emprego de castigos corporais - As penas para os asilados que deixarem de cumprir seus deveres ou que faltarem às regras disciplinares consistirão em:

- a) Admoestação feita em particular pela Irmã professora ou prefeita.
- b) Admoestação feita em aula pela Irmã professora.
- c) Admoestação feita em particular pela Irmã Superiora.
- d) Admoestação feita diante de todos os asilados pela Irmã Superiora.
- e) Exclusão de recreio e de passeios.
- f) Reclusão solitária.

§ único. - Quando a falta for de grande gravidade a Irmã Superiora levará imediatamente ao conhecimento do Presidente, que providenciará como for de justiça.

Art. 76

Os educandos terão seu número próprio e serão divididos em turmas, conforme as acomodações do estabelecimento, idade e desenvolvimento físico dos mesmos, ficando cada turma sob a inspeção de uma Irmã.

§ único. - Os educandos do sexo masculino viverão separados das educandas do sexo feminino, e no recreio ocuparão o lugar que lhes tiver sido destinado e só se reunirão nos atos públicos e passeios.

Art. 77

Os educandos que por moléstia grave ou acidente imprevisto se impossibilitarem para os estudos e para o trabalho terão o destino que a Diretoria resolver, depois de ouvida a Comissão de Sindicância.

Art. 78

Serão feriados os domingos e dias santos e os de festa nacional, e o dia 13 de Maio, aniversário da instalação da Associação. Naqueles os educandos ouvirão missa, e empregarão o resto do tempo em recreios ou leitura voluntária de obras morais e instrutivas.

§ I. Salvo deliberação contrária da Diretoria da Associação, haverá férias desde 15 de Dezembro até 6 de Janeiro e durante a Semana Santa.

§ II. Os dias feriados e os de férias não dispensarão os educandos dos trabalhos necessários do estabelecimento.

Art. 79

No dia 8 de Dezembro de todos os anos haverá exposição pública dos orfanatos, sendo expostos também à venda pública os artefatos e manufaturas fabricados pelos educandos.

Art. 80

Sem autorização expressa do Presidente da Associação, ninguém poderá ter entrada em qualquer dos orfanatos, a não ser nos dias e horas destinados à visita pública.

§ I. Não se compreende nesta disposição os membros da Diretoria, ou do Conselho Geral, as protetoras e o Juiz de Órfãos.

§ II. O Presidente da Associação marcará os dias e horas em que terá lugar a visita pública, anunciando-se então pelos jornais e podendo visitar os orfanatos quem se apresentar decentemente trajado.

§ III. Nenhum visitante poderá entregar pessoalmente a qualquer educando dinheiro, brinquedos ou qualquer objeto.

Qualquer donativo será feito por intermédio da Irmã Superiora ou Presidente, que o remeterá à Diretoria com as precisas informações a fim de que esta dê a conveniente aplicação.

Art. 81

Os pais, mães, tutores ou protetores dos educandos poderão visitá-lo em dia e horas previamente destinados para isto pelo Presidente da Associação.

Art. 82

Na secretaria haverá um livro em que se inscreverá o nome da pessoa que visitar os orfanatos, devendo haver também um álbum para os mesmos visitantes.

Art. 83

Logo que for possível, a Associação organizará uma pequena biblioteca e um museu escolar para uso dos educandos.

§ único. – A Diretoria dará as necessárias instruções para este fim.

Art. 84

Se falecer algum asilado, deverá o 1.º Secretário lavrar um termo de óbito, que será assinado pelo médico, pela Irmã Superiora e pelo Presidente.

Art. 85

Salvo autorização expressa do Presidente da Associação, os asilados não terão licença para sair do estabelecimento; quando tiverem só poderão sair acompanhados por uma das Irmãs.

Art. 86

O Presidente, quando a experiência assim exigir, apresentará à Diretoria, a fim de ser presente ao Conselho Geral, as alterações a fazer-se neste Regimento Interno.

Aprovado em sessão do Conselho Geral de 24 de Outubro de 1909.

Dr. Ulrico Mursa
Carlos Weber
Victor de Lamare
Arlindo de Aguiar Junior
Nicanor Leite do Amaral

Presidente
Vice-Presidente
1.º Secretário
2.º Secretário
Tesoureiro

<i>Dr. N. Freire Junior</i>	Conselheiro
<i>Comendador J. Manoel Alfaia Rodrigues</i>	Conselheiro
<i>Coronel Francisco Almeida de Moraes</i>	Conselheiro
<i>Major Joaquim Fernandes Pacheco</i>	Conselheiro
<i>Capitão A. Thomaz Coelho</i>	Conselheiro
<i>Guilherme dos Santos</i>	Conselheiro
<i>Antonio Jacintho de Oliveira</i>	Conselheiro
<i>Carlos Luiz d'Affonseca</i>	Conselheiro
<i>Porfírio Amazonas</i>	Conselheiro
<i>Major Julio Torres Rangel</i>	Conselheiro

APÊNDICE.

Relação das datas das atas pesquisadas

LIVRO A.1.1.	PRESIDENTE: JOSÉ XAVIER CARVALHO DE MENDONÇA
DATAS	CONTEÚDO
21/04/1889	Ata da 1ª Reunião da Assembléia Geral
21/04/1889	Ata da 1ª Reunião da Comissão Instaladora
23/04/1889	Ata da 2ª Reunião da Comissão Instaladora
26/04/1889	Ata da 3ª Reunião da Comissão Instaladora
28/04/1889	Ata da 2ª Reunião da Assembléia Geral
28/04/1889	Ata da 4ª Reunião da Comissão Instaladora
30/04/1889	Ata da 5ª Reunião da Comissão Instaladora
02/05/1889	Ata da 6ª Reunião da Comissão Instaladora
05/05/1889	Ata da 3ª Reunião da Assembléia Geral
06/05/1889	Ata da 1ª Reunião do Conselho Geral
08/05/1889	Ata da 2ª Reunião do Conselho Geral
10/05/1889	Ata da 3ª Reunião do Conselho Geral
10/05/1889	Ata da 8ª Reunião da Comissão Instaladora

LIVRO A.1.2.	PRESIDENTE: JOSÉ XAVIER CARVALHO DE MENDONÇA
DATAS	CONTEÚDO
	1ª DIRETORIA
13/05/1889	Ata da Inauguração
13/05/1889	Ata da 1ª Reunião de Diretoria
14/05/1889	Ata da 1ª Reunião do Conselho Geral
18/05/1889	Ata da 2ª Reunião do Conselho Geral
23/05/1889	Ata da 2ª Reunião de Diretoria
30/05/1889	Ata da 3ª Reunião de Diretoria
06/06/1889	Ata da 4ª Reunião de Diretoria
13/06/1889	Ata da 5ª Reunião de Diretoria
22/06/1889	Ata da 6ª Reunião de Diretoria
27/06/1889	Ata da 7ª Reunião de Diretoria
05/07/1889	Ata da 8ª Reunião de Diretoria
11/07/1889	Ata da 9ª Reunião de Diretoria
23/07/1889	Ata da 10ª Reunião de Diretoria
26/07/1889	Ata da 3ª Reunião do Conselho Geral
31/07/1889	Ata da 11ª Reunião de Diretoria
08/08/1889	Ata da 12ª Reunião de Diretoria
16/08/1889	Ata da 13ª Reunião de Diretoria
23/08/1889	Ata da 5ª Reunião do Conselho Geral
01/09/1889	Ata da 14ª Reunião de Diretoria
07/09/1889	Ata da 6ª Reunião do Conselho Geral
12/09/1889	Ata da 15ª Reunião de Diretoria
28/09/1889	Ata da 16ª Reunião de Diretoria
06/10/1889	Ata da 17ª Reunião de Diretoria
09/10/1889	Ata da 7ª Reunião do Conselho Geral
18/11/1889	Ata da 18ª Reunião de Diretoria
21/12/1889	Ata da 19ª Reunião de Diretoria
08/01/1890	Ata da 20ª Reunião de Diretoria
11/01/1890	Ata da Reunião do Conselho Geral – falta de quorum
18/01/1889	Ata da Reunião do Conselho Geral – falta de quorum
20/01/1890	Ata da 8ª Reunião do Conselho Geral
10/02/1890	Ata da 21ª Reunião de Diretoria
11/03/1890	Ata da 22ª Reunião de Diretoria
11/04/1890	Ata da 23ª Reunião de Diretoria

02/05/1890	Ata da 24ª Reunião de Diretoria
04/05/1890	Ata da Reunião da Assembléia Geral – adiada 24 horas
05/05/1890	Ata da Reunião da Assembléia Geral
07/05/1890	Ata da Reunião do Conselho Geral
13/05/1890	Ata da Reunião da Assembléia Geral

LIVRO A.1.2.	PRESIDENTE: JOSÉ XAVIER CARVALHO DE MENDONÇA 2ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
22/05/1890	Ata da 1ª Reunião de Diretoria
30/07/1890	Ata da 2ª Reunião de Diretoria
19/08/1890	Ata da 3ª Reunião de Diretoria
24/09/1890	Ata da 4ª Reunião de Diretoria
24/10/1890	Ata da 5ª Reunião de Diretoria
20/11/1890	Ata da 6ª Reunião de Diretoria
15/12/1890	Ata da 7ª Reunião de Diretoria
15/01/1891	Ata da 8ª Reunião de Diretoria
15/02/1891	Ata da 9ª Reunião de Diretoria
15/03/1891	Ata da 10ª Reunião de Diretoria
15/04/1891	Ata da 11ª Reunião de Diretoria
02/05/1891	Ata da 12ª Reunião de Diretoria
03/05/1891	Ata da Reunião da Assembléia Geral – falta de quorum
08/05/1891	Ata da Reunião da Assembléia Geral
10/05/1891	Ata da Reunião do Conselho Geral

LIVRO A.1.2.	PRESIDENTE: JOÃO FREIRE JUNIOR 3ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
18/06/1891	Ata da 1ª Reunião de Diretoria
11/08/1891	Ata da 2ª Reunião de Diretoria
15/09/1891	Ata da 3ª Reunião de Diretoria
26/10/1891	Ata da 4ª Reunião de Diretoria
30/11/1891	Ata da 5ª Reunião de Diretoria
15/01/1892	Ata da 6ª Reunião de Diretoria
15/02/1892	Ata da 7ª Reunião de Diretoria
15/03/1892	Ata da 8ª Reunião de Diretoria
30/04/1892	Ata da 9ª Reunião de Diretoria
01/05/1892	Ata da Reunião da Assembléia Geral
08/05/1892	Ata da Reunião do Conselho Geral
13/05/1892	Ata da Reunião da Assembléia Geral

LIVRO A.1.2.	PRESIDENTE: FRANCISCO ALVES DA SILVA 4ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
18/06/1892	Ata da Reunião de Diretoria
02/07/1892	Ata da Reunião de Diretoria
08/08/1892	Ata da Reunião de Diretoria
15/10/1892	Ata da Reunião de Diretoria

O livro A.1.2. só tem registros até a página 89. Consta dele a seguinte Observação: “não tendo sido encontradas as atas da Diretoria, Conselho Geral e Assembléia dos exercícios 1892/1893, 1893/1894 e 1894/1895 a diretoria atual

em sessão de 1º de junho resolveu mandar transcrever todas as que fossem encontradas lavradas em papel separado (ass. João Nepomuceno Freire)

5ª DIRETORIA – 1893/1894 – PRESIDENTE: MAJOR JOAQUIM FERNANDES PACHECO

6ª DIRETORIA – 1894/1895 – PRESIDENTE: DR C. ALBERTO CARNEIRO DE SOUSA

7ª DIRETORIA – 1895/1896 – PRESIDENTE: DR JOÃO NEPOMUCENO FREIRE JUNIOR

8ª DIRETORIA – 1896/1897 - PRESIDENTE: DR JOÃO NEPOMUCENO FREIRE JUNIOR

9ª DIRETORIA – 1897/1898 - PRESIDENTE: DR JOÃO NEPOMUCENO FREIRE JUNIOR

LIVRO A.1.3.	PRESIDENTE: DR FRANCISCO MALTA CARDOSO 10ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
07/05/1899	Ata da Reunião da Assembléia Geral
09/05/1899	Ata da Reunião do Conselho Geral
13/05/1899	Ata da Reunião do Conselho Geral

LIVRO A.1.3.	PRESIDENTE: CORONEL NARCISO DE ANDRADE 11ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
17/06/1899	Ata da 1ª Reunião de Diretoria
15/07/1899	Ata da 2ª Reunião de Diretoria
23/08/1899	Ata da 3ª Reunião de Diretoria
27/09/1899	Ata da 4ª Reunião de Diretoria
12/10/1899	Ata da 5ª Reunião de Diretoria
26/11/1899	Ata da 6ª Reunião de Diretoria
24/12/1899	Ata da 7ª Reunião de Diretoria
21/01/1900	Ata da 8ª Reunião de Diretoria
11/02/1900	Ata da 9ª Reunião de Diretoria
23/03/1900	Ata da 10ª Reunião de Diretoria
29/04/1900	Ata da 11ª Reunião de Diretoria
06/05/1900	Ata da Reunião da Assembléia Geral
08/05/1900	Ata da Reunião do Conselho Geral
13/05/1900	Ata da Reunião do Conselho Geral

LIVRO A.1.3.	PRESIDENTE: CORONEL NARCISO DE ANDRADE 12ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
19/05/1900	Ata da 1ª Reunião de Diretoria
15/06/1900	Ata da 2ª Reunião de Diretoria
26/07/1900	Ata da 3ª Reunião de Diretoria
25/08/1900	Ata da 4ª Reunião de Diretoria
19/09/1900	Ata da 5ª Reunião de Diretoria
30/10/1900	Ata da 6ª Reunião de Diretoria
30/11/1900	Ata da 7ª Reunião de Diretoria
30/12/1900	Ata da 8ª Reunião de Diretoria
30/01/1901	Ata da 9ª Reunião de Diretoria
26/02/1901	Ata da 10ª Reunião de Diretoria
03/03/1901	Ata da Reunião do Conselho Geral
30/03/1901	Ata da 11ª Reunião de Diretoria
30/04/1901	Ata da 12ª Reunião de Diretoria
05/05/1901	Ata da Reunião da Assembléia Geral

07/05/1901	Ata da Reunião do Conselho Geral
13/05/1901	Ata da Reunião do Conselho Geral

LIVRO A.1.4.	PRESIDENTE: JOÃO NEPOMUCENO FREIRE JUNIOR 13ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
23/06/1901	Ata da 1ª Reunião de Diretoria
04/08/1901	Ata da 2ª Reunião de Diretoria
22/09/1901	Ata da 3ª Reunião de Diretoria
06/10/1901	Ata da 4ª Reunião de Diretoria
24/11/1901	Ata da 5ª Reunião de Diretoria
26/01/1902	Ata da 6ª Reunião de Diretoria
27/04/1902	Ata da 7ª Reunião de Diretoria
04/05/1902	Ata da Reunião da Assembléia Geral
06/05/1902	Ata da Reunião do Conselho Geral
13/05/1902	Ata da Reunião do Conselho Geral

LIVRO A.1.4.	PRESIDENTE: JOÃO NEPOMUCENO FREIRE JUNIOR 14ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
13/06/1902	Ata da 1ª Reunião de Diretoria
19/04/1903	Ata da Reunião de Diretoria
29/04/1903	Ata da Reunião do Conselho Geral
03/05/1903	Ata da Reunião da Assembléia Geral
05/05/1903	Ata da Reunião do Conselho Geral
13/05/1903	Ata da Reunião do Conselho Geral

LIVRO A.1.4.	PRESIDENTE: DR JOÃO NEPOMUCENO FREIRE JUNIOR 15ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
09/08/1903	Ata da 1ª Reunião de Diretoria
12/04/1904	Ata da Reunião de Diretoria
01/05/1904	Ata da Reunião da Assembléia Geral
03/05/1904	Ata da Reunião do Conselho Geral
13/05/1904	Ata da Reunião do Conselho Geral

LIVRO A.1.4.	PRESIDENTE: DR JOÃO NEPOMUCENO FREIRE JUNIOR 16ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
31/07/1904	Ata da Reunião de Diretoria
15/01/1905	Ata da Reunião de Diretoria
24/04/1905	Ata da Reunião de Diretoria
07/05/1905	Ata da Reunião da Assembléia Geral
09/05/1905	Ata da Reunião do Conselho Geral
13/05/1905	Ata da Reunião do Conselho Geral

LIVRO A.1.4.	PRESIDENTE: CORONEL ANTONIO CANDIDO GOMES 17ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO

24/05/1905	Ata da 1ª Reunião de Diretoria
09/08/1905	Ata da 2ª Reunião de Diretoria
07/10/1905	Ata da 3ª Reunião de Diretoria
04/02/1906	Ata da 4ª Reunião de Diretoria
19/03/1906	Ata da 5ª Reunião de Diretoria
01/04/1906	Ata da 6ª Reunião de Diretoria
02/05/1906	Ata da 7ª Reunião de Diretoria
06/05/1906	Ata da Reunião da Assembléia Geral
08/05/1906	Ata da Reunião do Conselho Geral
13/05/1906	Ata da Reunião da Assembléia Geral
13/05/1906	Ata da Reunião do Conselho Geral

LIVRO A.1.4.	PRESIDENTE: CORONEL FRANCISCO CORRÊA DE ALMEIDA MORAES 18ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
01/08/1906	Ata da 1ª Reunião de Diretoria
22/10/1906	Ata da 2ª Reunião de Diretoria
26/01/1907	Ata da 3ª Reunião de Diretoria
20/04/1907	Ata da 4ª Reunião de Diretoria
05/05/1907	Ata da Reunião da Assembléia Geral
07/05/1907	Ata da Reunião do Conselho Geral
12/05/1907	Ata da Reunião do Conselho Geral
13/05/1907	Ata da Reunião do Conselho Geral

LIVRO A.1.4.	PRESIDENTE: CORONEL FRANCISCO CORRÊA DE ALMEIDA MORAES 19ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
05/08/1907	Ata da 1ª Reunião de Diretoria
13/10/1907	Ata da 2ª Reunião de Diretoria
03/01/1908	Ata da 3ª Reunião de Diretoria
25/02/1908	Ata da 4ª Reunião de Diretoria
25/03/1908	Ata da 5ª Reunião de Diretoria
03/05/1908	Ata da Reunião da Assembléia Geral
06/05/1908	Ata da Reunião do Conselho Geral
13/05/1908	Ata da Reunião do Conselho Geral

LIVRO A.1.4.	PRESIDENTE: CORONEL FRANCISCO CORRÊA DE ALMEIDA MORAES 20ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
07/06/1908	Ata da 1ª Reunião de Diretoria
12/07/1908	Ata da 2ª Reunião de Diretoria
15/08/1908	Ata da 3ª Reunião de Diretoria
11/10/1908	Ata da 4ª Reunião de Diretoria
29/11/1908	Ata da 5ª Reunião de Diretoria
20/12/1908	Ata da 6ª Reunião de Diretoria
07/02/1909	Ata da 7ª Reunião de Diretoria
18/04/1909	Ata da 8ª Reunião de Diretoria
02/05/1909	Ata da Reunião da Assembléia Geral
02/05/1909	Ata da 9ª Reunião de Diretoria
04/05/1909	Ata da Reunião do Conselho Geral
13/05/1908	Ata da Reunião do Conselho Geral

LIVRO A.1.4.	PRESIDENTE: DR ULRICO MURSA 21ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
23/05/1909	Ata da 1ª Reunião de Diretoria
06/06/1909	Ata da 2ª Reunião de Diretoria
12/07/1909	Ata da 3ª Reunião de Diretoria
10/08/1909	Ata da 4ª Reunião de Diretoria
13/09/1909	Ata da 5ª Reunião de Diretoria
21/10/1909	Ata da 6ª Reunião de Diretoria
24/10/1909	Ata da Reunião do Conselho Geral
25/11/1909	Ata da 7ª Reunião de Diretoria
10/12/1909	Ata da 8ª Reunião de Diretoria

LIVRO A.1.5.	PRESIDENTE: DR ULRICO MURSA 21ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
30/12/1909	Ata da 9ª Reunião de Diretoria
10/01/1910	Ata da 10ª Reunião de Diretoria
31/01/1910	Ata da 11ª Reunião de Diretoria
01/02/1910	Ata da 12ª Reunião de Diretoria
25/02/1910	Ata da 13ª Reunião de Diretoria
21/03/1910	Ata da 14ª Reunião de Diretoria
18/04/1910	Ata da 15ª Reunião de Diretoria
01/05/1910	Ata da Reunião da Assembléia Geral
03/05/1910	Ata da Reunião do Conselho Geral
06/05/1910	Ata da 16ª Reunião de Diretoria
13/05/1910	Ata da Reunião do Conselho Geral

LIVRO A.1.5.	PRESIDENTE: DR VICTOR DE LAMARE 22ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
16/05/1910	Ata da 1ª Reunião de Diretoria
30/05/1910	Ata da 2ª Reunião de Diretoria
14/06/1910	Ata da 3ª Reunião de Diretoria
27/06/1910	Ata da 4ª Reunião de Diretoria
15/07/1910	Ata da 5ª Reunião de Diretoria
25/07/1910	Ata da 6ª Reunião de Diretoria
10/08/1910	Ata da 7ª Reunião de Diretoria
25/08/1910	Ata da 8ª Reunião de Diretoria
14/09/1910	Ata da 9ª Reunião de Diretoria
26/09/1910	Ata da 10ª Reunião de Diretoria
19/10/1910	Ata da 11ª Reunião de Diretoria
10/11/1910	Ata da 12ª Reunião de Diretoria
29/11/1910	Ata da 13ª Reunião de Diretoria
17/12/1910	Ata da 14ª Reunião de Diretoria
10/01/1911	Ata da 15ª Reunião de Diretoria
16/01/1911	Ata da Reunião do Conselho Geral
30/01/1911	Ata da 16ª Reunião de Diretoria
10/02/1911	Ata da 17ª Reunião de Diretoria
06/03/1911	Ata da 18ª Reunião de Diretoria

26/03/1911	Ata da 19ª Reunião de Diretoria
28/04/1911	Ata da 20ª Reunião de Diretoria
07/05/1911	Ata da Reunião da Assembléia Geral
09/05/1911	Ata da Reunião do Conselho Geral
13/05/1911	Ata da Reunião do Conselho Geral

LIVRO A.1.5.	PRESIDENTE: DR VICTOR DE LAMARE 23ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
22/05/1911	Ata da 1ª Reunião de Diretoria
12/06/1911	Ata da 2ª Reunião de Diretoria
27/06/1911	Ata da 3ª Reunião de Diretoria
24/07/1911	Ata da 4ª Reunião de Diretoria
17/08/1911	Ata da 5ª Reunião de Diretoria
30/08/1911	Ata da 6ª Reunião de Diretoria
18/09/1911	Ata da 7ª Reunião de Diretoria
30/10/1911	Ata da 8ª Reunião de Diretoria
27/11/1911	Ata da 9ª Reunião de Diretoria
28/12/1911	Ata da 10ª Reunião de Diretoria
17/01/1912	Ata da 11ª Reunião de Diretoria
26/02/1912	Ata da 12ª Reunião de Diretoria
21/03/1912	Ata da 13ª Reunião de Diretoria
18/04/1912	Ata da 14ª Reunião de Diretoria
05/05/1912	Ata da Reunião da Assembléia Geral
07/05/1912	Ata da Reunião do Conselho Geral
08/05/1912	Ata da 15ª Reunião de Diretoria
13/05/1912	Ata da Reunião do Conselho Geral

LIVRO A.1.5.	PRESIDENTE: DR VICTOR DE LAMARE 24ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
17/05/1912	Ata da Reunião do Conselho Geral
10/06/1912	Ata da 1ª Reunião de Diretoria
02/07/1912	Ata da 2ª Reunião de Diretoria
31/07/1912	Ata da 3ª Reunião de Diretoria
12/08/1912	Ata da 4ª Reunião de Diretoria
11/09/1912	Ata da 5ª Reunião de Diretoria
04/11/1912	Ata da 6ª Reunião de Diretoria
04/12/1912	Ata da 7ª Reunião de Diretoria
20/01/1913	Ata da 8ª Reunião de Diretoria
26/02/1913	Ata da 9ª Reunião de Diretoria
04/04/1913	Ata da 10ª Reunião de Diretoria
04/05/1913	Ata da Reunião da Assembléia Geral
06/05/1913	Ata da Reunião do Conselho Geral
09/05/1913	Ata da 11ª Reunião de Diretoria
13/05/1913	Ata da Reunião do Conselho Geral
13/05/1913	Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Geral

LIVRO A.1.5.	PRESIDENTE: DR VICTOR DE LAMARE 25ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO

30/05/1913	Ata da 1ª Reunião de Diretoria
11/07/1913	Ata da 2ª Reunião de Diretoria
08/08/1913	Ata da 3ª Reunião de Diretoria
05/09/1913	Ata da 4ª Reunião de Diretoria
21/10/1913	Ata da 5ª Reunião de Diretoria

LIVRO A.1.6.	PRESIDENTE: DR VICTOR DE LAMARE 25ª DIRETORIA
DATAS	CONTEÚDO
07/12/1913	Ata da 6ª Reunião de Diretoria
20/01/1914	Ata da 7ª Reunião de Diretoria
08/03/1914	Ata da 8ª Reunião de Diretoria
01/04/1914	Ata da 9ª Reunião de Diretoria
04/04/1914	Ata da Reunião Do Conselho Geral
23/04/1914	Ata da 10ª Reunião de Diretoria
07/05/1914	Ata da Reunião Extraordinária da Assembléia Geral